

DIVERSIDADE AMAZÔNICA:

**capital social, recursos
e políticas para um
desenvolvimento
sustentável**

Volume 1

**Mariluce Paes-de-Souza
Tania Nunes da Silva
Sérgio Castro Gomes
(organização)**

A proposta da Rede de Cooperação Acadêmica de Programas de Pós-Graduação em Administração da Amazônia (RECAPAM) foi um dos objetivos do projeto Procad-Capes “Diversidade Amazônica: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável”, e leva em consideração o *status quo* das pesquisas sobre as cadeias e arranjos produtivos locais de produtos da sociobiodiversidade da Amazônia, e aprofunda os aspectos da integração em quatro componentes básicos: (1) componente econômico, envolvendo a quantidade e qualidade da produção, a renda, uso de boas práticas e inovações tecnológicas e a inserção no mercado; (2) componente social, considerando a organização dos pequenos produtores, ocupação da força de trabalho e educação técnica e formal, (3) componente ambiental, levando em conta os serviços ecossistêmicos de provisão, regulação, cultura e formação dos recursos naturais, (4) o componente de gestão do desenvolvimento, que incluiu as estratégias competitivas e sustentáveis, o arranjo institucional que exerce influência sobre o desenvolvimento de pesquisas e a governança das cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, dos produtos da agricultura familiar e das commodities desenvolvidas na região amazônica.

Rondônia, Pará e Rio Grande do Sul, julho de 2025.

Profa. Dra. Mariluce Paes-de-Souza – UNIR

Profa. Dra. Tania Nunes da Silva – UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Castro Gomes – UNAMA



Ebook

Mariluce Paes-de-Souza
Tania Nunes da Silva
Sérgio Castro Gomes
(Organização)

DIVERSIDADE AMAZÔNICA:
CAPITAL SOCIAL, RECURSOS E POLÍTICAS PARA UM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – VOL. I

Temática Editora e Cursos
Porto Velho – Rondônia, 2025

Chefe editorial

Eva da Silva Alves – Doutora em Educação – TEC – RO/Norte

Preparação de originais e revisão editorial

Renato Fernandes Caetano

Design editorial de capa

Rogério Mota

Revisão ortográfica e gramatical

Maria Rodrigues de Oliveira

Preparação de textos

Wesllen da Silva Xavier

Conselho editorial

Renato Fernandes Caetano – Presidente – Doutor em Antropologia Social – TEC – RO/Norte

José Flávio da Paz – Doutor em Estudos Literários – UNIR – RO/Norte

Raimundo Nonato Pereira da Silva – Doutor em Ciência Política – UFAM – AM/Norte

João Paulo Silva Martins – Mestre em Filosofia – UFAC – AC/Norte

Valéria Silva Ferreira – Doutora em Educação – UNIVALI – SC/Sul

Ivenise Teresinha Gonzaga Santinon – Doutora em Ciências da Religião – PUC Campinas – SP/Sudeste

Juliano Xavier da Silva Costa – Doutor em Educação – La Salle – MT/Centro-Oeste

Aila Luzia Pinheiro de Andrade – Doutora em Teologia – UNICAP – PE/Nordeste

Juan Carlos Crespo Avaroma – Doutor Honoris Causa em Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – Universidad Autónoma Del Beni – Bolívia

Maria Del Pilar Gamarra Téllez – Doutora Honoris Causa em História da Amazônia – Universidad Mayor de San Andres – Bolívia

Conselho Científico de Área: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes – Doutor em Administração – UFRN – RN/Nordeste

Fabiana Rodrigues Riva – Doutora em Agronegócios – UNIR – RO/Norte

Dércio Bernardes de Souza – Doutor em Agronegócios – UNIR – RO/Norte

Eliane Alves da Silva – Doutora em Administração – UFRGS – RS/Sul

Cyntia Meireles Martins – Doutora em Ciências Agrárias – UFRA – PA/Norte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D618	Diversidade amazônica [recurso eletrônico]: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável – vol. I / organizado por Mariluce Paes-de-Souza, Tania Nunes da Silva, Sérgio Castro Gomes. - Porto Velho, RO : Temática Editora e Cursos, 2025. 325 p. ; PDF ; 5.250 MB. ISBN: 978-65-5273-102-9 (Ebook) 1. Administração. 2. Gestão participativa. 3. Empreendedorismo sustentável. 4. Políticas públicas. 5. Capital institucional. I. Paes-de-Souza, Mariluce. II. Silva, Tania Nunes da. III. Gomes, Sérgio Castro. IV. Título. 2025-3408
	CDD 350 CDU 35

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Administração pública 350
2. Administração pública 35

Fomento



A presente obra foi publicada com apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia, Edital 21/2018, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, Rede UNIR/UFRGS/UNAMA. Projeto: “Diversidade amazônica: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia. Processo 88887.200464/2018-00 - CAPES. Auxílio n.: 1714/2018.

Responsabilidade de autoria

Os autores assumem a responsabilidade pelo conteúdo desta obra, garantindo sua veracidade, autenticidade e conformidade com as normas éticas da pesquisa científica. Além disso, assegura que todos os direitos de terceiros foram devidamente respeitados e que as permissões necessárias foram obtidas para o uso de materiais protegidos por direitos autorais. A Temática Editora e Cursos e seu Conselho Editorial não se responsabilizam por eventuais erros ou omissões nos dados apresentados, nem endossam necessariamente as opiniões expressas pelos autores.

Versão digital da obra

DOI: <https://doi.org/10.5935/978-65-5273-102-9.B0001>

A versão digital desta obra poderá ser acessada gratuitamente no DOI acima ou na página institucional da Temática Editora e Cursos: <https://www.tematicaeditora.com.br>

SUMÁRIO

Prefácio.....	6
Prof. Dr. Theophilo Alves de Souza Filho	
Apresentação.....	12
Profa. Dra. Mariluce Paes-de-Souza – UNIR	
Profa. Dra. Tania Nunes da Silva – UFRGS	
Prof. Dr. Sérgio Castro Gomes – UNAMA	
1 Discussões sobre sustentabilidade fraca e forte no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Porto Velho, Rondônia.....	16
Eliane Alves da Silva	
Eugenio Avila Pedrozo (<i>In Memoriam</i>)	
Tania Nunes da Silva	
2 Novos cenários da influência digital: autenticidade encenada, afeto sob demanda e cumplicidade transmidial na era dos seguidores hiperimersos.....	61
Igor de Jesus Lobato Pompeu Gammarano	
Emílio José Montero Arruda Filho	
3 Criação de valor sustentável e estratégias de não mercado (ENM): um <i>framework</i> de intervenção para o desenvolvimento em cadeias de valor compartilhadas e inclusivas (DCVIC)	95
Pablo Queiroz Bahia	
Sérgio Castro Gomes	
4 Capital social e governança em cooperativa agrícola no estado do Pará, Amazônia, Brasil	139
Eduardo Moraes Correa	
Cyntia Meireles Martins	
Dércio Bernardes de Souza	
Cilene Aragão de França	
5 Análise multidimensional do REDD+ no Brasil: avaliação dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia.....	161
Fabiana Rodrigues Riva Kovalchuk	
Mário Vasconcellos Sobrinho	
Diego Cristovão Alves de Souza Paes	

6 Rede de relacionamento para implementação do turismo em uma unidade de conservação na Amazônia: o caso dos atores públicos do Parque Estadual de Guajará-Mirim, Rondônia, Brasil	187
Marina Castro Passos de Souza Barbosa	
Haroldo de Sá Medeiros	
7 Comunidade da Reserva Extrativista Lago do Cuniã: desenvolvimento do sistema social sob as lentes da diferenciação de sistemas	218
Cassia Toshie Yamanaka	
Mariluce Paes-de-Souza	
8 Rede de cooperação na Amazônia brasileira: o caso da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre – Cooperacre.....	244
Décio Bernardes de Souza	
Verlaine Alves da Cunha Ribeiro	
Marcela Gomes da Silva	
Mariluce Paes-de-Souza	
9 A relação do nexu água-energia-alimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto de reserva extrativista na Amazônia	266
Marcelo Guimarães	
Mariluce Paes-de-Souza	
Elaine Rodrigues	
Diego Cristovão A. Souza Paes	
Décio Bernardes de Souza	
Fabiana Riva	
10 O potencial da compra institucional da agricultura familiar em Porto Velho.....	286
Vanessa Fernanda Rios de Almeida	
Gleimíria Batista da Costa Matos	
Sérgio Castro Gomes	
Cirleia Carla Sarmento Santos Soares	
Sobre os autores	316

PREFÁCIO

As pesquisas sobre a Amazônia remetem a retratar sua rica biodiversidade, mas que enfrenta grandes desafios como a degradação ambiental, as políticas públicas frágeis e as desigualdades sociais, nesse sentido, é preciso incentivar o respeito e a valorização do capital social, o uso responsável dos recursos biológicos e naturais, visando a conservação ambiental, favorecendo políticas que propiciem um desenvolvimento sustentável, com reconhecimento dos saberes das comunidades locais de forma mais efetiva.

A obra aqui prefaciada, entre outras temáticas sobre a Amazônia, analisa as prerrogativas do capital social, no tocante ao uso dos recursos naturais, consideram que, a cooperação e a confiança entre os membros de uma comunidade desencadeiam meios de subsistência e exploração dos recursos naturais mais sustentáveis. Isso é especialmente importante na Amazônia, já que, historicamente, o avanço da fronteira agrícola ocorreu de forma degradadora na região.

A despeito dos sistemas de produção amazônicos das comunidades estarem dispersas, e sem produção de escala, eles significam práticas de subsistência com algum excedente econômico, que foram analisados com recomendações de formas de potencialização por meio de políticas de desenvolvimento regional, especialmente, considerando o potencial dos seus produtos regionais integrarem cadeias globais como, por exemplo, frutas regionais, fármacos, cosmiatria, óleos essenciais, sementes dentre outros.

Tais questões são centrais nos capítulos desse volume 1 desse e-book *Diversidade amazônica: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável*, o qual retrata as pesquisas na Amazônia e direciona o debate ao qual este compêndio se propõe a contribuir.

O capítulo de autoria de Eliane Alves da Silva, Eugenio Avila Pedrozo (*In Memoriam*) e Tania Nunes da Silva, intitulado “Discussões sobre sustentabilidade fraca e forte no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Porto Velho, Rondônia”, busca compreender formas fracas e fortes de sustentabilidade em termos

ambientais, valores políticos e ética na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na capital do Estado de Rondônia, Porto Velho. Evidencia a integração da alimentação escolar com a agricultura familiar na Região Norte, pelo fato de aumentar a inserção de pequenos agricultores como fornecedores de alimentos mais saudáveis e proporcionar incentivos para produtos da economia local, com orientação ao desenvolvimento sustentável.

Aqui faz-se uma homenagem póstuma ao Prof. Dr. Eugenio Avila Pedrozo, que em vida escolheu a Amazônia como lócus de suas pesquisas, contribuindo significativamente com a interpretação da complexidade que caracteriza o Bioma Amazônico. Seu legado estará sempre presente na formação de muitos doutores e mestres, nas publicações de um excelente acervo científico que contribui e contribuirá com a ciência para o entendimento de uma Amazônia que clama por respeito, preservação e um desenvolvimento sustentável.

O capítulo de autoria de Fabiana Rodrigues Riva Kovalchuk, Mário Vasconcellos Sobrinho e Diego Cristovão Alves de Souza Paes, intitulado “Análise multidimensional do REDD+ no Brasil: avaliação dos projetos financiados pelo fundo Amazônia”, analisa as dimensões presentes nos projetos de REDD+ financiadas pelo Fundo Amazônia e sua interface com o conhecimento científico. Nesse estudo, foram estabelecidos dois tipos de interação do Fundo Amazônia com seus beneficiários: a direta e a indireta. A forma direta está ligada a atividades que pretendem reduzir os impactos ambientais e as mudanças no uso da terra, recuperar áreas degradadas e estimular a permanência sustentável da população. Ainda que em menor proporção, as atividades da interação direta ainda geraram um impacto ambiental, que, se não conservado, pode abrir novas áreas de desmatamento. Em contrapartida, as interações indiretas do Fundo Amazônia permitem o controle dessas ações, por meio de estruturas de monitoramento, gestão ambiental, capacitação e realização de pesquisas socioambientais.

O capítulo de autoria de Pablo Queiroz Bahia e Sérgio Castro Gomes, intitulado “Criação de valor sustentável e estratégias de não mercado (ENM): um *framework* de intervenção para o desenvolvimento

em cadeias de valor compartilhadas e inclusivas (DCVIC)”, propõe a expansão de um *framework* capaz de representar uma integração conceitual entre as Estratégias de Não Mercado (ENM) e os atributos da sustentabilidade (TBL) inclusiva através do desenvolvimento de uma cadeia de valor para criação de valor compartilhado, levando em consideração a evolução conceitual de *framework* em estratégias para a sustentabilidade abordado por Negrão (2024) em seu artigo *Gestão estratégica para sustentabilidade* e em sua tese de doutorado sob o tema *Gestão estratégica para sustentabilidade no turismo de experiências em área de proteção ambiental na Amazônia* (2022).

O capítulo de autoria de Cassia Toshie Yamanaka e Mariluce Paes-de-Souza, intitulado “Comunidade da Reserva Extrativista Lago do Cuniã: desenvolvimento do sistema social sob as lentes da diferenciação de sistemas”, descreve o que constitui o sistema e o ambiente referente à comunidade da Resex Lago do Cuniã, bem como o desenvolvimento do sistema social ao longo do processo de implantação da Unidade de Conservação até culminar no desenvolvimento do manejo de jacaré. São apresentados os principais conceitos referentes à Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann (1977), relacionados à diferenciação de sistemas, os quais são a base para a discussão dos resultados obtidos. Vale ressaltar que os conceitos discutidos por Luhmann são propostos para o estudo da sociedade como um todo e, na presente pesquisa, em se tratando de uma comunidade tradicional na Região Amazônica, foram necessárias adaptações para maior especificidade das análises dos dados.

O capítulo de autoria de Eduardo Moraes Correa, Cyntia Meireles Martins, Dércio Bernardes de Souza e Cilene Aragão de França, intitulado “Capital social e governança em cooperativa agrícola no estado do Pará, Amazônia, Brasil”, analisa como as dimensões do capital social podem influenciar na governança e na estabilidade das cooperativas agrícolas. O estudo retrata que a eficácia das cooperativas depende das características dos gestores, sua capacidade de motivar os membros, expectativas de bens e confiança nos gestores. Nesse aspecto, o capital social é um fator fundamental das instituições formais e estruturas de governança, como as cooperativas. Ressaltam que a comunicação exercida pela liderança aos

cooperados fortalece a comunicação, os estatutos de relacionamento, a colaboração, a produção afim e o controle. Estes foram fortes o suficiente devido à participação e liderança constantes dos conselheiros com os cooperados, em parte, porque alguns deles residem na mesma comunidade onde a sede está localizada e compram insumos químicos da cooperativa (a preços mais baratos) para sua produção.

O capítulo de autoria de Dércio Bernardes de Souza, Verlaine Alves da Cunha Ribeiro, Marcela Gomes da Silva e Mariluce Paes-de-Souza, intitulado “Rede de cooperação na Amazônia brasileira: o caso da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre)”, analisa a Rede de Cooperação na Cooperacre, identificando um diversificado debate acadêmico sobre a relevância das redes organizacionais e também das redes de cooperação na expansão das organizações, principalmente em pequenas empresas que almejam se consolidar no atual mercado. Identificou-se, na visão dos autores, uma nova forma de se relacionar economicamente, trazendo benefícios para as empresas que vislumbram redes de cooperação. Essa nova abordagem, na verdade, é uma resposta às diversas mudanças que ocorrem no ambiente operacional e à demanda do mercado.

O capítulo de autoria de Marcelo Guimarães, Mariluce Paes-de-Souza, Elaine Rodrigues, Diego Cristovão Alves de Souza Paes, Dércio Bernardes de Souza e Fabiana Rodrigues Riva Kovalchuk, intitulado “A relação do nexos água-energia-alimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto extrativista na Amazônia”, analisa como se dá a relação da abordagem nexos água-energia-alimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Reserva Extrativista Lago do Cuniã, localizada no município de Porto Velho. Água, energia e alimentos são recursos basilares e intrínsecos ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade, deste modo, o uso insustentável, ou mesmo, a gestão deficiente de um poderá comprometer a oferta e a acessibilidade dos outros dois. (Caputo *et al.*, 2021; Chiodi *et al.*, 2021; Pahl-Wostl, 2019). O pensamento nexos requer criar estratégias que possibilitem a utilização destes recursos sem comprometer as demandas atuais e futuras. Com vistas a oferecer soluções integrativas para gerir os recursos ambientais, com o

cuidado necessário que garanta a prevenção da pobreza e ampare o desenvolvimento sustentável. (Nações Unidas, 2016; Oliveira, 2018).

O capítulo de autoria de Marina Castro Passos de Souza Barbosa e Haroldo de Sá Medeiros, intitulado “Rede de relacionamento para implementação do turismo em uma unidade de conservação na Amazônia: o caso dos atores públicos do parque estadual de Guajará-Mirim (PEGM), Rondônia, Brasil”, analisa a rede de relacionamento dos atores públicos envolvidos no processo de planejamento, com o entendimento de que a universidade pública de uma região Amazônica precisa estar atenta para compreender as demandas econômicas, sociais, ambientais e políticas do contexto na qual está inserida, na condição de instituição produtora de conhecimento científico ou para o intercâmbio dos saberes entre a academia e a sociedade, tornando uma relação salutar, convergente para o desenvolvimento regional, onde o conhecimento da etapa que constitui o planejamento público constituído de uma rede de relacionamentos, resultará em pesquisa realizada, objeto base para nortear políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo na região, tendo como partícipe principal do processo a comunidade, organizações privadas locais e de cidades próximas que dão acesso ao PEGM.

O capítulo de autoria de Vanessa Fernanda Rios de Almeida, Gleimíria Batista da Costa Matos, Sérgio Castro Gomes e Cirleia Carla Sarmento Santos Soares, intitulado “O potencial da compra institucional da agricultura familiar em Porto Velho”, analisa as oportunidades e desafios apresentados pela compra institucional de alimentos da agricultura familiar na cidade de Porto Velho, Rondônia. Mapeia os desafios enfrentados e identifica as boas práticas que podem ser utilizadas como modelo para o fortalecimento da agricultura familiar. A análise proposta tem caráter inovador, agregando ao debate o desenvolvimento sustentável e políticas públicas, articulando agricultura familiar e compra institucional. Porto Velho pode se tornar um exemplo de boas práticas a serem seguidas por outras cidades, promovendo assim um ambiente econômico mais robusto e inclusivo para todos.

O capítulo de autoria de Igor de Jesus Lobato Pompeu Gammarano, intitulado “Novos cenários da influência digital: autenticidade encenada,

afeto sob demanda e cumplicidade transmidial na era dos seguidores hiperimersos”, analisa as categorias emergentes da percepção dos seguidores, elucidando as nuances da influência digital sob a ótica de quem consome e co-constrói narrativas no universo das mídias sociais. Supre um gap teórico relevante ao oferecer uma análise que ultrapassa abordagens tradicionais centradas em métricas objetivas de engajamento ou estratégias comerciais de influência, explorando dimensões subjetivas e afetivas ainda pouco investigadas na literatura contemporânea. (Scribano, 2024; Garg & Bakshi, 2024). Contudo, poucos estudos oferecem uma visão integrada e fundamentada empiricamente sobre como esses elementos coexistem e interagem na experiência cotidiana dos seguidores. A contribuição teórica reside, portanto, na proposição de categorias analíticas, como a autenticidade performática estratégica, a influência metamórfica, a afetividade utilitária, a estética moral e a cumplicidade transmidial, ampliando o repertório conceitual do campo e respondendo às chamadas por abordagens mais interpretativas e contextuais. (Aw & Agnihotri, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Além disso, ao mapear empiricamente como seguidores legitimam, questionam ou instrumentalizam sua relação com influenciadores, o estudo revela dinâmicas subjetivas que desafiam a compreensão linear dos processos de persuasão, evidenciando zonas de ambivalência, aceitação paradoxal e coautoria narrativa.

Boa leitura a todos!

Porto Velho-RO, julho de 2025.

Prof. Dr. Theophilo Alves de Souza Filho



APRESENTAÇÃO

A proposta da Rede de Cooperação Acadêmica de Programas de Pós-Graduação em Administração da Amazônia (RECAPAM) foi um dos objetivos do projeto Procad-Capes “Diversidade amazônica: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável”, e leva em consideração o *status quo* das pesquisas sobre as cadeias e arranjos produtivos locais de produtos da sociobiodiversidade da Amazônia, e aprofunda os aspectos da integração em quatro componentes básicos: (1) componente econômico, envolvendo a quantidade e qualidade da produção, a renda, uso de boas práticas e inovações tecnológicas e a inserção no mercado; (2) componente social, considerando a organização dos pequenos produtores, ocupação da força de trabalho e educação técnica e formal, (3) componente ambiental, levando em conta os serviços ecossistêmicos de provisão, regulação, cultura e formação dos recursos naturais, (4) o componente de gestão do desenvolvimento, que incluiu as estratégias competitivas e sustentáveis, o arranjo institucional que exerce influência sobre o desenvolvimento de pesquisas e a governança das cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, dos produtos da agricultura familiar e das commodities desenvolvidas na região amazônica.

A RECAPAM representa uma iniciativa de ampliação do escopo das pesquisas efetuadas na região (Paes-de-Souza e Pedrozo, 2017), financiadas pelo CNPq e CAPES, com vistas à análise das cadeias de valor de produtos madeireiros e não madeireiros. A ampliação desse escopo tem pertinência com as linhas de pesquisas dos programas das instituições associadas, podendo, inclusive, possibilitar a criação ou reformulação destas. Essa rede foi criada no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Amazônia – Edital 21/2018. Processo 23038.005350/2018-78, oriunda do projeto submetido pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com a Universidade da Amazônia (UNAMA), que compõem a rede, cujos resultados de pesquisas são apresentados à sociedade em dois volumes desse e-book.

Pesquisas como essas, tendem a gerar estratégias adequadas ao desenvolvimento local ao estudarem as questões socioeconômicas e ambientais das cadeias e arranjos produtivos da Amazônia e por envolverem a participação interinstitucional de pesquisadores com visão interdisciplinar, para gerar novos conhecimentos ajustados à realidade das dinâmicas produtivas regionais. A RECAPAM tem como objetivo promover o intercâmbio interinstitucional entre a UNIR, a UNAMA e a UFRGS, visando contribuir com o desenvolvimento da Região Norte. Tendo como premissa que o processo de compartilhamento de conhecimento é contínuo via intercâmbio dos discentes e dos professores visitantes e/ou das ações de ensino na modalidade sanduíche.

Ressalta-se a importância da oportunidade na efetivação da parceria estratégica entre a UNIR e a UNAMA, especificamente pelos programas de pós-graduação em administração strictu sensu, uma vez que são duas universidades com oferta de curso nessa modalidade e área, o que é fundamental para impulsionar o desenvolvimento da Pós-Graduação em Administração na Amazônia, com o apoio da UFRGS e seu Programa de Pós-graduação em Administração consolidado e reconhecido por sua excelência, e que tem contribuído com pesquisas na Região Amazônica, em comunidades e organizações, dentro da temática de cadeias e arranjos produtivos.

Trabalhando de forma colaborativa, a equipe de pesquisadores das universidades associadas busca investigar e propor inovações sobre a produção na Amazônia, considerando a sua diversidade, o capital social, os recursos e as políticas públicas inerentes à manutenção de serviços e ecossistemas para promover o desenvolvimento sustentável local. Neste sentido, foi dada continuidade de pesquisas, ampliando o foco para a produção na Amazônia que inclui os organismos aquáticos e produtividade pesqueira, além da exploração dos recursos naturais, considerando as instalações de hidrelétricas na região, como é o caso dos estados de Rondônia e do Pará.

A Amazônia, reconhecida mundialmente pela diversidade e singularidade de seus recursos, está localizada na região Norte do Brasil. Nela, estão inseridos diversos agentes que organizam e se articulam para a

promoção do desenvolvimento sustentável local, a partir da exploração de uma diversidade de recursos naturais e produtos agroflorestais. O contexto amazônico tem como marca sua biodiversidade e a diversidade sociocultural, com significativo potencial produtivo local de recursos mobilizáveis e mobilizadores. Tem como características formas de organizações que agregam diversos agentes articulados em atividades econômicas, políticas, sociais e ambientais, envolvendo diferentes contextos e dinâmicas de integração, governança e desenvolvimento local. Os produtos oriundos da sociobiodiversidade da Floresta Amazônica geram produtos e serviços ecossistêmicos, que influenciam nas condições climáticas, no fluxo e estoque dos recursos hídricos, madeireiros e minerais explorados por grandes projetos, e que causam grande impacto na mobilização de recursos humanos, potencializando alternativas de trabalho, de geração de renda e de desenvolvimento das comunidades na Amazônia. No entanto, eles também causam impactos irreparáveis nos ecossistemas ribeirinhos.

Nesse universo, existem várias organizações que trabalham com o processamento e transformação de produtos oriundos do extrativismo e agricultura familiar de várzea, inclusive a caça e a pesca extrativa. E elas agregam valor a uma variedade de produtos para autoconsumo e comercialização do excedente em nível local, regional e até nacional e internacional. Algumas dessas organizações, como, por exemplo, as do Terceiro Setor, articulam populações tradicionais, extrativistas, órgãos públicos, organizações não governamentais, entre outros parceiros. Esses atuam na formação de laços de cooperação para orientar e viabilizar diversas trajetórias de desenvolvimento, a partir das dotações de conhecimento, tecnologias e recursos locais.

As características regionais motivaram a proposição do projeto “Diversidade amazônica: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável” que favoreceu diversos estudos sobre o contexto Amazônico, o qual se ressentia da operacionalidade dos diversos instrumentos de Políticas Públicas orientadas para os produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar. As pesquisas, cujos resultados são apresentados neste compêndio, consideram sua diversidade natural e cultural, capital humano e capital social, *bonding* e *bridging*, e recursos para alavancar o processo de desenvolvimento local.

Esse projeto teve como objetivo geral analisar a diversidade das principais cadeias produtivas do extrativismo na Amazônia, considerando a construção de capital humano, capital social, desenvolvimento de adaptação de tecnologias e inovações de processo, produtos e gestão, no contexto das boas práticas de produção e comercialização dos produtos, a partir da exploração dos recursos naturais e atuação das políticas públicas com foco nas capacidades, nos agentes e na organização social da produção para o desenvolvimento local, visando propor estratégias competitivas sustentáveis para a produção e inserção nas cadeias produtivas globais de alimentos funcionais, o que possibilitará novas perspectivas de objetos de estudo que ampliem a discussão internacional sobre as cadeias globais de alimentos.

Foram utilizados, como referencial teórico de suporte, abordagens de cadeias de valor inclusivas e sustentáveis, desenvolvimento local, capital social, políticas públicas, cadeia-redes, recursos mobilizáveis e mobilizadores. E o projeto se desenvolveu também com base em pesquisas de natureza quanti-qualitativa de caráter descritivo e explicativo, e a utilização do aporte econométrico e de estatística multivariada para a especificação de modelos e geração de resultados empíricos com rigor científico.

A Amazônia brasileira é um universo para a pesquisa, consistindo em comunidades agroextrativistas e comunidades afetadas por barragens, decorrentes de instalações de hidrelétricas, e ainda, organizações que agregam valor, beneficiando produtos amazônicos oriundos de recursos naturais de florestas plantadas, como, por exemplo, o açaí, ou outras essências nativas. A escolha de comunidades com essas naturezas se justifica para dar continuidade a outros projetos, para avançar na relação com as comunidades e apoiá-las em suas escolhas bem como, ampliar para comunidades afetadas com a instalação de barragens das hidrelétricas nessa mesma região, o que requer transição de uma visão de cadeias para outra de rede, mais ampla, fazendo interface com as políticas públicas, como pode ser observado na proposta da RECAPAM.

Rondônia, Pará e Rio Grande do Sul, julho de 2025.

Profa. Dra. Mariluce Paes-de-Souza – UNIR

Profa. Dra. Tania Nunes da Silva – UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Castro Gomes – UNAMA

DISCUSSÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE FRACA E FORTE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, RONDÔNIA

Eliane Alves da Silva¹

Eugenio Avila Pedrozo (*In Memoriam*)²

Tania Nunes da Silva³

INTRODUÇÃO

De acordo com o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), a Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo,

¹ Doutora pela Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuante na linha de pesquisa em Inovação, tecnologia e sustentabilidade, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia (PPGA-UNIR). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1834027792929773>. E-mail: eliane.alves.silva@unemat.br

² Doutor pelo *Institut National Polytechnique de Lorraine* (1995), mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991), graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Maria (1980), Administração de Empresas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1986) e em Ciência Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1988). Professor Aposentado, Titular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Específicos, atuando principalmente nos seguintes temas: sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, complexidade, RSC - responsabilidade social corporativa, configurações interorganizacionais, estratégias sustentáveis, inovações sustentáveis, educação para a sustentabilidade, aprendizagem transformadora, sistêmica, multidimensionalidade, multinível, inter/transdisciplinaridade, teoria da atividade, BOP - base da pirâmide, comunidades, relação sociedade-ambiente, sistemas sócioecológicos, Amazônia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0734321648126694>. E-mail: tnsilva@ea.ufrgs.br

³ Doutora em Sociologia (1998) e mestre em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) (1994), especialista em Administração Financeira pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) (1982) e em Administração Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP) (1986) e graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) (1980). Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aposentada em 03/09/2020. Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aposentada em 03/09/2020, e a partir de então tem vínculo como docente convidada. É vice-coordenadora do Gestor (Grupo de Estudos em Organizações) cadastrado no CNPq. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em agricultura familiar, complexidade, cooperativas, sustentabilidade, empreendedorismo coletivo, cooperação, estratégia e inovação social, tecnologia social, empreendedorismo social, Few Nexus (alimentos, energia, água). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4693674427102054>. E-mail: tnsilva@ea.ufrgs.br

possuindo cerca de 7,5 milhões de quilômetros quadrados. Leal (2019) ressalta que 68% do território total da Amazônia faz parte do Brasil. Porém, parte da Região Amazônica se tornou uma floresta urbanizada, e a população que hoje vive na Amazônia Legal é de aproximadamente 29.396.954 milhões de habitantes. (IBGE, 2021a; 2021b). Logo, ela abriga cerca de 13,50% da população brasileira. (Silva; Pedrozo; Silva, 2025).

O bioma amazônico é único e complexo, e os programas desenvolvidos pelo Estado buscavam fortalecer uma forma de organização de fronteira, cooptando a população rural e replicando o padrão nacional da estrutura fundiária com forte concentração de terras (Becker *et al.*, 1990), que o acaba se refletindo nos padrões atuais de desenvolvimento. (Silva *et al.*, 2021a). Segundo Abramovay (2018), a área plantada de soja na Amazônia Legal passou de 1,14 milhão de hectares na safra 2006–2007 a 4,5 milhões de hectares em 2016–2017. Isso corresponde a 13% da superfície que o Brasil dedica ao produto. (Rodrigues, 2018; Silva *et al.*, 2021a).

Essa dicotomia na região reflete, conforme Celso Furtado (2001), um modelo de desenvolvimento criado pelo capitalismo industrial no qual os povos da periferia são orientados a aceitar grandes sacrifícios, para legitimar a destruição e justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo.

Nesse contexto, são observadas diferentes abordagens econômicas que estabelecem formas de interpretar, analisar e propor alternativas à crise socioambiental. E, enquanto a economia convencional sugere que todos os problemas podem ser resolvidos no âmbito das relações econômicas, a Agroecologia propõe uma mudança de enfoque, da qual se possa estudar e entender como as atividades econômicas afetam o ambiente, assim como a maneira como elas determinam o uso dos recursos naturais, alterando as relações ecológicas pré-existentes. (Silva *et al.*, 2021b).

Porém, uma mudança da interpretação socioeconômica entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável depende do comportamento individual dos atores sociais, que podem contribuir para reduzir seu impacto no meio ambiente, sem necessariamente levar em conta penalidades econômicas ou incentivos.

Oskamp (2000) sugere que o problema crítico não está relacionado a convencer indivíduos da necessidade de mudar seu comportamento, mas uma série de complexas estruturas e mudanças psicológicas necessárias para permitir que os indivíduos percebam essas preocupações ambientais. Essas preocupações ambientais podem ser classificadas em uma escala de sustentabilidade que abrange indivíduos que valorizam recursos naturais, e que acreditam que esses não podem ser substituídos em relação a outro grupo que argumenta que esses recursos, podem ser substituídos. (Silva, 2020; Silva; Pedrozo; Silva, 2025). Para Barr (2008) e Davies (2013), isso levou ao desenvolvimento do que é amplamente conhecido como abordagens de sustentabilidade “fraca” e “forte”.

Logo, para compreender formas fracas e fortes de sustentabilidade em termos ambientais, valores políticos e ética, este capítulo propõe um estudo empírico na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na capital do Estado de Rondônia, Porto Velho. Este estudo se justifica pelo fato de evidenciar a integração da alimentação escolar com a agricultura familiar na Região Norte, pelo fato de aumentar a inserção de pequenos agricultores como fornecedores de alimentos mais saudáveis e proporcionar incentivos para produtos da economia local, com orientação ao desenvolvimento sustentável.

HISTÓRICO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve suas origens no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), o qual foi fundado em agosto de 1940 (Peixinho, 2013). Em janeiro de 1946, fundou-se o Instituto Nacional de Nutrição (INN), o qual incorporou o Instituto de Tecnologia Alimentar, criado em 1944. A novo órgão era dividido em quatro seções: pesquisa biológica, pesquisa social, educação alimentar e patologia clínica. (Silva, 1995; Silva; Pedrozo; Silva, 2022; Silva; Pedrozo; Silva, 2023a; Silva; Pedrozo; Silva, 2023b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024a; Silva; Pedrozo; Silva, 2024b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024c; Borges-de-Souza *et al.*, 2024).

Durante a década de 1950, o deputado federal e Presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e



Alimentação (FAO), Josué de Castro, teve como objetivo despertar a consciência mundial para o problema da fome e da miséria, promovendo projetos que evidenciavam a fome e sua possível solução pela ação e vontade dos atores sociais. (Peixinho, 2013; Borges-de-Souza *et al.*, 2024). Silva (1995) menciona que em 1952 foi elaborado o plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil, que contemplou assuntos nutricionais, expansão da merenda escolar, assistência alimentar a adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos, apoio à indústria de alimentos. Deste projeto, resultou a Campanha de Merenda Escolar (CME), instituída pelo Decreto n. 37.106, instituída em 31 de março de 1955 pelo presidente Getúlio Vargas. (FNDE/PNAE, 2019a; Silva, 2020).

O período entre 1955 e 1970, foi caracterizado pelo predomínio da participação de organismos internacionais no PNAE. E, a década de 1960 foi marcada fortemente pela presença de alimentos provenientes dos Estados Unidos, financiados pela *United States Agency for International Development* (USAID) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Organizações das Nações Unidas. (Peixinho, 2013; Silva, 2020; Borges-de-Souza *et al.*, 2024).

Em 1976, ocorreu a integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN). Em 1979, o Programa passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entre 1976 e 1984, o PNAE se constituiu em uma das diretrizes do II PRONAN, coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. (Peixinho, 2013; Silva, 2020; Pedrozo; Silva; Pedrozo; Silva, 2022; Silva; Pedrozo; Silva, 2023a; Silva; Pedrozo; Silva, 2023b; Borges-de-Souza *et al.*, 2024).

No período de 1986 a 1988, a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) estimulou a descentralização, por meio da municipalização. O programa se restringiu a 83 municípios do país (1986) e foi ampliado para 154 (1987) e 184 (1988). A FAE era responsável pelo financiamento, normatização, compras dos alimentos formulados e industrializados, enquanto as prefeituras gerenciavam o programa, podendo adquirir

alimentos básicos e *in natura* dos produtores locais, cooperativas, indústrias e produtores rurais de pequeno e médio porte. (Spinelli; Canesqui, 2002; Silva, Pedrozo; Silva, 2022).

Com relação à institucionalização dos mecanismos de gestão, a Portaria n. 44, de 1993, instituiu um Grupo de Trabalho para preparar as diretrizes que direcionariam a descentralização do PNAE. Como resultado do aprofundamento das iniciativas de descentralização, em julho de 1994, foi promulgada a Lei n. 8.913, a qual dispôs sobre a municipalização da alimentação escolar. Havia duas formas de operacionalização, uma das possibilidades era da FAE, que comandava o programa naquele período, enviar os recursos para os estados e estes, posteriormente, repassarem para os municípios que não haviam aderido à municipalização. A outra forma era a municipalização propriamente dita, com remessa de recursos da FAE diretamente para os municípios que tinham aderido ao processo de descentralização da merenda escolar. O acompanhamento e a fiscalização ficavam a cargo da FAE e das Secretarias de Educação de Estados e Municípios, complementados pela atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar. (Silva, 2020).

Para Schwartzman *et al.* (2017), com a descentralização da gestão do PNAE, em 1994, abriu-se a oportunidade de fortalecer os circuitos locais entre produção e comercialização e comprar localmente, fornecendo uma alimentação escolar mais variada e condizente com os hábitos alimentares da região. Porém, devido às dificuldades impostas pela Lei n. 8.666, a implementação das compras locais era difícil. Havia incertezas e falta de conhecimento de como colocá-la em prática, justamente com relação a como efetivar as compras sem descumprir essa lei.

Em 1997, a FAE foi extinta e seus programas foram incorporados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (Peixinho, 2013). Em 14 de dezembro de 1998, com a Medida Provisória n. 1.784, o repasse dos valores passou a ser efetuado diretamente. Ao final de 1998 e início de 1999, iniciou-se o repasse de recursos financeiros do Governo Federal, não mais por convênios, mas por transferências automáticas. Em 2000, foi estabelecido pelo Governo Federal o repasse financeiro para os estados e os municípios, porém era necessária a existência obrigatória dos

Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). (Peixinho, 2013; Silva, 2020; Borges-de-Souza *et al.*, 2024).

Segundo Schwartzman *et al.* (2017), a partir de 2003, foram colocadas como prioridade na agenda de desenvolvimento do país, ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Durante esse processo, várias políticas relacionadas ao tema foram elaboradas ou fortalecidas. A estratégia Fome Zero foi uma dessas políticas, e o PNAE foi incluído como uma prioridade. Nesse mesmo ano, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, o qual possui como finalidades básicas promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Foi a partir do PAA que se consolidou a compra diretamente com a agricultura familiar, resolvendo o impasse da Lei n. 8.666 sobre a implementação de compras locais.

A Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, resultou de um processo intersetorial no Governo Federal e da participação da sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) (Peixinho, 2013), além do esforço e mobilizações sindicais como o Grito da Terra Brasil. A movimentação sindical organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e Federações dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAGs), no período de 13 a 27 de maio de 2009, por meio de 52 audiências, envolveram mais de 30 órgãos do governo, 14 ministros e vários secretários executivos, e influi na aprovação, pelo Senado Federal, da Medida Provisória n. 455/09 (MP 455/09). Essa MP determinava que a compra dos alimentos para merenda escolar fosse de, no mínimo, 30% de agricultores e agricultoras familiares. (Broch, 2009; Silva, Pedrozo; Silva, 2022; Silva, Pedrozo; Silva, 2023a).

A Resolução FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013, corroborou com a Lei n. 11.947, diluindo dúvidas sobre quem poderia atender à demanda da alimentação escolar. Essa resolução estabeleceu que além da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para ser considerado um agricultor familiar, o indivíduo deveria praticar atividades no meio rural, possuir área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento



ou empreendimento pela própria família. Ela considerava, também, como agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. (FNDE, 2019b; Silva; Pedrozo; Silva, 2022; Silva; Pedrozo; Silva, 2023a; Silva; Pedrozo; Silva, 2023b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024a; Silva; Pedrozo; Silva, 2024b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024c).

Em 3 de abril de 2015, a Resolução CD/FNDE n. 4 alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE n. 26, os quais tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. A Resolução, publicada em 2015, modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais de assentados da Reforma Agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate; definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar que são aqueles publicados na chamada pública; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato. (FNDE, 2019b; Silva; Pedrozo; Silva, 2022; Silva; Pedrozo; Silva, 2023a).

Outra ferramenta importante que complementou a Lei n. 11.947 foi a Portaria Interministerial n. 284, de 30 de maio de 2018. Por meio dela foi instituída uma lista de espécies da sociobiodiversidade, para fins de comercialização *in natura* ou de seus produtos derivados, no âmbito das operações realizadas pelo PAA, pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e pelo PNAE. (Silva; Pedrozo; Silva, 2022).

Em 8 de maio de 2020, foi aprovada a Resolução FNDE n. 6, que trouxe mudanças no critério de seleção de grupos formais da agricultura

familiar, em que as cooperativas, que possuem em sua composição maior percentagem de participação de cooperados com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) individual, terão prioridade. Logo, o que influencia como desempate não é o quantitativo de cooperados, mas a percentagem de cooperados com DAP em relação ao número total de cooperados. Por exemplo, há uma concorrência entre duas cooperativas: uma possui 250 cooperados, dos quais 50% possuem DAP; enquanto a segunda cooperativa possui 200 cooperados, dos quais 70% possuem DAP. Então, a segunda cooperativa teria prioridade no acesso ao recurso. (Brasil, 2020b; Silva, 2020).

Em virtude da Pandemia de Coronavírus, antes mesmo da Resolução n. 6/2020, foi homologada em 7 de abril a Lei n. 13.987/2020, que alterou a Lei n. 11.947/2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. O FNDE instituiu, em 9 de abril, a Resolução n. 2/2020 que regulamentou a distribuição de gêneros alimentícios a critério do poder público local. (Silva, 2020; Silva; Pedrozo; Silva, 2024c). O ano de 2020 foi desafiante, pois em todo o país as escolas permaneceram fechadas ou em regime híbrido, em que houve uma rotação de alunos por dias da semana, evitando aglomerações nas escolas.

Do ponto de vista operacional, participa do PNAE, o Governo Federal, por meio do FNDE, o qual é responsável pela definição das regras do programa. As entidades executoras são as Secretarias de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e incluem, também, as escolas federais. Por unidades executoras, caracterizadas por serem uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, vinculadas às escolas, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas. As unidades executoras podem ser chamadas de “caixa escolar”, “associação de pais e mestres”, “círculo de pais e mestres”. (FNDE, 2019b; Silva, Pedrozo; Silva, 2022).

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE), é responsável por acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são

armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo, a execução financeira e a tarefa de avaliação da prestação de contas das entidades executoras e emissão do parecer conclusivo. (FNDE, 2019b; Silva; Pedrozo; Silva, 2022; Silva; Pedrozo; Silva, 2023a; Silva; Pedrozo; Silva, 2023b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024a; Silva; Pedrozo; Silva, 2024b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024c).

O Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União são órgãos do governo federal, que também fiscalizam o programa. O Ministério Público Federal, juntamente com o FNDE, recebe e investiga as denúncias de má gestão do programa. Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem colaborar com o PNAE por meio de inspeções sanitárias, por atestar a qualidade dos produtos utilizados na alimentação ofertada e por articular a produção da agricultura familiar. O CAE é responsável pelas fiscalizações nas escolas e secretarias de educação. (FNDE, 2019b; Silva; Pedrozo; Silva, 2022; Silva; Pedrozo; Silva, 2023a; Silva; Pedrozo; Silva, 2023b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024a; Silva; Pedrozo; Silva, 2024b; Silva; Pedrozo; Silva, 2024c).

SUSTENTABILIDADE FRACA E FORTE NO CONTEXTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Schwartz (1977; 1992), os princípios orientadores na vida diária são os valores, os quais fornecem a base para informar e tomar decisões sobre todos os aspectos da vida. Os valores são conduzidos por uma variedade de contextos sociais, mas são formados no início da vida. Schwartz (1992) argumenta que, embora os valores sejam inerentemente pessoais por natureza, existem alguns “universais”, que podem ser rastreados dentro e entre sociedades. Para Barr (2008), esses princípios implícitos são inerentes à discussão do desenvolvimento sustentável, além de estarem relacionados a valores, ética e conhecimentos, conforme é evidenciado na Figura 1.

Figura 1 – Conceitos-chave para explorar o desenvolvimento sustentável

Valores Socioambientais	Ética Necessidades de capital	Conhecimento Disciplina ao posicionamento
Conceitos		
Tempo	Espaço	Capital
Desenvolvimento Sustentável		
Setores	Implementação	Modelos
Economia	O ciclo político	Harmonização
Ambiente	<i>Top-Down</i>	Inserção
Sociedade	<i>Bottom-Up</i>	Fraco / Forte
	Mecanismos de Participação	

Fonte: Barr (2008, p. 32)

No seu estudo, em mais de 20 países, Schwartz (1992) argumentou que havia um conjunto de valores sociais comuns nessas sociedades. Este mesmo argumento foi aplicado ao meio ambiente por uma ampla gama de autores, de ambas as bases teóricas e empíricas. Estes estudos são extraídos de uma variedade de disciplinas de ciências sociais, incluindo Economia, Sociologia, Psicologia e Geografia. O primeiro conjunto de valores pode ser estabelecido em qualquer estudo de atitudes em relação às questões ambientais pertencentes ao relacionamento humano com o ambiente natural. (Barr, 2008). Como Moffatt (1996) observou, a Comissão Brundtland (WCED, 1987) considerou que toda vida humana e não humana possuía valor. Eticamente, não está claro como o Relatório de Brundtland diferenciou os dois em termos da ética da vida não humana, em particular se tal vida era valiosa ou intrinsecamente valiosa de uma perspectiva antropocêntrica.

De fato, como acontece com os valores ambientais, a ética deve ser vista em um espectro. Por exemplo, uma forma extrema de ética ambiental defenderia os direitos fundamentais do meio ambiente e consideraria qualquer exploração do meio ambiente uma violação de leis e direitos não humanos. No entanto, o desenvolvimento sustentável tem sido mais frequentemente relacionado à capacidade de fornecer uma base ética para

entregar o mesmo nível de recurso que se possui às gerações futuras. No Relatório Brundtland (WCED, 1987), a própria definição de desenvolvimento sustentável pertence ao termo “necessidade”.

A definição de “necessidade” está relacionada à posição ética. As desigualdades enfatizadas no Relatório de Brundtland apontaram os problemas-chave na distribuição da riqueza e recursos no sistema econômico global. (Turner, 1993). Embora se produza mais comida do que nunca, isso é distribuído de forma desigual, assim como a riqueza. A noção de “necessidade” foi examinada em detalhes por Maslow (1970), que argumenta que além das necessidades básicas (como segurança, proteção e requisitos fisiológicos), os indivíduos têm uma série de necessidades de “autoatualização” relacionadas a aspectos como amor, verdade, serviço, justiça, perfeição, estética e significância. O relatório final da Comissão de Brundtland destacou implicitamente muitas dessas necessidades, porém o trabalho não aborda a ética da sociedade de consumo que permeia a economia ocidental. (Barr, 2008).

Segundo Barr (2008), na sociedade ocidental contemporânea, o consumo e a reformulação da necessidade em termos materiais colocam problemas significativos para a dimensão ética do desenvolvimento sustentável. Se fosse ecologicamente possível fornecer a todos os seis bilhões de cidadãos do mundo padrões de vida proporcionais da Europa ou da América do Norte, isso seria aceito pela maioria. No entanto, isso parece improvável, dadas as atuais restrições ecológicas e tecnológicas.

Assim, se enfrenta o dilema ético de que, para as sociedades ocidentais, o desenvolvimento significa crescimento reduzido ou aceitação do *status quo* em termos de riqueza dividida entre nações. Depois da Rio 92, muitas ONGs e organizações que apresentam interesses no Sul argumentaram que a posição ética adotada pelo Norte não era aceitável, citando as falhas éticas em manter sistemas bancários e comerciais que exploravam os países mais pobres. (Adams, 2001; Connelly; Smith, 2003). Consequentemente, a base ética para o desenvolvimento sustentável é um importante princípio a ser apreciado, dadas as divisões e contrastes que pode revelar entre as abordagens formuladas por instituições e refletidas por indivíduos em suas atitudes. (Barr, 2008).

As ciências sociais fornecem evidências de que uma abordagem puramente econômica não recebe o mesmo nível de destaque quando a questão da mudança de posicionamento individual é considerada. Conforme Oskamp (2000), psicólogo, por exemplo, houve concentração no papel de que os indivíduos podem contribuir para reduzir seu impacto no meio ambiente, sem necessariamente levar em conta penalidades econômicas ou incentivos. Sua pesquisa sugere que o problema crítico não está relacionado a convencer indivíduos da necessidade de mudar seu posicionamento, mas uma série de complexas estruturas e mudanças psicológicas necessárias para permitir que os indivíduos percebam essas preocupações ambientais.

De uma posição mais ecocêntrica, sociólogos ambientais como Dunlap *et al.* (2000) estudaram o potencial de mudança de valores sociais em relação ao meio ambiente e consumo. Sua pesquisa se refere ao potencial dos indivíduos em adotarem estilos de vida menos consumistas e materialistas. Para esse fim, sua pesquisa refletiu o trabalho de vários geógrafos (Barr, 2004; Burgess *et al.*, 1998; Burton, 2004; Eden, 1993; Wilson, 1997) que estudaram desenvolvimento sustentável em termos de mudanças de atitudes e comportamentos do público em relação ao meio ambiente, baseando novamente suas premissas em um modelo de relações natureza-sociedade. Ao contrário da interpretação econômica do desenvolvimento sustentável, pesquisadores de outras ciências sociais percebem o desenvolvimento sustentável como um processo social, que não leva necessariamente a um ponto final. (Barr, 2008).

Ao interpretar este modelo de sustentabilidade, se começa a ver o valor de estudar um conjunto de princípios como uma maneira de interpretar essa estrutura (Figura 1). Em termos de valores e ética que este modelo caracteriza, poderia se argumentar que ele apresenta uma abordagem baseada em uma visão ecocêntrica das relações sociedade-natureza, colocando ênfase nos limites ambientais. (Barr, 2008).

Ético, o modelo enfatiza mais as necessidades sociais do que as prioridades econômicas. Epistemologicamente, a base de conhecimento a partir da qual esse modelo se origina é reflexo de uma interpretação sociológica, rejeitando os argumentos de economistas ambientais, que



adotaram uma abordagem tecnocêntrica para desenvolvimento sustentável. De acordo com Barr (2008), usando os conceitos de tempo, espaço e capital, pode-se examinar criticamente esse modelo. Para o autor, esse quadro é capaz de ser usado em uma escala de escalas temporais e espaciais, mas o mais significativo é que rejeita uma definição econômica de capital, preferindo enfatizar o valor de cada componente e visualizar implicitamente as compensações como instrumentos políticos negativos.

Barr (2008) observou a importância da implementação do modelo de sustentabilidade, conforme a Figura 1. Para que isto ocorra, é necessário envolver vários elementos-chave: regulamentação na forma de legislação, ação governamental e institucional, participação e avaliação (ciclo político). Tradicionalmente, as abordagens para o desenvolvimento de políticas até os anos 1990 foram dominadas por uma abordagem de “cima para baixo da política”. (Gilg *et al.* 2005). Esta forma de formulação de políticas pressupõe que os governos, como corretores honestos e especialistas em seu campo, tenham o conhecimento e a experiência relevantes para formular e implementar políticas de uma perspectiva centralizada. No entanto, o Relatório de Brundtland (WCED, 1987) enfatizou claramente que tal abordagem “de cima para baixo” precisava ser vista dentro do contexto dos muitos problemas colocados por uma estrutura de política gerenciada centralmente. (Barr, 2008).

Tais estruturas haviam levado a decisões políticas catastróficas no passado, como assentamento em terras desmatadas na América do Sul. A importância, portanto, de uma série de partes interessadas foi vital para a formulação de políticas, exigindo consulta e responsabilidade democrática. Essa forma alternativa de formulação de políticas, denominada “de baixo para cima” ou “de base”, enfatizou a participação na tomada de decisões de todos os grupos interessados. (Baker, 2006).

Interações de “cima para baixo” e de “baixo para cima”, particularmente nas Ciências Sociais, são entendidas como intimamente relacionadas aos processos de tomada de decisão. Além disso, definidas como estratégias, as relações “de baixo para cima” e “de cima para baixo” têm sido usadas para definir e coordenar ações nos sistemas econômicos para alcançar certas metas e objetivos. A estratégia “de cima para baixo”

pode incentivar um plano de ação baseado nos objetivos impostos de cima e envolve uma estratégia holística de controle centralizado. A estratégia “de baixo para cima” parte dos elementos no nível individual e se move para cima. As ações deliberadas ou impostas de cima para baixo ou de baixo para cima podem resultar em centralização ou descentralização e, portanto, produzir mudanças notáveis nos sistemas sociais ou econômicos. (Duek; Brodjonegoro; Rusli, 2010).

Assim, enquanto os estados continuam a servir como repositórios primários de autoridade, há um aumento de pedidos por práticas mais participativas, a fim de melhorar tanto a legitimidade quanto a natureza democrática da maneira pela qual a sociedade se envolve com a sociedade. Ao mesmo tempo, o envolvimento regional e local também atua como uma pressão para o desenvolvimento de novas formas de governança, principalmente para que variações regionais, capacidade e necessidades possam ser consideradas nos planos de desenvolvimento sustentável. (Baker, 2006).

Baker (2006) faz um exame do valor de participação na elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável. Normativamente, as mudanças que a sociedade precisa fazer para avançar em direção ao desenvolvimento implicam que somente por meio do aumento da participação é que a sociedade pode construir uma “base pública compartilhada”, para fundamentar a legitimidade e aceitação de restrições e correções.

Funcionalmente, Baker (2006) argumenta que, por necessidade, a natureza abrangente do desenvolvimento sustentável significa que muitos grupos da sociedade precisam ser consultados para atender às suas necessidades e preocupações. Embora isso tenha grandes obstáculos políticos, principalmente para representar perspectivas alternativas, foi preciso avançar na busca de consenso. A natureza da participação é, no entanto, mais problemática do que o estabelecimento do princípio do que seja um “bem” social.

Por tanto, os pesquisadores buscaram formas alternativas e mais sofisticadas para a gama de premissas incluídas nas políticas de

sustentabilidade. Isso levou ao desenvolvimento do que é amplamente conhecido como abordagens de sustentabilidade “fraca” e “forte”. Os termos foram originalmente desenvolvidos por economistas ambientais, como Pearce (1993) e Turner (1993), embora tenham sido adotados e adaptados por outros cientistas sociais. (Baker, 2006; Gibbs *et al.*, 1998). O posicionamento sobre o capital está no centro dessa abordagem rumo ao desenvolvimento sustentável. Uma abordagem forte, rumo ao desenvolvimento sustentável, tem como base o desejo de manter níveis de capital natural, definidos por Pearce (1993) como funcionais ou valorizados. Uma abordagem fraca de desenvolvimento sustentável argumenta que o capital natural, de qualquer tipo, pode ser negociado e substituído por capital humano, desde que o capital total repassado para a próxima geração seja constante ou crescente.

Embora Turner (1993) forneça uma conta baseada em economia, Pearce (1993) desenvolveu um *continuum* que ele costuma posicionar fraco e formas fortes de desenvolvimento sustentável, em termos ambientais, valores políticos e ética. Uma versão adaptada disso é fornecida no Quadro 1, com adições de Barr (2008) e Davies (2013).

Quadro 1 – Espectro de Sustentabilidade

	Tecnocêntrico		Ecocêntrico	
Indicadores verdes	Cornucópia	Acomodado	Comunalista	Ecologia Profunda
	Recursos explorados.	Recursos conservados em uma postura de gerenciamento.	Recursos sob um posicionamento preservacionista	Posicionamento de extremo preservacionismo.
Tipo de Economia	Antieconômica verde, mercado livre sem restrições.	Economia e mercado verde guiados por incentivos.	Economia verde profunda. Não ao crescimento da economia e da população.	Economia verde profunda, fortemente regulamentada para minimizar a retirada de recursos.

Continua...



	Tecnocêntrico	Ecocêntrico
Estratégias de Gerenciamento	Política de Economia Primária, voltada ao crescimento econômico (Produto Interno Bruto – PIB). Tomado com incontestável, sem restrições. Mercados em conjunção com o progresso técnico que irá garantir infinita substituição. Possibilidades capazes de mitigar todos os limites de escassez. Restrições a fontes ambientais que podem desaparecer Crescimento econômico ajustado (Utiliza a contabilidade verde para mensurar o Produto Interno Bruto – PIB). Importante dissociação, pois a substituição infinita é rejeitada. As regras de sustentabilidade seguem a regra de capital constante	Redução de escala imperativa do extremo para uma interpretação literal de Gaia, personalizada como um agente do qual possui moral, obrigações e deveres. Dissociação, mas nenhum aumento nos sistemas de escala. Perspectiva de saúde para todo ecossistema é importante. Hipóteses e implicações de Gaia.
Ética	Suporte para ética tradicional, discurso sobre direitos e interesses de humanos individuais e contemporâneos, valor instrumental da natureza. Extensão do discurso ético para “cuidar dos outros”, equidade intra e inter gerencial, valor instrumental da natureza.	Maior extensão do discurso ético; interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais. Aceitação da Bioética. Valor intrínseco da natureza (valioso em seu próprio direito).
Indicadores de Sustentabilidade	5 Muito fraco: Modificação de estruturas existentes; aparência superficial e mudanças mínimas. Fraco: Mudança de alguns processos; negociação com problemas menos tangíveis.	Muito forte: Uma mudança “cultural”; elementos do sistema tanto internos quanto externos são alterados. Forte: Mudança no sistema por completo, examinando o “sistema” como um elemento.

Fonte: Baseado em de Barr (2008, p.46) e Davies (2013, p.16)

Para compreender o espectro de sustentabilidade, o estudo seminal de valores e comportamento ambiental de Dunlap e Van Liere (1978),



realizado nos Estados Unidos, se faz necessário. Os autores argumentaram que perspectivas “biocêntricas” e “antropocêntricas” sobre o meio ambiente foram significativas para orientar ação ambiental dos indivíduos. Esses valores devem ser vistos em um *continuum*, com uma posição biocêntrica extrema representando valores que posicionam os seres humanos como iguais à natureza, além de não fazer distinção com base na hierarquia entre humano e não humano. Uma posição antropocêntrica extrema sustenta que os humanos são distintamente diferenciados e, em termos hierárquicos, da natureza. Na realidade, o uso de tais espectros inevitavelmente significa que cada indivíduo pode ser colocado em um ponto diferente ao longo do espectro. Por exemplo, muitos indivíduos podem manter uma posição antropocêntrica, em geral, acreditando que os seres humanos são distintos da natureza, mas não necessariamente consideraria os não humanos como “inferiores”. (Barr, 2008, p. 46; Davies, 2013; Neumayer, 2013).

Como argumentou Pepper (2003), existem inúmeras “posicionalidades” relacionadas ao ambiente. No entanto, é importante observar a importância de apreciar o papel que os valores subjacentes têm ao enquadrar visões em relação ao meio ambiente. Em resumo, é como relacionam-se com o meio ambiente os pontos de vista sobre o uso do ambiente natural para o desenvolvimento humano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é um estudo de caso único (Yin, 2018) de natureza qualitativa, utilizando-se como estratégia a coleta de dados primários e secundários. (Sampieri; Callado; Lucio, 2006). Em relação ao delineamento da pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. (Gil, 2019).

O município de Porto Velho foi escolhido por apresentar uma gestão que, ao mesmo tempo, é descentralizada e centralizada dos recursos do PNAE, além de ocorrer uma divisão entre município e estado no gerenciamento de escolas municipais e estaduais. O município de Porto Velho gerencia 144 escolas (Semed, 2019) e o Estado de Rondônia 74 escolas. (Seduc, 2019). O programa é gerido de maneira diferente pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) e pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc), pois cada secretaria possui decretos e leis específicos

em complemento à Lei 11.947. E essa diversidade permite um número de achados maior em relação ao objetivo da pesquisa.

É importante ressaltar que as entrevistas ocorreram em 4 períodos: maio e outubro de 2019, sendo retomadas entre janeiro e março de 2020. E, por fim, em virtude da pandemia do Coronavírus, decidiu-se voltar ao campo entre maio e setembro de 2020, para registrar alterações na execução do PNAE.

O Quadro 2 apresenta a qualificação dos 21 entrevistados e as instituições das quais participam.

Quadro 2 – Representatividade e qualificação dos entrevistados

Instituição	Código do entrevistado	Características dos entrevistados
Seduc - Secretaria de Educação do Estado SAE - Subgerência de Alimentação Escolar	ESED01	1. Nutricionista responsável pelo PNAE
SEAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado	ESEA01	2. Coordenadora estadual responsável pelo PAA
	ESEA02	3. Técnico administrativo, que participou da implantação do 1º CAERO
	ESEA03	4. Técnico administrativo responsável pela implantação da agricultura agroecológica
SEMAGRIC - Secretaria de Agricultura do Município	ESEMA01	5. Técnica agrícola responsável pela implantação de agricultura agroecológica
Semed - Secretaria de Educação do Município DIALE - Divisão de alimentação escolar	ESEME01	6. Nutricionista responsável pelo contato com os agricultores
	ESEME02	7. Nutricionista para atividades operacionais
EMATER - RO Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia	EEMA01	8. Extensionista responsável pelo PNAE

Continua...



Instituição	Código do entrevistado	Características dos entrevistados
	EEMA03	9. Extensionista responsável pelo PNAE e PAA no distrito de Nova Califórnia
UNICAFES - RO - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária	EUNI01	10. Tesoureiro
	EUNI02	11. Diretor
	EUNI03	12. Secretário
CONTAG/Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Porto Velho - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	ECON01	13. Presidente do sindicato
FETAGRO - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado	EFET01	14. Tesoureira
Associação de agricultores no setor chacareiro	ESCH01	15. Presidente da Associação
	ESCH02	16. Tesoureira da Associação
	ESCH03	17. Associada que atende o PNAE modalidade individual
COOPAFARO	ECFARO01	18. Presidente
	ECFARO03	19. Cooperado que atua com o PNAE e feiras livres
RECA - Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca e Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA.	EREC01	20. Cooperado representante na capital, Porto Velho
	EREC02	21. Diretor comercial

Fonte: Dados da pesquisa.

As entrevistas foram semiestruturadas. (Flick, 2009). Desta forma, foi utilizada a observação não participante, em que o pesquisador assume o papel de participante como observador, sendo esta uma técnica com menor envolvimento do pesquisador no campo, tendo em vista que o interesse está na observação e não na atuação deste. (Flick, 2009). Assim, as entrevistas, bem como o processo de observação, foram documentadas por meio da utilização de notas de campo. (Lofland, 1974; Lofland; Lofland, 1995). A análise dos dados coletados se deu por meio da análise de conteúdo. (Bardin, 2011).

RESULTADOS

Com uma população de 494.013 habitantes (IBGE, 2019), Porto Velho é o município mais populoso do Estado de Rondônia e o quarto mais populoso da Região Norte. Destaca-se por ser a capital brasileira com maior área territorial, estendendo-se por pouco mais de 34 mil km². É a única capital estadual que faz fronteira com outro país, a Bolívia. (Porto Velho, 2019a). Em termos econômicos, a cidade detém o PIB per capita de R\$ 28.836,46. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos do município é de 94,5%. (IBGE, 2019).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o município de Porto Velho possui 4.960 propriedades rurais, sendo que 3.642 são de agricultura familiar. (IBGE, 2020). Nesse mesmo universo de agricultores familiares, a EMATER, no ano de 2019, renovou 3.055 DAPs, emitiu 798 Declarações para Benefícios Sociais e prestou assistência técnica a 100 associações rurais e sociais, 11 cooperativas e 26 grupos informais. Foram atendidas 1.423 famílias criadoras de aves, 664 famílias criadoras de suínos, 114 famílias criadoras de ovinos e 66 propriedades que atuam na produção de leite. (Emater, 2020).

No município, a Emater assiste 8 agroindústrias do segmento vegetal certificadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), como panificação, doces, farinhas e outros; 16 agroindústrias do segmento animal, com certificação pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e/ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM); e 12 agroindústrias de polpa de fruta certificadas pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA). As atividades desses projetos foram fortalecidas com a formalização de parcerias com bancos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (Emater, 2020).

Os recursos do PNAE são enviados à prefeitura que gerencia 144 escolas (Semed, 2019) e ao governo do estado que administra 74 escolas (Seduc, 2019) na capital. O programa é gerido de maneira diferente pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) e pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc), pois cada secretaria possui decretos e leis específicos



em complemento da Lei 11.947, sendo que as atividades desses 2 Sistemas de Atividade incorporados influenciam a dinâmica de organização dos pequenos produtores rurais e das comunidades em torno das escolas.

No exercício de 2019, o FNDE repassou R\$ 4.380.008,00 (quatro milhões trezentos e oitenta mil e oito reais) para escolas municipais, sendo que a Semed, por meio do Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), apresentou a contrapartida no valor de R\$ 2.633.460,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta reais), totalizando R\$ 7.013.468,00 (sete milhões, treze mil e quatrocentos e sessenta e oito reais) repassados para a merenda escolar. (Semed, 2019). Considerando que a Semed investe a mesma percentagem da agricultura familiar (46,96%) do PNAE no PMAE, em 2019, foram repassados aproximadamente R\$ 2.056.851,75 (dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Enquanto a Seduc, em 2019, recebeu R\$ 15.793.795,20 (quinze milhões, setecentos e noventa e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) de repasse do FNDE referente ao PNAE, o estado de Rondônia ofereceu a complementação por meio do PEALE (Programa de Alimentação Escolar Estadual), para fornecimento de peixes, o valor de R\$7.269.761,20 (sete milhões, duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e sessenta e um reais e vinte centavos). Esses valores atenderam 330 (trezentos e trinta) Conselhos Escolares distribuídos em escolas de todo o estado de Rondônia. Foram repassados recursos financeiros a 312 (trezentos e doze) Conselhos Escolares, para aquisição de peixe para complementação da merenda escolar. (Seduc, 2020). Vale ressaltar que esse valor é referente ao Estado de Rondônia, cabendo uma porcentagem de 30% que é aplicada no município de Porto Velho.

Vale também considerar o impacto dos programas de alimentação regionais sobre os agricultores. Por exemplo, o PEALE, programa do estado, em 2019, fez a complementação para aquisição de peixe na merenda escolar para 191.934 (cento e noventa e um mil, novecentos e trinta e quatro) alunos, perfazendo o valor de repasse às unidades executoras de R\$ 3.867.626,00 (três milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais) (Seduc, 2020), ou seja, 53,20% do PEALE são destinados

à agroindústria familiar. Só no município de Porto Velho foram gastos aproximadamente R\$1.276.600,00 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil e seiscentos reais).

Então, pode-se inferir que, entre a execução da Lei n. 11.947 pelas Secretarias de Educação e programas regionais juntos, o repasse anual à agricultura familiar chegou a R\$6.350.867,23 (seis milhões, trezentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos). Portanto, o PNAE promove um desenvolvimento sustentável para a região, mas quando se fala de níveis de sustentabilidade, é preciso verificar o histórico do município.

Nos anos 2000, começaram a surgir alguns programas de apoio para os agricultores no município de Porto Velho, como o PAA, o Sabor do Campo, entre outros, para fomentar a agricultura familiar. A entrevistada ESEMA01 conta que quando entrou na Semagric, no concurso de 2009, havia um programa para Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS). O PAIS era uma tecnologia social que incentivava o manejo orgânico da produção. Eram realizadas oficinas com enfoque em tecnologias de produção, em fortalecimento da cooperação, e organização de grupos familiares produtivos, em comportamento empreendedor, em planejamento, controles, além de serem realizadas ações voltadas para potencializar a comercialização dos produtos de forma a contribuir com o acesso dos produtores aos mercados. Para alguns, foi uma iniciativa muito boa, conforme o relato da entrevistada ESCH03, porém, para outros, conforme o entrevistado ECON01, era necessário mais foco para direcionar a venda do excedente:

O PAIS, a gente ganhava uma caixa d'água é uma irrigação era feita uma coisa redonda né ali no meio, ganhava um galo mais um pouco de galinha ali no meio do galinheiro e aqui ao redor do redondo os canteiros então no tempo dela quando eu conheci ela eu quis entrar nesse PAIS ia fazer tudo direitinho como mandava o programa, mas ganhei uma caixa d'água ganhei tela para telar meu galinheiro que na época criava muita galinha. Teve época que sobrevivi só do frango de corte né aí através dela que eu entrei. (Entrevistada ESCH03).



O PAIS era um projeto de agricultura orgânica era um projeto que trabalhava em cima da agricultura familiar, comer aquela comida saudável sem agrotóxico sem nada. Veio 100 kits financiados pelo Banco do Brasil para 100 famílias, o kit de irrigação sistema de mandala, as galinhas com o galinheiro. No começo eu fui contra com aquela mandala, aquele canteirozinho muito pequeno, pensava vamos fazer um canteiro grande que é bom pra gente comer e vender também. Isso entrosava a comunidade e inseria a produção no contexto com um produto sem agrotóxico. Que era para incentivar na alimentação da família, o excedente vendia. (Entrevistado ECON01).

Com a publicação da Lei n. 11.947, houve um fortalecimento da agricultura familiar no município. Conforme a entrevistada ESEME02, muitos agricultores considerados carentes na época, hoje estão em uma situação financeira muito boa. A extensionista da Emater, EEMA01 conta que houve um crescimento muito significativo da maioria dos produtores quando eles entraram no PNAE, eles “traziam a produção de bicicleta, a pé, de carriola..., enquanto hoje, todos têm seu carro”. O relato do entrevistado ESEA02 sobre a visão do estado e da política pública:

O PNAE, PAA, eles têm a questão do impulsionar. É que o dinheiro fica no município girando. E isso é muito importante, quando descentraliza e o dinheiro do PNAE do PAA fica no município girando isso não vai para grandes centros, fica no município. E interessante que todos os poderes se interessam, porque gira no próprio município esse recurso, esse dinheiro. (Entrevistado ESEA02).

Para o entrevistado ESEA02, a agricultura familiar tem sido preocupação no Estado de Rondônia há muitos governos, pois ela é um sustentáculo econômico para alguns agricultores. Os grandes produtores já estão consolidados, não precisam de assistência técnica, pois contratam serviço especializado por conta própria. Os pequenos produtores são os que precisam do poder público. E o governo estadual buscou humanizar esse atendimento, por reconhecer que eles fornecem a base para alimentação.

A primeira dificuldade do agricultor é a comercialização, segundo ESEA02. Tem que haver uma boa comercialização para buscar outros mercados. O incentivo governamental é um complemento. Assim, a parte técnica o acompanha para ajudá-lo a ter um padrão de qualidade dos produtos. Depois, ele precisa aprender a vender, fazer planejamento, gestão de propriedade. É necessário orientá-lo quanto à questão sucessória da propriedade. Para o entrevistado, as estratégias de gerenciamento da Seagri priorizam:

Crescimento econômico. Progresso técnico é interessante agora esse aqui tem que estar junto com este. Porque o sócio econômico ambiental é necessário, mas também não se fica se olhando a mata sem pelo menos comer folhas. E, o estado Governo está muito preocupado em potencializar principalmente essas comunidades tradicionais que são os ribeirinhos, quilombolas indígenas e os assentados e reassentados da reforma agrária. (Entrevistado ESEA02).

Para o servidor ESEA03, programas como o PAA ou PNAE servem para que o agricultor se discipline a entregar com qualidade e regularidade, e com isso, ele deveria ir se organizando, planejando a propriedade para atender o mercado. É muito arriscado para o pequeno produtor depender somente de políticas públicas.

Então, mas a gente não quer que o produtor fica limitado aos programas. Então eu vejo isso como um aprendizado, um processo e não se limitar, porque amanhã troca um governo que diz chega PAA, PNAE como é que fica? Eu volto para estaca zero. (Entrevistado ESEA03).

A nutricionista ESED01 demonstra em seu relato que a estratégia de gerenciamento da Seduc, vai de encontro com o posicionamento da Seagri. A alimentação escolar é uma prioridade, porém é necessário que o agricultor não dependa somente disso. No fragmento a seguir, ela levanta a questão dos orgânicos e agroecológicos, de uma política pública que incentivasse ainda mais o uso desses produtos dentro do PNAE:

O PNAE, atualmente é uma prioridade secretário particularmente ele pediu que nós priorizássemos todo o programa [...] Eu acho



que a primeira tem uma base que você consegue dar isso ele pintar se consolidar e crescer ter um crescimento para que eles não fique limitado só nas políticas públicas para aqueles busquem em outros mercados também disso também tenho diferencial que você tem produtos orgânicos e agroecológicos né. Porque aqui no estado nós não temos incentivo para nicho de mercado e a política pública seria uma base [...] Isso porque se não fosse ele aquele recurso que ele já tem garantido que se ele crescer buscar outros mercados também, pode crescer muito mais. (Entrevistada ESED01).

Vale ressaltar que, em Rondônia, existem políticas públicas para incentivos agroecológicos. Desde 2011, com a Lei Estadual n. 2.588, iniciaram-se alguns esforços em relação à agroecologia, com a criação do Programa Estadual de Agroecologia e Incentivo à Produção Orgânica. Em 2012, por meio da Lei Estadual Complementar n. 655, houve a criação do Fundo de Desenvolvimento e Fortalecimento da Agricultura, o qual tem como um de seus objetivos o fortalecimento da agricultura familiar pautada pelos princípios da agroecologia e da socioeconomia solidária. Neste mesmo ano, criou-se a Câmara Técnica de Agroecologia. Em 2015, com o Decreto n. 19.895, foi instituída a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Rondônia (PEAPO/RO), com o objetivo de promover, integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica. No mesmo ano, a Lei n. 3.566 instituiu a Semana Estadual de Incentivo à Agroecologia, e a Câmara Técnica de Agroecologia passou a se chamar Câmara Setorial de Agroecologia.

Quando perguntado sobre quais estratégias de gerenciamento a Seagri prioriza, a entrevistada ESEA01 acredita que seria o crescimento econômico, progresso técnico, adaptados à realidade do município. Porém, sua opinião indica a necessidade de haver uma mudança, tanto instituições públicas quanto a população em geral, em direção à redução de consumo e optar por produtos e serviços que levem ao bem-estar de todos, no âmbito socioeconômico e socioambiental.

Para a entrevistada ESEA01, um dos fatores em relação à execução do programa é auxiliar o produtor para melhorar a qualidade de vida dele.

Fomentar sua produção e ajudá-lo na diversificação dos produtos. Os técnicos da Emater fazem o acompanhamento dos agricultores para produzir mais tanto para seu consumo quanto para venda. Melhorando a vida do agricultor, ajuda a mantê-lo no campo, evitando o êxodo rural. Uma maneira que seu posicionamento poderia contribuir em relação ao posicionamento da Seagri seria trabalhar em conjunto com a gerência de agroecologia:

Nós temos aqui uma gerência de agroecologia. Que ela estava agora meio parada, mas a gente está aos poucos... veio gente nova né. Então, eu acredito que a gente vai conseguir fazer uma coisa bem legal. Eu sempre converso com essa gerência, eles são muito inteligentes nessa área. (Entrevistada ESEA01).

A entrevistada ESEA01 diz haver muita dificuldade porque às vezes o agricultor não sabe o que é agroecológico. O entrevistado ESEA03 complementou que é preciso esclarecer à comunidade essa diferença entre orgânico, agroecológico e tradicional. A agroecologia é uma ciência dedicada ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, com o objetivo de dar sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Sua proposta se baseia na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Já a essência filosófica do orgânico consiste num desprezo absoluto por tudo que tenha origem na indústria química. E ela pode se estender à produção agrícola e pecuária, em pequenas e em grandes propriedades.

Existem casos em que uma propriedade pode seguir os princípios da agroecologia e produzir produtos sem agrotóxicos, porém, não cumprem todas as determinações do Decreto Federal n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Uma dessas determinações, por exemplo, é a exigência de uma equipe oficial de auditores para realizar a avaliação da propriedade, para verificar a conformidade com a regulamentação oficial.



O custo da certificação particular é elevado para a maioria dos agricultores. Existe um sistema participativo organizado pelo MAPA, um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC). No caso da certificação por OPAC, o produtor deve participar ativamente de um núcleo, comparecendo a reuniões periódicas. Neste grupo, cada integrante monitora e é monitorado para atestar a qualidade orgânica de seus produtos. Se houver fraude ou irregularidade, o produtor é excluído e perde seu certificado. Segundo a entrevistada ESEMA01, existem três agricultores remanescentes dos projetos da Semagric de 2009, que conseguiram essa certificação.

A entrevistada ESEMA01 contou que, embora o PNAE dê prioridade à compra de produtos orgânicos e agroecológicos, o valor é o mesmo de um produto convencional, pois os agricultores não possuem certificado. Então, para ela, o PNAE não é uma opção de venda para esses produtores, que conseguem um preço melhor no mercado. O ideal seria que todos seguissem essa metodologia de produção, porém não é algo simples, conforme se observa em seu relato:

É, vou te falar que é muito pouco, mas para mudar uma consciência dessa não é fácil... se você faz uma palestra e diz que você vai distribuir semente vai lotar, dá umas 150 pessoas. Agora na hora de produzir agroecológico... Porque para produzir agroecológico você tem que ter mão de obra [...] Além de estar melhorando o meio ambiente gerando emprego e renda né descontaminando solo, no rio toda a parte ambiental. E voltando o homem para o campo. O objetivo é essa retirada das grandes cidades que a cidade está inchada com eles, com violência com tudo isso, porque é setor primário está se acabando. Então, mas quando volta o homem pro campo tem que dar condições, a agroecologia não tem que ser aquela agricultura rudimentar que você tem que se trabalhar com o carro de boi, não é nada disso. A agroecologia você também usa a tecnologia de forma consciente que pode minimizar os impactos ambientais. (Entrevistada ESEMA01).

A Semed habilita as propostas para agricultores orgânicos ou agroecológicos. Caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o sobrepreço em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos



produtos não agroecológicos. Mas, segundo a nutricionista ESEME02, o mesmo problema da falta de certificação inviabiliza que os agricultores recebam essa porcentagem a mais.

Para ESEME01, os agricultores cresceram, expandiram os negócios e agora é necessário credenciar novos, pois, segundo essa nutricionista, perde-se o objetivo do programa, que é você fazer a economia girar e aquele pequeno caminhar. Ela relata que é necessário continuar o programa, pois algumas crianças só comem alguns produtos devido à agricultura familiar. “É um absurdo hoje, numa região dessa, a criança só tomar um suco de cupuaçu, a criança só comer fruta na escola”.

Após os relatos dos servidores das secretarias, foi constatada uma visão mais tecnocrata. É um posicionamento moderado, pois reconhecem que o ambiente é valioso para o desenvolvimento humano, porém enfatizam o crescimento econômico. Existem incentivos para agroecologia, para os agricultores participarem do PNAE, mas em suas falas se nota um discurso de que é necessário prepará-los para o mercado. Isso não é de todo ruim, por existir a preocupação dessas políticas públicas serem extintas ou sofrer alterações que interfiram na base produtiva dos agricultores, sendo assim, é necessário desenvolver certa independência.

Nessa análise, também cabe ressaltar aspectos da introdução da agroecologia, num primeiro momento, em 2009, quando surgiu o PAIS, um programa mais voltado para a subsistência e qualidade de vida do produtor, com intuito de mantê-lo no campo e vender o excedente para políticas públicas. A princípio eram 100 famílias, mas em virtude de mudanças governamentais e pelo afastamento da entrevistada ESEMA01, que foi fazer uma especialização em agroecologia, o programa foi encerrado. Em um segundo momento, com a volta da servidora, iniciou-se o recrutamento de agricultores com o perfil agroecológico, porém o enfoque é direcionar a produção para o mercado.

Na classificação do espectro de sustentabilidade, enquadraria-se no perfil cornucópia, sustentabilidade muito fraca. Acreditam que o progresso técnico pode oferecer maneiras para evitar a escassez. A ética em debate é a contemporânea, buscando direitos e interesses humanos sobre uma



natureza instrumental. Não há uma mudança significativa nas estruturas existentes. Por exemplo, no caso dos agroecológicos, existe até uma legislação estadual para o incentivo da produção, mas eles não conseguem instrumentalizar uma forma de certificação para esses produtos.

Sem um certificado que afira que o produto seja orgânico ou agroecológico, não é possível oferecer um valor de 30% de sobrepreço para o produtor na aquisição de alimentos pelo PNAE. E, como o posicionamento administrativo, político e da comunidade é voltado para o aspecto financeiro, a mudança se torna ainda mais difícil.

Embora alguns servidores consigam desenvolver um discurso ético para cuidados coletivos em relação à população, buscando equidade intra e inter gerencial, ainda com uma visão instrumental da natureza, mas confiantes numa economia e mercado verde guiados por incentivos. Neste caso, esses indivíduos estariam no perfil acomodado, mas com um nível de sustentabilidade um pouco melhor, considerado fraco.

Por outro lado, no que diz respeito aos agricultores, antes da consolidação da Lei n. 11.947, eles viviam uma realidade, a qual tinham uma perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Depois, com a intervenção estatal para a regulamentação do mercado da agricultura familiar, surgiram interesses econômicos de comunidades locais e mudanças no padrão de consumo, pois as escolas passaram a consumir frutas, legumes, enfim, toda a produção dessas pequenas propriedades. Um novo olhar sobre desenvolvimento e sustentabilidade começou a ser construído. Seguem relatos de agricultores que enfrentavam algumas dificuldades antes da mudança promovida pelo PNAE:

Eu me recordo que quando era jovem, nos manter na propriedade somente com o dinheiro arrecadado e ganhar do próprio sítio era muito difícil, muito difícil. É nós plantávamos para subsistência também nessa época, mas sempre tínhamos que sair para fora para trabalhar, porque infelizmente o produto que você plantava, você não vendia, se vendia, você tinha que vender super barato. Não pagava nem os custeios, não pagava a adubação que naquela época era pouco, mas fazíamos também, né. Então era tudo rudimentar, né, irrigação impensável você não podia, porque era



tudo caro, você não tinha investimento do governo em nada, o governo não te apoiava. (Entrevistado ECFARO03).

No início tudo é muito difícil né quando a gente começou aí muito tempo atrás era bem pequenininho a nossa estrutura nós entregava numa moto numa carretinha e a gente se programava para fazer a entrega em dois dias e a nossa propriedade da 80 km da cidade então tinha uma grande dificuldade e todos os produtores vinha até a cidade para trazer os produtos deles, entendeu? (Entrevistado ECFARO01).

Com a publicação da Lei n. 11.947, houve geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida, permitindo que os agricultores permanecessem no campo, promovendo o abastecimento da população. Os relatos a seguir confirmam essas mudanças e traduzem a satisfação dos agricultores com essa política pública:

Na verdade, o dinheiro que todo pessoal compra, que movimentam fica aqui mesmo. Porque o produtor recebe fica na conta dele ele vai no mercado, faz a comprinha dele vai para casa. Compra gasolina e assim vai né. É uma engrenagem que fica quase que 90% da economia de Nova Califórnia fica aqui dentro. (Entrevistada EEMA03).

Foi o governo federal que ergueu, que segurou o agricultor no campo, os projetos do BNDS mesmo, no ministério do meio ambiente nós que estava ligado pegou muitos recursos do ministério do meio ambiente para fazer as fábricas para poder absorver a produção, porque eu perdi vários anos, eu perdi produto. Não de comercialização, por falta de benefício para beneficiar, porque o cupuaçu caiu no chão você tem que juntar, dois três dias no chão tá podre, não presta mais. (Entrevistado EREC01).

Porque se o agricultor tem dinheiro no bolso movimenta a economia no município, movimenta também a produção do município, né. Melhor alimentação para alunos, a escola compra muito [...] O PNAE é uma porta para mostrar para os nossos agricultores que hoje nossas propriedades precisam ser diversificadas, precisa ter de tudo um pouco. Porque quando tem, você tem mercado, né. E aí quando ele dizia que não tinha para quem vender... hoje eu conheço vários agricultores que trabalhava só com gado, hoje ele já tem ali a sua área que ele tem inhame



batata abóbora. E assim quando leite dá uma queda, ele tem as outras culturas ali que dá suporte para ele na renda familiar. (Entrevistada EFET01).

Para a Fetagro, a agricultura familiar é a base estruturadora do desenvolvimento rural sustentável e solidário. A Lei n. 11.947 tem o papel estratégico de garantir a soberania e segurança alimentar e assegurar a produção e sustentabilidade ambiental, social, econômica e política do espaço rural. Sob o ponto de vista da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia, cabe ao Estado fortalecer e aprimorar as políticas públicas e os arranjos institucionais que assegurem a transição agroecológica e para outras formas produtivas sustentáveis, valorizando e fortalecendo a organização social e econômica e a multifuncionalidade das unidades produtivas, garantindo a estrutura de produção, beneficiamento e acesso aos mercados e ao comércio justo e solidário.

O autor da Lei n. 3.566, de 3 de junho de 2015, que institui a semana da agroecologia no Estado de Rondônia entre os dias 14 e 20 de outubro, é um deputado filiado à Fetagro. O intuito é fomentar discussões durante o período, pois a Federação reconhece que agroecologia e agronegócio são antagônicos, no entanto, deve-se buscar um ponto de equilíbrio para se manter os agricultores no campo. A Fetagro “não defende acabar com o agronegócio, mas não aceita acabar com a agricultura familiar, visto entender que não se pode pensar tão somente no comércio, mas na produção agrícola”.

Conforme a entrevistada EFET01, é preciso combinar políticas de proteção e garantia de renda com políticas de fomento à tecnologia adequada para aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar e potencializar o desenvolvimento rural sustentável. No relato da entrevistada EFET01 consta a importância do PNAE, mas também ela mencionou “gargalos a serem superados”, referentes às questões que não atendem totalmente os preceitos da federação:

Então, o PNAE vem dar essa sustentabilidade nessa alimentação escolar PNAE e o PAA reforçam a alimentação escolar, mas a



gente tem muitos gargalos a serem superados. (Entrevistada EFET01).

A Fetagro tem uma visão sobre sustentabilidade direcionada para os pequenos agricultores, na maioria das vezes individuais. Porém, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), que é uma federação de cooperativas, possui uma outra interpretação da sustentabilidade, conforme o fragmento a seguir:

Eu diria que a gente está tendo um grande desafio de fazer com as pessoas que mais precisam acessar esse recurso, que ele chegue diretamente para as pessoas para quem eles foram criados de fato. Esse talvez seria um dos grandes gargalos. Tem muita gente sendo beneficiada pelo PNAE, e que o PNAE quando foi pensado não foi para aquele tipo de pessoa. (Entrevistado EUNI01).

Segundo o entrevistado EUNI01, grande parte dos beneficiados do PNAE, não são os pequenos. Os produtos industrializados são os que têm maior valor agregado, sendo que os donos de agroindústrias são pessoas de condições econômicas melhores e acabam recebendo a maior parte do recurso. Para quem trabalha com o PNAE, e está à frente de uma cooperativa, há outro desafio, que é o de cumprir os compromissos. Quando se fazem os contratos, quem assume a entrega de determinados volumes é a organização, e aí conseqüentemente é o produtor na outra ponta. Quando esse compromisso não é cumprido, gera um problema.

Complementando, o entrevistado EUNI02, diretor da Unicafes em Rondônia, explica que ser sustentável é uma grande dificuldade para as cooperativas. Na sua visão, a sustentabilidade se dá a partir tanto da comercialização de produtos quanto da compra de insumos para abastecer a produção. Em seu relato, nota-se a importância do mercado institucional para consolidar uma base para o mercado convencional:

A gente quer se concretizar no mercado institucional, a gente precisa concretizar, mas também buscar mercados alternativos, é preciso buscar o mercado convencional, mas para isso a gente tem que buscar produção e estar cada vez mais organizado. A gente quer se fortalecer no mercado institucional. (Entrevistado EUNI01).

Para o entrevistado EUNI03, a Unicafes, nos últimos anos, estava mais na parte representativa. Porém, atualmente, seu principal foco é a questão de sua sobrevivência, por isso a necessidade de comercializar a produção. Para atingir esse fim, é que se tem dado suporte técnico e gerencial a todas as cooperativas da federação.

A Unicafes representa a visão de mundo de grande parte das cooperativas da agricultura familiar, que é de sobreviver mediante ao mercado consumidor. Percebe-se que são claramente dependentes do mercado institucional, muitas foram criadas para atender à demanda do PNAE. Porém, o agricultor que não é cooperado vive outra realidade. O agricultor individual, muitas vezes, é uma família, ou são mulheres que gerenciam uma pequena propriedade. O relato a seguir da entrevistada ESCH03 menciona porque não é interessante para ela participar de uma cooperativa:

Eu já vou lhe dizer porque que eu acho melhor, porque se eu entrar numa cooperativa para mim eu vou ter que plantar muita coisa eu vou ter que pagar a mão de obra... não compensa! Eu faço 4,5 canteiros de 50 metros e me arrebento no dia, mas eu tenho que dar conta sozinha meu marido roça gradeia aí depois nós levanta, aduba e planta só eu e meu marido, E, meu marido ele é funcionário porque ele trabalha na prefeitura, e é na folga dele que ele faz isso mais eu... só eu se você vier durante a semana eu to sozinha. Então, na hora de fazer as entregas de colher uma banana aí ele vai lá e me ajuda, as vezes já deixa aqui no Ulisses Guimarães já deixa um pouco se é 5 caixas ele leva, enche a carretinha, deixa lá, eu descarrego. Entendeu é assim. (Entrevistada ESCH03).

A agricultora ESCH03 considera que é difícil se manter em uma cooperativa, pois não é possível fechar grandes contratos com base em sua produção. Cabe aqui uma ressalva, são duas visões de mundo diferentes, dois tipos de agricultores que sobrevivem por meio de recursos do PNAE. No caso da agricultora, ela atende 3 escolas próximas, com frutas, legumes e verduras de sua chácara, o intuito é permanecer no campo, um modo de vida. Do outro lado, existe um perfil de agricultor que quer expandir, que busca uma cooperativa para otimizar sua produção e possivelmente abrir uma agroindústria no futuro.

Outro perfil de agricultor que atende o PNAE, é o da Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça e Cooperativa



Agropecuária e Florestal do Projeto RECA, em que os agricultores plantam o que mais se adapta ao solo e criam mercado consumidor para isso. Por meio do aumento da capacidade técnica de seus associados e lideranças, envolvendo eventos de intercâmbio sobre implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e boas práticas de produção e armazenamento de produtos da socio biodiversidade. O relato do diretor comercial menciona qual é a prioridade deles:

A cooperativa veio principalmente para fazer a comercialização. A gente diz que a cooperativa e a associação são só duas ferramentas de trabalho que o grupo de agricultores do RECA tem. Quem é importante aqui é o RECA, não é a cooperativa nem a associação é grupo de agricultores que se dedicam no que fazem. Se no futuro a gente precisar criar uma empresa a gente vai montar. O objetivo principal não é ter uma cooperativa forte, uma associação forte, o objetivo principal é a qualidade de vida do nosso cooperado no campo. E, os outros assuntos são ferramentas de trabalho que a gente tem que criar pra fortalecer o agricultor. (Entrevistado EREC02).

Para o RECA, o PNAE é um dos segmentos que eles atendem, eles vendem polpas no atacado e óleos para cosméticos. Existem algumas situações em que os cooperados podem participar das políticas públicas com sua DAP individual ou mesmo alguns projetos que são repassados para o representante EREC01, em Porto Velho/RO para atender as escolas da capital e aumentar o leque de produtos oferecidos ao Programa.

Sobre os agricultores familiares, notou-se uma variedade de posicionamentos sobre a gestão de sua produção. Existem os individuais e grupos informais que querem a manutenção da vida no campo. O interesse deles não é expansão. Dentro desse grupo, ainda há outra subdivisão, existem os que adotam a agroecologia e os que trabalham com a agricultura convencional. Isso foi observado nas visitas ao Setor Chacareiro. São propriedades pequenas cultivadas por 1 pessoa ou uma família de no máximo 5 pessoas. O grupo aberto às práticas agroecológicas são receptivas aos treinamentos da CPT, e sua produção é encaminhada para o PAA e PNAE e feiras livres. Há um outro grupo que utiliza agrotóxico, numa escala moderada, pois tem compromissos de entrega com supermercados e, como uma forma de complemento de renda, participa



dos Programas. Ambos administram suas propriedades como uma pequena empresa, eles possuem mais uma visão empreendedora individual do que cooperativista, envolvendo o coletivo.

Esse posicionamento vai de encontro com que a Fetagro defende sobre diversificação da produção, onde uma família com cultivos diferentes consegue gerenciar a propriedade, e quando a venda de um determinado produto está em baixa, a demanda pelos demais fornece um equilíbrio financeiro.

A Fetagro também apoia as cooperativas, afinal estão todos no mesmo contexto. As cooperativas também seguem o caminho da diversificação, mas de um modo diferente. São várias propriedades que trabalham com monocultura ou no máximo 3 culturas, são agricultores que otimizam a produção para produzir em maior quantidade. Depois, dentro da cooperativa, esses produtos são redistribuídos para as escolas. Há um incentivo para a abertura de agroindústrias, onde os cooperados fornecem matéria-prima para o cooperado proprietário. Isso acontece dentro da Unicafes, Coopafaro e Coopagroverde. A logística e distribuição são feitas em conjunto, no caso da Unicafes e Coopafaro, enquanto na Coopagroverde, cada um é responsável pela sua entrega.

Já o RECA possui uma outra realidade. Existem projetos coletivos onde todos trabalham juntos, como é o caso da certificação orgânica para produção de polpas. Nesse caso, agroindústria pertence a todos os cooperados e eles entregar sua produção na planta industrial. Porém, eles têm autonomia para entregar outros produtos por conta própria, ou assumirem projetos com suas DAPs individuais, o que acontece com o PNAE no distrito de Nova Califórnia.

Embora existam alguns esforços em relação ao meio ambiente, como no RECA e em algumas propriedades no Setor Chacareiro com agroecologia, persiste entre todos os agricultores uma visão antropocêntrica, todos os recursos em benefício da comunidade, o meio ambiente é visto de uma maneira instrumental. Existem variações na maneira com que gerenciam esses recursos, alguns exploram mais, outros possuem uma postura de gerenciamento. E há um pequeno número que



possui um posicionamento preservacionista, que não são a favor do crescimento econômico, mas sim uma estabilidade com que já possuem, o que poderia classificá-los como comunalistas.

O tipo de economia que a maioria segue é uma economia de mercado livre. Há preocupações para se efetivar um mercado verde guiado por incentivos, porém enquanto não for resolvida a questão da certificação, não se poderá ter um incentivo financeiro dentro do PNAE. É claro que a regra da sustentabilidade segue a regra de capital constante.

Quanto à ética, parte dos agricultores segue o discurso de direitos e interesses humanos individuais e um outro grupo, seguido pelo RECA e produtores agroecológicos não certificados, opta por uma cultura do bem coletivo e equidade intra e inter gerencial dentro da comunidade deles.

Dentro do Espectro de sustentabilidade, coexistem os dois perfis tecnocêntricos, Cornucópia e Acomodado, constituindo indicadores de sustentabilidade muito fraco e fraco, respectivamente. Como foi dito anteriormente, uma pequena parcela, cerca de 10 agricultoras no Setor Chacareiro, que poderiam ser classificadas em transição para o comunalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo trouxe perspectivas interessantes a serem observadas sobre o aprendizado que ocorre na operacionalização da Lei n. 11.947, com as perspectivas de sustentabilidade dos sujeitos abordados na pesquisa. Foi observado o posicionamento individual dos entrevistados e coletivo, nas instituições visitadas, para percepção das formas de sustentabilidade.

A Lei n. 11.947 é aplicada “de cima para baixo”, incentivando planos de ações baseados nos objetivos impostos de cima. Mas, vale ressaltar que as ações deliberadas de cima para baixo encontram a descentralização na gestão dos recursos do PNAE, tanto em nível estadual quanto municipal, permitindo mudanças nos sistemas sociais e econômicos. Nesse aspecto, foi observado que existem percepções e ações “de baixo para cima” que



partem de alguns atores no nível individual, mas que influenciam no impacto de suas atividades em relação ao Programa.

O posicionamento sobre o capital foi determinante para a classificação dos sujeitos. Uma perspectiva forte caracteriza-se pelo desejo de manter níveis de capital natural valorizados. Enquanto uma abordagem fraca argumenta que o capital natural, de qualquer tipo, pode ser negociado e substituído por capital humano, desde que o capital total repassado para a próxima geração seja constante ou crescente.

O que acontece na região amazônica leva a reflexões conforme a de Charles Mann (2018), em que o autor apresenta um dilema entre os seguidores da ecologia, os quais acreditam na proteção da integridade do ecossistema pelo estudo holístico da rede de interações entre as espécies, e os seguidores da fitopatologia, que acreditam que se deve remover pragas e doenças das plantas, com o objetivo de suprir as necessidades humanas. (Silva; Pedrozo; Silva, 2023c).

Portanto, cabe aqui a mesma conclusão do estudo de Silva, Pedrozo e Silva (2024d), em que não basta reconhecer o território, é preciso criar mecanismos de organização que façam com que ele se mantenha. Por isso, é importante que se leve em consideração na execução de políticas públicas de segurança alimentar nutricional em níveis de governo (municipal, estadual e federal), sociedade e mercado. Avançar nesse entendimento implica mudanças profundas nas formas de pensar, desenhar e implementar ações para melhores níveis de sustentabilidade.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o estudo da integração de políticas públicas na Amazônia Legal para verificar o nível de sustentabilidade existente. Em tempos de mudanças climáticas severas, a discussão de meios mais profundos de sustentabilidade se faz cada vez mais necessário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. Ed. Elefante, 2018.

ADAMS, W.M. **Green development**. 2. ed. London: Routledge, 2001.

- BAKER, S. **Sustainable development**. Abingdon: Routledge, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARR, S. **Environment and society**: sustainability, policy and the citizen. Aldershot: Ashgate, 2008.
- BECKER, B. K.; MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- BORGES-DE-SOUZA, A.; *et al.* Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) y el mercado de la agricultura familiar: una perspectiva histórica brasileña. **Revista Austral De Ciencias Sociales**, (46), 293–310, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.4206/rev.austral.cienc.soc.2024.n46-14>.
- BRASIL. **Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009. Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12982.htm.
- BRASIL. **Lei n. 13.987 de 7 de abril de 2020**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2020. Disponível em:
www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793.
- BRASIL. **Resolução n. 2, de 9 de abril de 2020**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2020a. Disponível em:
www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-25208584.
- BRASIL. **Resolução n. 26, de 17 de junho de 2013**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2013. Disponível em:
www.fn-de.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013.
- BRASIL. **Resolução n. 6, de 8 de maio de 2020**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2020b. Disponível em:
www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972.

BROCH, A. E. **Congresso Nacional aprova projetos importantes para o MSTTR. J. Contag**, Brasília, 6 (3), 2009. Disponível em: www.contag.org.br/imagens/f1620contagmaiojunho.pdf.

BURGESS, J.; HARRISON, C.M.; FILIUS, P. Environmental communication and the cultural politics of environmental citizenship. **Environment and Planning**, v.30, p.1445–1460, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a301445>. Acesso em: 26 out. 2019.

BURTON, R.J.F. Reconceptualising the behavioural approach. *In*: Agricultural studies: a socio-psychological perspective. **Journal of Rural Studies**, n. 20, p. 359–71, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2003.12.001>. Acesso em: 26 out. 2019.

CONNELLY, J.; SMITH, G. **Politics and the environment**. 2. ed. London: Routledge, 2003.

DAVIES, G. R. Appraising weak and strong sustainability: searching for middle ground. **Consilience: The Journal of Sustainable Development**, v. 10, n. 1, p. 111–124, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.7916/consilience.v0i10.4635>. Acesso em: 26 out. 2019.

DUEK, A.; BRODJONEGORO, B.; RUSLI, R. Reinterpreting Social Processes: How System Theory Can Help To Understand Organizations And The Example Of Indonesia's Decentralization. **E:CO Issue**, v. 12, n. 4, p. 30–56, 2010. Disponível em: www.researchgate.net/publication/288645265_Reinterpreting_social_processes_How_system_theory_can_help_to_understand_organizations_and_the_example_of_Indonesia's_decentralization. Acesso em: 26 out. 2019.

DUNLAP, R. E.; VAN LIERE, K. D. The new environmental paradigm. **Journal of Environmental Education**, v. 9, 10–19, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00958964.1978.10801875> .Acesso em: 13 jul. 2025.

EDEN, S. Individual environmental responsibility and its role in public Environmentalism. **Environment and Planning**, v. 25, p.1743–58, 1993. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1068/a251743>. Acesso em: 26 out. 2019.

ENTIDADE AUTARQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA (EMATER-RO). **Relatório de gestão de atividades de ATER do exercício de 2019**. Porto Velho-RO, 2020. Disponível em: www.emater.ro.gov.br/ematerro/wp-content/uploads/2016/06/RELAT%C3%93RIO-DE-ATIVIDADES-2019-2.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (2019a). **Dados da Agricultura Familiar**: aquisições da agricultura familiar no período de 2011 a 2016. Brasília/DF. Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (2019b). **Sobre o PNAE**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-oprograma/pnae-historico.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIBBS, D.C.; LONGHURST, J.; BRAITHWAITE, C. Struggling with sustainability: weak and strong interpretations of sustainable development within local authority policy. **Environment and Planning**, v.30, n.8, p.1351–65, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/a3013>. Acesso em: 26 out. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GILG, A.W.; BARR, S. Encouraging environmental action by exhortation: evidence from a case study in Devon. **Journal of Environmental Planning and Management**, v.48, n.4, p.593–618, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09640560500128533>. Acesso em: 26 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6753>. Acesso em: 29 jul. 2020. Acesso em: 29 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2017.** Disponível em: ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de população enviadas ao TCU.** Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados. Acesso em: 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Lista de municípios da Amazônia legal.** Disponível em: www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=downloads. Acesso em: 2021.

LEAL, J. L. S. **A Amazônia brasileira e o seu caráter transnacional: o aproveitamento do seu patrimônio estratégico para garantia do desenvolvimento.** Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí - UNIVAL. Itajaí, Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7778863. Acesso em: 13 jul. 2025.

LIMA, Abnael Machado De. A cidade. **Cidade de Porto Velho.** Disponível em: www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade#. Acesso em: 23 jun. 2019.

LOFLAND, J. Styles of reporting qualitative field research. **The American Sociologist**, v. 9, n. 3, p. 101-111, 1974. Disponível em: www.jstor.org/stable/27702128?seq=1. Acesso em: 22 jun. 2020.

LOFLAND, J.; LOFLAND, L. H. **Analyzing social settings: a guide to qualitative observation and analysis.** 3. ed. Belmont, Calif: Wadsworth, 1995.

MANN, C. C. **The wizard and the prophet: two remarkable scientists and their dueling visions to shape tomorrow's world.** New York: Alfred A. Knopf, 2018.

MASLOW, A.H. **Motivation and personality**. London: Harper and Row, 1970.

MOFFATT, I. **Sustainable development**: principles, analysis and policies. London: Parthenon, 1996.

NEUMAYER, E. **Weak versus strong sustainability**: exploring the limits of two opposing paradigms. 4. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

OSKAMP, S. A. Sustainable future for humanity? How can psychology help? **American Psychologist**, v. 55, n. 5, p. 496–508, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.496>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PEARCE, D. **Blueprint 3**: measuring sustainable development. London: Earthscan, 1993.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003–2010: Relato do gestor nacional. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909–916, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PEPPER, D. **Modern Environmentalism**. London: Routledge, 2003.

RODRIGUES, Sabrina. Área de cultivo de soja na Amazônia quadruplicou desde 2006. **O Eco**, 10 jan. 2018. Disponível em: www.oeco.org.br/noticias/area-de-cultivo-de-soja-na-amazonia-quadruplicou-desde-2006/. Acesso em: 12 jul. 2021.

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHWARTZ, S.H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical test in 20 countries. **Advances in Experimental Social Psychology**, v.25, p.1–65, 1992. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60281-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60281-6). Acesso em: 13 jul. 2025.

SCHWARTZMAN, F., *et al.* Antecedentes e elementos de vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12, p. 1–15, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00099816>. Acesso em: 13 jul. 2025.



SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Seduc). **Orientações para uso do Cartão Alimentação Escolar**. Disponível em: www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/guia-informativo-cartao-alimentacao-escolar-em-pdf/. Acesso em: 18 set. 2020.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Seduc). **Relatório de relação das escolas estaduais do estado de Rondônia**. Disponível em: www.mpro.mp.br/documents/29199/153550/Rela%C3%A7%C3%A3o+das+Escolas+Estaduais+-+Rond%C3%B4nia/25990ebb-f68d-49f4-84ba-299378eac425;jsessionid=C491A6B5B34C71F8664333E7096212F3.node01?version=1.0. Acesso em: 13 nov. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Semed). **Relatório anual do exercício financeiro de 2019**. Porto Velho, Rondônia: Semed, 2020a.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: Políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 87–107, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100007>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A. **Teorias de aprendizagens e a sustentabilidade no programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): caso do município de Porto Velho/RO**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2020. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3384>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; *et al.* Agroecologia e sistemas complexos: uma reflexão sobre o estado de Rondônia. **Conjecturas**, v. 21, n. 6, p. 883–909, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/conj-410-209>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; *et al.* O desenvolvimento em três movimentos: uma discussão sobre os recursos de uso comum na Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 13, n.4, p. 264–278, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v13n4p264-278>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. A agricultura e sua interpretação dos limites planetários sob aspectos biofísicos e sociais. **Simbiótica Revista Eletrônica**, 10(3), 31–56, 2023c. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i3.39458>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. Complex governance network analysis between Brazilian public policies. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n.2, p. e07843, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n2-196>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. Exploring value propositions and service innovation: the outsourcing of the National School Feeding Program. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, e9578, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-270>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. National School Feeding Program (PNAE): a public policy that promotes a learning framework and a more sustainable food system in Rio Grande do Sul, Brazil. **Foods**, 12, 1–24, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/foods12193622>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. PNAE (National School Feeding Program) and its events of expansive learnings at municipal level. **World**, v. 3, n.1, p. 86–111, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/world3010005>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. PNAE and Integrative Policies in Boa Vista, Roraima: Levels of Learning, Development, and Sustainability. In: LEAL FILHO, W.; *et al.* (eds). Amazon 2030 - Sustainability Issues in the World's Largest Rainforest Region. **World Sustainability Series**. Springer, Cham, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-81465-5_20. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. Políticas públicas de segurança alimentar e Quilombolas: uma discussão de território, governança e economia política. **Revista GeoUECE**, v. 13, n. 25, p. 1–25, 2024d. Disponível em: <https://doi.org/10.52521/geouece.v13i25.12569>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. The leadership role of PNAE managers in extreme crisis contexts. **Aracê**, v. 6, n. 2, p. 926–943, 2024c. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev6n2-027>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, E. A.; PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. The PNAE (National School Feeding Program) activity system and its mediations. **Frontiers in**

Environmental Science, v. 10, p. 1-17, 2023a. Disponível em:
<https://doi.org/10.3389/fenvs.2022.981932>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado do Mato Grosso: Da centralização à descentralização (1979–1995). **Rev. Nutr.**, v. 15, p. 105–117, 2002. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1415-52732002000100011>. Acesso em: 13 jul. 2025.

TURNER, R. K. **Sustainable environmental economics and management: principles and practice**. London: Belhaven, 1993.

WCED. World **Commission on Environment and Development**. Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WILSON, G. Farmer environmental attitudes and ESA participation. **Geoforum**, v. 27, p. 115–31, 1997. Disponível em:
[https://doi.org/10.1016/0016-7185\(96\)00010-3](https://doi.org/10.1016/0016-7185(96)00010-3). Acesso em: 26 out. 2019.

YIN, R. K. **Case study research and applications: design methods**. 6. ed. London: Cosmos Corporation – SAGE, 2018.

NOVOS CENÁRIOS DA INFLUÊNCIA DIGITAL: AUTENTICIDADE ENCENADA, AFETO SOB DEMANDA E CUMPLICIDADE TRANSMIDIAL NA ERA DOS SEGUIDORES HIPERIMERSOS

Igor de Jesus Lobato Pompeu Gammarano⁴

Emílio José Montero Arruda Filho⁵

INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo do marketing digital, os influenciadores emergem como atores centrais na formação de percepções, comportamentos de consumo e dinâmicas de pertencimento em sociedades hiperconectadas. (Czaja *et al.*, 2024). As plataformas digitais criaram ecossistemas nos quais relações simbióticas entre seguidores e influenciadores não somente moldam decisões de compra, mas também impactam a identidade, as emoções e os valores culturais dos públicos. (Czaja *et al.*, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Apesar do expressivo avanço das pesquisas em marketing de influência, a literatura carece de análises empíricas que desvendem, em profundidade, como os seguidores negociam tensões, paradoxos e ambiguidades inerentes à influência digital, especialmente diante do fenômeno da autenticidade performática, dos laços emocionais utilitários e do envolvimento transmidial. (Aw & Agnihotri, 2024; Pan *et al.*, 2025).

Neste contexto, a presente investigação busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: **Como os seguidores de influenciadores digitais**

⁴ Pós-Doutor (2024) e Doutor (2022) em Administração, com ênfase em Gestão Estratégica para Sustentabilidade pela Universidade da Amazônia (UNAMA), tendo realizado doutorado sanduíche como Visiting Scholar na University of Rhode Island (EUA) pelo programa Procad Amazônia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9283837802352464>. E-mail: igor.djlp.gammarano@uepa.br

⁵ Diretor Presidente da Academia Brasileira de Administração - ANPAD
Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da UNAMA
Universidade da Amazônia - UNAMA, Belém - PA - Brasil
Editor Associado da AOS, BAR, RAC, IJMD e IJBSR
PhD Marketing / Mestrado em Engenharia de Telecomunicações
E-mail: emilio.arruda@unama.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9895428179606886>.

interpretam, ressignificam e operacionalizam sua relação com a autenticidade, identidade, afeto, moralidade e engajamento transmidial no ambiente digital? O objetivo é analisar, de maneira qualitativa e sistemática, as categorias emergentes da percepção dos seguidores, elucidando as nuances da influência digital sob a ótica de quem consome e co-constrói narrativas no universo das mídias sociais. Para isso, adota-se o método de entrevistas semiestruturadas para acessar percepções profundas e subjetivas (Adeoye-Olatunde & Olenik, 2021; Maher & Bedwei-Majdou, 2025), aliado à análise de conteúdo como ferramenta de interpretação dos discursos. (Bardin, 2010; Berelson, 1952).

O presente artigo supre um gap teórico relevante ao oferecer uma análise que ultrapassa abordagens tradicionais centradas em métricas objetivas de engajamento ou estratégias comerciais de influência, explorando dimensões subjetivas e afetivas ainda pouco investigadas na literatura contemporânea. (Scribano, 2024; Garg & Bakshi, 2024). Revisões recentes sinalizam a necessidade de compreender a influência digital como fenômeno que abrange a autenticidade percebida (Baghel, 2024; Chen *et al.*, 2023), a transformação identitária (Darvin, 2022; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023), o uso funcional da afetividade (Heeris Christensen *et al.*, 2024; Gu & Duan, 2024), a estética como marcador moral (Lefebvre & Cowart, 2022; Volkmer & Meißner, 2025) e a emergência do seguidor como coautor transmidial. (Joshi *et al.*, 2023; Spörl-Wang *et al.*, 2025). Contudo, poucos estudos oferecem uma visão integrada e fundamentada empiricamente sobre como esses elementos coexistem e interagem na experiência cotidiana dos seguidores.

A contribuição teórica deste artigo reside, portanto, na proposição de categorias analíticas, como a autenticidade performática estratégica, a influência metamórfica, a afetividade utilitária, a estética moral e a cumplicidade transmidial, ampliando o repertório conceitual do campo e respondendo às chamadas por abordagens mais interpretativas e contextuais. (Aw & Agnihotri, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Além disso, ao mapear empiricamente como seguidores legitimam, questionam ou instrumentalizam sua relação com influenciadores, o artigo revela dinâmicas subjetivas que desafiam a compreensão linear dos processos de

persuasão, evidenciando zonas de ambivalência, aceitação paradoxal e coautoria narrativa.

As implicações gerenciais são igualmente significativas: compreender os mecanismos de aceitação e desconfiança, os usos estratégicos do afeto e a importância da estética para a credibilidade pode subsidiar o desenvolvimento de estratégias mais autênticas e eficazes em campanhas de marketing de influência, promovendo relações de maior valor agregado entre marcas, influenciadores e públicos. (Liao & Chen, 2024; Pan *et al.*, 2025). Do ponto de vista metodológico, a adoção de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo reforça a robustez da abordagem qualitativa, permitindo acesso refinado aos sentidos atribuídos pelos seguidores em suas práticas e discursos. (Kallio *et al.*, 2016; Sousa & Santos, 2020).

A estrutura do artigo é organizada da seguinte forma: inicia-se com a fundamentação teórica, abordando os principais conceitos e debates da literatura sobre marketing de influência, autenticidade e engajamento digital. Em seguida, descreve-se detalhadamente o percurso metodológico, justificando as escolhas analíticas e o processo de construção das categorias. Posteriormente, apresentam-se os resultados empíricos, discutindo-os à luz das teorias e evidências recentes do campo. Por fim, o artigo destaca as contribuições, limitações, implicações para a prática e sugestões para pesquisas futuras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

DA EVOLUÇÃO DO MARKETING DE INFLUÊNCIA À ERA DA COAUTORIA DIGITAL

A trajetória do marketing de influência revela uma profunda transformação conceitual e operacional nas últimas décadas, impulsionada pela convergência entre a ascensão das redes digitais, o crescimento dos mercados de atenção e as mudanças nos padrões de interação social mediada por tecnologia. (Gammarano *et al.*, 2025). Originalmente fundamentado na lógica do endosso tradicional, em que celebridades e especialistas emprestavam sua credibilidade a marcas e produtos por meio



de discursos unilaterais, o campo evoluiu para um ambiente marcado pela coautoria narrativa, no qual a influência se constrói de modo dinâmico, cocriado entre influenciadores e seus seguidores em múltiplas plataformas. (Aw; Agnihotri, 2024; Joshi *et al.*, 2023). Esse movimento deslocou o locus da autoridade comunicativa para sujeitos mais próximos do cotidiano dos consumidores e diversificou os formatos de engajamento, tornando-os cada vez mais participativos, personalizados e responsivos às demandas de diferentes públicos. (Czaja *et al.*, 2024; Pan *et al.*, 2025).

O advento da economia da atenção consolidou o papel dos influenciadores digitais como gestores de comunidades, negociadores de sentido e catalisadores de tendências, conferindo-lhes o status de mediadores privilegiados entre marcas e audiências fragmentadas. Nesse contexto, o engajamento assume uma feição sistêmica, transcendendo a mera visibilidade e incorporando elementos de reciprocidade, colaboração simbólica e participação ativa dos seguidores na construção de narrativas e valores compartilhados. (Gammarano *et al.*, 2025; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023). Esse fenômeno é particularmente intensificado pelo design algorítmico das plataformas, que incentiva interações constantes, feedback em tempo real e a retroalimentação de preferências, promovendo ciclos de hipervigilância e atualização contínua de conteúdos. (Czaja *et al.*, 2024; Chen; Yan; Smith, 2023).

No âmbito dessa transformação, os influenciadores tornam-se vetores de mensagens comerciais e arquitetos de experiências e identidades coletivas, fomentando a sensação de pertencimento e de participação comunitária entre seguidores que, muitas vezes, assumem o papel de coautores das narrativas digitais. (Darvin, 2022; Gammarano *et al.*, 2025). A lógica do endosso unilateral, característica das mídias tradicionais, é substituída por um ethos de horizontalidade, interatividade e autenticidade performática, no qual os limites entre público e emissor são progressivamente borrados. Esse processo é potencializado pela multiplicidade de plataformas e formatos – stories, lives, podcasts, short videos – e pela economia transmidial, que amplia o alcance e a complexidade das relações de influência. (Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025; Garg; Bakshi, 2024).

A literatura recente evidencia, ainda, que o fenômeno da influência digital não pode ser compreendido exclusivamente a partir dos indicadores tradicionais de alcance e conversão, mas demanda novas abordagens que considerem as dinâmicas de engajamento emocional, formação de capital simbólico, coprodução de conteúdos e a capacidade de mobilizar audiências em contextos hipercompetitivos. (Baghel, 2024; Aw; Agnihotri, 2024). A emergência da figura do seguidor-engajado, participante e produtor de sentido, desafia modelos lineares de comunicação e exige uma compreensão mais ampla das estratégias discursivas, dos mecanismos de pertencimento e dos paradoxos associados à presença digital contínua. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Liao; Chen, 2024).

Diante desse panorama, compreende-se que o marketing de influência contemporâneo é caracterizado por uma transição paradigmática do endosso ao engajamento coautor, da passividade à coprodução, e da influência prescritiva à influência relacional e participativa. O campo demanda, portanto, análises teóricas e empíricas que integrem essas dimensões emergentes, considerando o papel da economia da atenção, o novo protagonismo dos seguidores e as múltiplas camadas de presença, pertencimento e significado que atravessam as práticas cotidianas de influência nas redes digitais. (Czaja *et al.*, 2024; Gammarano *et al.*, 2025).

AUTENTICIDADE, PARADOXOS E PERFORMATIVIDADE NAS RELAÇÕES DIGITAIS

No contexto do marketing de influência digital, a autenticidade emerge como um dos conceitos centrais para a compreensão das dinâmicas de engajamento, persuasão e construção de valor simbólico nas relações entre influenciadores e seguidores. Entretanto, a autenticidade, longe de ser uma noção fixa ou absoluta, revela-se permeada por paradoxos, ambiguidades e tensões performativas que desafiam modelos tradicionais de análise da comunicação e do consumo. (Aw; Agnihotri, 2024). Estudos recentes evidenciam que os seguidores demandam, simultaneamente, espontaneidade e profissionalismo, vulnerabilidade e expertise, realidade e encenação, configurando um campo de expectativas contraditórias onde o



influenciador precisa atuar estrategicamente para manter a adesão do público. (Baghel, 2024; Aw; Agnihotri, 2024). Nessa perspectiva, a autenticidade torna-se um valor relacional e contingente, sendo frequentemente encenada por meio de práticas sofisticadas de *impression management*, *storytelling* pessoal e curadoria de si, que reconfiguram os limites entre o real e o performático no espaço digital. (Chen; Yan; Smith, 2023; Heeris Christensen; Gyrð-Jones; Beverland, 2024).

O debate sobre autenticidade digital também implica uma crítica às concepções idealizadas e essencialistas que marcaram a literatura inaugural do tema. Ao invés de ser somente um atributo intrínseco ao sujeito, a autenticidade nas mídias sociais é progressivamente compreendida como um processo dinâmico de negociação simbólica, no qual o influenciador constrói credibilidade ao mostrar falhas controladas, revelar bastidores e compartilhar dilemas cotidianos, mas sem abdicar do controle sobre sua narrativa e reputação. (Liao; Chen, 2024; Pan *et al.*, 2025). Esse fenômeno resulta no que se denomina “autenticidade performática”, em que a exposição calculada da intimidade e da imperfeição é mobilizada como ativo estratégico, funcionando tanto para aproximar quanto para diferenciar o influenciador de sua audiência. (Chen; Yan; Smith, 2023; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023). Sob essa ótica, a autenticidade se converte em capital simbólico, modulável conforme as exigências do algoritmo, das marcas parceiras e dos próprios seguidores, tensionando permanentemente o equilíbrio entre ética, marketing e autoexpressão. (Heeris Christensen; Gyrð-Jones; Beverland, 2024; Baghel, 2024).

Esse cenário traz à tona uma série de paradoxos centrais para a compreensão da influência digital contemporânea. Por um lado, quanto maior for a pressão por autenticidade, maior a tendência à sua simulação, intensificando a performatividade do eu digital e a adoção de estratégias que tornam o “real” uma construção cuidadosamente editada. (Gammarano *et al.*, 2025; Darwin, 2022). Por outro lado, seguidores demonstram elevada tolerância à ambiguidade, aceitando – e até esperando – certos graus de encenação, desde que mantenham a ilusão de proximidade e verdade. (Aw; Agnihotri, 2024; Garg; Bakshi, 2024). Nessa dinâmica, autenticidade e simulação tornam-se dimensões indissociáveis,



compondo o repertório de práticas comunicativas e identitárias dos influenciadores, que precisam equilibrar demandas mercadológicas, padrões estéticos e valores éticos de maneira fluida e responsiva ao feedback social e algorítmico. (Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025; Gammarano *et al.*, 2025).

Ao inserir o conceito de performatividade nas discussões de autenticidade digital, a literatura avança para reconhecer a construção do self online como um processo relacional, onde o influenciador encena diferentes facetas de si, testando limites entre verdade, estratégia e criatividade. (Darvin, 2022; Scribano, 2024). Esse movimento ressignifica o *personal branding*, que deixa de ser mera gestão de imagem para assumir contornos de experimentação identitária, adaptação contínua e resposta a múltiplas audiências simultâneas. (Baghel, 2024; Chen; Yan; Smith, 2023). Assim, a autenticidade digital, longe de uma essência, revela-se um campo de disputa simbólica, negociada entre influenciadores, algoritmos, marcas e seguidores, num cenário no qual o “ser real” é, paradoxalmente, cada vez mais resultado de escolhas performáticas e arranjos estratégicos.

DINÂMICAS IDENTITÁRIAS, AFETIVAS E ESTÉTICAS: DA INFLUÊNCIA METAMÓRFICA À MORALIDADE VISUAL

O ambiente digital contemporâneo tem promovido uma profunda reconfiguração das dinâmicas identitárias, afetivas e estéticas, especialmente nas relações estabelecidas entre influenciadores e seus seguidores. A influência digital vai além da mera disseminação de tendências ou de produtos, promovendo processos de transformação identitária que se refletem na adoção de comportamentos, valores, estilos de vida e até mesmo na ressignificação de sonhos e aspirações dos indivíduos que compõem essas comunidades virtuais. (Gammarano *et al.*, 2025; Darvin, 2022). Esse fenômeno, frequentemente descrito como influência metamórfica, revela um processo de fusão simbiótica entre o self do seguidor e as personas digitais que admira, em que a fronteira entre identificação e incorporação se torna cada vez mais tênue, alimentando um ciclo contínuo de auto(re)design digital e performatização do eu nas redes sociais. (Aw; Agnihotri, 2024; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023). O influenciador

deixa, assim, de ser um simples emissor de mensagens, passando a ser referência modeladora de identidades plurais e fluidas, onde o self digital é negociado, testado e reinventado a partir de experiências compartilhadas, relatos confessionais e narrativas aspiracionais cocriadas com sua audiência. (Gammarano *et al.*, 2025; Joshi *et al.*, 2023).

No universo das redes sociais, o vínculo afetivo entre influenciador e seguidor adquire uma dimensão utilitária, na qual a emoção e o suporte simbólico ofertados pelos influenciadores são apropriados como recursos disponíveis sob demanda, funcionando como gatilhos para regulação emocional, automotivação e sensação de pertencimento em ambientes marcados por volatilidade e excesso de estímulos. (Scribano, 2024; Gu; Duan, 2024). Relações parassociais, antes restritas à análise de figuras midiáticas tradicionais, tornam-se centrais para o entendimento do engajamento em plataformas digitais, atuando como mediadores de intenção de compra, fidelização e construção de comunidades engajadas. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Garg; Bakshi, 2024). O capital afetivo, assim, configura-se como ativo estratégico do influenciador, evidenciado pelo alcance quantitativo e sobretudo pela intensidade, frequência e qualidade das interações estabelecidas, que produzem experiências de acolhimento, validação e suporte emocional percebido pelos seguidores. (Pan *et al.*, 2025; Aw; Agnihotri, 2024). Nesse sentido, o consumo de afeto digital responde tanto a motivações hedônicas quanto utilitárias, compondo um mosaico de gratificações instantâneas e duradouras, potencializado pelo design interativo e personalizado das plataformas. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Scribano, 2024).

Outra dimensão decisiva no fenômeno da influência digital diz respeito ao papel da estética na construção de credibilidade, confiança e moralidade percebida. O visual ethos, manifesto nas escolhas de vestimenta, ambientação, enquadramento e qualidade dos conteúdos, atua como *proxy* de valores éticos, responsabilidade social e profissionalismo, tornando-se critério fundamental na avaliação da legitimidade do influenciador. (Volkmer; Meißner, 2025; Lefebvre; Cowart, 2022). A estética, nesse contexto, não é mera superfície, mas sim elemento constitutivo da autoridade discursiva e da percepção de honestidade,

respeito e compromisso moral junto à audiência. (Chen; Yan; Smith, 2023; Gammarano *et al.*, 2025). Tal processo reforça a ideia de que a confiabilidade e a aceitação de narrativas digitais dependem da harmonia entre apresentação visual, coerência discursiva e responsividade ética do influenciador, o que amplia os desafios para manutenção de uma imagem autêntica e alinhada às expectativas normativas e afetivas do público. (Baghel, 2024; Volkmer; Meißner, 2025).

Portanto, a compreensão das dinâmicas identitárias, afetivas e estéticas no contexto do marketing de influência requer uma abordagem interdisciplinar que integre os aportes das teorias do self digital, da economia emocional e das estéticas morais, iluminando como os processos de metamorfose identitária, instrumentalização do afeto e estilização visual se entrelaçam na configuração de laços de confiança, engajamento e pertencimento nas comunidades digitais. (Aw; Agnihotri, 2024; Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025). O aprofundamento desses elementos contribui para a ampliação dos marcos analíticos da literatura, ao reconhecer a complexidade e a dinamicidade das práticas de influência na contemporaneidade, em que a autenticidade, o afeto e a estética se tornam recursos estratégicos e disputados na busca por legitimidade e impacto simbólico no ecossistema digital. (Gammarano *et al.*, 2025; Volkmer; Meißner, 2025).

INFLUÊNCIA TRANSMIDIAL, CUMPLICIDADE AFETIVA E NOVOS GAPS TEÓRICOS

A consolidação da influência transmidial e da hiperimersão multiplataforma redefine a forma como conteúdos circulam e o próprio tecido relacional que sustenta a autoridade, a credibilidade e a permanência dos influenciadores digitais. A expansão da atuação desses agentes em múltiplas plataformas – como Instagram, TikTok, YouTube, Twitter e Telegram – potencializa a construção de comunidades envolvidas, permitindo que seguidores acompanhem, interajam e coparticipem de narrativas em tempo real e de modo contínuo, o que promove uma cumplicidade afetiva e narrativa sem precedentes. (Czaja *et al.*, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Tal fenômeno desloca a centralidade da influência para além da produção de conteúdos, inserindo o influenciador e o seguidor em uma dinâmica de coautoria, pertencimento e



retroalimentação simbólica, onde ambos se reconhecem como agentes ativos da narrativa digital. (Darvin, 2022; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023).

No universo hiperconectado, a cumplicidade afetiva ganha densidade por meio da presença onipresente e da constante disponibilidade de conteúdos, que transformam o seguidor em um cúmplice emocional e participativo, legitimando e amplificando a performance do influenciador em múltiplos espaços. A hiperimersão, neste sentido, aprofunda a sensação de pertencimento e a coautoria narrativa, tornando a ausência ou a inconsistência do influenciador motivo de frustração e até ruptura simbólica por parte dos seguidores, que exigem continuidade, reciprocidade e transparência na relação. (Gammarano *et al.*, 2025; Chen; Yan; Smith, 2023). Esse cenário impõe desafios de gestão de imagem, equilíbrio emocional e manutenção de engajamento sustentável, já que a lógica transmidial exige que influenciadores adaptem suas estratégias discursivas e performáticas para múltiplas audiências, formatos e temporalidades, sem perder a coerência e a autenticidade percebidas. (Aw; Agnihotri, 2024; Pan *et al.*, 2025).

O avanço dessas dinâmicas revela, contudo, importantes lacunas teóricas na literatura tradicional de marketing de influência, que ainda tende a analisar o fenômeno de forma segmentada, a partir de métricas isoladas de alcance, conversão ou engajamento em plataformas específicas. (Joshi *et al.*, 2023; Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025). Modelos clássicos, ancorados em fluxos lineares de comunicação ou na lógica do endosso unidirecional, mostram-se insuficientes para explicar os processos de coautoria, interdependência emocional, dinâmicas de pertencimento e a crescente simbiose narrativa entre influenciadores e suas audiências em ambientes transmidiais. (Czaja *et al.*, 2024; Scribano, 2024). A própria fragmentação do consumo de conteúdo, potencializada pelos algoritmos e pela lógica da economia da atenção, exige abordagens analíticas mais integradas e flexíveis, capazes de articular aspectos quantitativos e qualitativos, subjetivos e objetivos, emocionais e racionais, reconhecendo o seguidor como sujeito ativo e cocriador de sentido. (Gammarano *et al.*, 2025; Volkmer; Meißner, 2025).

Diante desses desafios, o campo do marketing de influência precisa avançar para modelos teóricos e metodológicos que considerem a complexidade dos ecossistemas digitais, a multiplicidade de plataformas, a fluidez das identidades, a intensidade dos laços afetivos e a centralidade da narrativa compartilhada. Isso implica reconhecer a emergência de uma economia simbólica do pertencimento, em que valor, confiança e

influência se constroem coletivamente e em tempo real, por meio de práticas de cumplicidade afetiva, hiperimersão e coautoria narrativa. (Aw; Agnihotri, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Tais perspectivas ampliam o entendimento sobre as possibilidades e os limites da influência digital, e apontam para a necessidade de pesquisas interdisciplinares e inovadoras, capazes de iluminar as zonas de ambivalência, vulnerabilidade e potência criativa que marcam as práticas contemporâneas de engajamento nas redes.

A construção da Tabela 1 permite visualizar, de maneira comparada e evolutiva, como o campo do marketing de influência tem transitado de um paradigma centrado na emissão unilateral de mensagens para um cenário marcado por relações cocriativas, fluidez identitária, simbiose emocional e hiperimersão multiplataforma. Ressalta-se que, ao mesmo tempo, em que novas oportunidades se abrem para engajamento, pertencimento e inovação, surgem desafios relacionados à ética, autenticidade, gestão emocional e integração de dados e sentidos.

Tabela 1 – Síntese dos Elementos Teóricos Emergentes no Marketing de Influência Contemporâneo

Dimensão Teórica	Descrição Central	Paradigma Clássico	Paradigma Contemporâneo
Natureza da Influência	De endosso unilateral à coautoria de narrativas	Endosso, unidirecional	Coautoria, bidirecional
Engajamento e Atenção	Engajamento como reciprocidade e atenção distribuída	Alcance, visibilidade	Participação ativa, feedback
Autenticidade e Performatividade	Simulação, encenação estratégica e tensionamento ético	Autenticidade essencialista	Autenticidade performática
Transformação Identitária	Influência metamórfica, fusão e ressignificação identitária	Metamorfose identitária	Modelagem comportamental
Afetividade Utilitária	Capital afetivo, suporte emocional sob demanda	Apego midiático	Suporte funcional e motivador
Estética e Moralidade	Estética como critério de credibilidade e responsabilidade	Aparência superficial	Visual ethos, moralidade
Influência Transmidial	Hiperimersão, multiplataforma e	Conteúdo fragmentado	Narrativas transmidiais

	coautoria narrativa		
Gaps e Desafios Teóricos	Limites dos modelos lineares, necessidade de integração	Métricas isoladas	Análise interdisciplinar

Continua...

Dimensão Teórica	Papel do Influenciador	Papel do Seguidor	Desafios Atuais	Oportunidades de Pesquisa e Prática
Natureza da Influência	Emissor de mensagem	Receptor passivo	Ruptura de fronteiras e papéis	Analisar processos de coprodução, narrativa compartilhada
Engajamento e Atenção	Gestor de comunidades, tendências	Coautor, feedback contínuo	Gestão do excesso e fragmentação	Medir engajamento emocional, circularidade da atenção
Autenticidade e Performatividade	Curador de si, performer	Avaliador crítico, cúmplice	Equilibrar ética e estratégia	Explorar paradoxos e dimensões ético-emocionais
Transformação Identitária	Arquétipo e inspiração	Identificação e fusão simbólica	Riscos de homogeneização	Estudar self-design e dinâmicas de identificação
Afetividade Utilitária	Fornecedor de suporte simbólico	Consumidor ativo de afeto	Gestão da dependência emocional	Mensurar afetividade e relação parassocial
Estética e Moralidade	Definidor de padrões estéticos	Avaliador de estética e moralidade	Manutenção da confiança visual	Investigar estética e credibilidade discursiva
Influência Transmidial	Mediador e estrategista multiplataforma	Cúmplice multiplataforma	Coerência entre canais	Examinar presença, hiperimersão e cumplicidade afetiva
Gaps e Desafios Teóricos	Adaptação a ecossistemas complexos	Cocriação e participação ampliada	Fragmentação, ambivalência	Desenvolver abordagens integradas e flexíveis

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Assim, a sistematização dos elementos teóricos por meio dessa tabela evidencia não só as complexidades atuais do marketing de

influência, mas também aponta caminhos férteis para o desenvolvimento de investigações empíricas e teóricas, consolidando um referencial robusto para avançar no entendimento do fenômeno em sua multiplicidade e profundidade.

METODOLOGIA

COLETA DE DADOS: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A estratégia metodológica adotada neste estudo combinou entrevistas semiestruturadas (Maher; Bedwei-Majdou, 2025) e análise de conteúdo (Bardin, 2010) para captar em profundidade as motivações, percepções e comportamentos dos participantes no contexto do marketing de influência. O roteiro de entrevistas foi elaborado com 25 perguntas e validado com base nas diretrizes recomendadas para pesquisa qualitativa, incorporando a revisão da literatura e sendo adaptado para cada respondente, o que permitiu a emergência de temas novos e relevantes durante o processo. (Adeoye-Olatunde; Olenik, 2021; Maher; Bedwei-Majdou, 2025). O instrumento inicial foi submetido a um pré-teste com cinco participantes, promovendo o refinamento das perguntas para garantir clareza, pertinência e alinhamento ao objetivo do estudo, conforme melhores práticas metodológicas. (Kallio *et al.*, 2016; Petrescu *et al.*, 2017).

Os participantes foram selecionados por meio de amostragem intencional, priorizando a diversidade de perfis e níveis de engajamento, de modo a abranger distintos padrões de consumo e interação com influenciadores digitais, conforme recomendações de rigor na pesquisa qualitativa. (Aw; Agnihotri, 2024; Joshi *et al.*, 2023). O processo de seleção considerou o critério de saturação teórica, conduzindo entrevistas até que novas informações relevantes deixassem de emergir, assegurando, assim, a suficiência e robustez dos dados coletados. (Sousa; Santos, 2020; Maher; Bedwei-Majdou, 2025). A Tabela 2 a seguir, indica dados relacionados a amostra final que contemplou 35 participantes, com idades a partir de 18



anos e residentes em quatro regiões brasileiras, incluindo desde seguidores classificados como *heavy*, *regular* e *light users* até influenciadores e especialistas acadêmicos em marketing de influência. Essa categorização foi fundamental para captar diferentes padrões de engajamento, intensidade de interação e motivações, enriquecendo o espectro de análise e viabilizando comparações aprofundadas entre os grupos. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Pan *et al.*, 2025).

Tabela 2 – Dados Primários dos Participantes das Entrevistas

Participante	Gênero	Idade	Região	Escolaridade
P1	F	28	Norte	Graduação
P2	M	28	Norte	Graduação
P3	M	29	Norte	Doutorado
P4	F	21	Norte	Ensino Médio
P5	F	24	Norte	Graduação
P6	M	29	Norte	Mestrado
P7	F	28	Norte	Graduação
P8	F	29	Norte	Graduação
P9	M	21	Norte	Ensino Médio
P10	M	28	Norte	Mestrado
P11	M	24	Norte	Graduação
P12	M	21	Sudeste	Ensino Médio
P13	F	29	Norte	Graduação
P14	M	30	Norte	Ensino Médio
P15	M	30	Sul	Doutorado
P16	F	48	Norte	Doutorado
P17	F	38	Sudeste	Mestrado
P18	M	29	Norte	Graduação
P19	M	35	Norte	Doutorado
P20	M	28	Norte	Graduação
P21	M	29	Norte	Graduação
P22	M	28	Norte	Pós-graduação
P23	M	28	Norte	Graduação
P24	F	20	Norte	Ensino Médio
P25	F	25	Norte	Mestrado
P26	M	28	Sul	Graduação
P27	F	24	Norte	Graduação
P28	F	29	Sul	Graduação
P29	F	18	Sul	Ensino Médio
P30	M	40	Sudeste	Graduação
P31	M	39	Norte	Graduação
P32	F	34	Norte	Pós-graduação
P33	M	21	Norte	Graduação
P34	M	41	Sul	Doutorado

P35	M	30	Sudeste	Graduação	
Ocupação	Tipo de Usuário	Categoria	Seguidores	Rede Social	Tempo de Entrevista
Estatística	Regular	Regular			1:05:53
Advogado	Light	Light			1:28:28
Professor	Heavy	Heavy			1:55:45
Estudante	Regular	Regular			1:43:10
Professora	Heavy	Heavy			1:42:42

Continua...

Ocupação	Tipo de Usuário	Categoria	Seguidores	Rede Social	Tempo de Entrevista
Professor	Heavy	Heavy			2:23:35
Jornalista	Heavy	Heavy			2:16:16
Advogada	Heavy	Heavy			1:06:21
Estudante	Light	Light			3:29:21
Farmacêutico	Heavy	Heavy			1:51:05
Farmacêutico	Heavy	Heavy			1:54:27
Empreendedor	Regular	Regular			1:52:02
Servidora Pública	Light	Light			2:06:26
Empreendedor	Heavy	Heavy			1:05:22
Professor/Pesquisador de Marketing	Regular	Regular			1:41:08
Professora/Pesquisadora de Marketing	Light	Light			1:02:03
Professora/Pesquisadora de Marketing	Regular	Regular			1:29:30
Servidor Público	Heavy	Heavy			1:14:07
Gerente	Light	Light			0:51:19
Gerente de Logística	Regular	Regular			0:40:42
Gerente	Regular	Regular			1:02:42
Desenvolvedor de Software	Heavy	Heavy			1:18:35
Estudante	Heavy	Heavy			0:53:57
Estudante	Heavy	Heavy			1:24:30
Estudante/Influenciadora Humana	Heavy	Micro	4.8K	Instagram	2:13:11
Influenciador Humano	Heavy	Micro	20.3K	Instagram	1:28:11
Professora/Influenciadora Humana	Heavy	Micro	9.7K	Instagram	1:34:12
Advogada/Influenciadora Humana	Heavy	Micro	78.8K	Instagram	1:09:00
Estudante/Influenciadora Humana	Heavy	Micro	10K	Instagram	0:38:31
Músico/Influenciador Humano	Heavy	Micro	31.9K	Instagram	1:17:00
Influenciador Humano	Heavy	Macro	379K	YouTube	1:08:53
Advogada/Influenciadora Humana	Heavy	Macro	145.1K	Twitter	1:15:08
Padre/Influenciador Humano	Heavy	Mega	4.3M	Instagram	0:50:21

Professor/Influenciador Humano	Heavy	Macro	195K	YouTube	1:58:33
Publicitário/Influenciador Humano	Heavy	Micro	17.4K	Instagram	3:29:56

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Além dos seguidores e influenciadores, o estudo incluiu professores universitários e pesquisadores com expertise em marketing de influência, o que contribuiu para enriquecer os dados com perspectivas teóricas e críticas, ampliando a contextualização dos achados e favorecendo o rigor metodológico. (Aw; Agnihotri, 2024; Heeris Christensen; Gyrð-Jones; Beverland, 2024). Todas as entrevistas foram realizadas em português, entre agosto de 2021 e janeiro de 2022, gravadas com o consentimento dos participantes, transcritas integralmente e organizadas em um banco de dados com 746 páginas em *word* no formato A4. Em alinhamento com as melhores práticas éticas, a confidencialidade dos participantes foi rigorosamente preservada, com anonimização dos dados pessoais e conformidade às diretrizes internacionais de ética em pesquisa. (Creswell; Poth, 2018; Adeoye-Olatunde; Olenik, 2021).

ANÁLISE DE DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise dos dados baseou-se na abordagem de análise de conteúdo, estruturada de acordo com os princípios de sistematicidade, profundidade interpretativa e transparência metodológica recomendados na literatura. (Bardin, 2010; Cardoso; Monteiro, 2022). Inicialmente, todas as transcrições foram submetidas a uma leitura flutuante, seguida pela codificação aberta e categorização dos dados, permitindo identificar padrões, recorrências e singularidades nas respostas dos participantes. (Sousa; Santos, 2020; Kondracki; Wellman, 2002). Esse processo possibilitou a construção de dois bancos de dados distintos: um focado em seguidores (categorias e motivações), outro em influenciadores (estratégias e percepções), ambos devidamente organizados com excertos ilustrativos e registros temporais para maior rigor analítico.

A identificação de categorias temáticas foi orientada pelo método de análise temática de Braun e Clarke (2023), que possibilita mapear padrões de sentido e estabelecer relações conceituais entre os diferentes elementos da experiência dos participantes. (Bardin, 2010; Kondracki; Wellman, 2002). O processo de análise metodológica foi empregado para assegurar a confiabilidade dos achados, sempre preservando a privacidade

e a integridade ética dos respondentes. (Roulston; Halpin, 2022; Pan *et al.*, 2025).

O estudo adotou ainda procedimentos rigorosos de validação dos resultados, incluindo revisão cruzada dos dados por diferentes membros da equipe de pesquisa e discussão coletiva dos temas emergentes, de modo a garantir a robustez interpretativa e a transparência em todas as etapas do processo. (Rossi; Serralvo; Joao, 2014; Bardin, 2010). Por fim, a análise permitiu descrever padrões de engajamento e interação e aprofundar o entendimento sobre os mecanismos subjetivos de motivação, identificação, afeto e pertencimento nas relações entre influenciadores e seguidores, contribuindo significativamente para o avanço da literatura em marketing de influência. (Aw; Agnihotri, 2024; Garg; Bakshi, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AUTENTICIDADE SIMULADA E O PARADOXO DA ACEITAÇÃO

A categoria "Autenticidade Simulada e o Paradoxo da Aceitação" refere-se à percepção emergente entre seguidores de que influenciadores digitais, conscientemente ou não, manipulam elementos de sua autoapresentação para simular autenticidade. Tal simulação busca atender às expectativas do público, criando, simultaneamente, empatia e aceitação, mas também desconforto e desconfiança. (Baghel, 2024; Liao; Chen, 2024). A autenticidade deixa de ser entendida como valor absoluto e passa a ser tratada como recurso simbólico estratégico e performático, diretamente relacionado ao fenômeno contemporâneo de "gestão emocional dialética" em mídias sociais. (Heeris Christensen; Gyrd-Jones; Beverland, 2024). Tal perspectiva implica reconhecer que influenciadores precisam equilibrar, estrategicamente, a expressão genuína com exigências comerciais e emocionais impostas pelas audiências digitais.

Eu sei que eles têm que vender, têm que agradar, então claro que eles escolhem palavras certas, cenário perfeito, tudo bonitinho. Mas aí eu fico pensando: será que aquilo ali é mesmo quem eles são? Porque parece muito montado. E eu continuo assistindo, mesmo desconfiando. (P 14, Empreendedor).

A fala do entrevistado P14 evidencia claramente a coexistência ambivalente entre a desconfiança em relação à autenticidade e a



continuidade do engajamento emocional com o conteúdo. Essa dinâmica gera um novo conceito: o "Paradoxo da Sedução da Desconfiança", fenômeno caracterizado pelo fascínio gerado pela dúvida quanto à veracidade do influenciador. Nessa dinâmica paradoxal, quanto maior for a percepção da simulação, mais forte pode se tornar o interesse, transformando a dúvida numa fonte potente de atenção emocional. (Czaja *et al.*, 2024; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023). Outro conceito aqui introduzido é a "Transparência Opaquizada", na qual o influenciador oferece elementos aparentemente sinceros e espontâneos, porém cuidadosamente planejados, que criam um efeito paradoxal de proximidade-distância, aumentando simultaneamente atração e criticidade. (Darvin, 2022; Volkmer; Meißner, 2025). Essa contribuição amplia os horizontes teóricos sobre o engajamento emocional na economia da atenção, destacando o poder persuasivo da ambiguidade na comunicação digital.

Tem uns que fazem questão de parecer imperfeitos, falam ‘olha minha bagunça’, mas dá pra ver que é uma bagunça planejada. Eles fingem que estão mostrando o real, mas não estão. (P 13, Servidora Pública).

O comentário de P13 aprofunda o entendimento do conceito de “Autenticidade Performática Estratégica” ao demonstrar que a imperfeição aparente pode ser propositalmente encenada para gerar proximidade emocional. Dessa constatação, surge o conceito de "Imperfeição Encantada", definida como a prática estratégica de expor imperfeições controladas para gerar identificação e para estabelecer um ambiente emocionalmente sedutor, no qual o seguidor se sente convidado a penetrar na esfera íntima do influenciador. (Baghel, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Outro conceito derivado dessa análise é a "Intimidade Cenográfica", caracterizada pela criação de ambientes visualmente espontâneos, porém cuidadosamente planejados, visando produzir uma falsa sensação de acesso exclusivo ao cotidiano do influenciador, potencializando assim o engajamento afetivo e fidelizando o público de maneira sutil e sofisticada. (Volkmer; Meißner, 2025; Liao; Chen, 2024). Esses conceitos desvendam mecanismos mais complexos do que são tradicionalmente descritos na literatura sobre autenticidade em marketing digital.

Essas novas perspectivas possuem implicações teóricas e gerenciais profundas no campo do marketing de influência. Teoricamente, destacam a importância da ambivalência emocional e da simulação estratégica como recursos fundamentais para gerar e sustentar atenção, interesse e confiança. Diferentemente dos modelos tradicionais que tratavam a autenticidade como uma característica fixa, esses achados apontam para a autenticidade como um recurso performático, o qual é encenado, negociado e percebido de forma continuamente mutável e contextual. (Gammarano *et al.*, 2025; Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025). Isso implica uma transformação radical no modo como a teoria de autenticidade é construída, exigindo abordagens analíticas mais sofisticadas que possam capturar a ambiguidade emocional como fonte essencial da influência digital.

Do ponto de vista gerencial, as implicações são ainda mais contundentes: influenciadores e gestores de marketing precisam reconhecer que a autenticidade não é exclusivamente sobre ser genuíno, mas sobre dominar a gestão estratégica da percepção de autenticidade. O uso deliberado da imperfeição e da transparência opaquizada emerge como técnica para aumentar o impacto emocional e a proximidade com audiências cada vez mais críticas e informadas. Assim, para alcançar vantagem competitiva e sustentação emocional, estratégias de influência digital devem conscientemente gerenciar paradoxos, buscando uma simulação transparente e autêntica da intimidade e vulnerabilidade humanas. (Baghel, 2024; Volkmer; Meißner, 2025). Essa nova perspectiva pode gerar estratégias inovadoras, melhorar a eficácia das campanhas digitais e aprofundar o envolvimento emocional das audiências em contextos hipercompetitivos das mídias sociais contemporâneas.

INFLUÊNCIA METAMÓRFICA: DA INSPIRAÇÃO À FUSÃO IDENTITÁRIA

A categoria "Influência Metamórfica" descreve um fenômeno emergente no qual os seguidores se inspiram nos influenciadores digitais e passam por um intenso processo simbiótico de transformação identitária. Tal fenômeno ultrapassa a simples identificação aspiracional, manifestando-se em uma verdadeira fusão de hábitos, estilos, aspirações e

até sonhos que são incorporados à autoimagem dos seguidores, criando uma identidade híbrida e fluida. (Darvin, 2022; Gammarano *et al.*, 2025). Esse conceito avança a compreensão tradicional sobre performatividade e identidade digital ao sugerir que influenciadores atuam como agentes catalisadores de uma metamorfose simbólica que remodela o self digital dos seguidores, contribuindo para o desenvolvimento de um processo contínuo e dinâmico de "auto-design digital". (Heeris Christensen; Gyrd-Jones; Beverland, 2024; Garg; Bakshi, 2024).

Quem sou eu? Um pouco de todas elas. Eu peguei jeito de falar, de vestir, até meu jeito de lidar com os outros mudou por causa delas. É como se eu tivesse virado uma mistura de tudo que eu consumo delas. (P4, Estudante).

O comentário de P4 evidencia claramente a dimensão profunda da influência metamórfica, revelando um fenômeno aqui denominado "Mimetismo Identitário". Este conceito sugere uma absorção integral de características provenientes dos influenciadores, indo além da simples reprodução superficial e penetrando em camadas profundas da personalidade digital, emocional e social do seguidor. (Scribano, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Outra contribuição extraída dessa fala é a "Identidade-Mosaico", que expressa como indivíduos constroem sua identidade contemporânea a partir de fragmentos heterogêneos de diversas personalidades digitais, formando um padrão único e personalizado de identidade fluida e dinâmica, constantemente atualizada e adaptada em resposta às interações nas plataformas digitais. (Darvin, 2022; Volkmer; Meißner, 2025). Tal concepção desafia as visões tradicionais sobre autenticidade, indicando uma resignificação contínua do self mediada por influenciadores digitais.

Depois que comecei a acompanhar a Bia, eu comecei a repensar minha profissão, mudei o jeito de vestir, até parei de falar algumas gírias porque ela não usa, sabe? (P7, Jornalista).

O comentário de P7 revela a amplitude da influência metamórfica, atingindo domínios que transcendem aspectos superficiais e avançando para transformações profissionais, estéticas e comunicacionais. A partir



dessa percepção, é possível conceber o conceito de "Ressignificação Identitária Profunda", definido como o impacto radical exercido pelos influenciadores digitais sobre aspectos centrais da vida do seguidor, incluindo carreira, comunicação verbal e códigos culturais e sociais. (Aw; Agnihotri, 2024; Baghel, 2024). Outro conceito é a "Edição Existencial Digital", fenômeno no qual seguidores, inspirados por influenciadores, realizam alterações conscientes e estruturais em suas trajetórias de vida, ressignificando sua aparência ou linguagem cotidiana e remodelando sua posição social e identitária em uma narrativa pessoal reconfigurada sob a influência digital. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Gammarrano *et al.*, 2025). Esse novo entendimento amplia o campo de estudo sobre influência, indicando que as interações digitais provocam transformações profundas e estruturais nos percursos existenciais dos indivíduos.

Teoricamente, a concepção da influência metamórfica amplia os limites tradicionais do entendimento da influência digital, apontando que influenciadores desempenham um papel ativo e transformador na construção identitária dos seguidores. Isso implica uma redefinição dos paradigmas que fundamentam a teoria da identidade digital, ressaltando processos complexos e dinâmicos que vão além da identificação superficial para envolver alterações existenciais profundas. (Darvin, 2022; Scribano, 2024).

Gerencialmente, esses achados sugerem que estratégias de marketing de influência devem ir além da comunicação superficial e adotar uma perspectiva de gestão da influência metamórfica, levando em conta o potencial dos influenciadores de moldar profundamente estilos de vida, práticas profissionais e trajetórias existenciais dos seguidores. Gestores de marketing digital devem entender que as práticas de influência ultrapassam aspectos meramente estéticos e superficiais e atingem camadas existenciais mais profundas, exigindo estratégias cuidadosamente desenhadas para gerar empatia autêntica, responsabilidade social e ética digital na gestão das narrativas pessoais e identitárias construídas por influenciadores. (Baghel, 2024; Garg; Bakshi, 2024). Assim, o marketing de influência passa a ser compreendido como prática estratégica e ética complexa, implicando



um compromisso mais profundo com as transformações sociais, culturais e existenciais que produz no universo digital contemporâneo.

AFETIVIDADE UTILITÁRIA: EMOÇÃO COMO RECURSO FUNCIONAL

A categoria "Afetividade Utilitária" conceitua o vínculo emocional com influenciadores digitais como um recurso estratégico, funcional e pragmático, operacionalizando emoções e afeto sob demanda. Distante de uma perspectiva romântica idealizada, essa forma de afetividade instrumentaliza sentimentos para fins específicos, como regulação emocional, motivação diária e suporte simbólico digital. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Scribano, 2024). Nesse contexto, o influenciador torna-se uma espécie de "capital emocional instantâneo", disponível para consumo imediato e personalizado, alimentando uma economia afetiva digital, profundamente interligada à economia da atenção. (Czaja *et al.*, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Assim, os vínculos não são baseados necessariamente em reciprocidade genuína, mas na capacidade funcional e pontual dos influenciadores em satisfazer necessidades emocionais cotidianas dos seguidores.

Tem dias que eu tô mal, aí eu vou direto no perfil da Mari. Não é que ela diga algo específico, mas só de ver, já me dá uma paz. É tipo uma pílula emocional. Ela nem sabe, mas é minha terapia. (P24, Estudante).

O comentário de P24 traz um novo entendimento para o fenômeno da afetividade utilitária, destacando a eficácia silenciosa do influenciador em oferecer um alívio emocional imediato, sem a necessidade explícita de conteúdo verbal significativo. Surge daí o conceito de "Presença Digital Terapêutica Silenciosa", fenômeno que ocorre quando a mera existência visual e cotidiana de um influenciador, independente do conteúdo verbal ou temático, já exerce um efeito calmante e terapêutico profundo sobre os seguidores. (Scribano, 2024; Garg; Bakshi, 2024). Outro conceito derivado desta fala é a "Capsularização Afetiva Digital", na qual a presença digital dos influenciadores age como uma cápsula emocional de rápida dissolução, proporcionando uma espécie de analgesia afetiva digital sob demanda, com implicações diretas sobre o consumo emocional, amplamente relacionado



à economia digital contemporânea. (Volkmer; Meißner, 2025; Czaja *et al.*, 2024). Esses conceitos avançam na compreensão das dinâmicas emocionais subjacentes ao marketing de influência, mostrando como elementos visuais e contextuais, ainda que minimalistas, podem criar profundas conexões afetivas utilitárias.

Eu faço deles a minha motivação. Tipo, eu acordo, vejo o que eles tão fazendo, e aí penso 'vou fazer também'. Eles nem sabem, mas eles são meu gás todo dia. (P21, Gerente).

P21 evidencia outro aspecto da afetividade utilitária: o papel dos influenciadores como catalisadores motivacionais inconscientes e cotidianos. Deste comentário, nasce o conceito de "Energia Motivacional Invisível", que define o fenômeno no qual influenciadores digitais, mesmo sem intenção explícita, fornecem uma força motivadora permanente e subjacente, imperceptível ao próprio influenciador, mas essencial para o seguidor. (Gu; Duan, 2024; Pan *et al.*, 2025). Outro conceito derivado é a "Simulação Interativa de Autoeficácia", mecanismo pelo qual seguidores simulam, em seus próprios contextos pessoais, comportamentos dos influenciadores para gerar um impulso motivacional artificialmente induzido, mas eficaz e transformador em suas vidas cotidianas. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Heeris Christensen; Gyrd-Jones; Beverland, 2024). Estes conceitos rompem paradigmas tradicionais ao revelarem que a influência digital opera não só na dimensão consciente e declarada, mas especialmente na dimensão inconsciente e latente das rotinas motivacionais individuais.

Do ponto de vista teórico, essas descobertas desafiam a literatura existente ao apresentar uma nova perspectiva sobre como a emoção pode ser estrategicamente instrumentalizada pelos seguidores, alterando profundamente o entendimento do vínculo emocional digital. Ao propor conceitos como "Presença Digital Terapêutica Silenciosa", "Capsularização Afetiva Digital", "Energia Motivacional Invisível" e "Simulação Interativa de Autoeficácia", esse estudo amplia os limites conceituais do marketing digital, propondo abordagens teóricas mais sofisticadas e adaptadas à



dinâmica emocional contemporânea das redes sociais. (Scribano, 2024; Gammarano *et al.*, 2025).

Gerencialmente, as implicações são igualmente transformadoras: gestores de marketing digital e influenciadores precisam reconhecer que sua atuação emocional ultrapassa conteúdos explícitos e verbalizados, abrangendo camadas sutis, inconscientes e simbólicas. Nesse sentido, estratégias de comunicação e gestão de comunidades precisam incorporar uma compreensão mais profunda dos mecanismos de consumo emocional implícito, projetando presenças digitais que possam servir como fontes de regulação emocional e motivacional, mesmo na ausência de mensagens explícitas. (Pan *et al.*, 2025; Volkmer; Meißner, 2025). Com isso, influenciadores podem maximizar sua efetividade, produzindo conteúdos visuais e emocionalmente intuitivos, que vão além da fala direta e explícita, criando experiências afetivas sutis e funcionais para suas audiências. Essas descobertas colocam o marketing de influência em um patamar avançado e estratégico, ampliando o repertório gerencial e oferecendo novas possibilidades práticas para a gestão emocional eficiente de comunidades digitais no contexto altamente competitivo e emocionalmente exigente das mídias sociais contemporâneas.

ESTÉTICA MORAL: VISUALIDADE E CREDIBILIDADE ÉTICA

A categoria "Estética Moral" refere-se ao uso da estética visual como parâmetro moral, ético e simbólico pelos seguidores para avaliar a confiabilidade, responsabilidade e honestidade dos influenciadores digitais. Diferentemente de abordagens tradicionais, onde a estética e o conteúdo são vistos separadamente, esta perspectiva integra forma e conteúdo como mutuamente dependentes, sugerindo que a aparência física e visual do influenciador é interpretada diretamente como reflexo do seu caráter moral, integridade discursiva e compromisso ético-social. (Volkmer; Meißner, 2025; Chen; Yan; Smith, 2023). Neste sentido, estabelece-se o conceito de "visual ethos", onde a estética transcende a mera função decorativa e se torna critério fundamental para a percepção de legitimidade e autoridade discursiva. (Garg; Bakshi, 2024; Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025).

Tem uma que eu parei de seguir porque ela começou a aparecer toda largada, falando de qualquer jeito. Eu gosto de gente que se cuida, que transmite uma imagem boa, sabe? Isso mostra que ela tem respeito por quem assiste. (P32, Advogada e Influenciadora Digital).

O comentário de P32 evidencia o surgimento de um outro conceito: a “Higiene Estético-Moral”, que descreve como a aparência e o cuidado visual dos influenciadores são percebidos simbolicamente pelos seguidores como uma demonstração concreta de respeito, ética relacional e compromisso social. A “Higiene Estético-Moral” sugere que negligenciar aspectos visuais básicos pode ser interpretado como descaso moral e simbólico, com implicações diretas para a quebra da confiança e redução da legitimidade do discurso dos influenciadores. (Heeris Christensen; Gyrd-Jones; Beverland, 2024; Darwin, 2022). Além disso, surge também a noção de “Cuidado Visível como Afeto Simbólico”, apontando que o autocuidado estético é percebido como um sinal indireto de afeto e respeito pelos seguidores, criando laços emocionais e morais que transcendem a superficialidade da aparência física, reforçando ainda mais a conexão afetiva e ética com o público. (Scribano, 2024; Czaja *et al.*, 2024).

Se o cara não cuida nem da própria fala, se grava com qualquer roupa, num lugar sujo, como que eu vou confiar no que ele tá dizendo sobre política, por exemplo? (P35, Publicitário e Influenciador Digital).

O comentário de P35 apresenta um novo conceito que é a: “Coerência Estético-Discursiva”, que sugere uma conexão entre estética visual, desempenho discursivo e credibilidade percebida pelo público. Sob esta ótica, a incongruência visual-discursiva (por exemplo, um discurso formal e sério em ambiente visual desleixado) gera um conflito simbólico que afeta diretamente a percepção de legitimidade e autoridade discursiva do influenciador. (Chen; Yan; Smith, 2023; Volkmer; Meißner, 2025). Outro conceito derivado dessa fala é o da “Ambientação Discursiva Confiável”, onde o ambiente físico e visual utilizado pelo influenciador serve como um cenário simbólico e autoritativo, gerando confiança discursiva automaticamente condicionada pelos aspectos visuais que o

acompanham, sugerindo que a construção estética do espaço é tão importante quanto o conteúdo verbal para a validação moral e intelectual dos influenciadores. (Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025; Garg; Bakshi, 2024).

Em termos teóricos, a introdução dos conceitos de “Higiene Estético-Moral”, “Cuidado Visível como Afeto Simbólico”, “Coerência Estético-Discursiva” e “Ambientação Discursiva Confiável” desafia os paradigmas tradicionais, sugerindo que elementos visuais antes vistos como meramente secundários, agora desempenham um papel central na construção simbólica de autoridade, confiança e moralidade nas interações digitais. (Gammarano *et al.*, 2025; Heeris Christensen; Gyrd-Jones; Beverland, 2024). Esses conceitos ampliam a compreensão acadêmica sobre como estética, ética e afeto estão interligados no processo complexo de influência digital.

No campo gerencial, essas descobertas implicam diretamente em práticas mais sofisticadas e estrategicamente conscientes para influenciadores e profissionais de marketing. Os gestores devem compreender que o sucesso das campanhas de influência digital depende da manutenção constante de uma coerência simbólica rigorosa entre mensagem, estética visual e postura moral percebida pelo público. (Spörl-Wang; Krause; Henkel, 2025; Garg; Bakshi, 2024). Assim, a gestão da imagem dos influenciadores precisa levar em conta o impacto simbólico e ético dos elementos visuais e ambientais, tratando-os como partes constitutivas essenciais da estratégia comunicativa. Dessa forma, influenciadores poderão fortalecer a credibilidade percebida e ampliar seu impacto emocional e ético junto ao público, consolidando vínculos mais profundos e duradouros de confiança e legitimidade no cenário digital contemporâneo.

INFLUÊNCIA TRANSMIDIAL E HIPERIMERSIVA

A categoria “Influência Transmidial e Hiperimersiva” descreve um fenômeno emergente e complexo no campo do marketing de influência, em que seguidores desenvolvem vínculos emocionais intensos com influenciadores por meio de múltiplas plataformas digitais, construindo



uma relação simbiótica caracterizada por uma presença contínua e imersiva. (Czaja *et al.*, 2024; Gammarano *et al.*, 2025). Os seguidores hiperimersos esperam consistência e continuidade das narrativas dos influenciadores, participando ativamente da coautoria dessas histórias por meio de reações, comentários e acompanhamento constante, criando assim uma “cumplicidade transmidial afetiva”. (Darvin, 2022; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023). Nesta perspectiva, o seguidor não é mais um consumidor passivo, mas um coautor fundamental, integrando ativamente suas rotinas emocionais e sociais às práticas narrativas dos influenciadores. (Scribano, 2024; Gu; Duan, 2024).

Eu sigo a Lú em tudo. Instagram, TikTok, YouTube, até no Telegram. Quando ela demora a postar, eu fico até preocupada, porque parece que falta alguma coisa no meu dia, entende? (P29, Estudante e Influenciadora Digital).

O depoimento de P29 permite o desenvolvimento de um conceito denominado “Vazio Transmidial Existencial”, que descreve o sentimento de incompletude emocional vivenciado pelo seguidor diante da ausência do influenciador em suas redes usuais de comunicação. Esta percepção simbólica demonstra que o influenciador não é exclusivamente um produtor de conteúdo, mas um elemento indispensável para a rotina emocional dos seguidores hiperimersos. (Czaja *et al.*, 2024; Scribano, 2024). Além disso, o comentário também dá origem ao conceito de “Dependência Simbiótica de Conteúdo”, no qual o conteúdo transmidial do influenciador se torna uma espécie de elemento regulador e estruturante da estabilidade emocional diária do seguidor, transcendendo o valor informacional e adquirindo relevância afetiva e existencial profunda. (Gammarano *et al.*, 2025; Flecha-Ortiz *et al.*, 2023). Tal dependência gera expectativas cada vez maiores de continuidade narrativa, presença constante e respostas afetivas imediatas, ampliando os desafios éticos e estratégicos para influenciadores e marcas.

Ela parou de postar por um mês sem falar nada. Eu me senti traído. Se ela não quer mais fazer, é só falar. A gente fica lá esperando, é como se a gente fosse parte também, entende? (P19, Gerente).

Este depoimento de P19 evidencia outro conceito denominado “Traição Transmidial Simbólica”, que ocorre quando o influenciador quebra, sem aviso prévio, a continuidade esperada pelo seguidor hiperimerso, criando sentimentos profundos de abandono e ruptura simbólica, típicos das relações interpessoais íntimas. (Darvin, 2022; Heeris Christensen; Gyrð-Jones; Beverland, 2024). A percepção de traição aponta para uma forma sensível e emergente de vínculo emocional digital, onde as expectativas afetivas são semelhantes às de relações interpessoais reais, levando à criação do conceito “Contrato Afetivo Invisível”, caracterizado por expectativas tácitas de presença contínua, comunicação aberta e compromisso emocional permanente do influenciador. (Volkmer; Meißner, 2025; Liao; Chen, 2024). Quando esse contrato é rompido pela ausência não explicada do influenciador, desencadeia-se uma crise de confiança e legitimidade, com implicações práticas profundas para a gestão de relacionamento e comunicação nas plataformas digitais.

A introdução dos conceitos de “Vazio Transmidial Existencial”, “Dependência Simbiótica de Conteúdo”, “Traição Transmidial Simbólica” e “Contrato Afetivo Invisível” desafiam os modelos tradicionais que consideram o seguidor um receptor passivo e ocasional de conteúdo. A cumplicidade transmidial afetiva redefine a relação seguidor-influenciador como um vínculo existencial, estruturado por compromissos tácitos de presença e continuidade emocional. (Czaja *et al.*, 2024; Gammarano *et al.*, 2025).

Gerencialmente, esses achados exigem que influenciadores e marcas reconheçam explicitamente a profundidade e intensidade emocional das expectativas criadas em múltiplas plataformas. A gestão estratégica das relações com seguidores hiperimersos precisa, portanto, transcender práticas tradicionais de engajamento, incorporando protocolos transparentes e consistentes de comunicação sobre presença, pausas e continuidade narrativa. (Flecha-Ortiz *et al.*, 2023; Garg; Bakshi, 2024). Os influenciadores devem tratar seus seguidores como parceiros legítimos em suas narrativas digitais, mantendo rotinas comunicativas transparentes e frequentes, evitando assim rupturas simbólicas prejudiciais. Por outro lado, é necessário também desenvolver uma ética transmidial responsável, que considere a saúde emocional dos seguidores como parte integrante das estratégias de longo prazo, refletindo uma nova consciência da complexidade e profundidade dos vínculos digitais contemporâneos.

CONCLUSÃO

Este artigo objetivou investigar as dinâmicas emergentes nas relações estabelecidas entre influenciadores digitais e seus seguidores, propondo novos conceitos que ampliam o entendimento das complexas interações afetivas, identitárias e transmidiais no campo do marketing de influência contemporâneo. Cada uma das cinco categorias analisadas revelou achados originais e significativos, contribuindo para uma visão avançada e robusta da literatura existente.

Na categoria “Autenticidade Simulada e o Paradoxo da Aceitação”, os resultados apontaram que seguidores reconhecem e toleram uma “autenticidade coreografada”, destacando o conceito de autenticidade performática estratégica, que desafia concepções essencialistas e idealizadas prevalentes na literatura. Este conceito conecta-se diretamente às teorias de *impression management* e *personal branding*, agregando uma dimensão ética-emocional inovadora ao campo.

A categoria “Influência Metamórfica” apresentou o conceito de fusão identitária simbiótica, revelando que seguidores efetivamente transformam suas identidades em função da influência digital. Esse fenômeno vai além da mera identificação aspiracional discutida previamente na literatura, indicando uma profunda reconstrução do *self* digital através de processos dinâmicos e recursivos, o que amplia os estudos sobre performatividade identitária e *self-design* digital.

No que diz respeito à “Afetividade Utilitária”, o estudo revelou uma perspectiva funcionalista e instrumentalizada do afeto digital, resultando no conceito de capital afetivo sob demanda. Os seguidores consomem conteúdos como recursos emocionais estratégicos e reguladores de humor, que servem como “pílulas emocionais” cotidianas. Tal abordagem oferece uma visão crítica em relação às concepções românticas predominantes na literatura, conectando-se a teorias sobre economia da atenção afetiva e suporte simbólico digital.

A análise sobre a “Estética Moral” trouxe à tona a importância crítica da aparência e do contexto visual como marcadores morais que influenciam diretamente a percepção de credibilidade. O conceito de visual



ethos foi expandido, demonstrando que a estética se constitui como um elemento essencial para julgamento ético e confiabilidade percebida, introduzindo a noção de estética moral, um marcador da legitimidade discursiva e da responsabilidade social do influenciador.

Na categoria “Influência Transmidial e Hiperimersiva”, os achados revelaram que seguidores hiperimersos atuam como cúmplices narrativos em múltiplas plataformas, configurando a “cumplicidade transmidial afetiva”. Aqui, conceitos foram introduzidos, tais como “vazio transmidial existencial”, “dependência simbiótica de conteúdo”, “traição transmidial simbólica” e o “contrato afetivo invisível”, apontando para uma compreensão mais profunda sobre os compromissos emocionais e relacionais emergentes nas relações digitais hiperconectadas.

Considerando esses achados, a pergunta de pesquisa foi plenamente respondida ao evidenciar que as dinâmicas emergentes na relação influenciador-seguidor são profundamente afetivas, identitárias e simbióticas, ultrapassando visões tradicionais e limitadas sobre influência digital. O objetivo do artigo foi plenamente alcançado ao propor e desenvolver conceitos inovadores que capturam a complexidade dessas interações e ampliam o entendimento acadêmico sobre marketing de influência.

Este estudo apresenta contribuições relevantes e inéditas para a literatura do marketing de influência, destacando que o vínculo influenciador-seguidor é profundamente emocional, simbiótico e marcado por novas expectativas éticas, estéticas e narrativas. Teoricamente, amplia-se o escopo conceitual e analítico do campo, desafiando modelos lineares e prescritivos anteriores e trazendo à tona novas categorias e fenômenos emergentes. Para os profissionais de marketing, as implicações são igualmente valiosas, pois indicam que estratégias de engajamento devem considerar os aspectos emocionais e éticos das relações transmidiais, priorizando transparência, continuidade narrativa e sensibilidade aos contratos afetivos implícitos estabelecidos com seguidores.

Entre as limitações deste estudo, ressalta-se a utilização exclusiva de entrevistas qualitativas com uma amostra localizada geograficamente, o

que pode restringir a generalização dos achados para diferentes contextos culturais e econômicos. Além disso, a coleta de dados centrada em usuários com alta frequência de interação pode ter omitido nuances significativas presentes em seguidores menos intensivos ou ocasionais.

Para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar os conceitos aqui introduzidos por meio de estudos quantitativos que possam validar e generalizar os achados deste estudo, bem como análises transculturais que explorem possíveis variações internacionais e culturais nas expectativas e práticas afetivas transmidiais. Além disso, recomenda-se investigar empiricamente como marcas podem utilizar esses achados estratégicos e éticos na construção de campanhas mais autênticas, sustentáveis e emocionalmente responsáveis, avançando ainda mais no campo das práticas do marketing digital contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ADEOYE-OLATUNDE, Omolola A.; OLENIK, Nicole L. Research and scholarly methods: Semi-structured interviews. **Journal of the american college of clinical pharmacy**, v. 4, n. 10, p. 1358–1367, 2021.

AW, Eugene Cheng-Xi; AGNIHOTRI, Raj. Influencer marketing research: review and future research agenda. **Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 32, n. 4, p. 435–448, 2024

BAGHEL, D. Influencer authenticity as a catalyst for brand trust: Analyzing its impact on consumer perception. **ShodhKosh: Journal of Visual and Performing Arts**, v. 5, n. 6, p. 2732–2745, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BERELSON, B. **Content analysis in communications research**. New York: Free Press, 1952.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and be (com) ing a knowing researcher. **International journal of transgender health**, v. 24, n. 1, p. 1–6, 2023.



BUDD, R. W.; THORP, R. K.; DONOHEW, L. **Content analysis of communications**. New York: Macmillan, 1967.

CARDOSO, E.; MONTEIRO, M. C. S. Análise de conteúdo. *In*: MONTEIRO, M. C. S. (Org.). **Experiências metodológicas na comunicação**. São Paulo: [s.n.], 2022.

CHEN, Li; YAN, Yajie; SMITH, Andrew N. What drives digital engagement with sponsored videos? An investigation of video influencers' authenticity management strategies. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 51, n. 1, p. 198–221, 2023.

CZAJA, Marianna *et al.* **The Attention Economy**: How Social Media Influencers Are Redefining Marketing Engagement. 2024.

DARVIN, Ron. Design, resistance and the performance of identity on TikTok. **Discourse, Context & Media**, v. 46, p. 100591, 2022.

FLECHA-ORTIZ, José A. *et al.* Hedonic and utilitarian gratifications to the use of TikTok by Generation Z and the Parasocial relationships with influencers as a mediating force to purchase intention. **Journal of Interactive Advertising**, v. 23, n. 2, p. 114–127, 2023.

GAMMARANO, Igor de Jesus Lobato Pompeu *et al.* Beyond influence: unraveling the complex tapestry of digital influencer dynamics in hyperconnected cultures. **European Journal of Marketing**, v. 59, n. 1, p. 21–58, 2025.

GARG, Mukta; BAKSHI, Apurva. Exploring the impact of beauty vloggers' credible attributes, parasocial interaction, and trust on consumer purchase intention in influencer marketing. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 11, n. 1, p. 1–14, 2024.

GU, Chenyu; DUAN, Qiuting. Exploring the dynamics of consumer engagement in social media influencer marketing: From the self-determination theory perspective. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 11, n. 1, p. 1–17, 2024.

HEERIS CHRISTENSEN, Anna-Bertha; GYRD-JONES, Richard; BEVERLAND, Michael B. Dialectical emotional labour in digital person-branding: The case of digital influencers. **Organization Studies**, v. 45, n. 4, p. 571–591, 2024.

JOSHI, Yatish *et al.* Social media influencer marketing: foundations, trends, and ways forward. **Electronic Commerce Research**, p. 1–55, 2023.

KALLIO, Hanna *et al.* Systematic methodological review: developing a framework for a qualitative semi-structured interview guide. **Journal of advanced nursing**, v. 72, n. 12, p. 2954–2965, 2016.

KONDRACKI, N. L.; WELLMAN, N. S. Content analysis: review of methods and their applications in nutrition education. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 34, p. 224–230, 2002.

LEFEBVRE, Sarah; COWART, Kelly. An investigation of influencer body enhancement and brand endorsement. **Journal of Services Marketing**, v. 36, n. 1, p. 59–72, 2022.

LIAO, Junyun; CHEN, Jiada. The authenticity advantage: How influencer authenticity management strategies shape digital engagement with sponsored videos. **Journal of Business Research**, v. 185, p. 114937, 2024.

MAHER, Chi; BEDWEI-MAJDOU, Catherine. Semi-structured Qualitative Interview Guide: Process and Considerations for Doctoral Students. In: **Qualitative Research Methods for Dissertation Research. IGI Global Scientific Publishing**, p. 195–220, 2025.

PAN, Meizhi *et al.* Influencer marketing effectiveness: a meta-analytic review. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 53, n. 1, p. 52–78, 2025.

PETRESCU, Sorin Hadrian *et al.* **Semi-structured interview**. Qualitative research in regional geography: A methodological approach, p. 37–50, 2017.

ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; JOAO, B. N. Análise de conteúdo. **ReMark - Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 4, p. 39–48, 2014.

ROULSTON, K.; HALPIN, S. N. Designing qualitative research using interview data. *In: The sage handbook of qualitative research design*. [S.l.]: Sage, p. 667–683, 2022.

SCRIBANO, Adrian. Emotions, society, and influencers in the digital era. **Online Media and Global Communication**, v. 3, n. 4, p. 473–486, 2024.

SOUSA, J. R. D.; SANTOS, S. C. M. D. **Content analysis in qualitative research**: way of thinking and doing. [S.l.]: [s.n.], 2020.

SPÖRL-WANG, Katja; KRAUSE, Franziska; HENKEL, Sven. Predictors of social media influencer marketing effectiveness: A comprehensive literature review and meta-analysis. **Journal of Business Research**, v. 186, p. 114991, 2025.

VOLKMER, Sara Alida; MEIßNER, Martin. Delight my brain and my eyes: Credibility and aesthetic judgments of endorsers. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 84, p. 104217, 2025.

WEBER, R. P. **Basic content analysis**. 2. ed. London: Sage Publications, 1990.

CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGIAS DE NÃO MERCADO (ENM): UM FRAMEWORK DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM CADEIAS DE VALOR COMPARTILHADAS E INCLUSIVAS (DCVIC)

Pablo Queiroz Bahia⁶

Sérgio Castro Gomes⁷

INTRODUÇÃO

A preservação da floresta é fundamental para manter a qualidade de vida no planeta. Os serviços ambientais fornecidos pela floresta são inestimáveis, incluindo a regulação do clima, a proteção do solo e dos recursos hídricos, a biodiversidade e a produção de oxigênio. No entanto, a exploração de produtos extrativos como madeira, óleo e minerais pode ter um impacto negativo na floresta e em seus serviços ambientais. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2020), o desmatamento na Amazônia brasileira aumentou 17% em 2020, atingindo uma área de 11.088 km². O Pará é o estado com o maior índice de desmatamento na região, representando 46% do total desmatado em 2020, com 5.067 km². Esses números alarmantes mostram uma necessidade urgente de medidas para a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, incluindo a valorização justa dos produtos extrativos coletados pelos pequenos produtores.

⁶ Doutor em Administração (UNAMA/2025), mestre em Economia (UNAMA/2006), especialista em Docência do Ensino Superior e Legislação Acadêmica, também é especialista em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo Instituto Federal do Pará (IFPA 2019) e graduado em Administração com ênfase em Comércio Exterior (Cesupa/2001). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/965564455827546>. E-mail: pablo.queiroz@ifpa.edu.br

⁷ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Atualmente é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da UNAMA. Desenvolve pesquisas na área da gestão estratégica sustentável; é líder do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos de Práticas Gerenciais, Desempenho e Competitividade das Organizações da Amazônia (NEGOA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6378345461837988>. E-mail: sergio.gomes@unama.br



Pode-se dizer que o desmatamento resultante da exploração de produtos extrativos contribui para mudanças climáticas e pode ter efeitos duradouros e perigosos, como a perda de habitat para espécies animais e vegetais e diminuição da qualidade do ar e da água. Além disso, muitas vezes os pequenos produtores locais que coletam produtos extrativos não são devidamente remunerados, o que pode desencorajar a preservação ambiental e a gestão sustentável dos recursos naturais. No entanto, quando os mercados se tornam mais comerciais e profissionais, os pequenos produtores são muitas vezes excluídos do processo, pois não são capazes de fornecer uma produção consistente (quantidade, tempo de entrega e qualidade), nem de utilizar técnicas de cultivo modernas para cumprir padrões pré-estabelecidos pelos compradores e nem de manter e medir uma rastreabilidade com acesso a serviços empresariais exigidos por esses mercados. (Adebayo *et al.*, 2010; Edakkandi, 2013).

Com uma população global sempre crescente e uma constante escassez de recursos, visto que os recursos são limitados e as necessidades dos seres humanos ilimitadas (*Ceteris Paribus*), os mercados estão mudando de impulsionado pelo comprador para limitado pela oferta. Assim, a inclusão de pequenos agricultores e o engajamento de todos os atores nas cadeias de valor (DCV) tornaram-se cruciais para aumentar a produtividade, a segurança, o crescimento da renda, o emprego, o comércio, o empoderamento das mulheres, a preservação dos recursos naturais e a redução da pobreza. (Donovan; Stoian, 2012; Lundy *et al.*, 2014; Thorpe; Maestre, 2015).

Além disso, Lundy *et al.* (2019) argumentam que os negócios inclusivos são simplesmente bons negócios. Mais especificamente, quando as relações entre os atores são fortalecidas, o valor pode ser adicionado aos produtos existentes ou novos podem ser desenvolvidos. Espera-se que cadeias de valor efetivas sejam uma fonte de renda maior e mais igualitária na distribuição entre os atores e também para melhorar o acesso a serviços críticos e relações de mercado estáveis. (Donovan; Stoian, 2012; Franz; Felix; Trebbin, 2014; Lundy *et al.*, 2014; Thorpe; Maestre, 2015). Parte-se do pressuposto que um setor agrícola mais dinâmico e inclusivo poderia reduzir drasticamente a pobreza rural, ajudando os países a cumprir o



objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 1 (um) de acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares até 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015). Estimativas mostram que o crescimento geral do PIB originado na agricultura é, em média, pelo menos duas vezes mais eficaz em beneficiar a metade mais pobre da população de um país do que o crescimento gerado em setores não agrícolas. (Lundy *et al.*, 2014).

Considerando a Teoria de Não Mercado – NMS adaptada para o cenário da agricultura, pode-se dizer que o preço dos produtos é imposto pelas empresas compradoras ou pelos stakeholders que comercializam as mercadorias. Ou seja, existem produtos extrativos que não têm preço pré-estabelecido no mercado. Dessa forma, os produtos extrativos que não possuem valor de mercado podem ter uma importância significativa para uma determinada localidade e para a população da região onde são extraídos. Esses produtos podem incluir frutos, plantas medicinais, madeiras de lei, entre outros recursos naturais utilizados pelas comunidades locais para a subsistência e para a manutenção de suas tradições e culturas. Vale ressaltar também que as estratégias de não mercado (ENM) também envolvem os esforços de uma empresa nos arranjos políticos, sociais e legais para aumentar seus indicadores de desempenho empresariais.

Uma das estratégias de inserção de produtos de base extrativa em mercados regionais, nacionais e internacionais, utilizada por governos locais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e grandes empresas, tem sido o Desenvolvimento de Cadeias de Valor (DCV), em que os estudos publicados por Davis (2006), Haggblade *et al.*, (2012) e Donovan, Stoian e Lundy (2016) mostram que essa estratégia contribui para retirar da pobreza parte da população residente no meio rural e que é detentora de ativos econômicos da sociobiodiversidade e prestam serviços ambientais que mantém os ecossistemas e reduz a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Devaux *et al.* (2018) afirmam que “o DCV se refere a um tipo de intervenção que visa abordar a pobreza por meio de vínculos aprimorados entre empresas e famílias pobres em uma cadeia de valor”. O DCV leva em consideração as inter-relações entre produtores agrícolas, comerciantes, processadoras, distribuidores e consumidores, para que na combinação de insumos e processos tecnológicos de produção, se alcance produtos com

características singulares o que leva a uma heterogeneidade de produtos que os consumidores estão dispostos a comprar no mercado.

Na perspectiva do DCV, há os casos em que grandes empresas, que utilizam insumos primários extraídos da floresta, realizam ações que orientam os produtores em relação ao manejo, armazenamento e logística desses insumos a partir da formação de associações e/ou cooperativas que realizam contratos de venda com essas empresas. (Davis, 2006). Neste processo, observa-se que a inserção dos produtores no elo inicial da cadeia de valor proporciona ganhos de renda e melhorias do bem-estar dos produtores, e a empresa cumpre com o seu papel social de distribuir parte do valor criado pelo negócio com os elos iniciais da cadeia (Donovan; Stoian; Lundy, 2016), além de realizar ações que visam a sustentabilidade dos ecossistemas em que esses insumos são retirados, com destaque para treinamentos e transferências de tecnologias, crédito financeiro, e apoio à gestão (ONU, 2011).

Dessa forma, a importância dos produtos extrativos para o desenvolvimento de territórios com extensas áreas de floresta e populações rurais envolvidas nesse processo produtivo foi referenciada nos estudos de Homma (1993, 2014, 2018), Allegretti (1992), e Freitas *et al.* (2018). Segundo Souza (2022), o desenvolvimento enfatiza que a partir da inserção de populações rurais em mercados de produtos agrícolas, as políticas públicas de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade e os pagamentos por serviços ambientais, a partir dos contratos estabelecidos com o pequeno produtor rural ou com as cooperativas, fazem parte das análises de desenvolvimento sustentável e economia verde ou da bioeconomia.

Então, pode-se dizer que mercados competitivos e eficientes são essenciais para o crescimento econômico bem-sucedido, e as cadeias de valor que funcionam satisfatoriamente, são, por sua vez, essenciais para mercados bem-sucedidos. No entanto, restrições como poder de mercado limitado, altos custos de transação, incentivos fracos, risco variável e falta de acesso ao crédito podem impedir o desenvolvimento de produtos agrícolas de alto valor.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A proposta de cadeia produtiva de produtos extrativistas, em especial o tucumã, está esboçada a partir da literatura de artigos sobre as

oleaginosas da Amazônia e das intervenções em campo junto aos pequenos produtores agrícolas realizadas nos trabalhos desenvolvidos sobre o tema. (Souza, 2022). A palmeira do tucumã tem diferentes usos pelos pequenos agricultores familiares nos municípios de Irituia, São Miguel do Guamá, Santo Antônio do Tauá, Abaetetuba, do Acará e de Augusto Corrêa, no Estado do Pará, como relatado por Lima *et al.* (2014), que vai desde a utilização das folhas na cobertura de casas, comida para os pequenos produtores e comida para os animais, obtenção de fibras e outras utilidades.

A partir dessas pesquisas e de uma vasta revisão de literatura sobre o tema, o Tucumã foi escolhido produto extrativo que norteará estudos de casos desse artigo. Tal escolha se justifica devido ao fruto não apresentar preços pré-fixados, conforme pode ser visualizado em Conab (2020) e, portanto, não estabelecer uma política de preço mínimo no mercado.

Bem como o Tucumã, também não tem Preço Pré-Fixado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como pode ser visto na publicação da Portaria Mapa n. 534, de 19 de dezembro de 2022 (Brasil, 2022), reajustando o preço dos principais produtos extrativos. Dessa forma, destaca-se como um dos poucos produtos extrativos que não possuem preço no mercado (NON-MARKET) – NMS. Pode-se verificar também a portaria n. 141, de 8 de janeiro de 2019 (Brasil, 2019), que ratifica e demonstra os Preços Mínimos de produtos extrativos do Ministério da Agricultura, também não incluindo o Tucumã. Portanto, se o preço não existe e não reflete a oferta e a demanda de mercado, ocasiona uma “falha de mercado” ou características nítidas de “não mercado” para esses produtos. Assim, pode-se dizer que o tucumã pode ser considerado um produto de grande importância social e econômica, sua inserção na Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) iria garantir um preço parametrizado para esse produto extrativista, que ajuda na conservação dos biomas brasileiros.

De acordo com a Conab (2016), a PGPM-Bio objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantido,

inclusive, renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Segundo o estudo de Souza *et al.* (2018), a exploração sustentável do tucumã no estado do Pará pode gerar renda para as comunidades locais, desde que sejam praticadas ações voltadas para a inclusão social e a melhoria das condições de trabalho dos extrativistas. Os autores destacam a importância da adoção de práticas que promovam a sustentabilidade ambiental e a valorização da cultura local, além do estabelecimento de relações de confiança e parceria entre os diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva. Dessa forma, destaca-se outro aspecto importante para a geração de renda da população pobre local na cadeia de valor do tucumã, que é a abordagem do valor compartilhado. Segundo Porter e Kramer (2011), o valor compartilhado é a criação de valor econômico de forma simultânea à geração de valor para a sociedade e para o meio ambiente. Na prática, isso significa que as empresas devem buscar a criação de valor para todos os atores da cadeia produtiva, incluindo os extrativistas e as comunidades locais.

Porter e Kramer (2011) argumentam que a adoção do valor compartilhado pode trazer benefícios para as empresas, como a redução dos custos de produção, o aumento da produtividade e a extensão do acesso aos mercados consumidores. Além disso, a criação de valor para a sociedade e para o meio ambiente pode melhorar a imagem da empresa junto aos consumidores e investidores, confiante para a sustentabilidade do negócio a longo prazo. No contexto de produtos extrativos que não possuem valor de mercado, o tucumã é um exemplo de produto que pode ser explorado de forma sustentável e gerar renda para a população local por meio da coleta e venda pelas cooperativas e associações. O tucumã é uma palmeira nativa da Amazônia, cujos frutos são amplamente utilizados na culinária local, na fabricação de cosméticos e na produção de bioenergia.

A Cadeia de Valor Compartilhada, desenvolvida por Porter e Kramer (2011), também está relacionada ao TBL. A ideia por trás da Cadeia de Valor Compartilhada é que as empresas podem gerar valor não apenas para si mesmas, mas também para a sociedade em geral, criando cadeias de suprimentos mais inteligentes e colaborativas. O *Triple Bottom Line* (TBL) faz parte da Teoria da Sustentabilidade que busca incorporar objetivos sociais, econômicos e ambientais no desempenho financeiro das empresas.

O conceito foi introduzido por John Elkington em 1994 e se baseia na ideia de que as empresas devem ser responsáveis não apenas pelos resultados financeiros, mas também pelo impacto que têm nas pessoas e no meio ambiente. Elkington (1994) enfatizou, ao criar o TBL, a necessidade de auxiliar as empresas no desenvolvimento sustentável, a partir das variáveis prosperidade econômica, justiça social e proteção ao meio ambiente. Fazendo o salto da sustentabilidade teórica para a prática, também conhecido como 3Ps (People, Planet e Profit)⁸, e visa descrever o desenvolvimento sustentável como medida de desempenho. (Brandão e Santos, 2007).

A ideia central do TBL é que as empresas devem buscar o equilíbrio entre três dimensões: a **econômica**, a **social** e a **ambiental**. Essas dimensões são conhecidas como os "três pilares" do TBL. Para avaliar o desempenho de uma empresa, é preciso medir seus resultados em cada um desses pilares. O objetivo final é maximizar o valor agregado nas três dimensões. Segundo Andrade e Drago (2016) em sua tese de doutorado, afirma que essas três dimensões associadas, ver Figura 1, geram como resultado a Ecoeficiência⁹, Habilidade¹⁰ e Equidade¹¹, proporcionando o equilíbrio entre as dimensões, direcionando a organização ao Desenvolvimento Sustentável – DS.

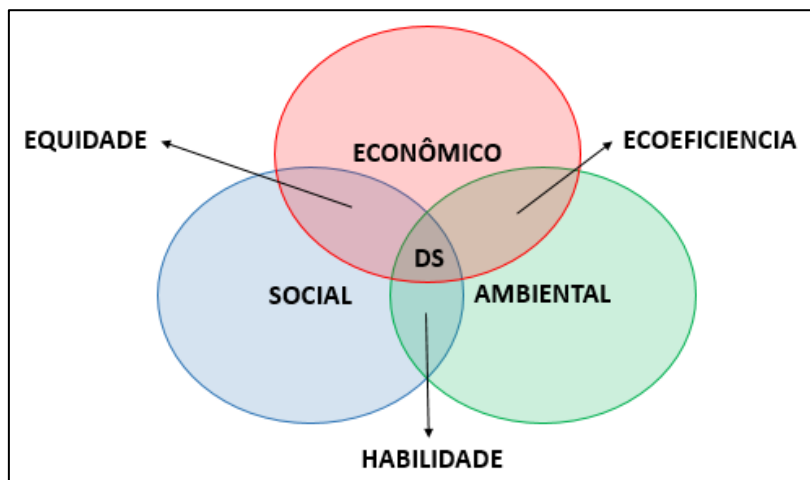
8 Tradução: pessoas, planeta e lucro.

9 Ser financeiramente viável.

10 Ambientalmente responsável.

11 Socialmente justo.

Figura 1 – Relação das dimensões para o Desenvolvimento Sustentável (DS) – Triple Bottom Line – TBL



Fonte: adaptado de Elkington (2001)

Uma abordagem relacionada ao TBL é a teoria do Não Mercado, que destaca a importância de fatores políticos, sociais e ambientais para o desempenho empresarial. A estratégia de Não Mercado foi inspirada nas pesquisas de John Dunning e John Henley em 1993 e se concentrava na análise dos fatores políticos e sociais que afetam a atividade empresarial. Em relação NMS, ela pode ser aplicada a setores extrativos, como o caso do tucumã. Ou seja, as empresas que extraem o tucumã devem levar em consideração não apenas os resultados financeiros, mas também o impacto ambiental e social de suas operações. Isso inclui questões como a conservação da biodiversidade, a melhoria das condições de trabalho dos agricultores rurais e a preservação dos recursos naturais.

No Brasil, existem diversas empresas que utilizam produtos extrativos e que provocaram a diminuição da pobreza na região, ao mesmo tempo, em que lidam com as questões ambientais e sociais. Um exemplo é a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), que promove a exploração sustentável da floresta

amazônica, gerando renda para as comunidades extrativistas e protegendo a biodiversidade local. A cooperativa também apoia o desenvolvimento de produtos com base em princípios de comércio justo e é reconhecida internacionalmente por suas práticas. Outro exemplo é a Natura, empresa brasileira de cosméticos que utiliza matérias-primas da biodiversidade amazônica em seus produtos e trabalha em parceria com comunidades locais para garantir a preservação da floresta e promover o desenvolvimento econômico e social das regiões onde atua.

Essas empresas adotam uma abordagem de Não Mercado – ENM, que consiste em buscar soluções para questões sociais e ambientais que vão além do mercado tradicional. Isso inclui o envolvimento de múltiplos atores, como governos, ONGs e comunidades locais, para enfrentar desafios complexos e promover mudanças sistêmicas. Nessa abordagem, as empresas reconhecem que as questões sociais e ambientais não são problemas a serem resolvidos apenas por elas mesmas, mas sim desafios que tiveram a colaboração de diversos atores e a busca por soluções conjuntas. Assim, as empresas que utilizam produtos extrativos podem buscar o diálogo com as comunidades locais e com as autoridades governamentais para garantir a sustentabilidade de suas operações e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde operam.

O objetivo da pesquisa é **propor a expansão de um *framework*** capaz de representar uma integração conceitual entre as Estratégias de Não Mercado (ENM) e os atributos da sustentabilidade (TBL) inclusiva **através do desenvolvimento de uma cadeia de valor para criação de valor compartilhado**, levando em consideração a evolução conceitual de *framework* em estratégias para a sustentabilidade abordado por Negrão (2024) em seu artigo *Gestão estratégica para sustentabilidade* e em sua tese de doutorado sob o tema *Gestão estratégica para sustentabilidade no turismo de experiências em área de proteção ambiental na Amazônia* (2022).

Assim, para uma integração de novas formulações de estratégias no processo de criação de valor de forma compartilhada, a orientação epistemológica e ontológica alinhou-se com a Criação de Valor das Teorias



Estratégias de Competitividade para dar origem a Visão Relacional (VR) que, por sua vez, busca parceiros com recursos complementares, dando espaço para o desenvolvimento de Cadeias de Valor Inclusivas e Compartilhadas (DCVIC) em prol de uma integração às dimensões da sustentabilidade social, econômica, política, legal e ambiental de forma plena e que possa contribuir para o processo de criação de valor em uma cadeia integrada (*clusters*).

Justifica-se o interesse pelo tema da inclusividade do pequeno produtor rural na cadeia de valor e consequente redução da pobreza, pois é através da inserção dele no circuito do processo dos aspectos relacionados às mudanças ambientais e climáticas que estão acontecendo no mundo e na Amazônia, que se pode encontrar uma solução inovadora. Ou seja, a maioria dessas mudanças ambientais e climáticas é decorrente das queimadas, da poluição, do uso inadequado dos ecossistemas, da exploração e do extrativismo sem preocupação socioambiental, da poluição por fertilizantes, inseticidas, dentre outros.

Outra justificativa importante deste estudo advém do fato de que só quando for possível definir e medir a inclusão em um amplo conjunto de aspectos, será possível detectar gargalos e oportunidades para, posteriormente, projetar e desenvolver estratégias sob medida para melhorar a inclusão. Por conseguinte, pode-se afirmar também que, como geralmente os pequenos agricultores são excluídos das cadeias de valor, em países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, onde a maioria dos agricultores é de pequena escala, sua inclusão é relevante para melhorar suas condições de vida agregando sua renda normalmente advinda da subsistência e contribuindo também para um bom funcionamento dessa cadeia de forma mais justa e integrada.

O Tema é um assunto em pauta na atualidade, como resposta aos problemas da pobreza associada ao pequeno produtor rural (na Região, no Brasil e no Mundo). Uma discussão também sobre a formação de vantagem competitiva sustentável a partir do (Desenvolvimento da Cadeia de Valor Inclusiva) DCV no contexto de pesquisas agrícolas e da Teoria da Cadeia de Valor. Pois serão abordados assuntos que envolvam a Inclusão Ambiental, que é a Promoção da Sustentabilidade Ambiental, associada

com a Resiliência, que previne e aborda os efeitos Ecológicos, além de valorizar os serviços Eossistêmicos.

Logo, recomenda-se que futuros estudos possam avançar nas avaliações comparativas de múltiplos casos relacionados aos produtos extrativos e não somente nos arranjos políticos, sociais e legais para melhoria do desempenho empresarial. Reforça-se, assim, que a estratégia de “não mercado” (NMS) oferece uma abordagem útil para abordar esses desafios e garantir que os valores socioambientais sejam considerados na tomada de decisões.

METODOLOGIA

MÉTODO DO ESTUDO

A abordagem metodológica é qualitativa, teórica, exploratória e bibliográfica, utilizando-se da análise conceitual.

Instrumento de coleta de dados

De acordo com Burgoon (2001), um ensaio teórico necessita esclarecer ao leitor suas escolhas metodológicas que orientaram sua elaboração. Além disso, também é necessário esclarecer os pressupostos considerados para as escolhas metodológicas. Nesse sentido, foram realizadas pesquisas nas bases de dados Web of Science (WOS), Spell; Redalyc.Org; Scimago; SciELO e Google Scholar foram as bases de dados selecionadas. Também foram levados em consideração o H.Index, o CiteScore e o F.Impacto.

A investigação preliminar começou (primeira etapa) com um teste de alinhamento utilizando algumas palavras-chave (Quadro 1) e combinações entre elas. Durante a busca, foi realizada uma breve revisão dos títulos. Uma vez esgotadas as combinações, o termo “NÃO MERCADO (ENM)” foi excluído e substituído por NON-MARKET (NMS), uma vez que não aparecia nas publicações. Isso pode ser explicado pelo fato de o termo ter sido elaborado na língua inglesa e ainda não possuir tradução precisa para o português. Os termos mais apropriados são mostrados na Figura 2. As bases de dados Spell; Redalyc.Org; SCImago; SciELO foram excluídas



porque seu retorno de artigos era baixo ou não havia retorno algum, ou os artigos eram os mesmos da WOS e do Google Scholar identificados através do software EndNote.

Dessa forma, este estudo apresentado como ensaio teórico resulta em uma proposta de “framework que parte das estratégias para sustentabilidade” e evolui os conceitos incorporando as estratégias inclusivas de não mercado (ENM) para a criação de valor sustentável, cujos elementos teóricos que permitiram construir o modelo emergente, provocando um valor relacional (VR) entre os stakeholders que combinados com as dimensões da sustentabilidade e o Desenvolvimento das cadeias de Valor Inclusivas e Compartilhadas (DCVIC), podem gerar criação de valor sustentável. Orientando assim, ações organizacionais em prol do meio ambiente e da ecologia da floresta, incluindo o pequeno produtor rural em cadeias de valor e provocando reflexões entre os atores envolvidos para uma perspectiva social de bem-estar além da econômica e da legal. Bem como palavras-chave: “Economia Ecológica e Ambiental”; “TBL”.

Uma revisão sistemática da literatura – RSL foi conduzida, resultando em 61 artigos. Os artigos foram analisados quantitativamente para apresentar uma visão geral e qualitativamente com o objetivo de identificar fatores que influenciam a criação de valor colaborativo, inclusivo e compartilhado através de estratégias de Não Mercado (ENM) em prol da sustentabilidade conforme demonstrado no framework. Foi utilizado um filtro de busca (ver Tabela 1). Com base nessa comparação, foi possível notar que as palavras-chave dos artigos estavam presentes no conjunto de palavras-chave utilizadas nos filtros de busca. Essa etapa foi então finalizada com a seleção de 41.255 artigos, que compõem o Banco de artigos brutos (Bb). Para prosseguir com esta etapa, foram utilizadas intensivamente ferramentas de gerenciamento de bibliografias, software EndNote® X7 (Thomson Corporation, 2013) e Google Acadêmico (Google, 2015).

Esta etapa inicia-se com a eliminação dos artigos repetidos (782) e, a seguir, é realizada uma sequência de análises no Bb bruto, visando o alinhamento com o tema da pesquisa: títulos, relevância científica, resumos

e disponibilização gratuita dos artigos completos. Por fim, alinhamento total dos artigos com o tema da pesquisa. Assim, ao utilizar a ferramenta de busca com os PCs pré-estabelecidos nos bancos WOS e Google Scholar, tem-se uma redução para 2 artigos no Grupo 1 e 341 artigos no Grupo 2 (Ver Quadro 1). Dessa forma, a Figura 2 mostra, de forma sistemática, o processo de filtragem e os indicadores de qualidade nesta pesquisa.

Quadro 1– Palavras-chave de busca

Grupo 1: Web of Science - Wos	Tema de Pesquisa	Grupo 2: Google Scholar
Non-Market Strategies (38.200) Non-Market Strategies + Value Chain (17.300) Non-Market Strategies + Inclusive Value Chain (4.630) Non-Market Strategies + “Value Chain” (1.930) Non-Market Strategies + Value Chain+Extrative Products + ENM (381) Non-Market Strategies + Value Chain+Extrative Products + ENM + Sustainability Agricultural (341)	CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL, INTEGRADO ÀS ESTRATÉGIAS DE NÃO MERCADO (ENM) NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DE VALOR INCLUSIVA E COMPARTILHADA (DCVIC)	Shared Value Chain (2.994) “Shared Value Chain” (994) Shared Value Chain + Value Creation (259) “Inclusive and Shared Value Chain” (42) “Inclusive and Shared Value Chain” + Relational Value (12) “Shared Value Chain” + Relational Value + Framework (10) “Inclusive and Shared Value Chain” + Relational Value + Framework + Agricultural (2)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Da análise dos resumos e títulos desses 343 artigos, 200 foram considerados como não alinhados com o tópico da pesquisa, sendo então eliminados; 143 artigos apresentaram resumos alinhados com o tópico da pesquisa. Desses 143 artigos, cujos resumos também estavam alinhados com o tópico e que estavam disponíveis na íntegra para baixar sem custo, apenas 89 artigos tinham títulos alinhados com o tema da pesquisa. Por fim, ao analisar o alinhamento com o tema, excluiu-se 28 e restaram 61 artigos para servir de base de pesquisa como portfólio final.

As palavras de busca relacionadas ao tema interagiam com as palavras-chave apresentadas nos Grupos 1 e 2 (Quadro 1), resultando em 41.255 artigos, excluindo os resultantes de conferências, patentes, capítulos de livros etc., uma vez que estes não possuíam relevância científica medida por fator de impacto. A Tabela 1 mostra os resultados encontrados em cada base de dados de forma bruta, antes de serem tratados e analisados

metodologicamente para a seleção. Assim, com o objetivo de examinar o máximo número de artigos, foram incluídos também os artigos da pesquisa exploratória encontrados no software Mendeley, a fim de garantir uma análise ampla.

Tabela 1 – Base de dados

Base de dados	Número de artigos
<i>Web of Science</i>	2.994
<i>Google Scholar</i>	38.200
<i>Mendeley</i>	61
Total	41.255

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O processo de seleção (segunda etapa) começou com a eliminação dos artigos duplicados (utilizando o software *EndNote*), conforme recomendado por Ensslin *et al.* (2017) *apud* Gohr *et al.*, (2021). Deletaram-se 782 artigos, pois se adotaram combinações diferentes de palavras de busca (ver Quadro1), aumentando, assim, a chance de ter muitos artigos duplicados nos diferentes locais de busca. Uma sequência de análises foi então realizada (Ensslin *et al.*, 2017): títulos, relevância científica (devido ao baixo número de artigos restantes neste estágio, decidiu-se não eliminar artigos com baixo reconhecimento científico), resumos, e a pronta disponibilidade dos artigos na íntegra. Estabeleceram-se critérios de inclusão e exclusão em cada etapa, e apresentaram-se razões para essas exclusões (Quadro 2). Finalmente, após ler todos os artigos, o portfólio final continha 343 artigos catalogados e mapeados.

Quadro 2 – Parâmetros de inclusão e exclusão

Critério	Inclusão	Exclusão
Escopo da busca	WOS (Web Of Science) + Google Scholar + Pesquisa exploratória no software Mendeley	SPELL, RCAAP, REDALYC.ORG, SCIMAGO e SciELO
Tipo de publicação	Artigos científicos, Teses e Artigos de Capítulos de Livros	Conferências, patentes, monografias, TCC's etc.
Período de tempo	2010 até maio de 2023	-----
Parâmetros de busca	Palavras-chave presentes nos títulos e resumos e de relação com o tema de pesquisa	Palavras-chave presentes em outras partes do artigo
Idioma	Inglês, Espanhol e Português	Demais idiomas

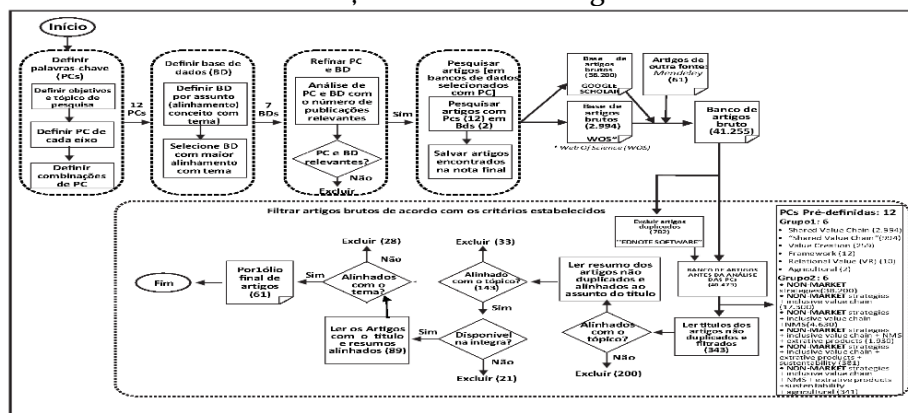
Continua...

Análise de conteúdo	Artigos que abordavam a criação de valor Inclusivo e compartilhado. Bem como Artigos que abordavam as Estratégias de Não Mercado - ENM e a Sustentabilidade associada ao DCV e ao VR	Artigos que abordavam a criação de valor apenas no contexto das empresas e do mercado formal, ou os que se baseavam apenas na Visão Baseada em Recurso ou nas Capacidades Dinâmicas. Ficaram de fora também todos que abordavam as estratégias de vantagem competitiva empresarial
---------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Neste momento, a partir das palavras chaves descritas a seguir, identificou-se:

Figura 2 – Metodologia das etapas de RSL de investigação preliminar para seleção e análise de artigos



Fonte: adaptado de Ensslin *et al.* (2017) *apud* Gohr *et al.* (2021)

REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA

ESTRATÉGIA DE NÃO MERCADO - ENM (NON-MARKET - NMS)

A estratégia de não mercado é uma abordagem que busca a viabilidade econômica de produtos que não são comercializados em um mercado convencional. Essa teoria sugere que é possível gerar renda e desenvolvimento econômico a partir da exploração e utilização de recursos naturais que não necessitam de um mercado estabelecido. Além dessa abordagem sobre produtos físicos e extrativos vinculados à produção rural, a ENM ou NMS também trata dos esforços de uma empresa nos arranjos políticos, sociais e legais para melhorar seu desempenho. Ou seja, há uma

gama diversificada de estratégias que as empresas usam como, por exemplo, doações para campanha; formação de coligações; ativismo do CEO, acionistas e *stakeholders*; boicotes por grupos ativistas; parcerias com organizações não governamentais (ONGs); contratação de atores de não mercado para o conselho de administração e gestão de crises de reputação. Essas estratégias estão evoluindo e novas formas estão surgindo, dada sua importância prática e teórica. Assim, faz-se necessário mais estudos focados em sua elaboração e implementação nos países em desenvolvimento e suas consequências para as empresas e bem-estar social.

Um dos principais autores que trabalha com essa abordagem é a economista americana Elinor Ostrom, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2009 por seus estudos sobre a gestão dos recursos comuns. Em sua obra *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action* (1990), Ostrom analisou diversos casos em que comunidades locais conseguiram gerenciar recursos sustentáveis como florestas e pastagens e gerar renda para comunidades locais.

Um dos primeiros a abordar essa temática foi o antropólogo americano Richard P. Schaedel em seu livro *The market for yanomami artifacts: the structure of non-market value* publicado em 1989. Schaedel estudou a comunidade Yanomami da Amazônia brasileira e demonstrou como o valor das panelas produzidas por eles, como arcos e flechas, não era determinado pelo mercado, mas sim pela tradição e valor cultural atribuído pelos Yanomami. Outro autor que trabalha com a estratégia de não mercado é a economista brasileira José Eli da Veiga, que em sua obra *A Emergência da Estratégia do Não Mercado* (1991) discute as limitações da economia convencional para analisar a gestão de recursos naturais e apresenta a teoria de não mercado como uma alternativa.

NMS ou ENM e os Produtos Extrativos

A estratégia de "não mercado" ou "não econômico" é frequentemente utilizada para descrever produtos que não possuem valor de mercado ou que não são facilmente quantificáveis em termos técnicos e tangíveis. Isso é especialmente relevante quando se trata de produtos



extrativos, que não são necessariamente vendidos em um mercado aberto e que podem ter impactos na sociedade e no meio ambiente. Esses produtos extrativos incluem recursos naturais como madeira, minerais e petróleo, bem como produtos agrícolas e pesqueiros. Embora possam ser negociados em um mercado, seu valor nem sempre reflete o impacto social e ambiental de sua proteção e utilização.

A estratégia de “não mercado” reconhece que esses efeitos não são facilmente quantificáveis em termos monetários e que a falta de valor de mercado para esses produtos pode levar a uma subavaliação do seu verdadeiro custo para a sociedade e o meio ambiente. Isso pode levar a decisões equivocadas sobre como esses produtos são utilizados e extraídos, bem como a uma distribuição desigual dos custos e benefícios associados a eles. Para lidar com esses desafios, muitas organizações estão buscando abordagens que levam em consideração tanto os valores de mercado quanto os valores de “não mercado”. Isso pode incluir uma avaliação de impacto socioambiental, uma implementação de sistemas de certificação e promoção de práticas de admissão e uso desses produtos. A NMS se aplica a produtos que não possuem valor econômico no mercado convencional, mas que ainda possuem valor social, cultural ou ambiental. No caso dos produtos extrativos, como o tucumã, que é um fruto típico da região amazônica, é possível associar essa teoria à realidade de muitas comunidades locais que dependem da coleta e venda desse produto para a sobrevivência.

Pode-se dizer então que o tucumã, além de ser um fruto nativo da região amazônica que agrega a renda dos pequenos produtores locais com a extração e a venda, ele também é um fruto rico em nutrientes e muito utilizado na alimentação de comunidades ribeirinhas e indígenas e na produção de óleo vegetal. Mas, apesar de sua importância cultural e nutricional, ele não é amplamente comercializado, pois não há demanda suficiente para justificar sua produção em grande escala. Isso faz com que seu valor seja limitado ao nível local, impedindo que as comunidades possam se beneficiar economicamente dessa riqueza natural ainda. Dessa



forma, a estratégia de não mercado sugere que é possível explorar o tucumã de forma sustentável e gerar mais renda para comunidades locais.

O papel do Governo associado ao NMS/ ENM e às cooperativas

A formação de cooperativas pode ser uma estratégia eficiente para agregar valor à cadeia de valor compartilhado e melhorar as condições de vida dessas comunidades. As cooperativas permitem que os produtores se organizem, negociem preços mais “justos” e tenham acesso a recursos, tecnologias e informações relevantes para a produção e comercialização dos produtos extrativos. Isso fortalece a economia local e valoriza os recursos naturais, ao mesmo tempo, em que contribui para a preservação da cultura e do meio ambiente da região. Dessa forma, para as empresas parceiras que compram esses insumos, esses produtos podem representar uma oportunidade de obter matérias-primas de alta qualidade e com características únicas, que podem ser utilizadas em seus processos produtivos. Além disso, a compra desses produtos pode ajudar a promover a economia local e apoiar as comunidades que os operam.

Para o desenvolvimento da localidade, a herança e o comércio desses produtos podem representar uma fonte de renda importante, especialmente em áreas rurais e em comunidades tradicionais. A preservação desses recursos também pode ajudar a preservar a biodiversidade e os ecossistemas locais, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, é importante destacar que a proteção e o comércio de produtos extrativos devem ser realizados de forma responsável e sustentável, garantindo a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos das comunidades locais. Todavia, **a aceitação de produtos extrativos que não possuem valor de mercado pode ter pontos positivos e negativos** para as comunidades produtoras e para o desenvolvimento sustentável da região. Por um lado, a garantia desses recursos pode ser uma fonte de renda para as comunidades locais, permitindo que elas possam diversificar suas atividades incentivadas e se tornarem mais independentes. Além disso, a geração de recursos naturais



pode contribuir para a preservação da cultura local e do conhecimento tradicional associado a esses recursos.

Por outro lado, a oferta de produtos extrativos sem valor de mercado pode levar a uma exploração das comunidades produtoras, que muitas vezes são forçadas a vender seus produtos a preços muito abaixo do valor real. Isso pode levar a uma desvalorização dos recursos naturais e culturais da região, além de criar desigualdades socioeconômicas na cadeia de valor compartilhada. Portanto, o valor pago aos produtores e/ou às cooperativas, ou associações, pode ser tão baixo que fica difícil incorporar os custos ambientais em sua valoração. Ou seja, isso leva apenas a uma exploração extrativa da área sem a devida preocupação ecológica e ambiental sustentável. Assim, pode-se dizer que uma precificação “justa” é fundamental para garantir que as comunidades produtoras recebam um valor aceitável por seus produtos e para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região.

Portanto, pode-se dizer que a estratégia de não mercado de produtos extrativos tem como base a ideia de que produtos como o tucumã, que são coletados diretamente da natureza por comunidades locais, não possuem um mercado formal e, portanto, não seguem as leis de oferta e demanda tradicionais. Em vez disso, o valor desses produtos é determinado por fatores como a cultura e a tradição das comunidades que os coletam, bem como pela disponibilidade e sazonalidade dos recursos naturais. Ou seja, a ENM é fundamental para a compreensão dos impactos sociais e ambientais associados à herança e uso de produtos extrativos. A inclusão desses valores na tomada de decisão é essencial para garantir que esses recursos sejam utilizados de forma “justa” e sustentável para todos os envolvidos.

Quadro 3 – Características das Transações de Empresas que empregam o conceito de Mercado e de “Não-Mercado) – NMS (NON MARKET)

MERCADO	“NÃO MERCADO” OU “NÃO ECONÔMICO” – NMS (NON MARKET)
Conservação da Biodiversidade; Melhores condições de trabalho para os agricultores rurais; Preservação dos Recursos Naturais e culturais da região; Governança Relacional; Maior Retorno Financeiro de forma estruturada; Importância Ambiental com possibilidade de certificações e selos associados; Desenvolvimento Sustentável da região; Implementação de práticas de proteção ambiental; Maior preocupação com a Responsabilidade Social; Diminuição da Pobreza a partir da Inclusividade do Produtor Rural; Exploração Sustentável da Floresta; Desenvolvimento de Produtos apoiado pela cooperativa com base nos princípios de comércio justo; Maior Valorização de Recursos Naturais e Culturais; Não há exploração das comunidades locais devido ao preço pré-fixado e à valoração formal da terra e do produto; Maior fonte de renda para comunidades locais; Maior diversificação das atividades incentivadas; Maior independência da comunidade; Prática de Precificação Justa.	Preocupação Social; Diminuição da Situação da Pobreza; Possibilidade de Ganhos Financeiros; Conhecimentos (Know How) com a troca de informação (Benchmarking e Controle de Governança) no Uso de Tecnologias e Treinamentos Locais: Empresa x Comunidade; Não Existe uma valoração “Justa” da Terra; O Preço do Produto Extrativo é pré-fixado pela empresa parceira; Ausência, na maioria dos casos, de práticas de proteção ambiental; Ausência de Desenvolvimento de uma Cadeia de Valor Sustentável na comunidade; Exclusão de trabalhadores rurais que não fazem parte de cooperativas e associações; Restrita Preocupação social e ausência de preocupação ambiental; Ausência de exploração sustentável da floresta; Imposição do preço do produto pela grande empresa (parceira), desconsiderando a realidade das comunidades produtoras; Desvalorização dos Recursos Naturais e Culturais; Criação de Desigualdade socioeconômica na cadeia de valor compartilhada e inclusiva; Exploração das comunidades locais; Desvalorização dos Recursos Naturais e Culturais da Região; Venda de Produtos a Preços Baixos Ausência de preocupação ambiental no processo de formação de preço pelas empresas, referente aos produtos de não mercado (Non Market).

Fonte: Elaboração do Autor (2023)

Percebe-se, então, que quando existe uma relação de mercado formal, todas as características das transações empresariais são positivas, devido aos produtos possuírem preços pré-estabelecidos e regulamentados no mercado. No entanto, ao utilizar das Estratégias de Não Mercado – ENM para as relações comerciais entre os agentes (empresa x pequeno produtor rural ou cooperativas), o cenário passa a apresentar, além dos aspectos positivos dessa relação, diversos pontos de atenção quanto as desvantagens de aplicação desse conceito ou dessa teoria de *Non Market Strategy* (NMS) conforme foi apresentado.

Quadro Conceitual (Cadeia de Valor e NME/ENM)

Nesta seção, apresenta-se um quadro conceitual que sintetiza os conceitos utilizados neste artigo e que contribuem para analisar os resultados qualitativos integrados dessa pesquisa bibliográfica. O conceito de cadeia de valor, inicialmente formulado por Porter (1985), foi sendo aperfeiçoado a partir da ideia de cadeia de valor compartilhada de Krammer (2011). Bem como foram incorporando aspectos relacionados às estruturas e teorias de não mercado (*Non Market Strategy*–NMS) e TBL – *TRIPLE BOTTOM LINE* de Elkington (2018), com inclusão da sustentabilidade de Paulraj (2011) e preocupações ambientais, cujas intervenções podem levar a cadeias que buscam melhorar o valor apropriado por todos os entes situados a montante, em especial os mais pobres.

Quadro 4 – Revisão Literatura – Características conceituais

Conceito	Autor(es)	Processos
Cadeia de Valor	Michael Porter (1985)	Todos os processos fazem parte do conjunto de atividades da empresa e visam a criação de valor a partir da utilidade dos recursos (humanos, financeiros, conhecimento, físicos, ambientais), empregados no desenvolvimento de estratégias de liderança de custos ou de diferenciação de produtos, que são as fontes de geração de vantagens competitivas.
	Gold <i>et al.</i> 2012	Argumentam que primeiro, uma abordagem eficaz de análise da cadeia de valor ajuda na identificação de boas políticas e programas para acelerar o desenvolvimento. Em segundo lugar, a abordagem identifica e seleciona as partes interessadas relevantes para o planejamento do programa. Terceiro, a abordagem identifica todas as empresas que contribuem para a produção de um bem ou serviço e as instituições necessárias para o apoio. Finalmente, a abordagem de análise da cadeia de valor ajuda formuladores de políticas e empresários a descobrir quais partes da cadeia estão demonstrando progresso em se sustentar e quais gargalos merecem atenção prioritária para fornecerem estrutura para ação específica do setor

Continua...

Conceito	Autor(es)	Processos
	Harper (2009) e Edakkandi (2013)	Os autores forneceram exemplos de cadeias de valor totalmente integradas que demonstram que mesmo os menores produtores podem ser ligados a mercados modernos de maneiras que são rentáveis para todos os participantes.
	Edakkandi (2013)	O Autor explica que o desenvolvimento da cadeia de valor enfatiza facilitação de ligações de mercado, desenvolvimento de um mercado de serviços empresariais e melhoria do ambiente em que as empresas operam, a fim de maximizar a competitividade do setor.
Criação de Valor Compartilhado	Porter e Kramer (2006; 2011)	O conceito vai além da geração de valor econômico e inclui a criação de valor para a sociedade. Neste conceito, a cadeia de valor evolui da captura de valor pelos entes da cadeia para criar valor a todos. Nesta ideia, o compartilhamento do valor por todos os entes da cadeia contribuiu para melhorar o bem-estar dos participantes da cadeia. Ou seja, a criação de valor compartilhado é um processo de gestão estratégica para a sobrevivência das organizações e de inclusão de agentes produtivos que estavam à margem do processo de produção.
NON-MARKET STRATEGY-NMS ou (Estratégias de Não Mercado - ENM)	Richard P. Schaedel (1989)	Em seu livro <i>The Market for Yanomami Artifacts: The Structure of Non-Market Value</i> publicado em 1989. Schaedel estudou a comunidade Yanomami da Amazônia brasileira e demonstrou como o valor das panelas produzidas por eles, como arcos e flechas, não era determinado pelo mercado, mas sim pela tradição e valor cultural atribuído pelos Yanomami.
	José Eli da Veiga (1991)	Em sua obra <i>A Emergência da Teoria do Não Mercado</i> , discute as limitações da economia convencional para analisar a gestão de recursos naturais e apresenta a teoria de não mercado como uma alternativa.
	Carlos Augusto da Rocha Freire (1993)	Em seu livro "Etnoecologia dos Agroecossistemas Caboclos da Amazônia Central" publicado em 1993 estudou comunidades ribeirinhas da região central da Amazônia brasileira e destacou como o valor dos produtos extrativos coletados por essas comunidades, como o açaí e o tucumã, estavam intimamente ligadas à cultura e aos costumes locais.
	Elizabeth Brondizio (2008)	Em seu livro "The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market". Ela examina como os caboclos que usam e protegem a terra e os recursos naturais, enquanto enfrentam a pressão do mercado e a mudança climática. O livro oferece uma análise aprofundada das questões socioambientais que resultaram na região amazônica e uma reflexão sobre as possibilidades de um desenvolvimento mais sustentável.

Fonte: Elaboração do autor (2023)

A Visão Relacional (VR) e a TBR (Teoria Baseada em Recurso):

Existem muitos recursos de difícil acesso e os custos de aquisição aumentam quando os proprietários dos recursos sabem seu valor potencial. (Barney, 1986). Se os custos de aquisição aumentam, as empresas podem ter diferenciação no mercado, mas não têm mais vantagem competitiva. A visão baseada em recursos (VBR), portanto, diferencia-se das escolas antecessoras por considerar a questão interna à organização como ponto de partida para a formulação estratégica. Enquanto Schumpeter (1950), Ansoff (1965), Porter (1985), entre outros, inicialmente buscam a análise da ambiência externa à empresa, a RBT considera que a forma com a qual a organização estrutura e ajusta seus recursos e suas capacidades são a real fonte de vantagem competitiva. Assim, em 1995, Barney desenvolveu o framework VRIN (Valor, Raridade, Imitabilidade, Organização), a partir daí, aprimorou o modelo para VRIO incluindo a letra “O” (Organização), como uma ferramenta de análise de pontos fortes e fracos internos. (Barney, 1995).

A Visão Relacional trata da geração de recursos e capacidades oriundos de ligações idiossincráticas entre empresas pertencentes a uma cadeia de valor. (Dushek, 2004; Dyer e Singh, 1998). Segundo o conceito, ao compartilhar informações e capacidades, e a partir da frequência das transações de ativos específicos, as firmas passariam por um estágio de reciprocidade e transparência, em que novos conhecimentos seriam gerados. (Horvath, 2001; Zacharia *et al.*, 2011).

Segundo Duschek (2004), a VR fundamenta-se na Visão Baseada em Recursos (VBR), mas considera também alguns elementos da Teoria dos Custos de Transação (TCT). Contudo, ainda que agregue alguns valores dessas abordagens, também as critica, visando superá-las no que diz respeito às formas de gerenciamento de recursos e obtenção das vantagens competitivas. A Visão Relacional, portanto, é um conceito baseado na perspectiva de integração de estratégias entre empresas que possibilite o desenvolvimento de ligações idiossincráticas. A partir dos *relacionamentos integrados* é que as organizações se permitiriam a colaborar, trocar experiências e conhecimentos, possibilitando a criação de recursos e capacidades conjuntas e únicas. (Dyer; Singh, 1998; Lavie, 2006).



A Partir da RSL, chegou-se ao Artigo *The relational view revisited: A dynamic perspective on value creation and value capture* dos autores, Jeffrey H. Dyer; Harbir Singh e William S. Hesterly, em 2017, que estende a visão relacional para oferecer uma perspectiva dinâmica sobre os fatores que impulsionam a criação de valor e a captura de valor ao longo do ciclo de vida da aliança. Onde o acesso a recursos complementares fornece uma justificativa inicial para a formação de alianças, mas os benefícios da complementaridade podem se atenuar com o tempo.

Dyer e Singh (1998) propuseram díades e redes como uma unidade distinta de análise para entender o desempenho da empresa. Determinantes da criação de valor e rendas relacionais em alianças: recursos e capacidades complementares, ativos específicos de relação, rotinas de compartilhamento de conhecimento e governança eficaz. Portanto, a VR destaca duas questões importantes para fazer com que os relacionamentos atinjam o sucesso esperado. A primeira questão está relacionada à colaboração, especialmente quando há rotinas de trocas de conhecimento. Para isso, as empresas deveriam desenvolver condições de capacidades absorptivas que lhes permitam identificar o valor de recursos externos, assimilá-los e combiná-los aos seus recursos internos.

A visão relacional, por sua vez, é uma teoria que enfatiza a importância das relações sociais e das insinuações entre os indivíduos na construção do conhecimento e na tomada de decisões. Essa teoria se aplica de forma particularmente relevante nas cadeias de valor compartilhadas e inclusivas, onde a construção de relações de confiança e colaboração entre os atores é essencial para o sucesso do empreendimento. No contexto de produtos extrativos que não possuem valor de mercado, o tucumã é um exemplo de produto que pode ser explorado de forma sustentável e gerar renda para a população local por meio da coleta e venda pelas cooperativas e associações. O tucumã é uma palmeira nativa da Amazônia, cujos frutos são amplamente utilizados na culinária local, na fabricação de cosméticos e na produção de bioenergia.

Portanto, a adoção de abordagens como a cadeia de valor compartilhada e a cadeia de valor inclusiva pode ser uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento econômico e social de comunidades



locais em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A exploração sustentável de produtos extrativos como o tucumã pode gerar renda para a população local, especialmente quando realizada em cooperação e colaboração entre os diferentes atores da cadeia produtiva.

Desenvolvimento da Cadeia de Valor (DCV)

O contexto em que surgem as cadeias de valor definidas como inclusivas, decorre, em grande medida, do aumento da demanda por produtos agrícolas de alto valor (café, cereais, queijos, gado, peixe, produtos florestais não madeireiros, óleos e essências) produzidos ou extraídos de forma sustentável por pequenos agricultores e que se apresentam como novas oportunidades de negócios em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, desde que façam parte dos mercados domésticos, regionais e globais (Davis, 2006) e como uma estratégia de redução da pobreza nesses países (Donovan; Stoian; Lundy, 2016).

Neste sentido, Devaux *et al.* (2018) afirmam que “o DCV se refere a um tipo de intervenção que visa abordar a pobreza por meio de vínculos aprimorados entre empresas e famílias pobres em uma cadeia de valor”. O DCV considera as inter-relações entre produtores agrícolas, comerciantes, processadoras, distribuidores e consumidores, para que na combinação de insumos e processos tecnológicos de produção, se alcance produtos com características singulares o que leva a uma heterogeneidade de produtos que os consumidores estão dispostos a comprar no mercado. Neste sentido, Donovan, Stoian e Lundy (2016) afirmam que o melhor desempenho das cadeias de valor agrícola beneficiará muitas pessoas.

Segundo Devaux *et al.* (2018), intervenções que focam sobre melhorias de produtividade e na organização de agricultores e que, quando combinados com políticas públicas, podem produzir melhores benefícios aos agricultores a longo prazo. Ou seja, se o agricultor tem pouco recurso, ele tem dificuldades para aproveitar os benefícios do DCV. Ou, se um grande agricultor tem muito recursos disponíveis, para ele talvez não seja interessante participar do DCV, pelo fato de já estar participando ativamente dos mercados. Portanto, o DCV inclusivo é apresentado na



literatura como uma estratégia das agências de desenvolvimento, doadores e governos empregada para o desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas e a redução da pobreza rural. (Humphrey; Navas-Alemán, 2010).

Essas formas de ação coletiva ajudam a superar as falhas de mercado ao fortalecer os vínculos entre pequenos produtores, prestadores de serviços (incluindo pesquisadores) e agentes de mercado. Os autores descrevem as experiências de Papa Andina com inovação em cadeias de valor e discutem as implicações políticas para as organizações de P&D e a necessidade das organizações de P&D terem a capacidade de diagnosticar sistemas de inovação e facilitar processos de grupo envolvendo pessoas com diversos interesses na produção, comercialização e distribuição de uma commodity.

Os pequenos produtores muitas vezes têm **acesso limitado à terra, crédito, assessoria técnica, conhecimento básico** do sistema de mercado e informações atualizadas sobre preços e condições de mercado – tudo o que restringe sua capacidade de investir, expandir seu excedente de mercado e agregar valor à sua produção. Os limitados excedentes de mercado de pequenos produtores individuais aumentam o custo unitário de montagem, manuseio e transporte de seus produtos. Portanto, diferentes tipos de intervenção e inovação frequentemente se reforçam mutuamente. Em síntese, não existe receita pronta para tornar o **DCV inclusivo**, pois, distintas realidades entre os pequenos produtores agrícolas (heterogeneidade) condicionam o desenho da intervenção e apresentam restrições que devem ser tomadas como desafios e oportunidades que podem ser aproveitadas por grupos específicos.

O Papel das Associações e Cooperativas de Agricultores no DCV

Um elevado número de relatórios de intervenção, fazem menção ao papel das associações de agricultores no processo de integração dos pequenos agricultores nas cadeias de valor e na adoção de estratégias de negociação que viabilizem, não somente o escoamento da produção, mas também as formas de contrato. De acordo com Devaux *et al.* (2018), “[...] as



associações contribuem para redução dos custos de transação na integração dos pequenos agricultores nas cadeias de valor”. A contratação da associação possibilita a aquisição de tecnologias, conformidade do produto de acordo com os requisitos do comprador, treinamento aos agricultores e o controle de qualidade. O atendimento desses fatores assegura, ao comprador, a aquisição dos insumos específicos e a realização de ajustes ao processo de produção de forma a melhorar a qualidade dos produtos.

As cooperativas são consideradas instituições utilizadas por governos e empresas para implementarem programas e projetos de redução da pobreza a partir da inclusão dos cooperados em processos produtivos e para canalizar benefícios governamentais para grupos específicos que se encontram em condições vulneráveis no que se refere a acesso a alimentos. (Bijman; Wijers, 2019). Outro estudo que aborda a **inclusão social na cadeia de valor do tucumã** é o de Barros *et al.* (2020), que analisou a cadeia produtiva do tucumã em duas comunidades rurais na região de Santarém, no estado do Pará. Os autores identificaram que a produção e distribuição do tucumã geraram renda para as famílias das comunidades, especialmente para as mulheres responsáveis pela coleta e benefício dos frutos. Além disso, o estudo destaca a importância da organização em cooperativas e associações para fortalecer a cadeia produtiva e ampliar o acesso dos extrativistas aos mercados consumidores.

O Sistema de Criação de Valores de Porter

O conceito de cadeia de valor, desenvolvido por Porter (1985), representa a empresa como um conjunto de atividades que criam valor. São elas: operações de produção de insumos ou matérias-primas, logística de suprimentos, marketing, comercialização, logística de distribuição, vendas e assistência técnica, tidas como primárias, em que essas atividades têm potencial para elevar o nível do benefício percebido pelos consumidores, e com isso a empresa identifica os recursos, competências e capacidades que levam geração de vantagens competitivas. Além das atividades de apoio (Infraestrutura da empresa, gerenciamento de recursos humanos, desenvolvimento de tecnologia, aquisição de insumos e

serviços). Assim, ao adquirir um produto numa determinada loja, a um determinado preço, o pagamento realizado cobre uma série de atividades que participaram do processo de projeto, fabricação, transporte e dos serviços complementares associados a esse.

A Criação de Valor é formada por um conjunto de valores criados a montante na relação com fornecedores de insumos e serviços empregados pela empresa para produzir seus produtos, enquanto os valores a jusante são obtidos pelas transações da empresa com os agentes econômicos e formado pelos distribuidores e vendedores. De acordo com Brito e Brito (2012), o primeiro passo para saber se um produto de uma empresa pode atingir uma vantagem competitiva no ambiente de concorrência da empresa é compreender como esse produto cria valor econômico e se ele pode continuar a criar essa vantagem por um tempo. Entende-se valor criado como a diferença entre a máxima disposição a pagar do comprador e o custo de oportunidade do fornecedor ou a soma do excedente do consumidor e do lucro da empresa.

As aplicações empíricas da abordagem de criação de valor compartilhado apresentadas por Porter e Kramer (2006 e 2011) foram realizadas em indústrias como Nestlé que mudaram sua operação na divisão Nespresso, que é uma das divisões que mais crescia na empresa a época, em que a maior parte dos grãos de café selecionados vinham de pequenos produtores rurais carentes de países da África e da América do Sul. Em busca feita no Google Scholar, a partir da palavra-chave “valor compartilhado”, para o período de 2010 a 2022, somente os de língua portuguesa, encontrou-se 1.740 resultados entre artigos, dissertações, teses, capítulos de livros, artigos apresentados em eventos acadêmicos, em que o mais citado foi a traduções do artigo de Porter e Kramer (2006).

Em termos empíricos, a aplicação do conceito de valor compartilhado foi usado por Spitzack e Chapman (2012), que buscaram evidências empíricas sobre as estratégias de valor compartilhado apresentadas por Porter e Kramer (2006 e 2011) tomando como estudo de caso único a colaboração entre a empresa BASF, o grupo André Maggi e a Fundação Espaço-Eco, no Brasil, artigo com maior número de citações no Google Scholar. Eles concluíram que a colaboração entre as instituições

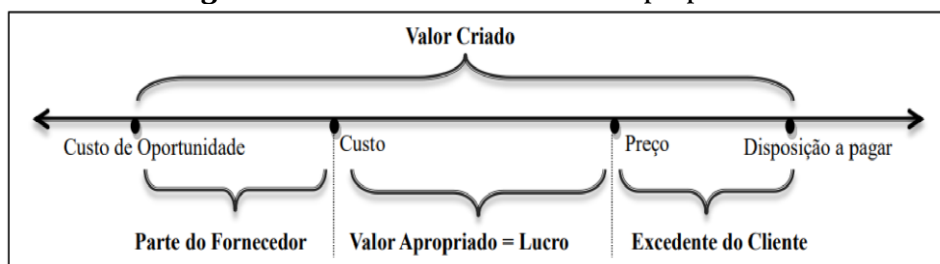
pode ser qualificada como um caso de redesenho de produtividade na cadeia de valor, e que pode ser qualificada como uma **estratégia de valor compartilhado**.

Segundo Porter e Kramer (2011), “o valor compartilhado envolve a geração de valor econômico de forma a criar também valor para a sociedade (com o enfrentamento de suas necessidades e desafios)”. Seguem os autores afirmando que “Valor compartilhado não é responsabilidade social, filantropia ou mesmo sustentabilidade, mas uma nova forma de obter sucesso econômico”. Nesse contexto de cadeia de valor compartilhada, entre tantos desafios que se apresentam, a partir da evolução do conceito de cadeia de valor de Porter (1985) para cadeia de valor compartilhada, e da perspectiva do capitalismo das partes interessadas lançado por Schwab (2019), um aspecto transversal a essas ideias é fazer com que as empresas inserissem as comunidades carentes nas suas estratégias organizacionais, e fazer com que elas passassem a participar de mercados, a partir da inclusão em **cadeias de valores de produtos agropecuários**, e com isso retirar da base da pirâmide, uma parcela de pessoas aliadas das transações de consumo e torná-las clientes dos produtos das empresas que adotaram a perspectiva do valor compartilhado.

Apropriação de Valor

Segundo Brito e Brito (2012), após o momento de criação, segue-se o processo de barganha entre os atores para apropriação do valor criado pelas partes. Como resultado desse processo, é definido o valor de troca: preço e custo, portanto, o lucro da empresa (figura 3).

Figura 3 – Valor criado versus valor apropriado



Considerando que o contexto das relações das empresas com seus parceiros traz implicações diretas para a criação de valor, as fronteiras definidas pela disposição a pagar e pelo custo de oportunidade são circunstanciais. A interação entre os parceiros gera oportunidades para arbitragem, na exploração de discrepâncias entre as percepções de valor. Portanto, ao se posicionar no mercado e ao escolher parceiros comerciais, a empresa negocia os limites da criação de valor. Apesar de a apropriação de valor estar intimamente ligada aos conceitos de vantagem competitiva, a competição não é suficiente para garantir a apropriação. Os fundamentos para a apropriação de valor precisam mais do que uma visão de competição e negociação. Às vezes, as empresas devem se concentrar não apenas em capturar uma parte de algum valor dado exogenamente; em vez disso, eles devem reinventar valor. (Massa *et al.* 2017).

Identificados e compreendidos os principais pontos sobre o sistema de valor, Porter (1985) entende que a vantagem competitiva não pode ser compreendida se observarmos a empresa como um todo. As atividades setoriais devem ser analisadas de forma isolada, pois cada área pode contribuir de sua maneira para posição de custos ou diversificação, iniciando assim a construção da Cadeia de Valor. A lógica do sistema de valor mostra que as empresas de cada elo ou etapa de uma cadeia de valor desenvolvem um conjunto de atividades e de relacionamentos com fornecedores e clientes, em que essas relações apresentam características distintas de acordo com o setor de atividade que a empresa se insere, dessa forma, os custos e a diversificação de cada empresa devem ser analisados de forma única, para que se identifique quais **estratégias de custos e/ou diferenciação** serão apropriadas para aquela empresa.

A Criação de Valor é formada por um conjunto de valores criados a montante na relação com fornecedores de insumos e serviços empregados pela empresa para produzir seus produtos, enquanto os valores a jusante são obtidos pelas transações da empresa com os agentes econômicos e formado pelos distribuidores e vendedores. (Porter, 1985). Baseado neste contexto, levantou-se uma vasta revisão de literatura sobre Cadeias de Valor, Cadeias de Valor Inclusivas e Cadeias de Valor de Produtos Extrativos com práticas sustentáveis e de biodiversidade, para que fosse



levantado os principais GAPS de pesquisa dos principais trabalhos sobre o assunto e, a partir daí, fosse identificado o diferencial deste artigo.

Quadro 5 – Revisão de Literatura sobre Cadeias de Valor Inclusivas no período de 2016 a 2024 e GAPS

Título	Autor	Ano
Desenvolvimento de Estratégias Inclusivas na Cadeia de Valor de Produtos Extrativistas: O Caso do Tucumã (<i>Astrocaryum Vulgare</i>)	Silva, J. C. <i>et al.</i>	2023
Análise da Cadeia de Valor do Tucumã na Região Norte do Brasil: Uma Abordagem Multicritério	Santos, A. C. <i>et al.</i>	2020
Análise da Cadeia de Valor do Andiroba: Perspectivas para o Desenvolvimento Regional	Oliveira, A. S. <i>et al.</i>	2020
Comercialização e Agregação de Valor à Produção Extrativista da Castanha-do-pará no Estado do Pará	Costa, M. J. S. <i>et al.</i>	2019
Desafios da Sustentabilidade na Cadeia de Valor do Açaí na Amazônia Brasileira: Um Estudo de Caso na Região do Amapá	Silva, J. A. <i>et al.</i>	2018
Revista de Gestão e Secretariado, v. 11, n. 2, p. 1-18.	Necessidade de estratégias para inclusão de pequenos produtores na cadeia de valor do tucumã.	A organização social e a certificação socioambiental podem contribuir para a inclusão dos pequenos produtores na cadeia de valor do tucumã.

Continua...



Título	Autor	Ano
RBGN, v. 22, n. 62, p. 1-18.	Ausência de pesquisas que utilizem métodos multicritérios para analisar a cadeia de valor do tucumã.	A análise multicritério permite identificar os principais desafios e oportunidades na cadeia de valor do tucumã.
Revista Brasileira de Geografia, v. 82, n. 2, p. 263-280.	Ausência de estudos que considerem os impactos socioambientais da cadeia de valor da andiroba.	A produção sustentável da andiroba pode gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades locais.
Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 3, p. 541-560.	Falta de estudos sobre a comercialização e agregação de valor à produção extrativista da castanha-do-pará.	A organização social, a diversificação de produtos e a abertura de novos mercados podem aumentar a renda dos extrativistas da castanha-do-pará.
RBGN, v. 20, n. 56, p. 1-16.	Escassez de pesquisas que analisem os desafios da sustentabilidade na cadeia de valor do açaí em diferentes regiões da Amazônia.	O pagamento de preços justos, a gestão dos recursos naturais e a certificação socioambiental são essenciais para a sustentabilidade da cadeia de valor do açaí.

Fonte: Elaboração do autor (2024)

Diante do exposto anteriormente e na vasta revisão de literatura sobre cadeia de valor dentre os anos de 2016 a 2024, **entende-se que há uma incompletude no conceito de valor criado** pelas empresas que utilizam produtos da sociobiodiversidade, por deixarem de considerar o **valor de não uso do recurso natural** na perspectiva de que as gerações futuras tenham acesso ao mesmo recurso (COP). Assim, ao considerar esses fatores na formulação das estratégias, as empresas são capazes de enxergar além do planejamento estratégico tradicional e considerar as possibilidades de inserir novos agentes produtivos nos vários processos da cadeia de valor, desde a produção dos insumos até a inclusão de fornecedores que estavam fora da cadeia, neste caso, o conjunto de colaboradores (*stakeholders*) da empresa se amplia substancialmente, conforme demonstrado na figura 4.



Figura 4 – Representação dos fatores para criação de valor compartilhado



Fonte: Elaboração do autor, 2023, adaptação de <https://insideiim.com/one-step-ahead-csr>.

Dessa forma, pode-se dizer que a cadeia de valor compartilhada é uma abordagem que busca criar valor econômico e social compartilhado entre os diferentes atores envolvidos em uma cadeia produtiva. Nesse contexto, produtos extrativos como o tucumã têm se mostrado uma alternativa interessante para promover a inclusão social e a geração de renda para os locais.

O tucumã é uma espécie de palmeira encontrada em diversas regiões da Amazônia, cujos frutos são amplamente utilizados na alimentação e na produção de cosméticos e óleos. A coleta e a venda do tucumã podem ser feitas por cooperativas e associações locais, que organizam os coletores e negociam a venda do produto com os compradores. Esse tipo de iniciativa tem se mostrado eficiente não apenas na geração de renda para os locais, mas também na conservação dos recursos naturais e na promoção da cultura e da identidade local.

Um estudo realizado por Farias *et al.* (2018) analisou a cadeia produtiva do tucumã no estado do Amapá e identificou que a coleta e a venda do produto representam uma importante fonte de renda para os residentes locais. Segundo os autores, a cadeia produtiva do tucumã é caracterizada por uma forte presença de cooperativas e associações, que passam como intermediários entre os coletores e os compradores. Além

disso, os autores destacam que a cadeia produtiva do tucumã tem um papel importante na preservação do meio ambiente, uma vez que a coleta do fruto é realizada de forma sustentável, sem a utilização de técnicas predatórias que prejudiquem a biodiversidade local.

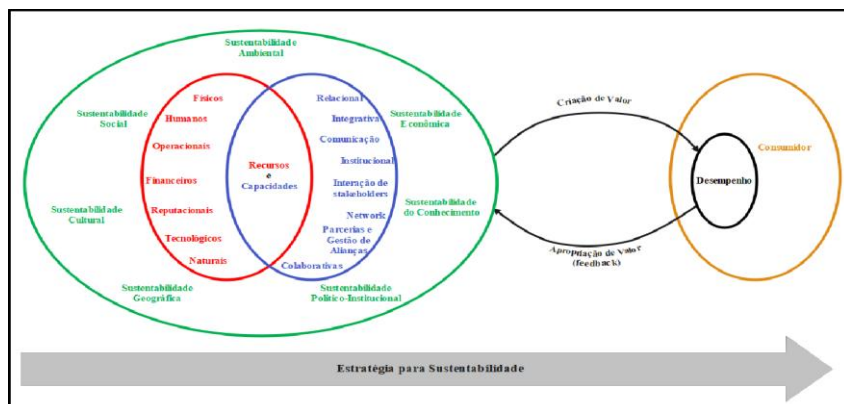
Em resumo, a cadeia de valor compartilhada do tucumã é uma iniciativa promissora para promover a inclusão social e a geração de renda para os locais. A coleta e a venda do produto pelas cooperativas e associações locais podem contribuir para a conservação do meio ambiente, para a promoção da cultura e da identidade local e para a redução da pobreza. Além de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, ao mesmo tempo, em que proporciona alternativas para a população pobre local como afirmam De Paula *et al.* (2013), que destaca que a valorização desses produtos pode incentivar a preservação dos ecossistemas locais, a diversificação da produção e a redução da dependência de atividades que impactam o meio ambiente. Porém, as empresas e/ou os agentes públicos e ONGs necessitariam rever a forma de precificação ou de imposição de valor aos produtos extrativos caracterizados como de Não Mercado, ou seja, que não possuem preços pré-estabelecidos.

FRAMEWORK DAS ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS DE NÃO MERCADO (ENM) PARA CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL

Após estudos sobre as contribuições teóricas da VR e das ENM/NMS associadas à Criação de Valor Inclusiva e Compartilhada em prol da sustentabilidade, foi possível também identificar o DCVIC que buscava o alinhamento às dimensões da sustentabilidade. Assim, surgiu a proposta de criação e apropriação de valor para construção de um framework inclusivo apresentado na figura 6 e que evoluiu conceitual e teoricamente do *framework de estratégias para sustentabilidade* de (Negrão, 2022) demonstrado na figura 5.



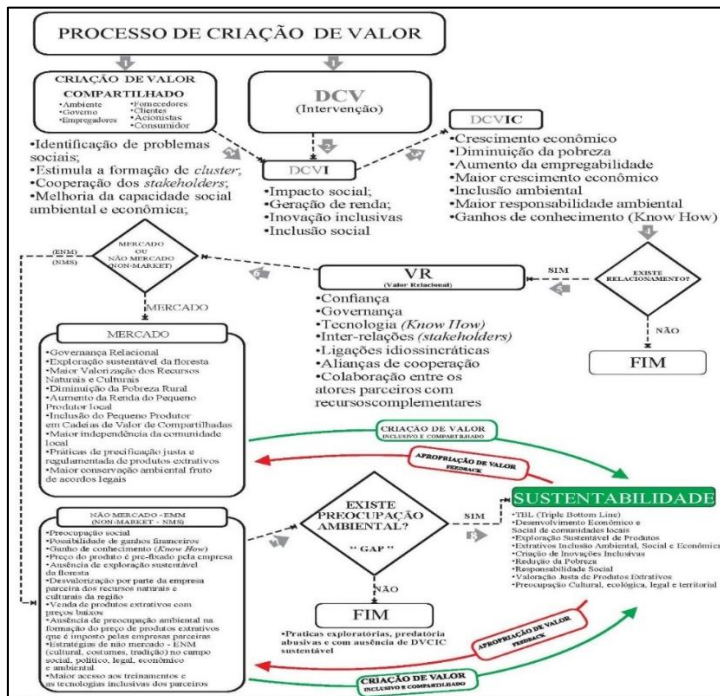
Figura 5 – Framework de estratégias para sustentabilidade



Fonte: Negrão (2022)

Portanto, segue abaixo o framework das estratégias inclusivas de Não Mercado – ENM para criação de valor sustentável de forma compartilhada e preocupada com o bem-estar (Figura 6):

Figura 6 – Framework das estratégias inclusivas do não mercado (ENM) para criação de valor sustentável



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusões, destaca-se a possibilidade de interação sobre as dimensões da sustentabilidade no Desenvolvimento Econômico e Social de Comunidades Locais através da exploração sustentável de produtos extrativos. Que vai muito além das perspectivas econômicas, mas engloba também a inclusão ambiental e social (o bem-estar pessoal). Assim, o framework apresentado integra e orienta as ações organizacionais das empresas ou do governo a partir de uma perspectiva sustentável com possibilidade de utilização de ENM para o desenvolvimento de uma Cadeia de Valor intervencionista, integrada e compartilhada, com interesse nas questões ambientais e ecológicas. Ao adotar esse *framework*, as empresas podem trabalhar para alcançar a sustentabilidade de forma eficaz e responsável, tanto nas relações de mercado quanto nas relações de não mercado (ENM) e, passar assim, a criar valor para todos os seus stakeholders e para a sociedade como um todo, sem prejudicar o meio ambiente. Logo, recomenda-se que futuros estudos possam avançar nas avaliações comparativas de múltiplos casos relacionados aos produtos extrativos e não somente nos arranjos políticos, sociais e legais para melhoria do desempenho empresarial.

O framework foi capaz de representar uma integração conceitual entre as Estratégias de Não Mercado (ENM) e os atributos da sustentabilidade (TBL) inclusiva, através do desenvolvimento de uma cadeia de valor para criação de valor compartilhado e que pudesse proporcionar melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do pequeno produtor rural. Assim, ele representa uma proposta de modelo para o desenvolvimento sustentável, com base em produtos extrativos, sem exploração inadequada do meio ambiente e que atendesse estruturas além do mercado tradicional, como a de extrativismo de produtos que não possuem valor no mercado, como o tucumã. Portanto, com as dimensões de sustentabilidade em determinado contexto, como proposto pelo *framework*, é possível planejar e compreender seu equilíbrio e balanceamento nas perspectivas de geração de valor.



Nesse contexto, uma das contribuições teóricas deste estudo com a proposta do *framework* de estratégias para sustentabilidade é a triangulação entre a Visão Relacional, a Sustentabilidade, o processo de Criação de valor e as Estratégias Inclusivas de desenvolvimento associadas também com a teoria de Não Mercado e que não costumam ser estudados separadamente, contribuindo para preencher lacunas de outros modelos e colaborando com os avanços dos estudos de Barney, Ketchen, Wright (2021), Porter, Kremer (2011) e Donovan, J., Stoian, D., Lundy, Mark. 2016.

A replicação do *framework* proposto poderá trazer importantes contribuições à medida que possibilita aos agentes envolvidos (Governo e Grande Empresa parceira) um instrumento de análise de avaliação e orientadora na busca de melhores práticas para estruturas extrativistas que possam ser incluídas em uma cadeia de valor e que melhore as condições de vida da região, sem impactar no meio ambiente de forma negativa e degradante. Muito embora o *framework* apresentado norteie as ações organizacionais em prol do meio ambiente e do Desenvolvimento Sustentável de Cadeias de Valor, ainda é necessário que se avance nessa discussão.

Ao incorporar o valor ambiental e social dos produtos extrativos em seus preços, os pequenos produtores poderão ser incentivados a adotar práticas de coleta, conservação e uso dos recursos naturais. Dessa forma, eles podem contribuir para a manutenção da floresta e seus serviços ambientais, ao mesmo tempo, em que obtiveram uma renda “justa” e sustentável. Portanto, é essencial promover os serviços ambientais da floresta e promover a gestão sustentável dos recursos naturais para garantir um futuro sustentável para o planeta e para as comunidades locais.

Ressalta-se, também, que o governo tem um papel fundamental nesse processo, devendo promover políticas públicas que apoiem a produção e gerenciem esses produtos de forma responsável e justa. Isso inclui o apoio ao desenvolvimento de sistemas de certificação, a promoção de práticas agrícolas e de responsabilidades mais ecológicas, além do envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões sobre a gestão dos recursos naturais.

Em seguida, pode-se dizer que os modelos de negócios inclusivos devem estar alinhados às condições locais e às diversas necessidades e estratégias de subsistência dos agricultores.

REFERÊNCIAS

ADEBAYO, K.; *et al.* **Inclusão sustentável de pequenos proprietários nas cadeias de valor da farinha de mandioca de alta qualidade emergentes na África: desafios para os serviços de extensão agrícola**, v. 14, n. 1, p. 1-10.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta Amazônica. **Parcerias Estratégicas**, v. 2, n. 1, 1-26, 1992.

ANDRADE, M. F.; DRAGO, I. R. Alinhamento estratégico e governança corporativa para o desenvolvimento sustentável. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO, 2016, Ananindeua. **Anais**. Ananindeua: Unama BR, 2016. p. 10-12.

ANDRADE, R. K. V.; AMORIM, L. P.; GOMES, D. S. A importância da utilização da inovação como estratégia competitiva nos negócios. **Revista de Administração do Unisal**, v. 4, n. 6, 2014.

ANSOFF, H. Igor. **Corporate strategy: an analytic approach to business policy for growth and expansion**. New York: McGraw-Hill, 1965.

BAHIA, P. Q. Framework da criação de valor sustentável, integrado às estratégias de não mercado (Enm) no processo de intervenção do desenvolvimento da cadeia de valor inclusiva e compartilhada (Dcvic). *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 47., 2023. **Anais** [...]. Versão online. DOI: <https://doi.org/10.21714/2177-2576>.

BAHIA, PQ. *et al.* Configuração das relações de integração entre cooperativas e agricultores familiares extrativistas no estado do Pará. **Revista ARACÊ**, v.6, n. 4, p. 14056-14093, 2024. <https://doi.org/10.56238/arev6n4-177>.

BARNEY, J. B. Cultura organizacional: pode ser uma fonte de vantagem competitiva sustentada? Academia de **Revista de Gestão**, v. 11, p. 656-665, 1986.

BARNEY, J. B. Recursos da empresa e vantagem competitiva sustentada. **Revista de Gestão**, v. 17, p. 99-120, 1991.

BARNEY, JB, Ketchen, DJ, & Wright, M. (2021). Teoria baseada em recursos e a estrutura de criação de valor. **Journal of Management**, 47 (7), 1936–1955. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01492063211021655>

BARROS, R. A. de; CAVALCANTE, G. R. A.; MACEDO, I. A. (2020). Análise da cadeia produtiva do tucumã em comunidades rurais na região de Santarém-PA. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 2, p. 1–22.

BIJMAN, J.; WIJERS, G. **Explorando a inclusividade das cooperativas de produtores**. Opinião atual em sustentabilidade ambiental, v. 41, p. 74–79, 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria n. 534**, de 19 de dezembro de 2022. Publica os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2023. Disponível em: www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-534-de-19-de-dezembro-de-2022-456856040. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria n. 141**, de 8 de janeiro de 2019. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para a cultura da soja no Distrito Federal, ano-safra 2019/2020. Disponível em: www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/58547627. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRITO, R. P. de; BRITO, L. A. L. Vantagem competitiva e sua relação com o desempenho: uma abordagem baseada em valor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 3, p. 360–380, 2012.

BRONDIZIO, E. G. **O caboclo amazônico e o açazeiro**: os produtores florestais no mercado global. Nova York: Springer, 2008.

BURGOON, J. K. Does participation affect deception success? **Human Communication Research**, v. 27, n. 4, p. 503–534, 2001.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar**. 2020. Disponível em: www.conab.gov.br/agricultura-familiar. Acesso em: 12 jan. 2021

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar**. 2016. Disponível em: www.conab.gov.br/agricultura-familiar. Acesso em: 12 jan. 2021.



COSTA, M. J. S. *et al.* Comercialização e agregação de valor à produção extrativista da castanha-do-pará no estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 541–560, 2019.

DAVIS JUNIOR, R. Como os pobres podem se beneficiar dos mercados crescentes de produtos agrícolas de alto valor? **Jornal Eletrônico SSRN**, 2006.

DE PAULA, F. R.; BORGES, M. P.; FALQUETO, A. R. Potencialidade socioeconômica do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*): estudo de caso no município de Santa Teresa-ES. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 14, n. 3, p. 79–88, 2013.

DEVAUX, A. *et al.* Inovação agrícola e desenvolvimento inclusivo da cadeia de valor: uma revisão. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, 2018.

DEVAUX, A. *et al.* **The participatory market chain approach**: from the Andes to Africa and Asia. Lima: International Potato Center (CIP), 2013.

DEVAUX, A., *et al.* Collective action for market chain innovation in the Andes. **Food Policy**, 34(1), 31–38.

DONOVAN, J.; POOLE, N. (2016). Changing asset endowments and smallholder participation in higher-value markets: Evidence from certified-coffee producers in Nicaragua. In A. Devaux, M. Torero, J. Donovan, & D. Horton (Eds.), **Innovation for inclusive value-chain development**: successes and challenges (pp. 93–126). Washington, DC: International Food Policy Research Institute (IFPRI)

DONOVAN, J.; POOLE, N. Partnerships in fairtrade coffee: a close-up look at how buyers and NGOs build supply capacity in Nicaragua. **Food Chain**, v.4, n.1, p. 34–48, 2014.

DONOVAN, J.; STOIAN, D. 5 capitais: uma ferramenta para avaliar os impactos do valor no desenvolvimento da cadeia da pobreza. Série Técnica. **Boletim Técnico**, v. 55. Turrialba, Costa Rica, 2012.

DONOVAN, J.; STOIAN, D.; LUNDY, M. **Desafios e abordagens para o desenvolvimento inclusivo da cadeia de valor**: introdução. 2016.

Disponível em:

<https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1523-1739.2005.00694.x>. Acesso em: 5 maio 2019.

DONOVAN, J.; STOIAN, D.; POE, K. Desenvolvimento da cadeia de valor na Nicarágua: abordagens e ferramentas predominantes e lacunas persistentes. **Desenvolvimento Empresarial e Microfinanças**, v. 28, n. 1/2, p. 10–27, 2017.

EDAKKANDI, Meethal Reji. Value Chains and Small Enterprise Development: Theory and Praxis. **American Journal of Industrial and Business Management**, v. 3, n. 1, p. 28–35, 2013. DOI: 10.4236/ajibm.2013.31004. Disponível em: www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=26780. Acesso em 25 maio 2025.

EDAKKANDI, Meethal Reji. Value Chains and Small Enterprise Development: Theory and Praxis. *American Journal of Industrial and Business Management*, v. 3, n. 1, p. 28–35, 2013. DOI: 10.4236/ajibm.2013.31004. Disponível em: www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=26780. Acesso em: 25 maio 2025.

ELKINGTON, J. **The chrysalis economy**: how citizen CEOs and corporations can fuse values and value creation. Capstone Publishing/John Wiley (2001).

ELKINGTON, J. **Towards the Sustainable Corporation**: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. *California Management Review*, v.36(n.2), p. 90–100 (1994).

GOLD, C. *et al.* **A interface entre a análise da cadeia de valor da manga e os determinantes socioeconômicos**, v.6, n.1–16, 2012.

GOMES, S. C.; *et al.* Incompletude do conceito de criação de valor para produtos da sociobiodiversidade: uma discussão teórica. *In: Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA*, 25., 2023, São Paulo. **Anais**. São Paulo: FEA/USP, 2023. Disponível em: <https://engema.org.br>. Acesso em: 20 maio 2024.

HAGGBLADE, S. *et al.* **Uma estrutura conceitual para promover cadeias de valor agrícola inclusivas**. Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), mimeo (documento online), 2012.

HOMMA, A. K. O. **Colhendo da natureza**: o extrativismo vegetal na Amazônia. Brasília, DF: Embrapa, 2018.



HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: limites e oportunidades. Embrapa Amazônia Oriental-Livro científico (ALICE), 1993.

HORVATH, L. Insight from the industry collaboration: the key to value creation in supply chain management. **Supply Chain Management: An International Journal**. V. 06, N. 05, p.205–207. 2001.

INPE- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Estimativa de desmatamento por corte raso na Amazônia Legal**. São José dos Campos: INPE, 2020. Disponível em: www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/estimativa-de-desmatamento-por-corte-raso-na-amazonia-legal-para-2020-e-de-11-088-km2. Acesso em: 26 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2020_v35_br.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

LIMA, L. P. *et al.* Ocorrência e usos do tucumã (*Astrocaryum vulgare Mart.*) em comunidades ribeirinhas, quilombolas e de agricultores tradicionais no município de Irituia, Pará. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 5, n. 3, p. 762–778, 2014.

LUNDY, M. *et al.* **Metodologia LINK**: um guia participativo para modelos de negócios que conectam pequenos produtores aos mercados. Cali, Colômbia: Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), 2014.

MASSA, L.; TUCCI, C. L.; AFUAH, A. A critical assessment of business model research. **Academy of Management Annals**, v. 11, n. 1, p. 73–104, 2017. DOI: 10.5465/annals.2014.0072. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/annals.2014.0072>. Acesso em: 25 maio 2025.

NEGRÃO, K. R. M. **Gestão estratégica para sustentabilidade no turismo de experiências na área de proteção ambiental na Amazônia**. 2022. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade da Amazônia, Belém.

Negrão, K. R. M., Gomes, S. C., Carvalho, M. C. S., & Emmendoerfer, M. L.. Gestão estratégica para sustentabilidade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 28, n. 6, 2024. Disponível

em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2024240221>.por. Acesso em: 25 maio 2025.

OLIVEIRA, A. S. *et al.* Análise da cadeia de valor do andiroba: perspectivas para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 82, n. 2, p. 263–280, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. [S. l.]: ONU, 2011. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PORTER, M. E. **Competitive advantage**. New York: Free Press, 1985.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Criando valor compartilhado. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62–77, 2011.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Estratégia e sociedade: a ligação entre vantagem competitiva e responsabilidade social corporativa. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 12, p. 78–92, 2006.

SANTOS, A. C. *et al.* Análise da cadeia de valor do tucumã na Região Norte do Brasil: uma abordagem multicritério. **RBGN**, v. 22, n. 62, p. 1–18, 2020.

SANTOS, R. A. dos; SANTOS, R. F. dos. Agregação de valor e cadeia produtiva do tucumã (*Astrocaryum aculeatum* Meyer) na região do Médio Solimões, Amazonas, Brasil. **Amazônia. Ciência & Desenvolvimento**, v. 13, n. 27, p. 65–88, 2019.

SCHAEDEL, R. P. **O mercado de artefatos Yanomami**: a estrutura do valor fora do mercado. University of Michigan Press, 1989.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1950.

SILVA, J. A. *et al.* Desafios da sustentabilidade na cadeia de valor do açaí na Amazônia Brasileira: um estudo de caso na região do Amapá. **RBGN**, v. 20, n. 56, p. 1–16, 2018.

SILVA, J. C. *et al.* Desenvolvimento de estratégias inclusivas na cadeia de valor de produtos extrativistas: o caso do tucumã (*Astrocaryum vulgare*). **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 11, n. 2, p. 1–18, 2023.

SOUZA, K. F. F. de; CHAVES, C. V.; MAIA, M. L. Potencial econômico e socioambiental do tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.) no estado do Pará.

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 13, n. 3, p. 625–647, 2018.

SOUZA, R. R.C; GOMES, C.G; BAHIA, P.Q. Desenvolvimento de estratégias inclusivas na cadeia de valor de produtos extrativistas: o caso do Tucumã (*Astrocaryum Vulgare Mart.*) negociado pela cooperativa D'Irituia junto a empresa de cosméticos. **Revista GESEC**, São Paulo, v.13, n.3, p.1512–1532 (set./dez) 2022.

SPITZECK, H.; CHAPMAN, S. Criando valor compartilhado como estratégia de diferenciação – o exemplo da BASF no Brasil. Corporate Governance. **The International Journal of Business in Society**, 2012.

SWINNEN, J.; KUIJPERS, R. **Cadeias de valor inclusivas para acelerar a redução da pobreza na África**. 2020.

THIELE, G.; *et al.* The emerging role of the third-party logistics provider (3PL) as an orchestrator. **Journal of Business Logistics**, v. 32, n. 1, p. 40–54, 2011. <http://dx.doi.org/10.1111/j.2158-1592.2011.01004.x> disponível em:

www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=1827545&utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 25 maio 2025.



CAPITAL SOCIAL E GOVERNANÇA EM COOPERATIVA AGRÍCOLA NO ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL

Eduardo Moraes Correa¹²

Cyntia Meireles Martins¹³

Décio Bernardes de Souza¹⁴

Cilene Aragão de França¹⁵

INTRODUÇÃO

As cooperativas envolvem fornecedores de recursos primários ou com valor agregado, que exercem um relevante papel na sociedade, especialmente, em países em desenvolvimento. (Poole; De Frece, 2010; Souza *et al.*, 2017). Estas são agentes catalizadores importantes para mudanças nas práticas produtivas e para o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. (Amonarriz *et al.*, 2017; Sultana *et al.*, 2020). Existem vários tipos de cooperativas de acordo com seu setor de atuação, sendo umas das maiores, as cooperativas agrícolas, que por meio da ação

¹² Doutorando e mestre em Administração, com pós-graduação em Logística, Marketing e Comunicação, MBA em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria, bacharel em Administração. Atualmente é professor, palestrante, consultor empresarial e pesquisador no projeto “Sustentabilidade e Bioeconomia de Alimentos da Amazônia”, com foco em cadeias de valor de cooperativas agrícolas no estado do Pará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8061286537945275>. E-mail: pesquisador.eduardo@gmail.com

¹³ Pós-Doutora em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, doutora em Ciências Agrárias (2011), mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2006) e graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2002). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6299203737952237>. E-mail: cyntia.meireles@ufra.edu.br.

¹⁴ Pós-doutor em Administração, doutor em Agronegócios, mestre e bacharel em Administração. Atualmente é professor do Magistério Superior na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Câmpus José Ribeiro Filho, em Porto Velho Rondônia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6190623870669319>. E-mail: dercio@unir.br

¹⁵ Doutoranda pela Universidade da Amazônia com bolsa de pesquisa CAPES/PROSUP (2021-2025), mestra em Administração pela Universidade da Amazônia (2021), na linha de pesquisa: Gestão Organizacional. Atualmente sou servidora Pública Federal do Instituto de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará -IFPA, exercendo o cargo de Administradora, atuando nos setores de Compras, licitações e Patrimônio, é administradora, pesquisadora, professora e palestrante. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8224439037647614>. E-mail: cilene.adm2016@gmail.com

coletiva oferecem aos pequenos produtores familiares a oportunidade de acessar mercados que de outra forma seriam inacessíveis, reunir recursos para superar restrições financeiras, aumentar os fluxos de comunicação e negociar coletivamente com compradores para receber melhores preços de vendas. (Souza *et al.*, 2017; Oliveira *et al.*, 2022). Classicamente, as cooperativas têm em sua essência a motivação das pessoas para cooperar a partir da coletividade, a fim de alcançar objetivos comuns.

Nestes termos, as organizações coletivas são ambiente propício para a geração de capital social e, na definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2001), o capital social refere-se às conexões e relações estabelecidas entre pessoas, grupos e organizações, que se fundamentam em normas compartilhadas, valores e entendimentos em comum, promovendo a cooperação e a interação entre eles, promovendo sua estabilidade.

Conforme Amonarriz *et al.* (2017), o cooperativismo contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, expandindo a responsabilidade social como instrumento de progresso. Nas áreas rurais, onde os recursos são mais escassos do que nas áreas metropolitanas, as conexões locais são especialmente úteis para os produtores explorarem as perspectivas de crescimento a partir de oportunidades de negócios. Em contraste, as conexões não locais podem permitir que os produtores possam expandir suas conexões com outras regiões (Kalantaridis; Bika, 2006), além de trocar informações e conhecimentos, e adquirir clientes, fornecedores, materiais e capital não locais. (Habersetzer *et al.*, 2021).

Nos últimos anos, as pesquisas sobre capital social aumentaram significativamente. (Ajates, 2021; Tuna; Karantininis, 2021; Pigatto *et al.*, 2022; Zaiats *et al.*, 2022). Apesar de a literatura abordar parcerias entre organizações sem fins lucrativos e empresas, poucos estudos empíricos investigaram como a estabilidade de governança impacta no processo produtivo das cooperativas e podem, com isso, trazer benefícios.

Alguns estudos enfatizaram as estratégias de apoio às cooperativas agrícolas para interagirem com os seus atores locais e instituições, enquanto outros se concentraram em parcerias específicas para construção

de cadeias de valor agrícola (Royer; Bijman; Abebe, 2017; Ordonez; Clarke, 2020); pesquisa conjunta visando inovação e transferência de tecnologia (Fronzaglia; Guedes; Santos 2008; Prain *et al.*, 2020); e desenvolvimento de negócios para cooperativas agrícolas. (Hudson; Herndon, 2002; Chama; Mwitwa, 2020; Yamagishi *et al.*, 2021).

Considerando a relevância da temática e observando a lacuna existente, propõe-se a questão que norteia a discussão desse estudo, sendo: Como as dimensões do capital social podem influenciar na governança e na estabilidade das cooperativas agrícolas? Nos tópicos seguintes, serão demonstrados o seu teórico-conceitual, metodologia, resultados e conclusões.

CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO

As definições propostas para o capital social, de acordo com Woolcock (1998), assentam em diferentes tradições sociológicas e partilham elementos comuns: o capital social se constitui de elementos estruturais, ou seja, interações e ligações sociais (Van Deth, 2003); e em elementos culturais, ou seja, semelhança de propósito, normas de reciprocidade, confiança, participação cívica e aprendizagem (Phillips, 2015), os quais facilitam a ação coletiva e a cooperação para alcançar objetivos comuns. (Pisani; Micheletti, 2020).

Min *et al.* (2008) definem capital social na cadeia de abastecimento como um conjunto de recursos sociais em ancorados nos relacionamentos em uma rede de cadeia de suprimentos. Os pesquisadores têm destacado que o capital social reduz a probabilidade de conflitos e promove o comportamento cooperativo em termos de sua associação com atividades compartilhadas, visão, crença de confiança e vínculo social. (Lawson *et al.*, 2008; Bernardes, 2010).

Maurer e Ebers (2006) destacam três dimensões interrelacionadas do capital social: estrutural, relacional e cognitiva, fornecida por Nahapiet e Ghoshal (1998). O capital estrutural refere-se à configuração de vínculos entre as pessoas nas organizações, ou seja, quem você alcança e como você os alcança. Está relacionado com a configuração impessoal de vínculos

dentro de uma estrutura social e pode ser avaliado a partir da perspectiva dos laços sociais. Esses laços sociais podem potencialmente fornecer acesso a informações valiosas. Estudos sugerem que o capital estrutural entre empresas parceiras cria uma estrutura com interações densas (ou seja, uma alta frequência de interações entre parceiros) e múltiplas conexões que facilitam a troca de informações mais confiáveis e diversificadas. Usando interações densas, as informações são mais prontamente acessíveis e podem, portanto, estar disponíveis antecipadamente como parte de um sistema de alerta. (Vilena *et al.*, 2011).

O capital cognitivo é definido como “os recursos que fornecem representações compartilhadas, interpretações e sistemas de significado entre as partes”. Representa ambições, visões, objetivos e valores culturais semelhantes entre atores organizacionais dentro de um sistema social. Objetivos de negócios semelhantes é o grau em que as partes compartilham um entendimento comum e abordagem para a realização de tarefas e resultados comuns. Pode orientar a natureza, direção e magnitude dos esforços das partes. As partes comprometidas têm uma compreensão mais profunda do porquê o relacionamento existe e como podem contribuir para a obtenção de objetivos compatíveis. No geral, o capital cognitivo facilita o desenvolvimento de entendimentos comuns e ideologias coletivas, delineando maneiras apropriadas para os parceiros da cadeia de suprimentos coordenarem suas trocas e compartilharem os processos de pensamento uns com os outros. (Nahapiet, 1998).

O capital cognitivo define os recursos que fornecem significado compartilhado e compreensão entre os membros da rede que ajudam os indivíduos compartilharem suas interações, visões comuns e linguagem ao longo do tempo. (Wasko; Faraj, 2005). Existem duas facetas do capital, cultura compartilhada e objetivos compartilhados (Inkpen; Tsang, 2005). Cultura compartilhada refere-se a até que ponto as normas de comportamento governam as relações de membros. Os parceiros muitas vezes listam as regras compartilhadas em contratos formais dentro da rede. Estas regras e normas proporcionam uma atmosfera pacífica e reduzem a possibilidade de comportamentos oportunistas, levando a melhores monitoramentos de custos e maior comprometimento.



O capital relacional envolve a força do relacionamento, no qual confiança, amizade, respeito e reciprocidade são incorporados e desenvolvidos por meio de repetidas transações das empresas com seus parceiros. Quando a confiança é construída por meio de transações repetidas, os tomadores de decisão tendem a se preocupar menos com o comportamento oportunista dos outros. Eles estão mais dispostos a se envolver em uma comunicação aberta e mostram maior transparência comportamental. Da mesma forma, as normas de reciprocidade também servem para transformar os tomadores de decisão de parceiros egocêntricos em membros de um relacionamento com interesses compartilhados e um senso de bem comum. (White, 2002).

Em cooperativas, está é considerada uma “organização baseada no capital social”, sendo sua base social reconhecida como a principal vantagem competitiva em comparação com outras empresas. (Spear, 2000). Estudiosos cooperativistas enfatizaram a importância do capital social e realizaram a vinculação do termo ao desenvolvimento e desempenho das cooperativas. (Nilsson *et al.*, 2009).

A literatura existente também forneceu insights sobre a importância do capital social, contribuindo para o sucesso e sobrevivência das cooperativas. Quando eventos inesperados ou interrupções atingem as cooperativas, o capital social pode facilitar sua recuperação de tais eventos adversos, pois parceiros comunitários confiáveis e partes interessadas agiriam com benevolência para resolver a situação. (Jia *et al.*, 2020). Da mesma forma, o capital social no contexto das cooperativas pode funcionar como uma proteção contra as adversidades, aumentar a ação coletiva e permitir coerência e integridade contra rupturas inesperadas. (Brewton *et al.*, 2010; Borda-Rodriguez; Vicari, 2014; Borda-Rodriguez *et al.*, 2016), aumentando, por conseguinte, sua estabilidade.

Nesse sentido, um maior capital social pode contribuir para diminuir ou atenuar limitações geográficas, organizacionais (Kobayashi, 2013), reduzir perda de biodiversidade (Adger, 2003; Adger *et al.*, 2005), resolver problemas de desemprego e exclusão social (Freitag; Kirchner, 2011), e contribuir para a difusão de novos serviços e proteção do patrimônio natural e cultural (Wiesinger, 2007), fomentando, assim, o desenvolvimento das áreas rurais. Além disso, o capital social pode sustentar novas formas de governança local.

É válido ressaltar que o capital social influencia diretamente na colaboração dos agentes da cooperativa. É baseado na confiança e incorporado no ambiente formal e informal que as estruturas sociais de cooperação têm impacto sobre o desenvolvimento rural, na criação de redes e nas tomadas de decisões nas zonas rurais. (Wiesinger, 2007). Nesse sentido, as cooperativas podem ser observadas como redes que permitem atividades para resolução conjunta de problemas e muitas vezes fornecem um fluxo mais eficiente para muitas informações necessárias, conhecimento, atividades de extensão e desenvolvimento para a população rural. (Tuna; Karantininis, 2021). Sendo assim, o capital social permite que as cooperativas construam networking de agricultores com processadores, varejistas e outras partes interessadas da cadeia, e isso é visto como um ativo essencial das cooperativas. (Hogeland, 2006).

Hong e Sporleder (2007) acentuam que o capital social no contexto das cooperativas agrícolas corresponde ao conjunto de recursos tangíveis ou intangíveis, que se acumulam ao longo do tempo para os constituintes da cooperativa através das suas relações sociais. Aqui, os constituintes da cooperativa referem-se à cooperativa, aos seus membros, funcionários e administração. É válido ressaltar que esta definição não deixa claro qual corrente teórica realmente mais se aproxima e salienta a publicação desta informação como contribuição de um esforço tênue existente em buscar adequar o capital social no âmbito das cooperativas agrícolas, uma vez que o conceito de capital social tem sido amplamente aplicado para organizações que estão localizadas em meio urbano. Sendo assim, existe a necessidade de ampliação do uso do capital social em cooperativas agrícolas, pois na maioria dos casos, as áreas rurais, onde normalmente ocorre a produção agrícola, apresentam carências financeiras, físicas e de capital humano. Esses fatores em sua maioria impedem significativamente seu desenvolvimento, o que aumenta a necessidade de desenvolver modelos para potencializar o capital social local. (Bianchi; Vieta, 2020).

GOVERNANÇA RELACIONAL E ESTABILIDADE EM COOPERATIVAS

A governança relacional coordena o relacionamento entre organizações através de meios de controle social, promove a integração dos

negócios e forma sinergia para maximizar a utilização de recursos. (Lavie, 2006). A governança relacional é também conhecida como controle social, que normalmente tem uma existência oculta e informal. Relações estreitas ajudam a formar relacionamentos próximos entre compradores e fornecedores, enquanto a governança relacional promove a troca de informações e ajuda a construir a confiança mútua e a cooperação a longo prazo. (Formentini; Taticchi, 2016).

É válido mencionar que a governança relacional também expande as relações sociais entre os membros da cadeia de abastecimento através da compreensão mútua, negociação e comunicação, melhorando a estreita cooperação entre as organizações, a fim de aumentar a flexibilidade da cadeia de abastecimento. Zhu *et al.* (2017) acreditam que esse tipo de governança complementa efetivamente a governança contratual e fortalece a confiança.

Para Niesten e Jolink (2017), em geral, a governança contratual e a governança relacional são métodos complementares e eficazes de governança da cadeia de abastecimento. Sob ação conjunta, a motivação e o comportamento oportunista dos membros da cadeia de abastecimento são eliminados, o funcionamento estável da cadeia de abastecimento é assegurado e o nível de desempenho da cadeia é melhorado. Dentro de um ambiente favorável à confiança e ao comprometimento, o grupo pode discutir, decidir e implementar mecanismos para resolver essas tensões, definir papéis e funções, controlar o comportamento oportunista e os arranjos gerais de trabalho. Uma vez definidos tais mecanismos, eles geram coesão de grupo, que controla qualquer comportamento oportunista (Moreno, 1975; Granovetter, 1985) e cria sinergia para atingir os objetivos do grupo. (Pichon-Riviere, 1984).

As cooperativas raramente estabelecem contratos rigorosos e detalhados com os membros para cumpri-los rigorosamente. Devido à sua familiaridade com outros membros e cooperativas enraizadas na comunidade local (Deng; Hendrikse; Liang, 2020), os membros provavelmente compreenderão o propósito original da governança contratual cooperativa. Portanto, a governança contratual cooperativa desempenha um papel positivo para a cooperação, uma vez que a sua utilização flexível pode promover a comunicação, confiança na comunicação e cooperação, em vez de aumentar o oportunismo e o conflito através da confiança, demonstrando desconfiança. Logo, os membros tendem a ter



maior comprometimento afetivo e de continuidade quando estão satisfeitos com a cooperativa. (Osterberg; Nilsson, 2009; Grashuis; Cook, 2019).

Assim, pode-se obter a estabilidade da cadeia de abastecimento, como a robustez e a capacidade de autorregularão das organizações da cadeia de abastecimento, especialmente as empresas principais, para lidar com as mudanças no ambiente da cadeia de suprimentos. (Bijulal *et al.*, 2008). Para Han *et al.* (2020) em cooperativas agrícolas a estabilidade se torna importante, pois ela aumenta a sinergia das cooperativas agrícolas na cadeia de abastecimento, o que lhe proporciona maior maturidade de modo a lidar com os riscos externos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A cooperativa estudada surgiu em julho de 2021 com a união de 65 agricultores de 4 municípios do nordeste paraense: Castanhal, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá e São Domingos do Capim. Todos tinham um mesmo propósito: Buscar alternativas sustentáveis para continuar produzindo no meio rural. A localização da sede da cooperativa é no município de Castanhal, na Agrovila Nazaré; importante destacar que a localização da cooperativa possui caráter estratégico por ser limítrofe com os municípios de Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá e São Domingos do Capim.

Atualmente, a área de atuação da cooperativa está em 10 municípios do nordeste paraense e possui atualmente 234 cooperados, operando no mercado institucional com 4 contratos com instituições federais e no mercado privado com 2 contratos com redes de supermercados. Além da venda de insumos para os próprios cooperados e para outras cooperativas. Os insumos são: fertilizantes químicos, fertilizantes orgânicos, defensivos agrícolas, sementes e mudas.

Essa pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como pesquisa aplicada e, quanto ao seu objetivo, como uma pesquisa exploratória, uma vez que o foco é buscar apresentar e discutir as razões para o fenômeno estudado. (Cooper; Schindler, 2011). Quanto a abordagem, foi utilizada metodologia qualitativa e quantitativa. Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas focais com os membros da diretoria da cooperativa, inicialmente. Na parte quantitativa, foi empregada uma survey com corte transversal. (Malhotra; Grover, 1998). Em relação ao perfil demográfico dos respondentes da pesquisa qualitativa, este pode ser visualizado conforme quadro 1 abaixo:



Quadro 1 – Dados demográficos diretoria

Respondente	Gênero	Escolaridade	Cargo
Entrevistado 1	Masculino	Nível superior: Bacharel em Administração e Técnico Agrícola	Diretor-Presidente
Entrevistado 2	Masculino	Nível superior: Bacharel em Administração e Técnico Agrícola	Diretor Vice-presidente
Entrevistado 3	Masculino	Nível superior: Técnico em Segurança no Trabalho	Diretor Financeiro
Entrevistado 4	Masculino	Nível superior: Bacharel em Engenharia de Produção e Técnico Agropecuário	Diretor de Produção
Entrevistado 5	Feminino	Nível superior: Bacharel Pedagogia e Técnica em Floresta	Diretor Administrativo

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Foi realizada uma revisão da literatura internacional para identificar os estudos existentes que servem como pontos de referência relevantes. No entanto, não foi possível aplicar os questionários na íntegra, adaptando-o, assim, a algumas particularidades locais. O primeiro bloco da pesquisa tinha como objetivo analisar o perfil dos entrevistados, o segundo bloco buscou avaliar o capital social, estabilidade e suas relações com os cooperados, o desenvolvimento das perguntas se desenvolveu por procedimento de passo a passo para a geração de construtos e variáveis. A escala foi adaptada conforme o estudo de He e Wu (2022).

Os dados foram analisados por meio de técnicas de estatística multivariada, a Análise Fatorial Exploratória e a Análise de Regressão Linear Múltipla, usando o software SPSS 23.0 (Statistical Package for Social Sciences), o que possibilitou categorizar as informações e identificar os elementos de relevância para a análise.

Antes da aplicação da Análise Fatorial, foi realizada a validação dos itens utilizados na formação dos construtos, utilizando o método de confiabilidade denominado Alfa de Cronbach. Os resultados da aplicação desse teste mostram que quanto mais próximo de 1 for o valor, o conjunto de questões para cada construto está adequado e guarda forte correlacionamento entre as variáveis. Alfa com grau inferior a 0,7 indica pouca exatidão do modelo. (Virgillito, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo constam as perguntas realizadas aos membros da diretoria sobre a governança relacional e contratual e as respostas (quadro 2).

Quadro 2 – Governança contratual e relacional

Governança Relacional	"As... Parcerias privadas, que a gente tem está até aumentando o leque. Então eu acredito que o nível de confiança tá maior, tanto do nosso lado, enquanto fornecedor. Tanto eles que são nossos compradores, né, então, quando você consegue aumentar um leque, de produtos ou de produção, a quantidade... Que essa confiança fique maior. (..) Que o [supermercado] já tá com mais de ano, vai fazer dois anos que a gente já tá com essa parceria. E são assim, pelo tempo que a gente tem, são duradouros, né".
	"Com a parceria né com essa ligação direta às vezes empregos tem evento naquela instituição eles pedem uma doação de um brinde eu acho que tudo isso é faz parte dessa parceria que é bastante interessante com relação ao mercado privado tem que ser ainda mais consolidada eles têm lá fornecedores querendo fornecer aquele produto da cooperativa está fornecendo. A confiança, eu acho que uma coisa puxa a outra, né, quando se a respeito, né, vai ser adquirido também confiança porque na medida em que eu consigo atender aquele determinado mercado seja com contrato ou não eu consigo atender com volume com qualidade, né, com eficiência cumprindo os horários combinados as datas de entrega essa confiança levar aumentando ao longo do tempo passo você trabalha aí com 230 cooperados com uma é você manter essa relação de confiança com todos aqueles volumes que a gente Entrega nas pessoas nas grandes atacaremos, né, que a gente entrega é bem difícil de manter mais a gente graças a Deus tem conseguido manter".
	É, hoje a gente tem... Na verdade, os Institucionais todos... Todos têm contrato porque tem que... É Lei, né? A gente não pode fornecer nada para o institucional sem contrato, mas os nossos parceiros privados a gente tem um contrato de parceria único. Unicamente com o [supermercado]. Porque é um contrato que nem eles mesmos falam, que é de "confiança", né.
	A cooperativa, ela faz uso do contrato de cooperativa e cooperado como uma ferramenta para poder adequar o comportamento do cooperado? Existe alguma ferramenta de fato? "A, tem o Estatuto! Lá tem alguns pontos que diz isso, ah, não tem. É verbalmente que a gente passa em reuniões".
Governança Contratual	... O nosso maior parceiro hoje, eu acho que ele tá desde o início é ali o IFPA. Que no caso de licitação, né. Que desde que iniciou, veio nos convencer.
	Contrato assinado apenas com os órgãos públicos, com as redes de supermercados nenhum assina contrato...[supermercados] na ficha, moto nenhum assina contrato; o que existe, às vezes, é um contrato que Te chamam de fidelidade, mas não é um contrato de compra e venda um exército existe os contratos que são assinados e eu sei que a quantidade que eu tenho para entregar nos preços. Isso é fato constitucional é uma coisa empresa privada.

Fonte: Dados da entrevista (2025)

A cooperativa possui contrato tanto com supermercados quanto com órgãos públicos, conforme destacado pelos respondentes. Entre os parceiros privados, não existe um contrato assinado, é mantido apenas um canal de confiança e seu fortalecimento a partir das demandas. Em relação às parcerias formais, os contratos são firmados por meio de licitações, com órgão público.

Foi observado, de acordo com os membros da diretoria, que, em relação aos contratos institucionais, muitos deles são mantidos por uma relação de confiança que a cooperativa tem com os gestores, o fortalecimento contínuo dessa relação e a entrega com produtos de qualidade e com pontualidade. As respostas dos membros da diretoria corroboram com Formentini e Taticchi (2016) ao afirmarem que muitas parcerias nas cooperativas são realizadas por meio do fortalecimento das relações sociais e do capital social. Isso, deve-se apontar, pode levar também ao estabelecimento de novas parcerias por meio de governança colaborativa/relacional, o que é fundamental para o sucesso das cooperativas.

Importante ressaltar aqui o papel dos gestores em fortalecer os processos de comunicação entre cooperados e padronização dos seus produtos, para que eles possam chegar tanto ao mercado institucional quanto a empresas privadas. Murray (2004) afirma que os conselheiros das cooperativas e os dirigentes também têm papéis e posições importantes na manutenção dos níveis de capital social. A eficácia das cooperativas depende das características dos gestores, da sua capacidade de motivar os membros e a confiança nos gestores, que é essencial.

Em relação à governança contratual, foi observado que as licitações às quais a cooperativa participa, para ter e manter seus contratos institucionais são realizadas com muita organização, visto que muitas cooperativas ainda encontram dificuldades para reunir toda documentação necessária para participar de um processo licitatório. A preocupação com o cumprimento dos prazos e entrega dos produtos de qualidade faz com que os membros da diretoria busquem sempre estar em constante alinhamento com os seus cooperados.

A pesquisa de Zeng, Wan e He (2023) destaca que, em contexto das cooperativas, espera-se que a governança contratual promova à comunidade o compromisso dos membros, melhorando a satisfação e o desempenho da cooperação. A governança contratual nas cooperativas é geralmente flexível,

devido à sua familiaridade com outros membros e as cooperativas serem enraizadas na comunidade local (Deng; Hendrikse; Liang, 2020), logo, os membros provavelmente compreenderão o propósito original da governança contratual cooperativa e são menos propensos a encarar a governança contratual como um sinal de desconfiança. Portanto, a governança contratual, provavelmente, desempenha um papel positivo no desempenho da cooperação, pois a sua utilização flexível pode promover a comunicação, confiança na comunicação e cooperação.

Análise fatorial exploratória: capital social

A Tabela 1 apresenta a matriz de correlação para as variáveis de capital social com valores significativos em nível de confiança de 5%, o que justifica a utilização da técnica. Seu determinante é diferente de zero, com valor de 0,001, permitindo a aplicação de testes estatísticos adicionais.

Tabela 1 – Cargas fatoriais e porcentagem de variância explicada pelos fatores

Variáveis	Fatores	
	F1	F2
Comunicação Cooperativa	0,414	0,617
Eficiência da Comunicação Cooperativa	0,826	0,003
Estatuto Apresentando Relação	0,770	0,311
Similaridade na Produção e Controle	0,713	0,459
Alinhado com Norma/ Regulamentação	0,520	0,514
Claro e Acessível Objetivos	0,424	0,710
Trabalho conjunto	-,057	0,869
Troca de Cooperativa Informação	0,508	0,652
Colaboração na Produção de Matéria-Prima	0,719	0,509
Planejamento para o trabalho Processo	0,523	0,651

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Com base na retenção de fatores com autovalores maiores que 1, aplicando o critério da raiz latente de Hair Jr. *et al.* (2005), foram extraídos dois fatores da interação das 10 variáveis que explicam 57,7% da variância dos dados originais. O fator 1 (F1) pode ser denominado como comunicação cooperativa, com variáveis que têm a maior comunalidade sendo a comunicação dentro das cooperativas, seguida pelo estatuto que descreve o relacionamento que descreve como a interação entre os

membros da cooperativa e a cooperativa deve ser, a colaboração de matérias-primas, que mostra que os membros colaboram entre si na compra de matérias-primas e, da mesma forma, produção e controle. Isso indica que a cooperativa incentiva os membros a agirem de forma semelhante nas atividades de produção e controle, com essas variáveis sendo relacionadas ao capital estrutural (comunicação dentro das cooperativas; estatuto de relacionamento) e colaboração (membros colaborando entre si na compra de matérias-primas) e capital cognitivo (da mesma forma, produção e controle).

O resultado desse fator e suas variáveis constituintes demonstram como a comunicação, a colaboração e os relacionamentos são importantes para os membros, o que corrobora os achados de Min *et al.* (2008), pois eles mostraram que o capital social reduz a probabilidade de conflitos. Além disso, ele promove o comportamento cooperativo em termos de sua associação com atividades compartilhadas, visão, crença de confiança e vínculo social. (Bernardes, 2010; Lawson *et al.*, 2008).

Além disso, Cao *et al.* (2010) declaram que um ativo que pode trazer maior fortalecimento na prevenção de riscos à cadeia de suprimentos é a colaboração, que se refere à capacidade das empresas de planejar, cooperar e executar operações para atingir um objetivo comum.

No caso das cooperativas, o capital social é baseado na confiança e incorporado em ambientes formais e informais, com estruturas sociais de cooperação, impactando o desenvolvimento rural, a criação de redes e os processos de tomada de decisão. (Wiesinger, 2007). Para Murray (2004), os conselheiros e líderes cooperativos também têm papéis e posições cruciais na manutenção dos níveis de capital social. A eficácia das cooperativas depende das características dos gestores, sua capacidade de motivar os membros, expectativas de bens e confiança nos gestores, o que é essencial. (Forgács, 2008; Vught, 2002). Nesse aspecto, o capital social é um elemento fundamental das instituições formais e estruturas de governança, como as cooperativas. (Liang *et al.*, 2015).

Neste caso, pode-se ressaltar que a comunicação exercida pela liderança aos cooperados fortalece a comunicação, os estatutos de



relacionamento, a colaboração, a produção afim e o controle. Estes foram fortes o suficiente devido à participação e liderança constantes dos conselheiros com os cooperados, em parte porque alguns deles residem na mesma comunidade onde a sede está localizada e compram insumos químicos da cooperativa (a preços mais baratos) para sua produção.

O Fator 2 (F2) pode ser denominado como trabalho conjunto e tem as variáveis com maior comunalidade: trabalho conjunto, objetivos claros e acessíveis, troca de informações e planejamento do processo de trabalho. Há também um modelo de planejamento que envolve os membros na discussão do processo de trabalho, como mais importante para os membros. Assim, o resultado corrobora com os autores, mostrando que o capital social, mais precisamente o capital cognitivo, fornece significado e compreensão compartilhados entre os membros da rede que auxiliam os indivíduos a compartilhar suas interações, visões comuns e linguagem ao longo do tempo. (Wasko; Faraj, 2005).

Os resultados também validam a perspectiva de Rokholt (1999) e Saz -Gil *et al.* (2021) sobre o trabalho conjunto e sua importância para a cooperativa, pois as cooperativas agrícolas são fortemente afetadas por sua capacidade de estabelecer e manter confiança, segurança e comprometimento entre os membros. Por essa razão, por sua própria concepção e estrutura de valores, as cooperativas agrícolas são organizações em rede formadas com motivação mútua, benefícios e expectativa de ações coletivas entre os membros.

ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA: ESTABILIDADE

Na Tabela 2, encontra-se a matriz de correlação das variáveis de estabilidade com valores significativos em nível de confiança de 5%, o que justifica a utilização da técnica. Seu determinante é diferente de zero, com valor de 0,001, permitindo a aplicação de testes estatísticos complementares.



Tabela 2 – Cargas fatoriais, porcentagem de variância explicada pelos fatores

Variáveis	Fatores
	F1
Planejamento de Riscos	0,823
Eficaz Oferta Parceria	0,867
Colaboração benéfica de eventos imprevistos	0,872
Equilíbrio na Participação dos Cooperados	0,849
Método de Extração: Análise de Componentes Principais. Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.	

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Com base na retenção dos fatores com autovalores maiores que 1, aplicando o critério da raiz latente de Hair jr. *et al.* (2005), foi extraído um único fator resultante da interação das 4 variáveis, explicando, 72,77% da variância dos dados originais. O fator 1 (F1) pode ser denominado colaboração benéfica para o imprevisto e demonstra que para as cooperativas que responderam à pesquisa, dentre as variáveis que compõem o construto relacionado à estabilidade, a mais importante é o benefício perceptível da colaboração entre as cooperativas e a própria cooperativa na medida em que permite que a cooperativa se recupere de um evento imprevisto, caso ele ocorra. Isso está em linha com Cao *et al.* (2010) e Pettit *et al.* (2013), pois, por meio da colaboração, os parceiros da cadeia de suprimentos trabalham juntos para benefícios mútuos, compartilhando informações, processos, riscos e recompensas. A colaboração permite que todos os parceiros alcancem melhor desempenho, competitividade, capacidade de conhecimento, receitas e preços, além de melhorar a flexibilidade para lidar com a diversidade do mercado e a alta incerteza da demanda, aumentando suas chances de estabilidade.

RESULTADOS DA REGRESSÃO MÚLTIPLA

Considerando as discussões captadas tanto pela técnica qualitativa (entrevistas) quanto pela técnica quantitativa de fatores (análise fatorial),

foi realizada a regressão, que visa analisar a questão da estabilidade influenciando o capital social, correlacionando a resposta do questionário com as respostas dos entrevistados sobre governança relacional e contratual, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Regressão Linear

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Beta	Assinatura	VIF
Cte	-2.009 ^a	0,51		1.000	1.000
F1	0,600	0,51	0,600	0,000	1.000
F2	0,612	0,51	0,612	0,000	1.000
R Ajustado = 0,525 F = 142,113 Erro Padrão = 0,558 Durbin Watson = 2,298					

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O modelo ajustado mostra que 52,5% das variações ocorridas no construto estabilidade decorrem da variação obtida pelos construtos representativos do capital social. O resultado do teste F evidencia a rejeição da hipótese nula de que os parâmetros estimados são zero. O resultado do teste VIF demonstra a ausência de multicolinearidade, uma vez que o valor do VIF é menor que 10, o que era esperado, pois os construtos foram obtidos com base nos componentes principais que geram fatores não correlacionados. Os testes de Kolmogorov-Smirnov aplicados aos resíduos da regressão mostram que eles são normalmente distribuídos.

Dessa forma, os parâmetros estimados foram significativos a 1,0% e mostram a existência de uma relação positiva de cada um dos fatores com o desempenho. O construto F1 = (trabalho conjunto) é o que tem mais peso entre todos os que explicam as variações da estabilidade.

Isso demonstra que o fator trabalho conjunto é o que mais impacta a estabilidade da cadeia de suprimentos; o fator tem como variáveis com maior comunalidade: trabalho conjunto, objetivos claros e acessíveis, troca de informações e planejamento do trabalho como mais importantes para as cooperativas, relacionando essas variáveis com a estabilidade. Pode-se observar que, para as cooperativas, o trabalho conjunto é a variável de capital social que mais pode levar a cooperativa à estabilidade, o que está

de acordo com a pesquisa de Singh *et al.* (2018), uma vez que a colaboração é um dos fatores importantes para as cooperativas.

Portanto, o resultado também corrobora com as declarações dos membros da diretoria da cooperativa quanto ao trabalho conjunto, pois, segundo eles, os contratos com empresas privadas (governança relacional) e órgãos públicos (governança contratual) podem ser mantidos por meio do alinhamento positivo constante feito entre conselho e cooperativas.

O resultado da pesquisa também é consistente com o que Cao *et al.* (2010) mencionam em sua pesquisa, como um ativo que pode trazer maior fortalecimento na prevenção de riscos à cadeia de suprimentos é a colaboração, que se refere à capacidade das empresas de planejar, cooperar e executar operações da cadeia de suprimentos para atingir um objetivo comum. Para cooperativas agrícolas, na visão de Robinson e Malhotra (2005), a colaboração permite que todos os parceiros alcancem melhor desempenho, competitividade, capacidade de conhecimento, receitas e preços, além de melhorar a flexibilidade para lidar com a diversidade de mercado e a alta incerteza da demanda.

Nesse sentido, pode-se ressaltar que a comunicação e o trabalho conjunto são vertentes do capital social que podem garantir uma melhor estrutura de governança relacional e contratual e influenciar positivamente na estabilidade da cooperativa. O fortalecimento interno da cooperativa com os estímulos necessários da liderança para a comunicação e o trabalho conjunto possibilita que a cooperativa cumpra os prazos, mantenha a qualidade e a padronização do produto, o que faz com que os parceiros institucionais (supermercados, atacadistas varejistas) continuem comprando da cooperativa, bem como os contratos institucionais (órgãos públicos) sejam mantidos e fortalecidos.

Por sua vez, a contribuição gerencial desta pesquisa é destacada pela observação das práticas de capital social, mostrando que o trabalho conjunto resulta na estabilidade da cooperativa. Este trabalho serve como exemplo e referência para gestores de cooperativas e governo local, como forma de incentivo e orientação para a conduta e tomada de decisão de outras cooperativas e governos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa mostraram que o capital social tem relação positiva com a estabilidade. Dentre as variáveis que envolvem o capital social, as que mais prevaleceram foram o fator F1, denominado comunicação, com variáveis como comunicação dentro da cooperativa, seguido do estatuto de relacionamento, colaboração, matéria-prima na produção e produção e controle similares. O resultado desse fator demonstra como a colaboração e os estatutos que evidenciam relacionamentos são significativos para a cooperativa. Já para o fator F2, as variáveis mais intensas foram: Trabalho Conjunto, Objetivos Claros e Acessíveis, Troca de Informações e Planejamento do Trabalho.

Os parâmetros estimados foram significativos em nível de 1,0% e mostram a existência de uma relação positiva entre cada um dos fatores e o desempenho. O construto F1 = (Trabalho conjunto) carrega o maior peso entre todos os que explicam as variações na estabilidade.

Isso indica que o fator trabalho conjunto tem o impacto mais substancial na estabilidade da cadeia de suprimentos. Esse fator, com variáveis de maior comunalidade, inclui: Trabalho Conjunto, Objetivos Claros e Acessíveis, Troca de Informações e Planejamento de Trabalho como os mais críticos para cooperativas, vinculando essas variáveis com a estabilidade. É observável que, para os membros da cooperativa, o trabalho conjunto abrange as variáveis de capital social que mais podem levar a cooperativa à estabilidade.

As limitações desta pesquisa se devem à escassez de estudos sobre capital social voltados ao cooperativismo, principalmente, porque a região amazônica é cercada por conjunturas sociais das quais emergem as cooperativas, onde tais movimentos respiram inerentemente o desenvolvimento social e econômico.

Entre as limitações desta pesquisa estão o pequeno número de estudos sobre capital social em cooperativas, o desafio de adaptar construtos para agricultores familiares, que muitas vezes têm baixos níveis de educação e acesso a locais remotos.

Pesquisas futuras poderiam analisar o capital social em diversas cooperativas agrícolas, buscando comparar o comportamento das dimensões do capital social em cada uma delas, para verificar suas características em cada contexto pesquisado.



REFERÊNCIAS

- ADA, E., *et al.* Analysis of barriers to circularity for agricultural cooperatives in the digitalization era. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 71, n. 3, p. 932-951, 2022.
- AMIGUERO, K., *et al.* **Success and failure factors in agricultural cooperatives**. 2023.
- AMONARRIZ, C.; SALDIAS, C.; ZURBRIGGEN, C. Governance and institutional capacity for integrated water management in South America: evidence from watershed partnerships in Chile. **Environmental Science & Policy**, v. 77, p. 65-75. 2017.
- BIANCHI, M.; VIETA, M. Co-operatives, territories and social capital: reconsidering a theoretical framework. **International Journal of Social Economics**, v. 47, n. 12, p. 1599-1617. 2020.
- BREWTON, K. E., DANES, S. M., STAFFORD, K., & HAYNES, G. W. Determinants of rural and urban family firm resilience. **Journal of Family Business Strategy**, v. 1, n. 3, p. 155-166. 2010.
- CASAGRANDE, D. J.; NETO, M. M. Administração em Cooperativas Agroindustriais: uma análise das ferramentas organizacionais da Copersucar e da Coamo. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2. 2012.
- CHEN, J. I. *et al.* Determinants of cooperative pig farmers' safe production behaviour in China – Evidences from perspective of cooperatives' services. **Journal of Integrative Agriculture**, v. 17, n. 10, p. 2345- 2355. 2018.
- DENG, W.; HENDRIKSE, G.; LIANG, Q. Internal social capital and the life cycle of agricultural cooperatives. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 31, p. 301-323. 2021.
- DONOVAN, J.; BLARE, T.; POOLE, N. Stuck in a rut: emerging cocoa cooperatives in Peru and the factors that influence their performance. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 15, n. 2, p. 169-184. 2017.

FELICIO, J. C. D.; CRISTOFOLI, F. O ressurgimento do movimento cooperativista de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN**, v. 6, n. 15, p. 42–48. 2004.

FREITAG, M.; KIRCHNER, A. Social capital and unemployment: A macro-quantitative analysis of the European regions. **Political studies**, v. 59, n. 2, p. 389–410. 2011.

GALLARDO-VÁZQUEZ, D.; SANCHEZ-HERNANDEZ, M. I. Measuring Corporate Social Responsibility for competitive success at a regional level. **Journal of Cleaner Production**, n. 72, p. 14–22. 2014.

GHADGE, A.; DANI, S.; KALAWSKY, R. Supply chain risk management: present and future scope. **The International Journal of Logistics Management**, v. 23, n. 3, p. 313–339. 2012.

GRASHUIS, J.; COOK, M. L. **A structural equation model of cooperative member satisfaction**. 2019.

GULATI, R.; SYTCH, M. Dependence asymmetry and joint dependence in interorganizational relationships: effects of embeddedness on a manufacturer's performance in procurement relationships. **Administrative Science Quarterly**, v. 52, n.1, p. 32– 69. 2007.

HAIR, J.; *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. 2005.

BOOKMAN COMPANHIA ED. HABERSETZER, A., *et al.* Entrepreneurship in rural regions: the role of industry experience and home advantage for newly founded firms. **Regional studies**, v. 55, n. 5, p. 936–950. 2021.

HE, Jun; LIANG, Kun; WU, Peng. Stability governance of e-commerce supply chain: social capital and governance mechanism design perspective. **Sustainability**, v. 14, n. 20, p. 13320, 2022.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **Academy of management review**, v. 23, n. 2, p. 242–266. 1998.



NILSSON, J.; SVENDSEN, G. L.; SVENDSEN, G. T. Are large and complex agricultural cooperatives losing their social capital? **Agribusiness**, v. 28, n. 2, p. 187–204. 2012.

OCB, S. (2019). **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**.

OLIVEIRA, L. S.; SILVA, J. M.; SOUZA, D. C. Governança e desempenho em cooperativas agrícolas: Uma análise empírica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, p. 237–676. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). The Well-being of Nations. **The Role of Human and Social Capital**. Paris: OECD. 2001b.

PISANI, E.; MICHELETTI, S. Social capital and rural development research in Chile. A qualitative review and quantitative analysis based on academic articles. **Journal of Rural Studies**, v. 80, p. 101–122. 2020.

POOLE, N.; DE FRECE, A. **A review of existing organisational forms of smallholder farmers' associations and their contractual relationships with other market participants in the East and Southern African ACP region**. 2010.

REAGANS, R.; MCEVILY, B. Network structure and knowledge transfer: The effects of cohesion and range. **Administrative science quarterly**, v. 48, n. 2, p. 240–267. 2003.

ROBINSON, C.J.; MALHOTRA, M.K. Defining the concept of supply chain quality management and its relevance to academic and industrial practice. **Int. J. Prod. Econ.** v. 96, p. 315–337. 2005.

RUBEN, R., & HERAS, J. Social capital, governance and performance of Ethiopian coffee cooperatives. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 83, n. 4, p. 463–484. 2012.

SHAHAB, M. A.; PUTRA, M. A.; UDIN, U. Strengthening Social Capital to Increasing Farmers' Entrepreneurial Ability. **Calitatea**, v. 23, n. 187, p. 200–208. 2022.

SOUZA, D. C.; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, J. M. A importância do capital social para as cooperativas agrícolas. **Revista de Administração e Inovação**, v., n. 2, p. 132–147. 2017.

SULTANA, N.; KIANI, A. K.; QURESHI, M. A. The role of cooperatives in rural development: Evidence from Pakistan. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 8, n. 1, p. 100–105. 2020.

TUNA, E., KARANTININIS, K. Agricultural cooperatives as social capital hubs—A case in a post-socialist country. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 9, n. 1, p. 100–134. 2021.

VALENTINOV, V. L. Toward a social capital theory of cooperative organisation. **Journal of Cooperative Studies**, v. 37, n.3, p. 5–20. 2004.

WASKO, M. M., FARAJ, S. Why should I share? Examining social capital and knowledge contribution in electronic networks of practice. **MIS quarterly**, 35–57. 2005.

WESTLUND, H., ADAM, F. Social capital and economic performance: A meta-analysis of 65 studies. **European planning studies**, v. 18, n. 6, p. 893–919. 2010.

WHITE, L. Connection matters: Exploring the implications of social capital and social networks for social policy. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 9, n.3, p. 255–269. 2002.

WIESINGER, G. The importance of social capital in rural development, networking and decision-making in rural areas. **Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine**, v. 95, n. 4, p. 43–56. 2007.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and society**, v. 27, n. 2, p. 151–208. 1998.

ZAIATS, T., KRAIEVSKA, H., DIAKONENKO, O. Social capital of rural territorial communities in Ukraine: problems of strengthening and directions of their solution. **Agricultural and Resource Economics: International Scientific E- Journal**, [S. l.] v. 8, n. 2, p. 158–178. 2022. Disponível em: <https://are-journal.com/are/article/view/537>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO REDD+ NO BRASIL: AVALIAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Fabiana Rodrigues Riva Kovalchuk¹⁶

Mário Vasconcellos Sobrinho¹⁷

Diego Cristovão Alves de Souza Paes¹⁸

INTRODUÇÃO

Os mecanismos de REDD (Redução das Emissões oriundas do Desmatamento e Desflorestamento) surgem como uma alternativa ao Protocolo de Kyoto direcionando a atenção global para as florestas tropicais. Sua evolução enquanto REDD+, incorporando a conservação da biodiversidade, atividades de manejo florestal e conservação do estoque de carbono, são de fundamental importância para a preservação destes ecossistemas, algo que é sentido especialmente no contexto da Amazônia brasileira.

Com 60% de seu território composto pelo bioma Amazônico, o Brasil se tornou um dos maiores beneficiários de programas internacionais de REDD+. A vastidão de sua cobertura florestal, juntamente com a diversidade e complexidade de sua ecologia, atraiu investidores internacionais, principalmente Noruega e Alemanha. No entanto, a

¹⁶ Doutora em Agronegócios e Mestre em Administração. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8034887818279995>. E-mail: fabianariva@gmail.com

¹⁷ Pós doutor em Estudos do Desenvolvimento (2007) pelo Centre for Development Studies (CDS), University of Wales Swansea (Reino Unido), pós-doutor em Gestão Pública e Governo pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas (FGV). É economista da Universidade Federal do Pará, professor Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA (NUMA/ UFPA), programa o qual coordenou entre fevereiro de 2012 a janeiro de 2016. É pesquisador e professor titular da Universidade da Amazônia onde leciona no Programa de Pós-Graduação em Administração, linha de pesquisa Gestão Pública e do Desenvolvimento. Líder do Grupo de Pesquisa GESDEL (Gestão Social e do Desenvolvimento Local). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7843288526039148>. E-mail: mariovasc25@gmail.com

¹⁸ Doutor em Administração pelo PPGA/UFRGS, atua como Professor Pesquisador da FELCS/UFRN, nas áreas de estudos organizacionais, inovação e sustentabilidade. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0206268345020691>. E-mail: Diego.paes@ufrn.br

implementação do mecanismo de REDD+ no Brasil enfrentou desafios consideráveis, destacando a necessidade de um planejamento cuidadoso e uma articulação efetiva com as populações locais e futuros beneficiários. (May; Millikan; Gebara, 2011).

Apesar desses desafios, a heterogeneidade da Floresta Amazônica oferece uma multiplicidade de possibilidades para a execução de projetos e mecanismos de REDD+. Um exemplo é a distribuição de recursos financeiros para mecanismos de REDD+, que pode ser realizada diretamente às comunidades da Amazônia ou por meio de um fundo gerido pelo governo, como o Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Fundo Amazônia, 2015).

Diversos estudos exploram a grande amplitude de dimensões do REDD+ (Jaung; Bae, 2012; Mbatu, 2016), com pesquisas focadas em beneficiários, uso da terra, monitoramento, conservação, biodiversidade, financiamento, custo de oportunidade, entre outros aspectos. Como uma política ambiental relativamente recente, sua literatura científica apresenta poucos trabalhos relacionados à avaliação de projetos em execução.

Considerando essa literatura científica, é notável a distância entre os conceitos acadêmicos e a execução de projetos governamentais (Bazerman, 2010), principalmente em países em desenvolvimento. No decorrer dos 13 anos de programas de REDD+ pelo mundo, os projetos-piloto e os projetos atuais foram analisados em artigos científicos que revisaram os resultados desses projetos ou forneceram visões gerais sobre o REDD+ no mundo. Além disso, a produção científica sobre mudanças climáticas nas florestas tropicais é escassa em pesquisa realizada pelo IPCC (2014). Portanto, tanto uma maior interação entre o conhecimento científico e a utilização prática desse conhecimento no desenvolvimento de políticas públicas (Malavazzi *et al.*, 2011), quanto o aumento dessas pesquisas, são importantes para o cenário ambiental brasileiro. Tornar possível essa ligação, então, pode contribuir com uma melhor eficácia dos mecanismos de REDD+.

Observando essas questões, o presente trabalho tem como objetivo analisar as dimensões presentes nos projetos de REDD+ financiadas pelo



Fundo Amazônia e sua interface com o conhecimento científico. Este artigo inicia-se com a seção de metodologia, onde são descritos os passos realizados para obtenção dos objetivos, bem como se apresentam os critérios para seleção e definição das modalidades de projetos do Fundo Amazônia. Na seção seguinte, encontram-se a discussão e a descrição dos resultados, demonstrando a ligação entre as dimensões de REDD+ obtidas em artigos científicos e os produtos e serviços de projetos do Fundo Amazônia. Em seguida, serão realizadas as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

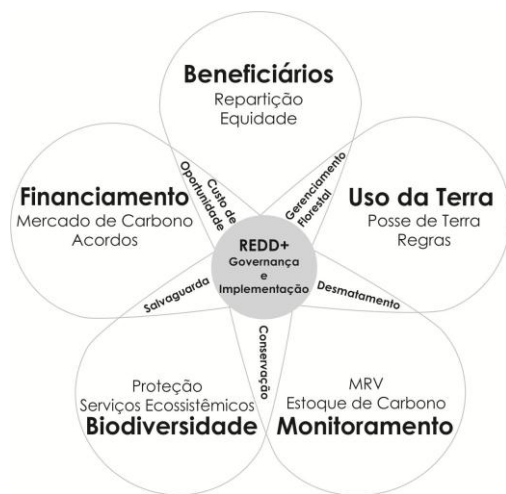
Para o estudo da interação entre a ciência e o desenvolvimento de projetos governamentais, foi criada uma interface, a qual permite entender a ligação ou a separação entre a literatura científica e as modalidades de REDD+ existentes. Desta forma, esse trabalho possui duas variáveis: (1) dimensões de REDD+ oriundas de revisão sistemática da literatura científica e (2) projetos de REDD+ em execução e/ou concluídos sob gestão do Fundo Amazônia.

INTERFACE ENTRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E AS DIMENSÕES DOS PROJETOS DE REDD+

As dimensões são os propósitos para os quais o REDD+ foi desenvolvido. Essas dimensões foram definidas a partir de uma revisão sistemática, com base metodológica adaptada do *PRISMA Statement – Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*. (Moher *et al.*, 2009). O trabalho iniciou com uma identificação de 311 artigos científicos com temáticas de REDD+ no mundo, localizados nas bases de dados da *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*. Destes artigos, foram selecionados e sistematizados 102 trabalhos. Entre esses trabalhos, encontravam-se estudos empíricos e não empíricos, com foco em mais de 20 países doadores e beneficiários de REDD+. O resultado dessa revisão está exposto na Figura 1.



Figura 1 - Dimensões de REDD+ obtidos na Revisão Sistemática



Fonte: Riva (2022).

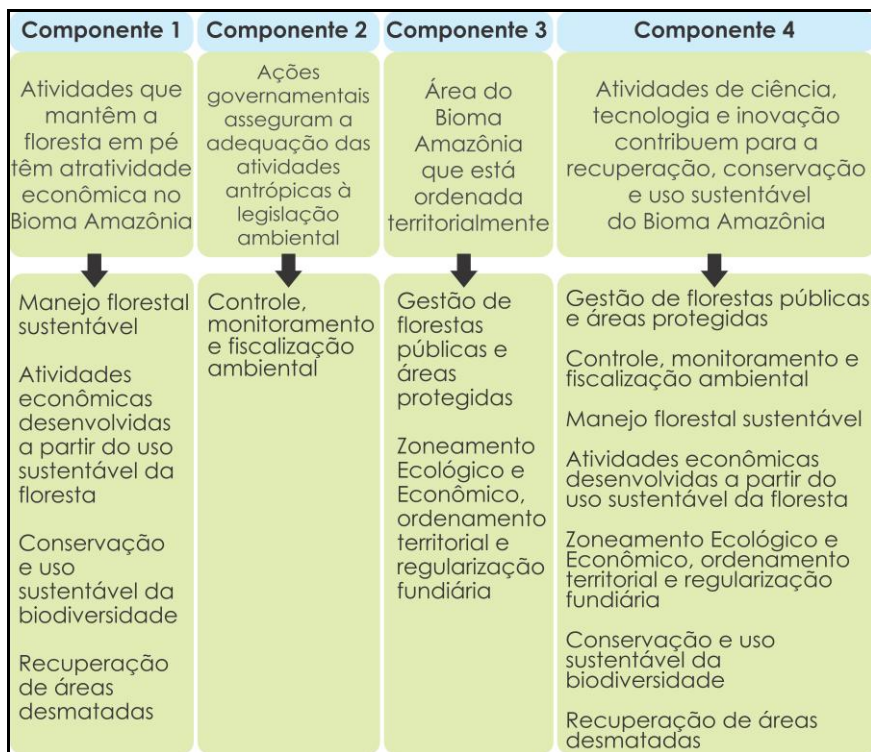
Com o intuito de diminuir o desmatamento do bioma amazônico, foi criado em 2008 o Fundo Amazônia, como uma das vias utilizadas para captar doações não reembolsáveis em prol da execução de projetos de REDD+ na Amazônia brasileira. O fundo é uma iniciativa do Governo Brasileiro para a redução do desmatamento, buscando frear o aquecimento global. Esse meio de financiamento foi citado na 12^a COP no Quênia, em 2006, como uma resposta concreta para permitir futuras atividades de REDD+, sendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quem gerencia estes recursos. Até dezembro de 2020, o fundo havia recebido doações de governos internacionais e de uma empresa estatal, sendo eles o Governo da Noruega, o Governo da República Federativa da Alemanha e a Petrobrás S.A. (Fundo Amazônia, 2021). A primeira e maior parte dessas doações foi do Governo da Noruega.

O Fundo Amazônia teve 102 projetos apoiados até o final do ano de 2020, os quais são geridos por organizações do terceiro setor (nacionais e internacionais), instituições municipais, estaduais e da união, e universidades. O valor do desembolso total já realizado para esses projetos, até o período estudado, está próximo aos 1,3 bilhões de reais. (Fundo Amazônia, 2021).

Os projetos do Fundo Amazônia foram selecionados em três etapas. Na primeira etapa foi realizado um filtro identificando as principais características do projeto, sendo realizado, portanto, uma caracterização dos seguintes itens: descrição com nome, prazo de execução responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor do projeto, valor do apoio, status, data de contratação, porcentagem do valor financeiro já desembolsado pelo Fundo Amazônia, natureza jurídica do proponente e nível operacional do BNDES. Todas essas informações foram extraídas e sintetizadas dos relatórios do Fundo Amazônia, disponível em seu site e em publicações do BNDES. (Fundo Amazônia, 2017c; Fundo Amazônia, 2021). Dos 102 projetos apoiados até 2020, foram identificados e selecionados, nesta pesquisa, 78 que estão descritos no material complementar. O critério de exclusão dos projetos nesta pesquisa foi a falta de informações disponíveis para a sua caracterização e identificação, durante o período de análise dos dados. Os projetos nos quais os produtos e serviços não constam nos relatórios do Fundo Amazônia foram retirados da análise.

O Fundo Amazônia conta, ainda, com um quadro lógico de abordagem para a execução dos projetos. Esse quadro é uma ferramenta gerencial para alinhar os objetivos do Fundo Amazônia com os objetivos dos projetos apoiados, podendo, assim, avaliar os impactos e as atividades desenvolvidas. (Fundo Amazônia, 2010). Na Figura 2 encontram-se descritos os quatro componentes deste quadro lógico.

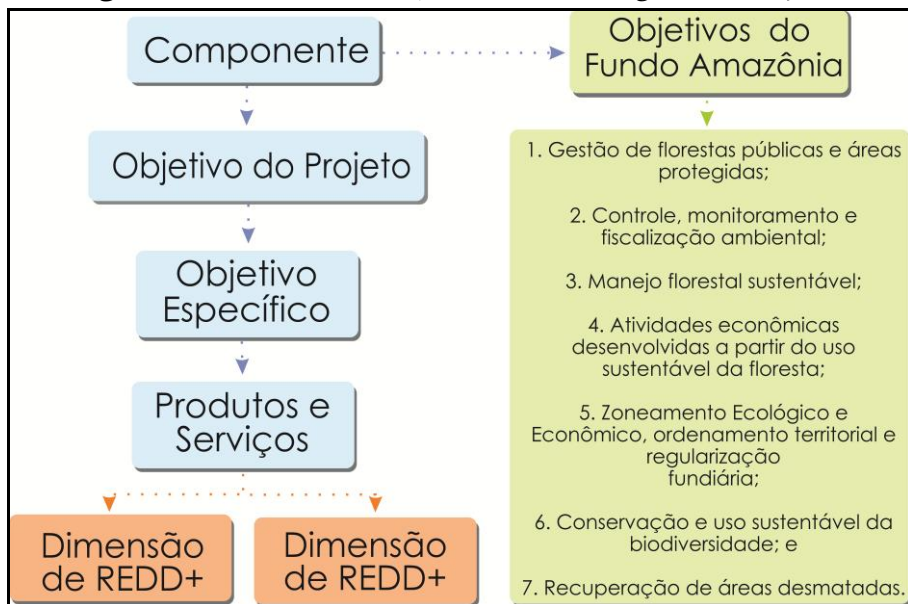
Figura 2 – Lógica de interação do Fundo Amazônia



Fonte: Adaptado de Fundo Amazônia (2010)

A lógica de interação é estabelecida por quatro componentes gerais: Produção Sustentável (Componente 1), Monitoramento e Controle (Componente 2), Ordenamento Territorial (Componente 3) e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Componente 4). Esses componentes estão ligados aos sete objetivos do Fundo Amazônia que se intercalam de maneira lógica entre os quatro componentes. Cada componente está ligado com o objetivo no qual possui maior interação. Observando toda essa estrutura, a Figura 3 demonstra como estão inseridos os projetos dentro do quadro lógico do Fundo.

Figura 3 – Produtos e Serviços do Quadro Lógico dos Projetos



Fonte: Elaborado com Dados da Pesquisa (2021) e do Fundo Amazônia (2010)

A Figura 3 mostra as descrições dos projetos do Fundo Amazônia (tarjetas azuis), baseadas no Relatório Anual de Atividades (Fundo Amazônia, 2017c), relacionados aos componentes da Figura 2. Os sete objetivos do Fundo Amazônia estão na tarjeta verde (Figura 3) e de forma diferente da Figura 2. As dimensões de REDD+ (tarjeta laranja) foram conectadas aos produtos e serviços dos projetos, permitindo uma análise aprofundada da interação entre a revisão sistemática e as dimensões de REDD+. Essa contribuição torna-se necessária uma vez que os produtos e serviços são a última instância de análise da aproximação entre o conhecimento científico e as dimensões de REDD+.

A segunda etapa envolveu a descrição dos projetos identificados e o quadro lógico, extraindo componentes e produtos e serviços de cada projeto. Na terceira etapa, os objetivos do Fundo Amazônia mais ligados aos produtos e serviços foram definidos qualitativamente. A opção de utilizar os produtos e serviços se deu em função de que nem todos os projetos haviam descrito em qual componente estavam ligados. Além

disso, os objetivos específicos dos projetos não apresentavam igual qualidade de variedade de informações quanto aos produtos e serviços, entendendo que estes últimos poderiam trazer uma visão mais próxima às práticas reais.

DIMENSÕES DO REDD+: REVISÃO SISTEMÁTICA E PROJETOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Para realizar a avaliação da interface entre o conhecimento científico e a execução de projetos, foram utilizadas as 12 dimensões de REDD+ como as variáveis qualitativas, as quais foram ligadas a cada projeto após sua leitura e interpretação. Para definir qual dimensão está ligada ao projeto, foi estabelecida a seguinte ordem de leitura e interpretação: Objetivo do projeto, Beneficiários, Abrangência territorial e Componente de origem (quando existente).

Portanto, para cada produto e serviço descrito no quadro lógico do projeto, foram escolhidas duas dimensões de REDD+, sendo utilizadas, ainda, uma ou duas dimensões a cada item para que houvesse uma melhor interpretação e descrição. Foi definida a seleção de somente duas dimensões por produto e serviço; essa definição leva em consideração que as dimensões de REDD+ apresentam uma ligação entre si, podendo existir conexão dos produtos e serviços com quase todas as dimensões, como demonstrado na Figura 1. Desta forma, selecionaram-se as duas dimensões mais alinhadas com os produtos e serviços.

Após a avaliação dos primeiros projetos, foi reconhecida a necessidade de alteração e de adição de algumas dimensões obtidas da revisão sistemática. Essa alteração ou acréscimo, para esta avaliação, considerou-se, se esses produtos e serviços poderiam ou não ser vinculados com alguma dimensão existente. Foi criado, então, um quadro de descrição para estabelecer um padrão de Produtos e Serviços que devem ser considerados para cada dimensão – a Tabela 1 apresenta esse padrão. Embora seja uma alternativa de cunho qualitativo, a Tabela 1 foi utilizada como base para que existisse uma uniformidade em cada dimensão.

Na sequência, as dimensões de REDD+ foram também vinculadas ao valor financeiro absoluto do projeto, o volume total previsto para desembolso por parte do Fundo Amazônia. A falta de disponibilidade de dados que vinculassem os valores para cada Produto e Serviço de forma

objetiva, apresenta-se como um viés para esta pesquisa. Sendo assim, esse vínculo tem o objetivo de simular o valor investido em cada dimensão de REDD+.

A coleta dos dados do Fundo Amazônia foi realizada de setembro a dezembro de 2017. Até o início de 2018, não foram publicados novos Relatórios de Atividades do Fundo, utilizando-se, assim, o período de 2009 a 2016 como base para a pesquisa. Todas as informações foram coletadas do site do Fundo Amazônia.

Tabela 1 – Produtos e Serviços relacionados a cada dimensão de REDD+

Dimensão de REDD+	Produto ou Serviço Vinculado
Atividades Econômicas	Produção sustentável, ampliação e estrutura de mini-indústrias, construção de unidades de beneficiamento
Gestão e Manejo Florestal	Manejo florestal, gestão de áreas florestais, manejo de produtos da floresta, formação de gestores de comunidades
Uso da Terra	Atividades com assentamentos e mudanças do uso da terra
Monitoramento	Monitoramento ambiental, monitoramento do desmatamento, capacitação para formação de vigilantes, fortalecimento da fiscalização
Conservação	Capacitação em gestão ambiental, pagamento por serviços ambientais, capacitação em curso de pós-graduação em Ciências Ambientais
Biodiversidade	Fomento para atividades ecossistêmicas, proteção à biodiversidade
Governança	Estruturação das Secretarias de Meio Ambiente, articulação de projetos de REDD+
Salvaguarda	Atividades e levantamentos socioeconômicos
Desmatamento	Recuperação de áreas degradadas, prevenção do desmatamento
Pesquisas	Pesquisa de marketing, pesquisa social e científica.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

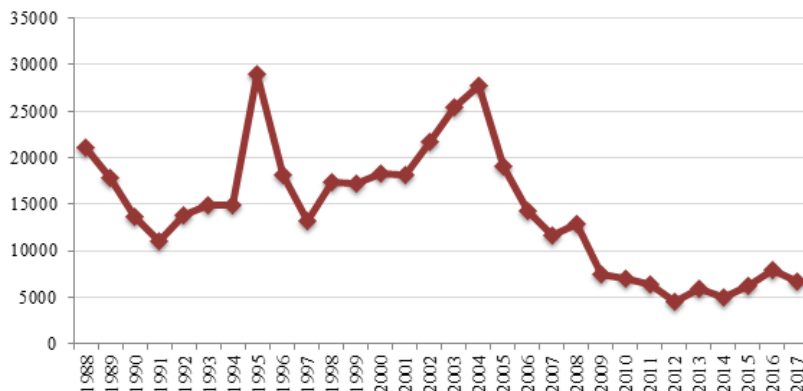
RESULTADOS E DISCUSSÕES

REDD+ E O FUNDO AMAZÔNIA

O Brasil possui em suas fronteiras a maior parte da floresta amazônica, com um histórico de exploração extrativista. Embora traga benefícios econômicos para a região, o desenvolvimento baseado na extração de madeira, atividades agropecuárias e grandes empreendimentos energéticos nas áreas florestais é a principal causa do desmatamento.

(Kahn *et al.*, 2014; Fearnside, 2015). A Figura 4 mostra as taxas anuais de desmatamento na Amazônia desde o início dos registros no país.

Figura 4 – Estimativas anuais de desmatamento da Amazônia Legal (km²/ano)



Fonte: Elaborado com dados de INPE/PRODES (2017)

Nas décadas de 1970 e 1980, houve grande incentivo do governo brasileiro em ocupar áreas pouco povoadas na região, colonizadas principalmente por agricultores e pecuaristas. As áreas desmatadas, exibidas na Figura 4, apresentam um primeiro pico no ano de 1995, logo após a implementação do Plano Real, indicando um aumento na conversão da floresta em áreas de produção agropecuária e exploração de madeira. (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [INPE/IBAMA], 1997). Após uma pequena diminuição do desmatamento, de 2002 até 2004, há novamente uma expansão da agricultura para a área amazônica, a qual é descrita por Nepstad, McGrath e Soares-Filho (2011) como uma resposta à demanda global por produtos vegetais, impulsionada pela China. Esse fato corrobora com o aumento do desmatamento observado nesse período, em que, após 2004, a demanda por esses produtos diminuiu e, consequentemente, o desmatamento também. Diversas políticas nacionais e internacionais têm sido elaboradas para a redução do desmatamento da Amazônia, como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado em 2004. (Brasil, s.d.). Essas políticas públicas contribuíram para uma queda significativa do desmatamento após 2004. (May; Millikan; Gebara, 2011).

Ainda distante do desmatamento zero, após esse período, destacaram-se os projetos de infraestrutura do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007. Esses projetos permitiram a construção e implantação de diversas usinas hidroelétricas na Amazônia, como, por exemplo, as de Belo Monte (PA), Tapajós (PA), Tucuruí (PA) e Jirau (RO) (Nepstad; Mcgrath; Soares-Filho, 2011; Fearnside, 2015), causando impactos nas taxas anuais de desmatamento de diversos estados. Apesar da diminuição do desmatamento, em 2017, o avanço para áreas de floresta ainda se encontrava acima de 10 mil km²/ano. O desmatamento acumulado para a região amazônica, entre 1988 e 2017, chegou a cerca de 428 mil km² (INPE/Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia [Prodes], 2017), tamanho equivalente à extensão territorial da Alemanha, Suíça e Bélgica, juntas. (TWBG, 2017).

A variação do desmatamento, mostrada na Figura 4, revela uma forte relação entre incentivos econômicos e a capacidade do governo brasileiro de controlar o desmatamento. Entre 1995 e 2004, houve maior incentivo econômico para a comercialização de produtos vegetais e ocupação territorial, levando a um aumento no desmatamento. No entanto, quando políticas ambientais receberam maior apoio para o controle do desmatamento, as taxas anuais diminuíram continuamente. Isso indica uma relação próxima entre o desmatamento, os custos de oportunidade da preservação e políticas ambientais, apontando uma direção para o sucesso dos mecanismos REDD+.

A maior parte dos recursos de REDD+ no Brasil é gerida pelo Fundo Amazônia, com doações realizadas por meio de acordos entre instituições e o governo federal brasileiro, geridos pelo BNDES. Cada doação resulta na emissão de certificados que não geram direitos como créditos de carbono. Esses certificados contêm as toneladas de carbono referentes à doação, usando um preço padrão de US\$ 5,00 por tonelada de dióxido de carbono. O certificado também estabelece um ano-base para as emissões evitadas, como a doação de US\$ 39,8 milhões, feita pela Alemanha em dezembro de 2017, que compensou as reduções de emissões equivalentes ao ano de 2015. (Fundo Amazônia, 2018).

Dentre as doações recebidas, o acordo com o governo da Noruega previu adiantamentos de gastos, realizando doações devido ao alto volume e rapidez na redução do desmatamento no Brasil. Para “recompensar” esse

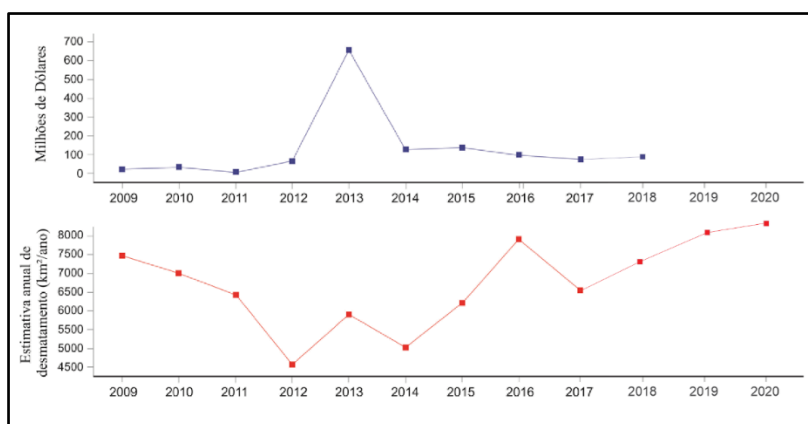


desempenho, a Noruega doou US\$ 10,4 bilhões, valor maior que o prometido na primeira etapa do acordo REDD+ entre os países, que previa US\$ 1 bilhão entre 2009 e 2013. (Angelsen, 2016). Na análise de Angelsen (2016), essas peculiaridades dos acordos com a Noruega mostram a necessidade e desejo do país em realizar desembolsos e manter sua posição como "superpotência humanitária".

No entanto, em 2017, a Noruega anunciou uma redução no valor proposto para doações ao Fundo Amazônia, devido ao aumento do desmatamento entre 2012 e 2016. Sua última doação, até o momento, foi realizada em dezembro de 2018, totalizando mais de US\$ 70,3 milhões. (Fundo Amazônia, 2021).

A Alemanha fez dois contratos de doação, por sua vez, somando cerca de US\$ 68 milhões. No mesmo ano em que a Noruega anunciou a redução das doações, a Alemanha fez um novo contrato com o Brasil, em 2017, no valor de US\$ 39,8 milhões. A Petrobras, por sua vez, realizou doações contínuas entre 2011 e 2018, somando US\$ 7,7 milhões (Fundo Amazônia, 2021), tornando-se o terceiro maior doador do Fundo. A Figura 5 mostra a cronologia das doações totais recebidas e das taxas anuais de desmatamento na Amazônia durante o mesmo período.

Figura 5 – Doações para o Fundo Amazônia e o Desmatamento da Amazônia no período de 2009 a 2020



Fonte: Elaborado com dados de INPE/PRODES (2021) e do Fundo Amazônia (2021)

Durante a implementação do Fundo Amazônia (2009–2017), o desmatamento caiu até 2012, seguido por um aumento gradual, embora

este crescimento tenha sido o menor desde o início das doações do Fundo em 2009. Além das doações por meio do Fundo Amazônia, outras políticas nacionais de combate ao desmatamento também contribuíram para as maiores reduções desde 1988. Por exemplo, políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e o Bolsa Verde, forneceram incentivos financeiros para famílias promoverem ações de conservação em reservas extrativistas, florestas nacionais e assentamentos. Além disso, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) visou promover a recuperação de ecossistemas nos moldes da nova Lei Florestal. (Brasil, n.d.).

A Figura 5 mostra a evolução das doações ao Fundo Amazônia. A correlação de Pearson entre as doações recebidas e o desmatamento no período foi de -0,21, demonstrando uma baixa relação negativa, sugerindo uma pequena influência do Fundo Amazônia na redução do desmatamento (embora frágil).

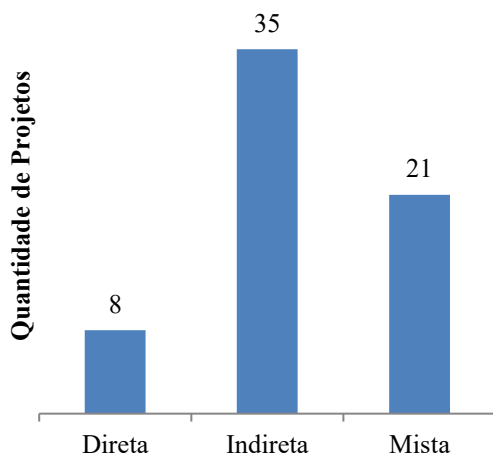
Apesar do Fundo Amazônia ser a maior fonte de recursos financeiros, outras fontes para mecanismos de REDD+ também existiram, como a Aliança REDD+ Brasil, formada por diversas instituições. (Costa, 2017). Essa aliança trabalha para divulgar o REDD+ como ferramenta voltada a combater o desmatamento ilegal e gerar recursos para diversos atores. Vale ressaltar que os recursos financeiros doados ao Fundo Amazônia não podem ser utilizados como créditos no mercado de carbono, devido à oposição do Brasil às incertezas desse mercado. (Larson, 2013; Fundo Amazônia, 2015).

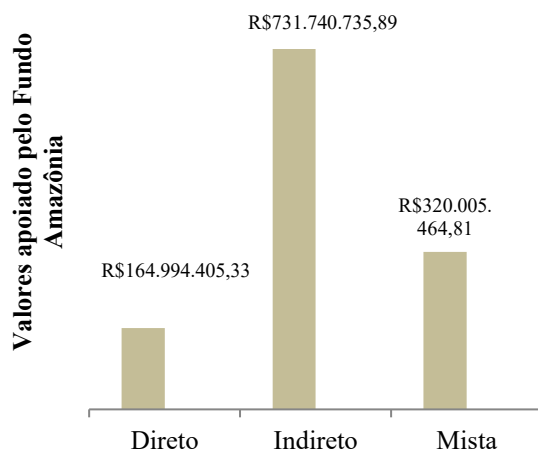
DIMENSÕES DE REDD+ E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR MEIO DO FUNDO AMAZÔNIA

Os primeiros projetos contratados pelo Fundo Amazônia iniciaram suas atividades em 2010, dois anos após sua criação pelo BNDES. Até o final de 2016, apenas 12 desses projetos foram concluídos. (Fundo Amazônia, 2017b). No total, 78 projetos foram analisados nesta pesquisa, incluindo os finalizados.

O tipo de investimento do Fundo Amazônia para os beneficiários finais foi classificado em três formas: interação direta, indireta e mista. Projetos de investimento direto envolvem produtos e serviços, como manejo florestal, recuperação de áreas desmatadas, beneficiamento de alimentos, capacitação de agricultores e fortalecimento de mini-indústrias de produtos florestais, entre outras atividades econômicas de uso sustentável. Esses projetos possuem uma ligação mais direta com os beneficiários responsáveis pelo desenvolvimento desses produtos. Investimentos indiretos, por sua vez, englobam produtos e serviços como monitoramento do uso da terra, apoio ao cadastro ambiental rural e atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos. Nesses investimentos, a utilização dos produtos e serviços não é desenvolvida pelos beneficiários (a população-alvo), mas sim pelo governo, que realiza atividades de controle do desmatamento. Por fim, as aplicações mistas contêm produtos e serviços classificados como diretos e indiretos. O Gráfico 1 apresenta os resultados dessa classificação.

Gráfico 1 – Interação entre os Recursos e os Beneficiários dos Projetos do Fundo Amazônia

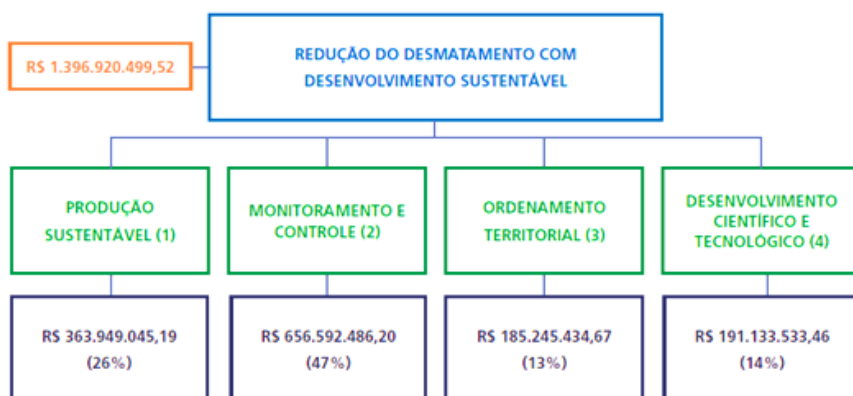




Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Figura 6 apresenta uma maior interação nas atividades indiretas, seguida da mista e, em último, das diretas, demonstrando um maior foco nas atividades de estruturação, monitoramento e controle da região de florestas. Para corroborar com esses dados, uma publicação do Relatório de Atividades 2016 (Fundo Amazônia, 2017b) é demonstrada na Figura 6.

Figura 6 – Distribuição dos Recursos pelos Componentes de Apoio do Fundo Amazônia



Fonte: Relatório de Atividades, 2016 (Fundo Amazônia, 2017b).

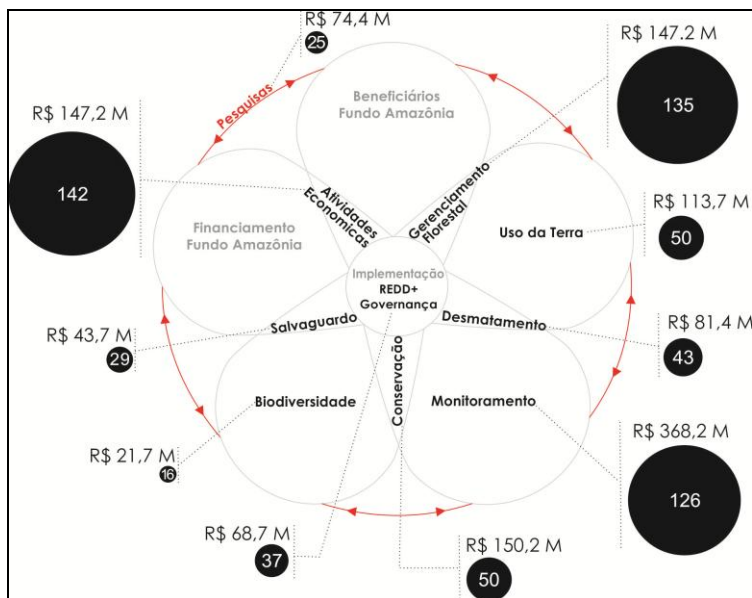
As Figuras 7 e 8 apresentam diferentes formas de análise: a Figura 7 mostra uma avaliação detalhada com base nos produtos e serviços descritos pelos projetos, enquanto a Figura 8 apresenta uma distribuição

dos recursos por componente do quadro lógico (ver também Figuras 2 e 3). Nesta última, destaca-se que 47% do total dos recursos utilizados no Fundo foram direcionados a ações de monitoramento e controle. As duas figuras se complementam e indicam que os principais recursos do Fundo Amazônia são inseridos de forma indireta para os beneficiários. Em outras palavras, a estrutura de governança, monitoramento e controle do desmatamento são os principais destinos dos investimentos em REDD+ no Brasil. Vale ressaltar que R\$ 121 milhões dos recursos doados ao Fundo foram utilizados em projetos fora da Amazônia Legal (Fundo Amazônia, 2017b), envolvendo outros biomas brasileiros e atividades de monitoramento e pesquisa em outros países do bioma amazônico.

Neste contexto, questiona-se o significado da política, considerando o baixo número de projetos com aplicação direta aos beneficiários. Se o objetivo é a manutenção da floresta, isso depende da atitude e dos incentivos dessas pessoas, e os dados mostram que poucos recursos são destinados a isso. Portanto, se há mais recursos direcionados a aplicações indiretas, a política parece focar no controle/punição do desmatamento, em vez de incentivos.

A interação entre os produtos e serviços com os beneficiários e a distribuição dos recursos por componentes do Quadro Lógico compõem a avaliação das dimensões dos Projetos de REDD+ do Fundo Amazônia e sua convergência com o conhecimento científico. A Figura 8 demonstra a simulação realizada, conectando cada dimensão de REDD+ com os produtos e serviços de cada projeto. Três dessas dimensões foram isoladas: Beneficiários, Financiamento e Implementações. Essas dimensões foram excluídas da avaliação, por serem atividades desenvolvidas pelo Fundo Amazônia em sua criação e aprovação dos projetos. Assim, a dimensão de Beneficiários, que envolvia discussões sobre quais comunidades e estruturas deveriam ser beneficiadas pelos projetos de REDD+ (Gebara, 2013; Lusiana *et al.*, 2014), foi concluída ao ter projetos aprovados pelo Fundo Amazônia. Ou seja, os beneficiários são definidos e aprovados em cada projeto ao serem aceitos pelo Fundo.

Figura 7 – Simulação de Desembolso, Produtos e Serviços relacionados com as dimensões de REDD+ (M – Milhões; Esferas Pretas: Quantidade de Produtos e Serviços)



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Neste momento, é importante descrever os tipos de beneficiários mencionados neste trabalho. Conforme descrito nos projetos, os beneficiários são as populações que residem na área de abrangência do projeto. Dentro das comunidades da Amazônia, cinco subgrupos de beneficiários são definidos, de acordo com a divisão de Pacheco *et al.* (2011) e Souza-Filho, Pedroso e Paes-de-Souza (2011): (1) povos indígenas; (2) pequenos produtores de subsistência, como populações ribeirinhas, quilombolas e outras comunidades isoladas dos grandes mercados; (3) pequenos agricultores, em sua maioria migrantes de outras regiões, envolvidos em diversas atividades produtivas; (4) agricultores e pecuaristas de médio e grande porte, com produção de monocultura e pecuária extensiva, com acesso a mercados nacionais e globais; e (5) madeireiros, compostos por empresas legais e ilegais de extração de madeira. Ressalta-se que a contextualização descrita por Pacheco *et al.* (2011) e Souza-Filho, Pedroso e Paes-de-Souza (2011) é semelhante aos beneficiários descritos nos projetos do Fundo Amazônia.

O contexto da dimensão de Beneficiários utilizado na revisão sistemática difere parcialmente do utilizado neste trabalho. Na revisão sistemática, as questões relativas à distribuição de bens entre as comunidades da Amazônia, países e equidade entre os beneficiários eram relevantes. Ao identificar os produtos e serviços relacionados à dimensão de Beneficiários, as questões de equidade e relevância das comunidades contempladas são escolhidas pelos gestores do Fundo Amazônia.

A mesma lógica se aplica à dimensão de Financiamento, onde o próprio Fundo Amazônia é a forma de financiamento e estabelece as diretrizes necessárias para o financiamento dos projetos. Para este mecanismo de REDD+, os acordos entre países, grupos gestores de REDD+, comunidades beneficiárias e definição sobre créditos de carbono foram desafios apenas na literatura científica. (Dehm, 2012; Angelsen, 2016).

Ao observar que as dimensões de Beneficiários e Financiamento foram isoladas da avaliação, entende-se que o Fundo Amazônia também representa o desenvolvimento das discussões na dimensão de Implementação. A literatura apresenta algumas falhas na implementação e preparação de REDD+, bem como barreiras de desenvolvimento por meio da articulação entre instituições. (Howell, 2015). Ao ser desenvolvido, o Fundo Amazônia demonstra que essas barreiras de Implementação foram superadas, o que não indica a ausência de dificuldades, mas mostra que o diálogo inicial necessário foi substituído por outras demandas nesses mecanismos de REDD+.

Além dessas três dimensões isoladas, uma nova dimensão foi incluída nesta análise: Pesquisas. Na revisão sistemática utilizada como base para este trabalho, não foram identificados artigos com a temática pesquisa como foco principal nas discussões sobre REDD+. Ao identificar essa dimensão nos projetos do Fundo Amazônia, ela foi incluída e avaliada; esta dimensão foi adicionada ao círculo vermelho, onde estão indicadas as setas. Essa localização foi definida porque a dimensão de Pesquisas permeia várias outras dimensões, com pesquisas voltadas para áreas de biodiversidade, uso da terra, monitoramento, entre outras atividades. A Figura 2 exemplifica que o Componente 4 é o único que tem como área temática todos os objetivos do Fundo Amazônia, sendo este o componente relativo às pesquisas e inovação. Dessa forma, a dimensão Pesquisas tem

igual interação com todas as outras dimensões no gráfico de pétalas da Figura 1.

Por fim, a dimensão Custo de Oportunidade foi alterada para Atividades Econômicas. De maneira semelhante às modificações anteriores, o custo de oportunidade foi selecionado quando a instituição responsável pelo projeto escolheu o Fundo Amazônia como mecanismo de REDD+. Quando o projeto obteve aprovação para receber as doações financeiras, o Fundo representa uma escolha de oportunidade; isso também significa que o projeto está agora sob os critérios e as condições de desempenho acordadas com o Fundo Amazônia. Isso faz com que a oportunidade de realizar outras atividades seja suprimida, pelo menos durante o período de contratação. Conforme mencionado anteriormente, no Brasil existem outros mecanismos de REDD+ (Vitel *et al.*, 2013), como o Aliança REDD+ Brasil, por exemplo. Entre esses mecanismos, o Fundo Amazônia é o mais acessível e estruturado, fazendo com que a escolha de fazer parte do seu quadro de projetos seja a opção mais comum. O Custo de Oportunidade é, portanto, uma avaliação de qual Atividade Econômica poderá ser desenvolvida, observando as diretrizes do Fundo Amazônia.

Em relação ao valor das dimensões de REDD+, mostrados na Figura 1, cinco se destacaram. A primeira é o Monitoramento, que teve um alto número de produtos e serviços relacionados e o maior valor simulado, com R\$ 368,2 milhões para seu desenvolvimento. Esse valor está em consonância com as doações efetivadas para atividades de monitoramento e controle, descritas na Figura 7. Este foi o item que recebeu a maior contribuição financeira.

O segundo destaque das dimensões é a Conservação, com um valor estimado de R\$ 150,2 milhões para seu desenvolvimento, identificado em apenas 50 produtos e serviços. Diferentemente das outras dimensões, a Conservação apresentou um desembolso simulado bastante elevado, considerando o número de produtos e serviços relacionados. Destaca-se que essa dimensão foi encontrada em muitos produtos e serviços também ligados ao Monitoramento, como em atividades relacionadas ao monitoramento e conservação da flora. Essa conexão entre as duas dimensões fez com que a Conservação tivesse um alto volume financeiro, uma vez que o Monitoramento apresenta o maior destaque.

A terceira dimensão relevante é a de Atividades Econômicas, que apresentou o terceiro valor simulado, com um montante de R\$ 147,22

milhões e 142 produtos e serviços relacionados. Em sequência, a Gestão e Manejo Florestal é a quarta dimensão, com R\$ 147,20 milhões e 135 produtos e serviços relacionados. Essas duas dimensões apresentaram atividades muito semelhantes, como a estruturação da produção de frutas da Amazônia, que envolve tanto as áreas de gestão florestal quanto se apresenta como uma atividade econômica. Os dois se diferem em produtos e serviços como implementação do manejo florestal, capacitação de gestores, com ações mais ligadas à Gestão e Manejo Florestal. As Atividades Econômicas, por sua vez, têm como diferencial o desenvolvimento de estudos de mercado, certificação dos produtos comercializados, modernização da unidade produtiva, entre outros.

Em último destaque, o Uso da Terra também apresentou um comportamento semelhante à Conservação, com um valor simulado de R\$ 113,7 milhões e avaliado em 50 produtos e serviços. Essa dimensão foi identificada principalmente junto com atividades de monitoramento, fiscalização e interação em terras indígenas.

As demais dimensões, embora não se destaquem em relação às mencionadas anteriormente, também apresentaram um valor financeiro significativo. Essas dimensões estão dispostas, do maior valor para o menor: Desmatamento, Pesquisa, Governança, Salvaguarda e Biodiversidade. Elas apresentaram também entre 43 e 16 produtos e serviços relacionados. O Desmatamento, a Salvaguarda e a Biodiversidade também se apresentaram com menor presença nos artigos da revisão sistemática, indicando uma proximidade com a ciência. A Governança, por sua vez, teve pouca representatividade nesta pesquisa em comparação com o destaque obtido na revisão sistemática, indicando um baixo investimento em atividades de governança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil obteve grandes conquistas com a redução do desmatamento após 2004, fruto de políticas ambientais nacionais e incentivos internacionais. Essa queda pode estar associada às novas políticas ambientais do Brasil, ao histórico de diálogos com a ONU e à introdução do REDD+ na agenda de debate no país; no entanto, a contribuição dos mecanismos de REDD+ para alcançar o desmatamento zero no Brasil ainda não está bem estabelecida. Na perspectiva das

constantes doações feitas ao Fundo Amazônia, o REDD+ inicialmente pode ter contribuído para a redução das áreas desmatadas entre 2009 e 2012, porém, em anos recentes, o desmatamento demonstrou uma tendência de crescimento.

No que tange ao histórico de REDD+ no mundo, em seu início, o financiamento, o custo de oportunidade e as discussões sobre quem deveria ser beneficiado são questões já sanadas no Brasil, por meio da atuação e do desenvolvimento do Fundo Amazônia. O Fundo representa uma das possíveis formas de financiamento e execução de REDD+, sendo que, no Brasil, é o mecanismo com maior fonte de doações e estruturação. O volume de doações financeiras realizadas pela Noruega e pela Alemanha sinaliza a importância desse investimento para as florestas tropicais.

Neste estudo, foram estabelecidos dois tipos de interação do Fundo Amazônia com seus beneficiários: a direta e a indireta. A forma direta está ligada a atividades que pretendem reduzir os impactos ambientais e as mudanças no uso da terra, recuperar áreas degradadas e estimular a permanência sustentável da população. Ainda que em menor proporção, as atividades da interação direta ainda geraram um impacto ambiental, que, se não conservado, pode abrir novas áreas de desmatamento. Em contrapartida, as interações indiretas do Fundo Amazônia permitem o controle dessas ações, por meio de estruturas de monitoramento, gestão ambiental, capacitação e realização de pesquisas socioambientais.

As duas interações são complementares e relevantes para o futuro de REDD+, porém necessitam ser trabalhadas em conjunto. As políticas de REDD+ no Brasil devem considerar essas duas questões em destaque, valorizando a contribuição dos beneficiários como protagonistas da conservação ambiental, bem como desenvolvendo ações de monitoramento, gestão e pesquisas que permitam a preservação de outras áreas da Amazônia.

Quanto às dimensões de REDD+, existe uma avaliação positiva para uma ligação entre o conhecimento científico de REDD+ e a aplicação prática desse conhecimento em projetos de REDD+. Esse pensamento é confirmado visto que quase todas as dimensões puderam ser comparadas

com cada produto e serviço do Fundo Amazônia. A exceção se dá de forma peculiar com as dimensões de Beneficiários, Financiamento e Implementação, em que se entendeu que o próprio Fundo era a prática de cada um. A inclusão da dimensão de Pesquisas, não citada nas dimensões propostas pela revisão sistemática, trouxe uma contribuição ao ser inserida nesse quadro de avaliações de REDD+. O conhecimento científico teve importante contribuição ao trazer não só uma descrição das dimensões de REDD+, mas em gerar conhecimento necessário para que estes possam ser desenvolvidos na prática. Além disso, permitiu identificar quais dimensões têm maior participação na distribuição de recursos de REDD+ no Brasil – neste caso, pode-se afirmar que a ciência não está tão distante da prática.

As discussões descritas no conhecimento científico podem ser reaplicadas nas atividades práticas analisadas neste estudo de REDD+, uma vez que essa resposta positiva indica uma interação entre ciência e prática e indica que outros estudos sobre o tema podem ser realizados em outros países. A percepção de REDD+ como um conjunto de dimensões, estabelecido neste estudo, permite a reaplicação desta análise também em outros projetos do mecanismo.

Ao trabalhar com projetos, o Fundo Amazônia possibilita que muitas das políticas públicas que não são efetivadas na Amazônia possam ser desenvolvidas por meio das doações internacionais; caso seja bem implementado, pode, também, se tornar um modelo para outros projetos e políticas em outros países. Uma análise de forma mais detalhada dos projetos pode gerar um maior conhecimento sobre o potencial do Fundo Amazônia e, conseqüentemente, do REDD+ na Amazônia, isto é, a descrição mais ampla da execução dos projetos pode retratar seu desempenho no Brasil.

A falta de efetividade de alguns programas de REDD+ no Brasil fez com que, mesmo depois de 2008, existisse uma tendência de crescimento no desmatamento. Entretanto, o aparente atraso de sua efetividade em cumprir os seus objetivos, não exclui a sua tentativa de chegar ao desmatamento zero na Amazônia. Em relação às políticas ambientais no Brasil, muitos caminhos para a redução do desmatamento ainda passarão pelas doações financeiras de países desenvolvidos e organizações

internacionais, seja por meio do Fundo Amazônia ou por meio de outros acordos e programas.

Por fim, em relação ao papel da ciência, pesquisas e inovações que busquem a redução do uso dos recursos naturais possuem um papel fundamental no futuro não só da Amazônia, mas, conseqüentemente, de todo o planeta. Uma vez observado que os diálogos de REDD+ no contexto científico podem ser reaplicados na prática, a preocupação com os resultados criados e divulgados no meio acadêmico tem maior proporção. Deste modo, para que haja uma gestão sustentável da Floresta, o conhecimento científico e as atividades práticas devem ter caminhos que levam para a mesma direção.

REFERÊNCIAS

ANGELSEN, A. REDD+ as result-based aid: general lessons and bilateral agreements of Norway. **Review of Development Economics**, Oxford, v. 21, n. 2, p. 237–264. 2016.

APRIWAN, A.; AFRIANI, A. S. Local readiness towards REDD+ UNFCCC scheme (Study in Province of West Sumatera Indonesia). **Procedia Environmental Sciences**, Amsterdam, v. 28, p. 649–656. 2015.

BAZERMAN, C. Scientific knowledge, public knowledge, and public policy: genred formation and disruption of knowledge for acting about global warming. **Linguagem em (Dis)curso, Tubarão**, v. 10, n. 3, p. 445–463. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal**. Disponível em: www.mma.gov.br/component/k2/item/616?Itemid=1155. Acesso em: 15 fev. 2018.

COSTA, P. M. *et al.* REDD+ Integrado: modelo financeiro para viabilizar as metas do Acordo de Paris. 2017. [S.l.]: **Aliança REDD+ Brasil**. Disponível em: http://redd.unfccc.int/uploads/3570_3_alianca_redd_brasil_2C_redd_integrado.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

CORBERA, E. *et al.* Rights to land, forests and carbon in REDD+: insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. **Forests, Basel**, v. 2, p 301–342. 2011.



DE ROYER, S. *et al.* Self-Identification of indigenous people in post-independence Indonesia: a historical analysis in the context of REDD +. **International Forestry Review**, Oxford, v. 17, n. 3, p. 282–297. 2015.

DSR/INPE- DIVISÃO DE SENSORIAMENTO REMOTO/INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Monitoramento da cobertura vegetal da Amazônia Sul Americana. Disponível em: www.dsr.inpe.br/laf/panamazonia. Acesso em: 10 ago. 2016.

FEARNSIDE, P.M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: INPA. 2015.

FERREIRA, L.V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157–166. 2005.

FUNDO AMAZÔNIA. **Quadro lógico do Fundo Amazônia**. 2010. Disponível em:

www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/Fundo_Amazonia_Quadro_Logico_2010.pdf. Acesso em: 1 nov. 2017.

FUNDO AMAZÔNIA. **Relatório de atividades 2014**. Brasília: BNDES. 2015. Disponível em:

www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documents/rafa/RAFA_2014_port.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

FUNDO AMAZÔNIA. **Boletim**. Brasília, n. 60, abr./jun. 2017^a. Disponível em:

www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documents/comunicacao/boletim/60Boletim-abril-jun_2017.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

FUNDO AMAZÔNIA. **Relatório de atividades 2016**. Brasília: BNDES. 2017b. Disponível em:

www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documents/rafa/RAFA_2016_port.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

FUNDO AMAZÔNIA. **Relatórios anuais**. 2017c. Disponível em:

www.fundoamazonia.gov.br/pt/biblioteca/fundo-amazonia/relatorios-anuais. Acesso em: 26 jun. 2018.

FUNDO AMAZÔNIA. **Doações**. 2018. Disponível em:

www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes/. Acesso em: 26 jun. 2018.

FUNDO AMAZÔNIA. **Relatório de atividades 2020**. Jun. 2021. Disponível em:

www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

GEBARA, M. F. *et al.* REDD+ policy networks in Brazil: constraints and opportunities for successful policy making. **Ecology and Society**, Ottawa, v. 19, n. 3. 2014.

HOFF, R. VAN DER *et al.* The parallel materialization of REDD+ implementation discourses in Brazil. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 55, p. 37–45, 2015.

HOWELL, S. Politics of appearances: some reasons why the UN-REDD project in Central Sulawesi failed to unite the various stakeholders. **Asia Pacific Viewpoint**, Oxford, v. 56, n. 1, p. 37–47. 2015.

INPE/IBAMA. **Desflorestamento 1995-1997**: Amazônia. 1997. Disponível em: www.obt.inpe.br/prodes/Prodes1995-1997.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

INPE/PRODES. (2021). **Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite**. Disponível em: www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes. Acesso em: 1 jan. 2021.

JAUNG, W.; BAE, J. S. Evaluating socio-economic equity of REDD+ in a rights-based approach: rapid equity appraisal matrix. **Environmental Science and Policy**, Exeter, v. 22, p. 1–12. 2012.

KAHN, J.R.; FREITAS, C.E.; PETRERE, M. False shades of green: the case of Brazilian Amazonian hydropower. **Energies**, Basel, v. 7, n. 9, p. 6063–6082. 2014.

LARSON, A. M. *et al.* Land tenure and REDD+: the good, the bad and the ugly. **Global Environmental Change**, London, v. 23, n. 3, p. 678–689. 2013.

LUSIANA, B. *et al.* Implications of uncertainty and scale in carbon emission estimates on locally appropriate designs to reduce emissions from deforestation and degradation (REDD+). **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, Berlin, v. 19, n. 6, p. 757–772. 2014.

MALAVAZZI, D. M. *et al.* Análise do comportamento aplicada: interface entre ciência e prática? **Perspectivas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 218–230. 2011. Disponível em:



http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482011000200007. Acesso em: 15 fev. 2018.

MAY, P.H.; MILLIKAN, B.; GEBARA, M.F. **O contexto de REDD + no Brasil**: determinantes, atores e instituições. Bogor: CIFOR, p. 72. 2011.

MBATU, R. S. REDD + research: reviewing the literature, limitations and ways forward. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 73, p. 140–152. 2016.

MOHER, D. *et al.* **Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses**: the PRISMA statement. *BMJ News*, London, v. 339, p. b2535. 2009.

NEPSTAD, D.C.; MCGRATH, D.G.; SOARES-FILHO, B. Systemic conservation, REDD, and the future of the amazon basin. **Conservation Biology**, Boston, v. 25, n. 6, p. 1113–1116. 2011.

PACHECO, P. *et al.* Landscape transformation in tropical Latin America: assessing trends and policy implications for REDD+. **Forests**, Basel, v. 2, n. 1, p. 1–29, 2011.

RIVA, F. R.; PAES-DE-SOURA, M.; TALAMINI, E. REDD+: analysis of its components through a systematic review of scientific literature from Brazil and Indonesia. **International Forestry Review**. v. 24 (1), p.72–84. 2022.

SOUZA FILHO, T.A.; PEDROSO, E.A.; PAES-DE-SOUZA, M. Produtos florestais não-madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 58–74. 2011.

THE WORLD BANK GROUP -TWBG. World development indicators. 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

VITEL, C. S. M. N. *et al.* Land-use change modeling in a brazilian indigenous reserve: construction of a reference scenario for the Suruí REDD project. **Human Ecology**, New York, v. 41, n. 6, p. 807–826. 2013.



REDE DE RELACIONAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO TURISMO EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: O CASO DOS ATORES PÚBLICOS DO PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ-MIRIM, RONDÔNIA, BRASIL

Marina Castro Passos de Souza Barbosa¹⁹

Haroldo de Sá Medeiros²⁰

INTRODUÇÃO

O Brasil possui um conjunto de áreas naturais com grande potencial para o desenvolvimento do turismo. Muitas destas áreas são protegidas pelo poder público, como as Unidades de Conservação (UCs) na região amazônica, possuindo características específicas em sua utilização.

Na década de 1970, o governo militar celebrou um convênio com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), para integrar a região norte do Brasil às outras regiões por meio do Plano de Turismo da Amazônia (PTA). Esse plano de fomento ao turismo na Amazônia propôs um novo segmento projetado e economicamente viável para proporcionar o desenvolvimento de políticas públicas e favorecer a expansão da atividade

¹⁹ Mestre do Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Administração - PPGA, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), especialista em Gestão Pública, pela Universidade Aberta do Brasil em convênio com a UNIR, em Comunicação e Oratória pela Faculdade UNYLEYA e é graduada em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (1999). Atualmente é participante do grupo de pesquisa: Ecoturismo de Valor no Parque Estadual de Guajará Mirim, pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2678247692756900>. E-mail: marina@unir.br

²⁰ Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (Unifor), mestre em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é vice-coordenador e docente do Programa de Pós-graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é professor do curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia - Campus de Porto Velho, líder do Centro de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA) e pesquisador membro do Centro de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Empreendedorismo (CETHEA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2039274371515784>. E-mail: haroldo.medeiros@unir.br

turística na Amazônia por meio dos Planos de Turismo na Amazônia I e II. (Tavares, 2021).

A partir de 2006, o Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal (Proecotur) ganhou fomento financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), de acordo com as estratégias delineadas para toda a região da Amazônia Legal, identificados por um instrumento de análise espacial chamado Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), adotado pelo Governo Federal, em que foi possível estabelecer ordenamento do espaço amazônico, considerando a questão ambiental na região.

Esse programa veio contribuir para promover um olhar mais atento à preservação ambiental no Brasil e, sobretudo na Amazônia, nas quais essas áreas incorporam as Unidades de Conservação, terras indígenas, reservas quilombolas, além de áreas de preservação permanente e reservas legais, sendo criadas mediante ato do poder público. Para orientar o uso, regulamentar e implementar a gestão nas UCs, foi estabelecido o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), pela Lei n. 9.985/2000. O SNUC é constituído pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais. (Brasil, 2000).

Na Amazônia, conforme o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, contido no Decreto n. 84.017, de 21 de setembro de 1979, Art. 30 “A utilização dos valores científicos e culturais dos Parques Nacionais, impõe a implantação de programas interpretativos que permitam ao público usuário compreender a importância das relações homem – meio ambiente”.

No estado de Rondônia, que faz parte da Amazônia brasileira, são dois instrumentos centrais que orientam a política de uso das áreas protegidas. O Decreto Lei n. 1.144, de 12 de dezembro de 2002, do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza de Rondônia (SEUC) e o Decreto n. 21.642, de fevereiro de 2017, que, juntos, norteiam as ações necessárias para o planejamento e composição de programas e atividades relacionadas ao usufruto sustentável das áreas protegidas do Estado. São



instrumentos legais que amparam a preservação ambiental estadual das UC, no qual o Parque Estadual de Guajará-Mirim (PEGM), alvo deste artigo, está inserido.

Os conflitos agrários são uma presença muito forte em Rondônia, considerando a especificidade da constituição e colonização da região. O incremento do fluxo migratório, iniciado em 1970 para o então território, incentivado pelo Governo Federal e viabilizado com a abertura da BR-364 e implantação de projetos de assentamento coordenados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que ocasionou o desmatamento associado à construção de estradas e à ocupação pela agropecuária.

O Parque Estadual de Guajará-Mirim (PEGM) foi criado por meio do Decreto n. 4.575, de 23 de março de 1990. Com área aproximada de 258.813 hectares e está subordinado administrativamente a uma estrutura básica do Instituto Estadual de Florestas (IEF/RO), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema, hoje Sedam-RO), possuindo como objetivo básico a preservação integral dos ecossistemas e recursos naturais ali constituídos, possibilitando a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo.

No ano de 2021, por meio do Projeto de Lei n. 80, houve redução dos limites do Parque Estadual de Guajará-Mirim em cerca 50 mil hectares, sendo possível observar que a gestão pública estadual e municipal se rendeu à pressão do agronegócio local e do parlamento estadual para a aprovação desse fato que foi de encontro ao plano nacional de preservação do meio ambiente, o que resultou na promulgação da Lei n. 1.089/2021.

Áreas como o PEGM podem ser classificadas como unidades de proteção integral com a natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais mediante autorização do conselho gestor da unidade e dos atores públicos responsáveis pela conservação e preservação da biodiversidade. Dentre as possibilidades do uso do parque, o turismo se apresenta como principal iniciativa da prefeitura local e de outros parceiros públicos estaduais por meio de um plano de turismo.

O uso turístico dos parques, na concepção de Nasri *et al.* (2022), representa uma via com grande potencial para o diálogo da sociedade com a gestão pública e, por consequência, para a sua reconexão com a própria natureza nessas áreas, onde o fomento das ações que integrem as atividades turísticas às práticas de sensibilização ambiental possam representar passos importantes em direção à atenção cuidadosa e comprometida de diversos grupos sociais, culminando na mobilização compartilhada entre o público, privado e comunidade para a proteção dessas áreas naturais.

O PEGM é considerado uma Unidade de Conservação, pertencente ao grupo de áreas protegidas, as quais vêm se caracterizando como territórios simbólicos para a construção da própria percepção de pertencimento do ser humano à natureza. Nesse sentido, os parques naturais trazem consigo o simbolismo urgente para a conservação ambiental, por serem constituídos de paisagens de relevante beleza cênica, diversos atrativos naturais, cachoeiras, rios e lagos, tornando-os reconhecidos, no plano da gestão pública, como destinos turístico-recreativos prioritários. (Vallejo, 2013; Irving, 2018).

Na perspectiva dessa diversidade espacial, que envolve um espaço natural de grande importância para a região, o PEGM oferece condições necessárias que podem classificá-lo como local adequado para o desenvolvimento do turismo sustentável e, para o qual se observa a necessidade de contribuições teóricas resultantes de pesquisas aprofundadas que podem contribuir para que as tomadas de decisões, respaldadas em resultados de pesquisa acadêmica, com olhar externo dos envolvidos no processo, que vai além do contexto político, social, ou ambiental, e que tratam do desenvolvimento do turismo aliado à sustentabilidade. Além disso, deve-se considerar a teoria que trata da interação percebida entre os atores de cada etapa que compõe o fluxo das ações públicas de planejamento relacionadas ao processo de implementação do turismo no Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Dessa forma, esse artigo tem por objetivo analisar a rede de relacionamento dos atores públicos envolvidos no processo de planejamento, no qual é possível de entendimento, que uma universidade pública da região Amazônica precisa estar atenta para compreender as demandas econômicas, sociais, ambientais e políticas do contexto na qual está inserida, na condição de instituição produtora de conhecimento

científico ou para o intercâmbio dos saberes entre a academia e a sociedade, tornando uma relação salutar, convergente para o desenvolvimento regional. O que justifica a escolha do tema e o ambiente amazônico no qual o PEGM está inserido, onde o conhecimento da etapa que constitui o planejamento público constituído de uma rede de relacionamentos, resultará em pesquisa realizada, objeto base para nortear políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo na região, tendo como partícipe principal do processo a comunidade, organizações privadas locais e de cidades próximas que dão acesso ao PEGM.

FUNDAMENTAÇÃO

Para uma melhor compreensão e fundamentação da pesquisa sobre rede de relacionamento e o processo de planejamento, foram utilizadas a Teoria Ator-Rede (TAR) e a Teoria do Valor Público, respectivamente. Também, foi necessário ter conhecimento mais específico sobre a constituição e características das Unidades de Conservação, bem como os marcos legais sobre turismo no estado de Rondônia.

TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

O turismo em parques naturais tornou-se uma alternativa prioritária para o uso público, no sentido de encorajar e motivar novos comportamentos da sociedade com relação à proteção da natureza. Para Nasri *et al.* (2022), essa nova estratégia pública está aliada à preservação ambiental com o fomento a iniciativas que integrem as atividades turísticas e as práticas de sensibilização ambiental, constituindo trilhas que representem os passos importantes em direção à mobilização dos diversos grupos sociais para a proteção da natureza.

No entendimento de Rocha *et al.* (2013), as Unidades de Conservação (UC) podem ser polos que irradiam e fomentam a sustentabilidade de uma região para o desenvolvimento local, o que possibilita repensar os parques estaduais como áreas com potencial não apenas para a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, mas também como propulsores para a geração de melhorias econômicas para os moradores que habitam seu entorno. A participação social representa



uma base de dados reais para a gestão e efetiva composição de políticas públicas, desde a sua criação, elaboração de seus instrumentos de organização e legalização, até a sua implementação e consolidação. As UCs não podem ser vistas como territórios isolados, envoltas e protegidas em uma redoma, mas, sim, como espaços dinâmicos, de interação contínua e permanente com a sociedade. É importante que representantes das diversas populações residentes nas UCs, ou no seu entorno, sejam mobilizadas e motivadas para compor os conselhos gestores das UCs, com o intuito de dar voz a diferentes atores sociais, valorizando distintas compreensões acerca do meio ambiente.

Santos (2019) apresenta experiências na região Amazônica, em que há necessidade de compreender os aspectos e a dinâmica do turismo nessas UCs, não só para planejar e mitigar os possíveis danos que possam ser causados pela atividade ali desenvolvida, mas refletir o *modus operandi* das comunidades presentes nessas unidades, que se organizam e se estruturam em prol do fenômeno turístico da região. As ações desenvolvidas desde a concepção, planejamento, implementação e manutenção de um espaço turistificável que contribua com o desenvolvimento de uma região requer atores com distintos conhecimentos, que agreguem valores e dinamizem a execução de cada etapa a ser executada para a constituição de um contexto turístico local e proporcionem esse importante papel social.

Foram identificados casos reais na Amazônia com características distintas de implementação do turismo em UCs, dos quais três foram relatados a seguir para contextualizar possibilidades distintas, mas que possuem o mesmo objetivo: o desenvolvimento de uma região e a proteção ambiental.

1º caso – Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Sena Madureira/AC), apresentada como estudo de caso de uma dissertação, que tem como objeto de pesquisa o Núcleo do Cazumbá, localidade onde se desenvolve ecoturismo de forma ainda embrionária, mas como uma possível alternativa econômica para o desenvolvimento local. (Moraes, 2009).

2º caso – Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia, criado a partir do Decreto n. 2.211, de 30 de março de 2010, pelo então Governo do Estado do Pará. O REVIS foi criado também para minimizar os impactos ambientais causados pelo crescimento populacional da Região Metropolitana de Belém. O nome escolhido para a UC ainda não se popularizou, sendo a área conhecida até o momento como “Fazenda Pirelli”. Essa denominação é em decorrência da compra, em 1954, pela Empresa Pirelli AS. (Castro, *et al.*, 2020).

3º caso – Ainda no Pará, é possível observar atividades distintas em UCs, como a Área de Proteção Ambiental (APA) Algodoal/Maiandeuá, cujo plano de manejo foi concluído em agosto de 2012, 22 anos após sua criação.

ABORDAGEM DA TEORIA ATOR-REDE

A abordagem sobre a Teoria Ator-Rede permite ao pesquisador uma nova perspectiva das dinâmicas das redes, originadas do conhecimento social dos partícipes, pois, para Latour (1994), são eles que promovem uma ação e suas transformações em um processo. Stocker, *et al.* (2019) corrobora com esse pensamento, quando afirma que são os atores que compõem um processo de planejamento e apresentam vantagens para o campo teórico, empírico e gerencial, uma vez que contribuem para definir os limites de uma rede organizacional, destacada pelo potencial de criação de valor e a troca de recursos entre os atores, promovendo cooperação e sinergia, além de desempenharem um papel importante no processo estratégico, visto que a influência dos atores tem impacto na adoção de estratégias para gestão mais eficaz das partes interessadas.

Para melhor compreender as variáveis internas e externas ao sistema de gestão pública, é necessário utilizar a Teoria Ator-Rede (TAR) como forma de análise mais específica dos rastros deixados na passagem por cada procedimento do processo, seja de modo independente, ou no modo conjunto, com orientação teórica de Holanda & Lemos (2013). Assim como identificar os atores por meio das dinâmicas das redes existentes em um processo social e interpretar as interações realizadas que promovem transformações de um processo, pois Bruno Latour (1994)

orienta, teoricamente, demonstrando a identificação dos atores e suas ações como sendo um fato inovador e, ao mesmo tempo, desafiador, considerando que não basta ter os atores, mas também a ação a ser realizada que vai promover a mudança de um modo estático para um modo dinâmico e que, ao final da ação, cause o efeito a ser alcançado nessa etapa do processo.

Um conceito inovador e desafiador que se apresenta nessa pesquisa é representada na Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (1994), em que é evidenciado em um contexto que exprime um pensamento dinâmico e fluido e necessita de ações humanas e não humanas para realização de uma etapa do processo ao qual está inserido o planejamento. São etapas que precisam ser executadas para a engrenagem sistêmica tomar a forma desejada estrategicamente.

O planejamento estratégico que a gestão pública promove para a composição de agenda que trata do turismo é um conceito que neste trabalho será considerado prioridade, considerando que um dos princípios basilares da administração é o planejamento e, combinado com os princípios da administração pública, gera a formação de agenda. Tal fato foi bem expresso por Tavares (2022), quando afirma que os planos de turismo são necessários para o desenvolvimento de uma região, tendo como uma das etapas a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, a fim de alcançar os objetivos desejados, sob a responsabilidade de que o turismo não cause danos socioambientais como os grandes projetos agrominerais e agroflorestais existentes nos territórios brasileiros.

Como exemplo da atuação de *stakeholders*, há o Conselho Consultivo do Parque Estadual Turístico Alto da Ribeira (PETAR), localizado no estado de São Paulo, que possui agenda bimestral em que seus membros se reúnem e tratam de diversas questões relacionadas à gestão do Parque. (São Paulo, 2010b). Matheus & Raimundo (2017) explanam sobre as reuniões realizadas do Conselho do Consultivo do PETAR e retratam uma análise de atuação sob a ótica de três prismas: geração de emprego e renda; aumento da qualidade de vida; e participação na gestão, os quais são instrumentos bastante efetivos e que possibilitam a



participação da comunidade nas discussões e efetivação das ações pleiteadas.

VALOR PÚBLICO DO TURISMO

A estrutura de avaliação do Valor Público foi desenvolvida na década de 1990, por anos de envolvimento com administradores públicos dos Estados Unidos da América, bem como de todos que tinham participação em programas executivos na *John F. Kennedy School of Government* de *Harvard*. Tinha como objetivo colocar em prática um quadro conceitual que tivesse utilidade para os administradores públicos ao desempenharem suas atividades, a fim de estimular o pensamento estratégico e a atuação empresarial diante das dificuldades da comunidade. (Moore, 1994).

As demandas utilizadas pelo governo para impulsionar a intenção coletiva de definições podem ser interpretadas como ativos públicos utilizados para gerar valor público. Tais valores, quando preservados por cidadãos da esfera privada, também são utilizados para geração de valor público, mediante autorização, contudo, sem controle direto do governo. Para apoiar a sociedade na criação e produção de valor público, os responsáveis por solucionar os problemas sociais recorrerão a visões de valor público, seja ele individual e/ou coletivo. (Moore, 2012).

A criação do Valor Público envolve fundamentalmente três elementos acerca da definição: (1) dos resultados sociais; (2) da construção da capacidade operacional; e (3) da legitimidade. (Benington; Moore, 2011; Mintrom; Luetjens, 2017; Moore, 2000). Estes elementos, inter-relacionados, formam o que se denomina Triângulo Estratégico, constituindo um *framework* prescritivo para que a gestão de políticas públicas crie valor público com efetividade. (Benington; Moore, 2011; Moore, 2000).



Figura 1 – Triângulo estratégico de Moore



Fonte: Elaborado pela autora com base em Benington and Moore (2011)

De forma basilar, Benington e Moore (2011, p. 4) apresentam os elementos do triângulo estratégico identificados com as seguintes características: (1) Definição dos resultados sociais; (2) Construção da capacidade operacional; e (3) Manutenção de confiança e legitimidade.

O primeiro elemento é a Definição dos Resultados Sociais, que considera a especificação dos objetivos estratégicos pertinentes ao alcance dos benefícios sociais a serem obtidos por meio do valor público aplicado em um processo constituído de serviços que a gestão pública tem a oferecer em favor de uma população.

O segundo elemento é a Construção da Capacidade Operacional, considerada a etapa para composição, obtenção, ou mobilização dos recursos operacionais (finanças, recursos humanos, competências, tecnologia, entre outros) necessários para desenvolver as ações que promoverão o alcance dos resultados sociais.

O terceiro elemento da pirâmide é a Manutenção de Confiança e Legitimidade, importante para a constituição de um ambiente propício para a cooperação entre os *stakeholders* do poder público, privado, terceiro setor e sociedade, de modo que haja a sustentação das ações relacionadas

ao desenvolvimento das etapas necessárias a serem cumpridas e, assim, atingir os objetivos estratégicos que compõem o processo existente.

BASE LEGAL E ASPECTOS NORMATIVOS

As teorias Ator-Rede e Valor Público e suas características distintas e complementares interagem, ou se completam, para gerar uma nova dinâmica de governança pública, em que o público e o privado caminham na mesma direção. E para complementar essa análise, Nasri, *et al.* (2022) alerta para o fato de que, em bases sustentáveis, o essencial é que a gestão reconheça o real potencial da UC como núcleo estratégico para a formação de um circuito integrado regional, contemplando a natureza e cultura local, como forma de atrair um perfil de turistas mais conscientes à preservação do meio ambiente.

Com essa explanação associada ao valor público voltado para o turismo em UC, pode-se considerar que a governança está implícita nos processos de gestão organizacional de quaisquer ações a serem desempenhadas, que promova o desenvolvimento econômico e social de uma região, formando um sistema social integrativo de manifestação interna e externa, ou tomada de decisões, quer seja do tipo *top-down*, ou *bottom-up*. Para que o cuidado e proteção dos espaços naturais brasileiros sejam consolidados, leis e decretos amparam ações e programas que promovem a preservação ambiental, congregando instituições públicas das três esferas governamentais com essa finalidade.

A Constituição Federal, que é a Carta Magna das leis federais, foi promulgada no ano de 1988, constando em seu artigo 180, que as entidades federativas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – têm a responsabilidade de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico em cada região. (Brasil, 1988).

No ano de 1998, houve a constituição do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, como ação estruturante de fomento ao turismo na Amazônia Legal. O programa, que é resultado de acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi criado com o intuito de estabelecer as condições necessárias para permitir aos nove estados da Amazônia Legal se



prepararem para administrar, de forma responsável e eficiente, o desenvolvimento do ecoturismo em suas áreas naturais.

No ano de 2007, o Ministério do Turismo apresentou novas estratégias para consolidar o turismo no Brasil, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Sua primeira edição foi gerada para o período 2007/2010 e, nesse trabalho, o PNMT adotou a estratégia para promover a viagem de inclusão como um instrumento para o planejamento e gerenciamento em que o turismo é considerado indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País.

A Lei n. 11.771/2008 – Política Nacional de Turismo – em seu artigo 1º, estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, assim como traz a definição e atribuição de nível federal para a constituição do planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

Art. 4º trata da Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo – PNT estabelecido pelo Governo Federal. (Brasil, 2008).

No Art.6º, são explícitos dois objetivos da Política Nacional de Turismo, de suma importância para a presente pesquisa, uma vez que estimulam as unidades federativas do Brasil a promoverem a sustentabilidade regional.

(...)

VI – promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejarem seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

(...)

XX – implementar a produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no País, integrando as universidades e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico brasileiro.



Parágrafo único. Quando se tratar de unidades de conservação, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade. (Brasil, 2008).

Quanto ao Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes, do MTUR (2013), o documento trata das Diretrizes e é apresentado como um eixo norteador nacional, com o propósito de promover a interação das ações com os demais programas e setores que formam a gestão descentralizada do turismo.

A Portaria n. 57/2019/Setur-CTUR trata do Mapa de Regionalização do Turismo em Rondônia e institui os polos turísticos do Estado, ficando, assim, definidos: POLO I – Madeira Mamoré; POLO II – Vale do Jamari; POLO III – Rota das Águas; POLO IV – Rios de Rondon; POLO V – Príncipe da Beira; POLO VI – Vale do Guaporé; POLO VII – Zona da Mata. A mesma portaria delegou à SETUR a adequação das ações para promover o turismo de Rondônia de forma regionalizada, conforme apresentado na imagem 1 a seguir:

Imagem 1 – Mapa dos Polos de Turismo no Estado de Rondônia



Fonte: Governo de Rondônia – Setur notícias (2017)

Para melhor coordenar as ações de promoção do turismo no Estado de Rondônia, foi aprovada a Lei Complementar n. 1.031/2019, que criou o Conselho Estadual de Turismo de Rondônia, de caráter consultivo, propositivo, como um órgão de assessoramento e integração vinculado à Setur com o objetivo de propor ações e oferecer subsídios para a formulação da política de desenvolvimento turístico do Estado.

Ao tratar de temas relacionados às Unidades de Conservação, é importante resgatar suas origens e contextualizar o amparo legal nas três esferas públicas às quais estão subordinadas, a fim de atingir a concepção de entendimentos sobre os limites e possibilidades de constituição das ações e programas de proteção do meio ambiente.

O Decreto n. 4.340/2002 foi constituído para regulamentar os artigos da Lei n. 9.985/2000 (SNUC) relativos aos seguintes temas: criação de unidade de conservação, definição de limites do subsolo e do espaço aéreo da unidade de conservação, criação e funcionamento de mosaico de unidades de conservação, plano de manejo, funcionamento de conselhos consultivo e deliberativo, a gestão compartilhada com organizações da sociedade civil de interesse público, autorização para a exploração de bens e serviços em unidades de conservação, entre outros.

A Instrução Normativa n. 02, de 14 de julho de 2011, na qual o Governo do Estado de Rondônia regulamenta e uniformiza os procedimentos de expedição de licença de pesquisa para realização de atividades científicas em Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

Como ação emergencial, haja vista uma grande enchente ocorrida no ano de 2014, que isolou os municípios de Nova Mamoré, Guajará-Mirim e o acesso ao Estado do Acre, medidas de urgência foram adotadas. Primeiramente, o Decreto n. 18.641, de 25 de fevereiro de 2014, no qual foi autorizada a abertura da estrada entre Nova Dimensão e Jacinópolis, cortando parte do PEGM, gerando uma nova alternativa de rota que liga a BR 364 à região do parque. Em seguida, a ação foi legalizada por normativas necessárias, a saber: a Lei n. 3.317, de 27 de fevereiro de 2014, e a Lei Complementar n. 762, da mesma data, as quais expressam normas

para garantir a proteção das unidades de conservação localizadas em áreas estratégicas, sujeitas a abertura e instalação de vias automotivas denominadas estrada-parque, visando à redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável.

Como parte da regulamentação de uso da estrada-parque, a Portaria Especial n. 331/GAB/SEDAM, de 16 de novembro de 2015, apresentou normas que foram estabelecidas e seriam ajustadas e incorporadas ao Plano de Manejo do Parque que, na época, estava na fase final de elaboração.

Em 2017, o Governo do Estado estabeleceu diretrizes para o uso público dos parques estaduais de Rondônia, pelo Decreto n. 21.624/2017, que estabelece, em seu artigo 2º, o uso público, na prática do turismo de aventura, turismo ecológico, entre outras atividades recreativas, esportivas e turísticas, que promovam os atrativos dos parques estaduais.

Com essa explanação dos aspectos normativos que amparam a proteção ao meio ambiente e favorecem, de forma ordenada, esses espaços para atividades turísticas, vê-se uma intenção voltada para a conscientização e preservação dos espaços naturais brasileiros, em especial na Amazônia. Assim como disponibiliza a outros órgãos das três esferas, bases legais que coadunam com as intenções de promover o turismo de forma sustentável em todas as regiões brasileiras.

METODOLOGIA

A estratégia da pesquisa parte da triangulação de distintas fontes de dados que evidenciam e expressam as proposições para conduzir a coleta e a análise de dados. Foram utilizados os cinco itens necessários para o processo da pesquisa, que, segundo Yin (2001, p. 42), proporcionou dados importantes para o estudo: (1) propor as questões que nortearão o estudo; (2) conhecer as proposições sobre o objeto estudado, se houver; (3) conhecer as unidades que serão analisadas; (4) identificar a lógica que unifica os dados propositivos; e (5) interpretar os critérios do conhecimento descoberto na pesquisa.

O estudo de caso extrai dados de múltiplas linhas de evidências identificadas para fins de triangulação, aproveitando para construir uma prévia sobre o desenvolvimento das proposições orientativas da coleta e análise de dados, demonstrando um indicativo de quão é meticulosa a abordagem escolhida em termos de coesão e consistência que traçam as fases do estudo de caso como estratégia de pesquisa. (Yin, 2001, p. 13–14). Assim, com base nessas características, foi realizada uma análise sobre o caso do planejamento público para implementação do turismo em unidade de conservação no Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Para atender ao objetivo, foi realizada uma pesquisa documental a fim de identificar os atores públicos envolvidos no processo de planejamento para implementação do turismo no Parque Estadual de Guajará-Mirim. Os documentos identificados demonstraram o contexto turístico e os atores públicos que compõem os distintos grupos que promovem as discussões e decisões sobre as práticas públicas na região de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, também os gestores que não estão instalados naquela localidade, mas que complementam o trabalho da gestão pública, participando do processo de planejamento para implementação do turismo do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Foi realizado um levantamento da base de dados dos documentos produzidos do Governo Estadual, que compõe o Processo n. 0038.508234/2019-91 – SEI n. 9595750, e também documentos legais (Lei de Criação, Decretos e Portarias) relacionados ao PEGM, além do contexto turístico, os quais foram necessários para nortear o reconhecimento dos atores públicos envolvidos no processo de planejamento para implementação do turismo no Parque Estadual de Guajará-Mirim. O levantamento documental trata das nuances e significados atribuídos à relação entre sociedade e natureza em sua atualidade, considerando os *sites* governamentais das três esferas públicas: MTUR, MMA, Ibama, ICMBio e *site* do Governo de Rondônia – Sedam e Setur; *site* da prefeitura de Nova Mamoré-RO; além de buscar casos de sucesso relatados em dissertações e teses que tratam do turismo como promoção para o desenvolvimento regional.

Os documentos considerados válidos para a pesquisa evidenciam as medidas adotadas pelo poder público da esfera estadual para constituir, regulamentar, normatizar e promover o PEGM com condições mais favoráveis para atividades turísticas permitidas aos Parques Nacionais. Para melhor compreensão da base legal que ampara essa modalidade turística no estado de Rondônia e, em especial, no PEGM, foram relacionados abaixo, no Quadro 2, separados por área de abrangência territorial, documentos que expressam a manifestação pública da gestão federal, ou estadual, em compor formas para o desenvolvimento do turismo com regulamentação necessária para a preservação das áreas protegidas e preservação da natureza: Lei de criação do PEGM, Lei de constituição do SNUC, Lei de implantação da Política Nacional de Turismo, Lei da Política Estadual de Turismo, planos e programas, decretos, portarias e instrução normativa, constituindo um arcabouço normativo que ampara as ações e tomadas de decisões das gestões estadual e municipal para o fomento do turismo na região.

Quadro 2 – Base legal constituída de leis, decretos, instrução normativa e portarias

Documento / Ano	Descrição	Abrangência Territorial
Decreto n. 84017/1979	Regulamento Dos Parques Nacionais Brasileiros	Federal
Lei n. 6938/1981	Instituiu A Política Nacional Do Meio Ambiente	
Ano 1988	Constituição Federal Do Brasil	
Decreto n. 99.274/1990	Regulamenta A Lei Da Política Nacional Do Meio Ambiente	
Ano 1998	Constituição Do Programa De Ecoturismo Da Amazônia Legal – Proecotur	
Lei n. 9985/2000	Sistema Nacional De Unidades De Conservação Da Natureza – Snuc	
Decreto n. 4339/2002	Institui Princípios E Diretrizes Para A Implementação Da Política Nacional Da Biodiversidade.	

Continua...



Documento / Ano	Descrição	Abrangência Territorial
Decreto n. 4340/2002	Regulamentou Artigos Da Lei n. 9.985/2000 (Snuc)	
Decreto n. 5758/2006	Institui O Plano Estratégico Nacional De Áreas Protegidas – Pnap, Seus Princípios, Diretrizes, Objetivos E Estratégias	
Lei n. 11.516/2007	Cria O Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes	
Ano 2007	Programa Nacional De Municipalização Do Turismo – Pnmt	
Período 2007/2010	Plano Nacional De Turismo – Pnt	
Ano 2008	Plano Amazônia Sustentável – Pas	
Lei n. 11771/2008	Política Nacional De Turismo	
Ano 2013	Programa De Regionalização Do Turismo – Diretrizes	
Ano 2016	Guia Turismo E Sustentabilidade	
Ano 2021	Programa De Regionalização Do Turismo E A Categorização Dos Municípios Do Mapa Do Turismo Brasileiro	
Portaria n. 041/2021	Política Estadual De Turismo – Mapa Do Turismo Brasileiro, Consolida As Normas De Promoção, Convergência E Articulação Das Ações Voltadas Para As Políticas Públicas Locais.	
Decreto n. 4575/1990	Criação Do Parque Estadual De Guajará-Mirim	Estadual
Instrução Normativa n. 002/2011	Regulamenta E Uniformiza Os Procedimentos De Expedição De Licença De Pesquisa No Pegm	
2015 A 2030	Plano De Desenvolvimento Estadual Sustentável De Rondônia – Pdes	
Ano 2016	Plano De Manejo Parque Estadual Guajará-Mirim	

Continua...



Documento / Ano	Descrição	Abrangência Territorial
Decreto n. 21624/2017	Estabelece As Diretrizes Para Uso Público Dos Parques Estaduais De Rondônia	
Ano 2018	Princípios E Diretrizes Do Turismo De Base Comunitária Em Unidades De Conservação - Icmbio	
Portaria n. 57/2019/Setur-Ctur	Mapa De Regionalização Do Turismo Em Rondônia	
Lei Complementar n. 1.031/2019	Recriação Do Conselho Estadual De Turismo De Rondônia	
Lei n. 5093/2021	Política Estadual De Turismo	
Portaria n. 15/2021-Setur, De 5/2/2021	Estabelece Regras E Critérios De Organização, Execução E Monitoramento Do Turismo No Estado De Rondônia	

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Para melhor análise do material que compõe a pesquisa, os documentos identificados foram listados por hierarquia e temporalidade, conforme apresentado no Quadro 2 – Base Legal Constituída de Leis, Decretos, Instrução Normativa e Portarias, o que facilitou a formalização de um fluxo de ações para a elaboração do questionário aplicado aos gestores que mantêm relação direta com o PEGM.

Com base no fluxo gerado com os documentos identificados como válidos para a pesquisa e sua distribuição cronológica e separadas por abrangência territorial é possível conceber que a preocupação com o desenvolvimento do turismo no Brasil e especificamente na região Amazônica, onde está inserido o PEGM, está condicionado à preservação da área natural que é amparada por leis e decretos de uma política de preservação ambiental no Brasil.

Foi adotada como técnica de coleta a entrevista semiestruturada, realizada diretamente com os gestores. Foram identificados, inicialmente, 18 gestores públicos considerados importantes no contexto do turismo na região. Nesse grupo, estavam representantes do governo do Estado de Rondônia e municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, porém, efetivamente, somente foi possível realizar entrevistas com nove gestores

dessas mesmas entidades governamentais que, ao longo do período de dezembro de 2022 até março de 2023, destinaram em média 50 minutos de seu tempo para dialogar com essa pesquisadora.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas pessoalmente com os gestores elencados no Quadro 3, consta a descrição dos entrevistados e cargos públicos que ocupam, que aceitaram colaborar com seus conhecimentos sobre o assunto pesquisado (mantendo o sigilo dos nomes), porém com a identificação dos cargos para justificar a escolha.

Quadro 3 – Descrição dos entrevistados e cargos públicos

Entrevistado 1	Presidente da Câmara Municipal – NM	Gestor municipal
Entrevistado 2	Coordenador de Cultura e Turismo – NM	Gestor municipal
Entrevistado 3	Secretaria Meio Ambiente – GM	Gestor municipal
Entrevistado 4	Conselheiros PEGM	Gestor municipal
Entrevistado 5	Secretário de Meio Ambiente – NM	Gestor municipal
Entrevistado 6	Secretária de Educação – NM	Gestor municipal
Entrevistado 7	Secretário de Agricultura – NM	Gestor municipal
Entrevistado 8	Prefeito de Nova Mamoré	Gestor municipal
Entrevistado 9	Superintendente Estadual de Turismo – RO	Gestor estadual

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos resultados foi distribuída em duas etapas distintas e complementares, que são: 1 – a análise documental realizada com documentos primários e secundários que dão amparo legal e legítimo às ações do PEGM; e 2 – a análise das respostas das entrevistas que geraram material para compor o triângulo estratégico, as relações ator-rede e valor público em torno do PEGM.

Para sistematização e análise das respostas recebidas, foi utilizada a planilha do programa Microsoft Excel, que levou a uma análise classificada por Bardin (1977) como artesanal, sendo identificados os respondentes por codinomes numerados e incluídos nas colunas e nas linhas foram inseridas as perguntas separadas por eixos da pesquisa. Dessa forma, foi possível observar que todas as perguntas foram respondidas. Após a transcrição das entrevistas para geração física do documento, as respostas correspondentes

às perguntas realizadas aos entrevistados foram inseridas nas células da planilha correspondente ao cruzamento. Como a percepção da pesquisadora se dá de forma muito visual, as colunas que identificavam os entrevistados foram colocadas com cores distintas, o que ajudou muito a não cometer erros e incorrer em troca de respostas na hora da análise.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao construir a análise dos dados coletados para a composição deste artigo, foi necessário elaborar uma sequência cronológica, composta dos seguintes itens: resultados alcançados com os documentos identificados, informações que oferecessem ligação direta com o objeto da pesquisa. Ao final, foi possível compor material adequado, sujeito que proporcionou a análise e elaboração da resposta ao objetivo específico da questão de pesquisa.

A pesquisa que motivou este estudo faz parte de um contexto nacional de áreas protegidas, denominado Parque Estadual, também considerado uma Unidade de Conservação. Importante esclarecer que se trata de uma ação pública, para promover a preservação dos espaços naturais, considerando que o Brasil firmou compromisso no primeiro Congresso Latino Americano de Parques e Outras Áreas Protegidas, no ano de 2003, a fim de prover condições suficientes para que 10% de seus territórios nacionais fossem mantidos preservados por meio de áreas protegidas, e que os esforços das políticas públicas deveriam ser voltados para a constituição de programas de desenvolvimento sustentável e de preservação da biodiversidade, congregando participação social e desenvolvimento local.

Com as responsabilidades da gestão pública em fomentar políticas de preservação da biodiversidade e atreladas ao planejamento de implementação do turismo na região, é possível observar, sob a lente teórica de Latour (1994) que as decisões tomadas sofrem influências ideológicas, sociais e culturais de uma comunidade e moldam o sistema funcional da organização, onde o humano e o não humano interagem, e geram novas ações resultantes dessa relação constituída, as quais são constituídas relações temporárias.

Nas falas dos entrevistados 1 e 2, percebe-se uma clara manifestação ideológica e social, quando se trata do crescimento do agro na região, expressando um confronto social existente entre a condição econômica de um pequeno grupo mais favorecido financeiramente e a condição econômica de uma população que busca nas instituições públicas a solução de seus problemas com moradia, saúde, educação, segurança e até a manutenção básica da vida.

O papel do Estado de proteger as áreas naturais do território brasileiro, em todas as esferas públicas, é claro no inciso II, do artigo 1º, do Decreto n. 99.274/1990 e no Informe Nacional Sobre Áreas de Protegidas no Brasil, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no ano de 1997, de Santa Marta, Colômbia.

A interação entre os órgãos públicos que mantêm relação direta na preservação e fomento à sustentabilidade do Estado de Rondônia, sem, contudo, deixar de promover o desenvolvimento de uma região, é evidenciado positivamente nas falas dos entrevistados 7 e 9, porém, existe fragilidade quanto à continuidade de ações relacionadas ao turismo, ao tratar de gestão pública estadual, ou municipal, haja vista que é visível que a comunicação entre os órgãos partícipes do processo de planejamento para implementação do turismo associado à conservação do meio ambiente ainda é muito utópica, especificamente quando membros da gestão municipal não enxergam as ações efetivas entre as unidades envolvidas, que pode comprometer resultados, ou gerar atrasos na efetividade necessária.

A construção da capacidade operacional é uma importante etapa do processo de implementação do turismo em uma região amazônica. A mobilização e composição de insumos que promovam a efetivação dos recursos operacionais para dinamizar o processo é demorada e, quando essas situações não são acompanhadas pelas decisões da gestão, causa um descrédito de uma intenção da gestão pública. Na concepção de Benington, Moore (2011), a intenção coletiva alinhada às políticas públicas gera valor público e mesmo que mudanças aconteçam na gestão, a atenção deve ser efetiva os gestores proporcionarem a continuidade das ações, a fim de atingirem os objetivos almejados e que beneficiem a comunidade.

Dentro desse contexto de planejamento, é imprescindível considerar que a preparação dos espaços turísticos, acessos e infraestrutura, tão necessários para a promoção do turismo, façam parte do envolvimento de atores da gestão pública e, com isso, componham as respostas ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Algumas deficiências foram apontadas no PDES-RO, quando retratam o item 6.4, Os Ativos Regionais, e consideram o turismo como potencialidade eleita no Estado, mas elencam suas fragilidades estruturais desde a infraestrutura hoteleira, agravada pela falta, ou precariedade, dos acessos aos atrativos turísticos, até as precariedades de acessos rodoviários e de transportes aeroviário e fluvial diversificados – itens básicos e necessários dispostos no inciso XVI do artigo 5º da Lei n. 11.771/2008 – Política Nacional de Turismo, quando trata da responsabilidade da gestão em “promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico”. (Brasil, 2008).

Outro documento identificado foi o relatório elaborado pela Setur (Processo n. 0038.508234/2019-91 – SEI n. 0011421317), que trata da capacidade turística do PEGM, porém destaca a ausência de infraestrutura que não oferece aos visitantes condições básicas para higiene e descanso, que favoreçam a permanência no local por períodos mais longos e resultem em vantagens econômicas para a região.

De forma limitada, o contexto nos quais os atores inseridos compõem o processo de planejamento para implementação do turismo na região do PEGM é uma realidade. O setor privado também manifesta interesse no desenvolvimento turístico da região, como é observado na fala do entrevistado 08. Essas intenções, associadas às ações estabelecidas no Proecotur (1998), PNMT (2007, 2013), Lei n. 11.771/2008 (Política Nacional do Turismo) e PRT/MTUR (2013), estão relacionadas à esfera federal da gestão pública, o que vem ao encontro da fala do entrevistado 04, quando é demonstrado que as ações implantadas e gerenciadas pela gestão pública federal possuem mais possibilidades de sucesso no empreendimento.

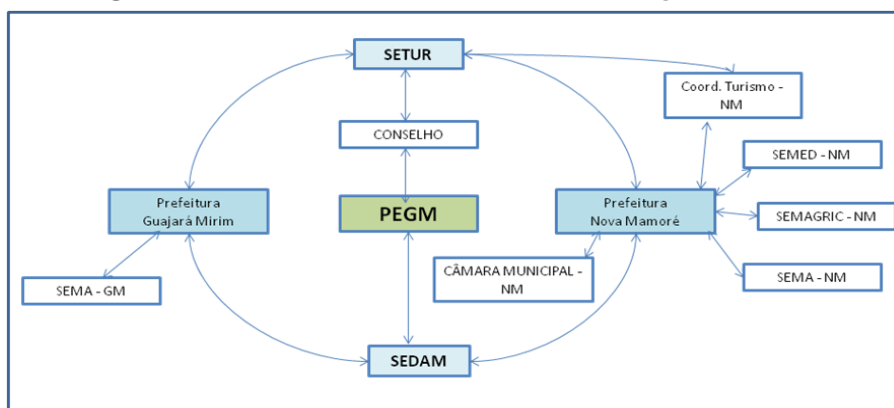
Ao associar o fato elencado à TAR, a comunicação entre os órgãos, as regras, as leis, as estruturas constituídas que compõem um processo

administrativo e organizacional, demonstram a existência de um fator de impacto não humano em uma relação constituída e definida por Latour (1994), na qual pode ser considerado inovador e, ao mesmo tempo, desafiador, diante dos muitos obstáculos a serem superados.

Algumas respostas expressam esse movimento favorável relacionados à infraestrutura básica de acesso e receptividade aos espaços turísticos da região do município de Nova Mamoré-RO, demonstram integração entre o público e o privado que compartilham os mesmos interesses na região e atendem a Política Nacional de Turismo.

Existe um desafio a ser superado pela gestão, com base na Teoria Ator-Rede, não bastam os atores para a promoção da mudança ser ocasionada, é preciso, e, talvez, a principal intenção: transformar esse modo estático de um sistema em um modo dinâmico e eficaz para chegar ao efeito desejado ou objetivo intencionado. Assim, as decisões e suas ações são importantes para o início de um processo de planejamento de implementação do turismo, mas os atores envolvidos na gestão, devidamente coordenados e integrados, são os propulsores do sistema para que haja êxito nos objetivos a serem alcançados. Elo que se pode observar na figura abaixo:

Figura 2 – Rede de relacionamento entre os órgãos públicos



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na figura 2, observa-se uma rede de relacionamentos invisível, composta por órgãos públicos de dois municípios, ambos interligados à gestão pública estadual, que abrigam em seus territórios o PEGM e

expressam a complexidade para compor planos e programas que indiquem o interesse comum dos seus distintos administradores.

O PEGM é considerado elo precioso para a preservação do meio ambiente do estado de Rondônia e carrega consigo as belezas naturais que proporcionam sua preservação através do turismo ecológico, fomentado pelo Ministério do Turismo. Dentro dessas duas vertentes distintas, que algumas vezes podem ser opostas e, outras vezes, singulares para o desenvolvimento com sustentabilidade de uma região, vê-se a sociologia das associações, expressa pela rede constituída e disposta na Imagem 2, que traduz a fala do entrevistado 7, gestor da Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Mamoré (Semagric), e entrevistado 9, gestor da Setur.

Na rede de relacionamentos constituída em torno do parque, observam-se ações que formam vínculos entre atores de distintos segmentos, a exemplo do Conselho do PEGM, que agrega representatividade de diversos órgãos públicos e privados em busca de nivelamento de expectativas que proporcione a definição dos resultados sociais oriundos da interação entre órgão partícipes do processo. Essa percepção ficou explícita na fala do entrevistado 5, gestor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Mamoré (Sema), entrevistado 2, Coordenador de Cultura e Turismo de Nova Mamoré e entrevistado 3, gestor da Secretaria de Meio Ambiente de Guajará-Mirim (Sema), que constituem elos importantes para o planejamento de implementação do turismo na região. Também a manutenção e confiabilidade nos gestores públicos que precisam ser efetivas, resultantes de ações prometidas para geração de laços que compõem a rede constituída, e têm a finalidade de executar as etapas necessárias para a construção do processo de planejamento de políticas públicas que visam o benefício comum da população.

CONCLUSÃO

O processo de planejamento público da implementação do turismo no PEGM iniciou-se no ano de 1990, quando foi deliberado, no artigo 2º do Decreto de Criação do PEGM, que as terras e benfeitorias contidas nas áreas do parque foram declaradas de utilidade pública e, assim, passíveis de

desapropriação. Ocorre que, desde aquele mesmo ano, a regularização fundiária da área não foi realizada, mesmo tendo sido autorizada legalmente no parágrafo único do citado artigo.

De 1990 até 2023, sendo em 2023 o ano de conclusão desta pesquisa, passaram-se 33 anos e, ao longo desse período, houve várias gestões eletivas nas três esferas públicas, o município de Nova Mamoré foi emancipado em 15/06/1988, foi considerado mantenedor da maior extensão da área do PEGM. Ao longo desse período, novas leis de amparo para proteção da área preservada do parque, e para que essa permissão se torne realidade em muitas UC's e também no parque, foram sendo editadas e promulgadas pela legislação brasileira. Dentre elas, é possível mencionar o Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal (1998); o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (2000); o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (2006); a Política Nacional de Turismo (2008); o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia – PDES (2015); o Plano de Manejo Parque Estadual Guajará-Mirim (2016); as diretrizes para uso público dos Parques Estaduais de Rondônia (2017); os Princípios e Diretrizes do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação – ICMBio (2018); e a Política Estadual de Turismo (2021).

Com todo esse histórico, observa-se os 33 longos anos de lentidão para transformar expectativa permitida em realidade consentida, mesmo com esse arcabouço legal que ampara a gestão para a tomada de decisões que promovam a conservação do PEGM e o transforme em fonte de renda sustentável para a comunidade local.

No ano de 2022, um estudo solicitado pela gestão municipal apresentou a capacidade turística do PEGM, conforme relatado por três entrevistados, entretanto, não é apresentado no rol de documentos permissivos, considerando que o mesmo ainda não foi publicado em *site* público. Ou seja, os documentos que amparam as decisões e dão as trilhas a serem seguidas é um fato real, mas a morosidade em promover uma ação mais efetiva na administração pública especificamente para o PEGM, ainda não é visível e demonstra fragilidade nos interesses comuns de uma



comunidade que anseia o desenvolvimento da região, mas depende do interesse público em tornar realidade essa intenção.

O que se conclui é que as pesquisas necessitam ser mais amplas e contínuas para dar mais subsídios aos gestores públicos que defendem políticas públicas, demonstrando que, de fato, o turismo em uma região tão rica de belezas naturais pode ser alternativa limpa para muitos conflitos existentes na região. Além disso, o empoderamento das famílias, que podem vir a tomar para a si a responsabilidade pelo cuidado com as riquezas naturais, com os devidos benefícios necessários por promover a manutenção e preservação do espaço natural, proporcione uma política pública urgente, que garanta a confiabilidade necessária para a gestão pública. Porém, é importante considerar que as pesquisas realizadas expressam extratos de uma realidade local, para os quais os gestores públicos devem voltar seus olhares com mais efetividade para a condução das ações que possam proporcionar melhorias para a população local.

A academia promove subsídios para a pesquisa, que na ramificação da administração do turismo no Brasil é um tema bastante rico, com um sistema diversificado, que possui inúmeras áreas de atuação. Porém, os estudos no campo turístico da região ainda se encontram em fase embrionária, de modo que não se tornam referências dentro de nossa realidade, que é tão distinta nas cinco regiões do país. Os casos de sucesso existente nas distintas regiões brasileiras precisam ser conhecidos e explorados, como as boas práticas a serem adotadas para a região do PEGM, sem, contudo, deixar de valorizar a pesquisa regional, promover o incentivo a pesquisadores que desejam propor mudança de comportamentos em comunidades que buscam melhorias econômica e social e, acima de tudo, o usufruto de trabalhos realizados que ajudem na transformação de realidades amazônicas.

REFERÊNCIAS

AMAPAZ. **Diagnóstico plano de turismo**. Parque Estadual Guajará-Mirim. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BENI, Mario Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo. Editora ALEPH, 2006

BENINGTON, J; MARK H. M. Public value in complex and changing times. *In: Public value: theory and practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 1–20, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000b**. 2000.

BRASIL. **Ministério do Turismo** – MTUR. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes (2011–2014). 2013

CASTRO, M.C.S.; *et al.* Análise do uso turístico da unidade de conservação refúgio de vida silvestre metrópole da Amazônia (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 13, n.2, mai-jul. p. 277–292. 2020.

CONTI, B. R., & Lavandoski, J. Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1. 2019.

CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

HOLANDA, A.; LEMOS, A. Do paradigma ao Cosmograma. Sete contribuições da Teoria Ator-Rede para a pesquisa em comunicação. **XXII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)**, Universidade Federal da Bahia, 4 a 7 de junho de 2013.

IRVING, M. A. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: Construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. *In: PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. Ética socioambiental*. 2018.

IRVING, Marta de Azevedo; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de; NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. Turismo e áreas protegidas: tendências globais e desafios para a integração de políticas públicas. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*, n. 54, 2022.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador-BA. Bauru-SP: EDUFBA e EDUSC, 2012.

LATOUR, B. **Reassembling the Social**. An introduction to Actor-Network Theory. Oxford: University Press, NY, 2005.

LAW, J. Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity. **Centre for Science Studies Lancaster University On-Line Papers**, 1992.

MARIANI, Milton. Planos Municipais de Turismo no Brasil. **Turismo de Base Local – Identidade cultural e desenvolvimento regional**. (Org.) Giovani Seabra. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2007.

MATHEUS, Fabrício Scarpeta; RAIMUNDO, Sidnei. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, p. 454–479, 2017.

MINTROM, Michael; LUETJENS, Joannah. Creating public value: Tightening connections between policy design and public management. **Policy Studies Journal**, v. 45, n. 1, p. 170–190, 2017.

MOORE, M. H. Public value as the focus of strategy. **Australian Journal of Public Administration**, v. 53, n. 3, p. 296–303. 1994.

MOORE, Mark H. Managing for Value: Organizational Strategy in for-Profit, Nonprofit, and Governmental Organizations. **Nonprofit & Voluntary Sector Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 183–204, 2000.

MORAES, Edilaine Albertino de. **Encontro na Floresta**: interpretando o ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

(Acre-Brasil). (Dissertação). Programa de Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social Rio de Janeiro: UFRJ, 2009

NASRI, Y.X.G.; Irbing, M.A.; Oliveira, E.; Costa, G.B. Uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (RJ, Brasil): uma leitura sobre desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 554–580. 2022.

PRATES, Ana P. L e IRVING, Marta de Azevedo. **Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de AICHI**. Revista brasileira de políticas públicas. (Org.). PRATES, Ana P. L e Irving, Marta de Azevedo v. 5, n. 1. 2015.

ROCHA, Ana Carla Souto; ZAGATTO, Bruna Pastro; CARDOSO, Pedro Henrique. Unidades De Conservação: Territórios Socioambientais. In: SOUZA DE DEUS, Bernardo Gontijo José Antônio; *et al.* **Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas**. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 2013.

RODRIGUES, Camila G. O. & IRVING, Marta de Azevedo, Os Significados de “Público” e o Compromisso de Inclusão Social no Acesso aos Serviços de Apoio ao Turismo nos Parques Nacionais. In: IRVING, Marta de Azevedo; *et al.* **Turismo em áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015

SANSOLO, Davis Gruber. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 1, p. 105–119, 2013.

SANTOS, Mayra Laborda; CONTI, Bruna Ranção. Produção Científica sobre Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (2008–2017): Pesquisa bibliográfica e análise das metodologias. **Revista Acadêmica Observatório De Inovação Do Turismo**, v. 13, n. 2, p. 100–125, 2019.

STOCKER, Fabricio *et al.* Teoria de Redes de Influências de "Stakeholders": uma abordagem revisitada. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, p. 673–688, 2019.



TAVARES, Maria Goretti da Costa. Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 49, 2021.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Anais Uso Público em Unidades de Conservação**. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi, v. 2, 2001.

COMUNIDADE DA RESERVA EXTRATIVISTA LAGO DO CUNIÃ: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA SOCIAL SOB AS LENTES DA DIFERENCIAÇÃO DE SISTEMAS

Cassia Toshie Yamanaka²¹

Mariluce Paes-de-Souza²²

INTRODUÇÃO

A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann enxerga a evolução da sociedade pela perspectiva da diferenciação, iniciando-se pela sociedade segmentada, passando para a estratificada e, finalmente, para a funcional, sendo essa sucessão de fases necessária para o processo de desenvolvimento da complexidade social, o qual continua crescendo pela evolução da ciência e da tecnologia. (Valentinov; Chatalova, 2016). Uma chave para compreender a Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann é a noção de comunicação. (Albert, 2019). Os sistemas sociais, pela perspectiva desse autor, são formados não por seres humanos, mas por eventos de comunicação. (Tyulenev, 2009).

Segundo Niklas Luhmann, o entendimento da sociedade será pleno apenas a partir da compreensão da sociedade mundial, tendo em vista que, a princípio, qualquer parte do Planeta Terra é acessível à comunicação, posto que existem barreiras geográficas, políticas ou técnicas. É possível, no entanto, utilizar os estudos de Luhmann para compreender a evolução do sistema social de populações que vivem em condições específicas e apartadas em diversos aspectos da sociedade como um todo? Com base nesta reflexão, a presente pesquisa traz contribuições iniciais para o estudo da evolução do sistema social de populações tradicionais na Região Amazônica, tendo como base a teoria da diferenciação de sistemas.

²¹ Programa de Pós-Graduação em Administração / UNIR. E-mail: toshymnk@gmail.com

²² Pós-doutora em Administração (UFRGS), Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA-UFFA); Mestre em Engenharia de Produção (UFSC); Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFSC) e Graduada em Administração de Empresas (UNIR). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (CNPq - PQ-2). Professora titular em Programas de Pós-Graduação e Graduação da Universidade Federal de Rondônia. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>. E-mail: mariluce@unir.br

A Reserva Extrativista Lago do Cuniã (Resex Lago do Cuniã), trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, localizada na área rural do município de Porto Velho, em que habita uma população tradicional, de aproximadamente 400 pessoas, conforme Plano de Manejo da Resex (ICMBio, 2018), que passou por diversos movimentos de resistência para permanecer no local, além de muitos processos de mudança social e política até chegar aos dias atuais.

A Resex do Lago do Cuniã é também conhecida pela realização do manejo do jacaré, que ocorreu pela primeira vez em 2011 e, atualmente, encontra-se como um dos focos no Plano de Manejo da Resex. O manejo de jacaré pode ser considerado um produto da complexificação da comunidade em relação ao ambiente externo, cuja consequência foi a evolução do sistema social, remetendo à abordagem da diferenciação Sistema/Ambiente apresentada por Luhmann. (1977). Isto leva a pressupor que a atividade de manejo do jacaré foi resultado de um longo processo adaptativo e de evolução do sistema social da Resex Lago do Cuniã, que pode ter direcionado uma série de mudanças internas na comunidade, e ainda, encontrar ressonância em importantes construtos teóricos da diferenciação de sistemas.

O objetivo deste artigo é descrever o que constitui o sistema e o ambiente referente à comunidade da Resex Lago do Cuniã, bem como o desenvolvimento do sistema social ao longo do processo de implantação da Unidade de Conservação até culminar no desenvolvimento do manejo de jacaré.

Ao desenvolver o artigo, são apresentados os principais conceitos referentes à Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann (1977) relacionados à diferenciação de sistemas, os quais serão a base para a discussão dos resultados obtidos. Vale ressaltar que os conceitos discutidos por Luhmann são propostos para o estudo da sociedade como um todo e, na presente pesquisa, em se tratando de uma comunidade tradicional na Região Amazônica, foram necessárias adaptações para maior especificidade das análises dos dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem dos sistemas sociais desenvolvida por Luhmann define o sistema por sua diferença com relação ao seu entorno. Os sistemas

sociais operam, por um lado, para a redução da complexidade externa e, por outro, para o aumento da sua complexidade interna, o que promove sua evolução. (Neves; Neves, 2006). Segundo esta abordagem, o sistema e seu entorno se relacionam pela diferença nos graus de complexidade, sendo o segundo sempre mais complexo que o sistema, e este se decompõe em subsistemas e em elementos e relações. (Tyulenev, 2009). Neste contexto, insere-se o conceito de diferenciação de sistemas.

O sistema não enfrenta o ambiente externo com uma estrutura imutável, mas a condição para esse enfrentamento é a transformação interna do próprio sistema com a criação de subsistemas, que deixa de ser simples para se tornar mais complexa. (Kunzler, 2004). Os sistemas complexos demandam tempo para processar informações e selecionar reações, e a diferenciação de sistemas é a técnica estrutural para solucionar a questão do consumo de tempo existente nos sistemas complexos dentro de ambientes complexos. Esse tipo de raciocínio usa a distinção entre sistema e ambiente apenas uma vez: no nível do sistema diferenciado, mostrando a inevitabilidade da diferenciação por referência ao ambiente externo e depois retornando ao paradigma do todo e de suas partes. (Luhmann, 1977).

A diferenciação de sistemas não significa a decomposição do todo em partes, mas da diferenciação do sistema/ambiente, em outras palavras, não há um agente externo que o modifica, mas o próprio sistema faz as modificações em si mesmo para sobreviver no ambiente. (Albert, 2016; Kunzler, 2004). Em sistemas diferenciados, pode-se encontrar dois tipos de ambiente: o externo, comum a todos os subsistemas, e o interno a cada subsistema, o que implica que os subsistemas reconstroem e são novamente todo o sistema na forma especial de diferença entre sistema e ambiente. (Luhmann, 1977). Assim, é possível identificar outra característica dos sistemas, o fechamento operacional, em que o ambiente não atua no sistema e o contrário também não ocorre, um não atua ou decide sobre o outro, permitindo que a partir do elemento selecionado o sistema processe e construa seu próprio conhecimento e conheça o ambiente que lhe é distinto. (Kunzler, 2004).

Os sistemas devem ainda se adaptar a uma dupla complexidade, a própria e a do ambiente externo, ou seja, o sistema precisa se autoafirmar constantemente como um sistema distinto para não ser confundido com o ambiente. (Kunzler, 2004). A função da diferenciação de sistemas pode ser descrita como a intensificação da seletividade. Considerando sistemas da sociedade, sua principal função é ampliar e reduzir a complexidade dos ambientes interno e externo no sentido de que outros sistemas encontrarão estrutura suficiente para suportar limites e estruturas de maior seletividade. Uma sociedade diferenciada funcionalmente não pode ser controlada por partes (ou elites) como as sociedades estratificadas, pois sua complexidade estrutural pode ser formulada apenas por modelos que consideram diversas referências de sistema e ambiente de uma única vez. (Luhmann, 1977).

É importante frisar que a evolução da sociedade não começa por assumir um mundo indeterminado, mas reage primeiro a fatos concretos do ambiente e generaliza tais concepções como correlatas da diferenciação social. (Luhmann, 1977). Nesse sentido, a evolução do sistema não ocorre de isoladamente, mas depende das irritações ou perturbações causadas pelo ambiente, que fazem o sistema se autoproduzir. (Kunzler, 2004). As concepções do mundo variam simultaneamente ao aumento da diferenciação sistêmica. O sistema deve evoluir para sobreviver à complexidade do ambiente que cria novas possibilidades de forma inesperada, e apenas sociedades altamente complexas podem articular suas experiências no cotidiano com um mundo aberto e a concepção de autoseleção estrutural. (Kunzler, 2004; Luhmann, 1977).

Os graus de diferenciação são produzidos e mediados por formas de diferenciação que diferem no modo de estabelecer fronteiras entre subsistemas e sistema interno. A diferenciação de sistema requer a combinação de duas dicotomias, sistema/ambiente e equidade/inequidade, que geram três combinações emergentes: segmentação, estratificação e diferenciação funcional. A primeira refere-se à diferenciação da sociedade em subsistemas iguais, caracterizando sociedades arcaicas. Nesse sentido, a equidade se refere à autoseleção para a construção do sistema, e a inequidade entra como o efeito de diferir as condições ambientais.

A segunda diz respeito à diferenciação da sociedade em subsistemas desiguais, sendo resultado do aumento em tamanho e complexidade do sistema social e da distribuição desigual de potencial comunicativo, como riqueza e poder, o que caracteriza sistemas sociais hierarquizados que surgiram em tempos medievais. Neste tipo de diferenciação, a equidade torna-se a norma para a comunicação interna ao sistema, enquanto a inequidade é a norma para a comunicação com o ambiente. (Luhmann, 1977; Seidl, 2004).

A diferenciação funcional seleciona processos de comunicação ao redor de funções especiais para ser realizado ao nível de sociedade, sendo esta a mais difícil de realizar comparada às duas primeiras devido às condições requeridas: a sociedade necessita utilizar um segundo nível de construção de sistemas para institucionalizar a primazia de funções específicas para o conjunto especial de relações sistema/ambiente, em outras palavras, a sociedade produz subsistemas exclusivos para cumprir funções específicas, a fim de reduzir a complexidade do ambiente. Desta forma, são criadas as diferenciações de papéis para a construção de subsistemas, sendo necessários pelo menos dois papéis distintos para a organização das expectativas complementares em torno de uma função específica. (Albert, 2016; Luhmann, 1977).

O sistema é decomposto em subsistemas de um lado e em elementos e relações do outro, nos quais os elementos não existem sem relações e vice-versa. Os elementos são elementos somente para os sistemas que os utilizam como unidade e o são, unicamente, através desses sistemas. (Albert, 2016; Neves; Neves, 2006). Destacam-se seis subsistemas que constroem uma especificidade própria para lidar com a complexidade através de “códigos binários”: Direito (código lícito/ilícito), Economia (código lucro/prejuízo), Política (código progressista/conservador), Ciência (código verdadeiro/falso), Educação (código ensino/não ensino), Moral (código bem/mal). Cada um com sua função e operação de se autoproduzir para reduzir a crescente complexidade social e aumentar a própria, salientando que um subsistema não está em vantagem sobre o outro. (Albert, 2016; Luhmann, 1977; Seidl, 2004). Ressalta-se que tais subsistemas são utilizados para explicar o funcionamento da sociedade

mundial, assim, para compreensão de comunidades menores, é necessário fazer outro tipo de caracterização.

No entanto, é importante destacar que estas noções dicotômicas não significam critérios fortes para uma crença, justiça ou verdade autênticas, pois são apenas mídias semânticas para apresentar possíveis formas de crença, verdade, justiça, entre outros. Essas mídias de comunicação podem tornar menos improváveis as formas mais improváveis de conectividade, e facilitar a emergência do sistema funcional. (Nassehi, 2005; Seidl, 2004).

A orientação funcional direciona à realidade presente, sendo usada como endereço às relações comunicativas. A orientação de desempenho, direcionada para o horizonte temporal futuro, caracteriza-se pelo ajuste das entradas e saídas às perspectivas de sistema e ambiente de outros subsistemas, sendo assim, o cumprimento da função como tal não representa desempenho suficiente nas relações entre sistemas. A orientação reflexiva, que se direciona às histórias passadas, torna-se inevitável quando surgem problemas de continuidade ou descontinuidade que devam ser resolvidos, retornando à concepção que um sistema tem de sua própria identidade, ou seja, a solução demanda uma história do sistema que pode ser reduzida e reconstruída para sondar e comprovar problemas, soluções, concepções e construções de realidade. É importante ressaltar que nenhuma delas se excluem, apenas se diferenciam no horizonte temporal. (Luhmann, 1977).

Luhmann (1977) apresenta que diferentes formas de diferenciação dependem de condições estruturais diversas, que também possuem efeitos colaterais. Desta forma, o autor indica algumas possibilidades de aprofundamento da análise em relação a: (1) limites do sistema, que delimitam o ambiente interno e estabelece relações seletivas entre ambientes interno e externo; (2) tamanho, sendo o número de elementos e as inter-relações as quais constituem o sistema; (3) estruturas de tempo; e (4) níveis de expectativa. A análise tem foco nas sociedades com diferenciação funcional como seu esquema primário, isto é, as sociedades modernas.



Os limites não impedem e podem até incentivar o tráfego externo, a cooperação e o conflito além das fronteiras, cuja forma definirá o tipo de relações externas que parecem ser vantajosas ou perigosas. Qualquer forma de diferenciação pressupõe limites dos sistemas diferenciados, sendo que tal forma afeta os requerimentos do limite. O aumento da diferenciação funcional leva a demandas divergentes e regras de seleção distintas para a fronteira externa dos sistemas sociais e, assim, é uma consequência da diferenciação funcional que os limites do sistema social se deslocam para o extremo, abrangendo toda a comunicação social possível. (Luhmann, 1977; Tyulenev, 2009). Nesse sentido, o limite de um sistema é a forma de significar sua comunicação, sua codificação semântica. (Arnoldi, 2001; Tyulenev, 2009).

A vantagem do tamanho não se pauta na capacidade de colocar em prática todas as inter-relações possíveis, mas na oportunidade de selecionar as mais importantes. Assim, aumentar em tamanho significa aumentar a seletividade. O tamanho apresenta a seletividade em um dado sistema, e a seletividade aumentada (e não o grande número de elementos) deve corresponder a formas apropriadas de diferenciação. Para resolver problemas de aumento de tamanho, existe a integração das variáveis demográficas (crescimento da população que se integra à sociedade) e de comunicação. (Luhmann, 1977).

As estruturas do tempo causam impacto especial na estrutura, pois causam a temporalização da complexidade. A diferenciação funcional expõe os subsistemas a um ambiente interno altamente complexo e atenua os entendimentos comuns pela redução dos significados simbólicos altamente generalizados ou pelas situações da vida cotidiana que são alterados com a mudança de parceiros. Assim, as noções sobre tempo e concepções de horizontes temporais também se modificam, alterando as concepções do presente ao reduzi-lo a um instante sem continuidade inerente e dependendo de causas secundárias e esforço humano para sua preservação. Desta forma, há necessidade de substituir concepções comuns por uma sucessão de diferentes eventos e ações, temporalizando assim a complexidade. (Luhmann, 1977).

As pressões do tempo possuem impacto especial na estrutura, pois afetam a forma como as estruturas podem ser identificadas como expectativas na vida cotidiana, cuja estruturação vale-se de expectativas recíprocas. As expectativas de comportamentos humanos podem ser identificadas por valores, por programas (normas ou objetivos), por papéis, ou por pessoas a quem se referem, e os diferentes níveis de identificação podem se enquadrar entre abstrato e concreto. As expectativas são evocadas por meio de contextos e convivem em grupos, e somente sob a pressão de decepções e mudanças sugeridas, ou seja, sob a condição de escolha forçada de mudar ou não mudar as expectativas, que estas são forçadas a aceitar um significado cognitivo ou normativo, determinando o ponto de vista que identifica a unidade que deve ser alterada ou não. (Luhmann, 1977).

Quando um sistema é autônomo, diz-se que ele é autorreferente, mas essa autonomia não significa ser socialmente fechado, trata-se apenas de um fechamento operacional. Uma das consequências importantes da autorreferência é o fato de que qualquer sistema social pode observar somente de acordo com seu próprio código. Desta forma, com a diferenciação de sistemas da sociedade, a existência de uma posição central única, cujas observações são universais, torna-se impossível. Como exemplo, pode ser citado que o mundo de significações do sistema econômico não tem significado para o sistema político. (Arnoldi, 2001).

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou-se de métodos qualitativos para seu desenvolvimento, na medida em que não é possível isolar o fenômeno para análise, e considera os indivíduos como sujeitos ativos, ou seja, que produzem sua própria interpretação de sua prática. (Abdal *et al.*, 2016). Na presente pesquisa, adota-se o paradigma realista crítico, segundo Saunders, Lewis e Thornhill (2012), em que se considera que a realidade existe independentemente de pensamentos e crenças dos seres humanos, mas é interpretada através das condições sociais a que os seres humanos estão submetidos, focando-se nas explicações dentro dos contextos em que ocorrem.

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso com a abordagem apresentada por Yin (2001). Para esta pesquisa, o caso foi definido como o manejo do jacaré, e a unidade de análise principal como a Reserva Extrativista Lago do Cuniã, cujo contexto se insere em políticas referentes à UC de Uso Sustentável. É importante enfatizar que a Resex Lago do Cuniã é a única UC que possui moradores que realizam o manejo consolidado do jacaré silvestre, ou seja, em processo de harvesting no Brasil até os dias atuais.

Por se tratar de uma Unidade de Conservação, a pesquisa foi autorizada formalmente pelo respectivo órgão gestor, no caso o ICMBio, através de um termo de autorização de pesquisa que foi concedido após a submissão do projeto na Plataforma SISBIO e aprovação deste. Após a aprovação pelo ICMBio, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado com CAAE 29392920.0.0000.5300, visto que necessita da aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa – CEP, segundo a Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, Art. 1º, §1º, em que se dispõe: “Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/Conep”. (Brasil, 2016).

Foram coletados dados primários a partir de observações não participantes e de entrevistas semiestruturadas com os membros da Cooperativa de Pescadores, Aquicultores, Agricultores e Extrativistas da Resex Cuniã (Coopcuniã), e dados secundários por meio de documentos textuais (Saunders; Lewis; Thornhill, 2012) elaborados pelos membros da cooperativa (atas de reuniões e outros documentos que foram gerados durante o desenvolvimento do manejo do jacaré). Os documentos e as entrevistas foram utilizados para realizar a triangulação das informações através da convergência dos fatos (Yin, 2001), eliminando o viés do pesquisador, pelas entrevistas com os próprios cooperados, e o viés dos entrevistados, pela análise dos documentos.

Foi realizada, no dia 16 de novembro de 2019, uma sessão de pré-testes das entrevistas com três moradores da Resex Lago do Cuniã, cuja duração variou entre 15 e 20 minutos, utilizando-se um roteiro inicial. As entrevistas foram realizadas com comunitários que não participavam do



manejo de jacaré, com a finalidade de observar a adequação da linguagem das perguntas e as respostas que seriam obtidas a partir das questões apresentadas. O roteiro inicial foi alterado, sendo separados em dois roteiros de entrevista a partir do pré-teste do instrumento de pesquisa. A partir dos dois roteiros elaborados, foram realizadas 8 entrevistas nos núcleos Silva-Lopes-Araújo, Neves e Araçá, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Características dos entrevistados

Entrevistado	Núcleo	Idade	Gênero	Trabalha no manejo?
E.1.N	Neves	41	Masculino	Sim
E.2.A	Araçá	63	Masculino	Já trabalhou
E.3.A	Araçá	55	Masculino	Não
E.4.A	Araçá	67	Masculino	Não
E.5.N	Neves	72	Feminino	Já trabalhou
E.6.S	Silva-Lopes-Araújo	45	Feminino	Sim
E.7.N	Neves	39	Feminino	Sim
E.8.S	Silva-Lopes-Araújo	55	Masculino	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise temática apresentada por Minayo (2002), denominada de método hermenêutico-dialético, segundo a própria autora, organizada em três etapas: 1) ordenação dos dados; 2) classificação dos dados; e 3) análise final. Segundo Minayo (2002), a categorização compreende um processo de reunir respostas de indivíduos diferentes, mas com significação semelhante. A etapa de categorização foi realizada a priori da análise dos dados. Entende-se que os construtos e as dimensões correspondem às categorias e unidades de registro, respectivamente, apresentadas por Minayo (2002).

A etapa de categorização foi realizada *a priori* da análise dos dados, tendo como base o referencial teórico apresentado anteriormente. Na fase de ordenação dos dados, as entrevistas foram depositadas em armazenamento em nuvem e, posteriormente, transcritas integralmente. Os dados coletados a partir das observações não participantes foram

utilizados na análise de consistência nos resultados, ou seja, para confirmar as informações obtidas pelas entrevistas e pelos documentos. Para auxiliar na fase de classificação, utilizou-se o Programa MAXQDA. Primeiramente, foram importadas para o programa todas as transcrições de entrevistas e documentos escaneados. De forma simultânea à leitura das entrevistas e dos documentos, foi realizada identificação dos trechos relevantes e sua classificação nos códigos estabelecidos.

Na etapa da análise final, foram estabelecidas articulações entre os dados obtidos e as referências teóricas da pesquisa, buscando a resolução da questão de pesquisa, o alcance dos objetivos e a promoção das relações entre teoria e prática. (Minayo, 2002). Através das entrevistas e das observações coletadas, serão caracterizadas detalhadamente as relações existentes entre os moradores e os atores externos.

A seção a seguir apresenta os resultados obtidos a partir dos dados coletados e suas respectivas discussões com base no referencial teórico apresentado anteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das categorias referentes à diferenciação dos sistemas, assim como sua criação, foi pautada principalmente em Luhmann (1997). A primeira categoria para análise da diferenciação de sistemas se refere aos “limites do sistema”. Através dos dados apresentados pelas entrevistas, foram observadas duas questões principais em relação aos limites do sistema: saneamento e geração de renda.

Os entrevistados apresentam a situação da água e do esgotamento sanitário antes e após a criação da Resex, demonstrando a complexidade do sistema social pela inserção dos poços artesianos, do encanamento, do sistema de esgotamento dos efluentes domésticos e de energia, como citado pelos entrevistados E.2.A e E.3.A, respectivamente, “o cara pegava do igarapezinho [...] agora é água de poço mesmo” e “Esses banheiros também a gente não tinha”. (Luhmann, 1977).

Nos termos de Luhmann (1977), o sistema social foi decomposto em dois outros subsistemas, o de saneamento e o de transmissão de energia

elétrica. A inserção de tecnologias do sistema de saneamento proporcionou uma mudança na comunicação social com o ambiente, visto que foi modificada a forma de interação através da implantação de banheiros e de bombas para exploração de água. Desta forma, alterou-se também a relação da comunidade com os corpos hídricos, na qual antes as roupas eram lavadas na beira do lago e a água era consumida do próprio rio. Atualmente, existe água encanada em todas as casas para uso das famílias, ocorrendo o aumento da diferenciação funcional, conforme a teoria de Luhmann (1977).

Em 2018, ocorreram dois acontecimentos importantes quanto à diferenciação de sistemas da comunidade da Resex Lago do Cuniã, especialmente em relação aos limites do sistema: a ampliação do território da Resex pelo Decreto n. 9.638 de 26 de dezembro de 2018, processo cujo início se deu em 2006, e a aprovação do Plano de Manejo da Resex Lago do Cuniã. Na prática, o Plano de Manejo não gera uma grande alteração na diferenciação de sistemas (Luhmann, 1977), pois as atividades planejadas não alteram as atividades já realizadas pelos comunitários, mas direcionam as ações futuras para o desenvolvimento sustentável da Resex. Por outro lado, a ampliação da Resex gera mudança na diferenciação sistema-ambiente pela ampliação do limite do sistema social, conceito proposto por Luhmann (1977), no que diz respeito à área de geração de renda, visto que uma área não utilizada pelos moradores foi incorporada ao sistema social e, desta forma, os comunitários devem se organizar para que ocorra um uso eficiente e “justo” entre as famílias.

A segunda questão apresentada na categoria “limites do sistema” trata-se das atividades para geração de renda. Observa-se unanimidade dos entrevistados em relação à importância da atividade de pesca no passado. O entrevistado E.2.A apresenta situações interessantes no trecho “tiração de madeira que agora [...] tem que ser com o consentimento [...] agora tem que tê um limite de pescaria”, em que atualmente existe limite para pesca e para retirada de madeira. O entrevistado E.8.S esboça outra situação, na qual existem muitos moradores que deixaram a atividade de pesca em função do aumento da demanda de serviço público proporcionado pela



escola municipal e pelo posto de saúde. (“A maioria dos moradores já abandonaram um pouco a pesca, tão pro lado do funcionalismo”).

Novamente nota-se o aumento da diferenciação funcional pela inserção de atividades de serviço público, e a comunicação social (Arnoldi, 2001) torna-se mais abrangente, complexificando internamente o sistema social pela implantação do sistema de saúde e de transporte escolar e, menos complexo em relação ao ambiente externo, por haver melhores técnicas para superação de conflitos causados pela falta de medicamentos e pela dificuldade de transporte por vias hídricas. Tais situações corroboram com Luhmann (1977) e Tyulenev (2009), visto que demonstram que o aumento da diferenciação funcional direciona as demandas divergentes e regras de seleção distintas para a fronteira externa dos sistemas sociais.

Desta forma, é possível distinguir dois sistemas que abrangem a comunidade do Cuniã: o primeiro diz respeito ao “Cuniã arcaico”, em que não havia a diferenciação de subsistemas dentro do sistema social, e o segundo, a qual pode ser referido como “Cuniã moderno”, não apenas no sentido da incorporação tecnológica, mas também decorrente da diferenciação em subsistemas distintos, como proposto por Luhmann (1997).

A segunda categoria da diferenciação de sistemas trata-se do “tamanho do sistema”, com base em Luhmann (1977), em que foi analisado o aumento ou a redução do tamanho populacional da Resex ao longo dos anos. Os entrevistados E.2.A, E.3.A e E.4.A, respectivamente, nos trechos “vai saindo [...] agora tem pouca gente”, “um monte de gente foi embora [...] pelas dificuldades” e “uns saíram pra estudá, e pra lá arranjaram um trabalho bom e ficaram pra lá”, destacam o êxodo de famílias pelas dificuldades existentes na comunidade e pelas perspectivas de uma vida melhor em outras comunidades mais estruturadas, enquanto os jovens se retiram da comunidade principalmente para estudar, indicando a redução do sistema social. (Luhmann, 1977).

Quanto ao aumento do sistema social, que se traduz basicamente no aumento populacional, o entrevistado E.8.S apresenta o trecho “Antes o número de pescadores era bem pouco [...] com esse crescimento da



população, aumentô o número de pescador”, demonstra maior foco nas atividades para geração de renda, em que a sua percepção de aumento populacional através dos matrimônios dos “filhos do Cuniã” teve consequências na “concorrência” pesqueira, ou seja, há menos peixe para cada família gerar sua renda com a pesca. Assim, em concordância com a teoria de Luhmann (1977), foi necessário integrar as variáveis demográficas com as de comunicação para resolver este conflito, culminando no limite de pesca implantado para evitar a extinção das espécies de peixe na Resex. A limitação ocorre na comunicação entre a sociedade e o subsistema de atividade pesqueira, principalmente para a venda. Nesse sentido, ocorreu o aumento da seletividade da comunicação (Luhmann, 1977) entre o sistema social e o subsistema de pesca.

Essa diferença de perspectiva pode ter sido gerada pela diferença temporal na fala dos comunitários, pois os entrevistados E.2.A, E.3.A e E.4.A citam a diminuição populacional no horizonte temporal passado, e o entrevistado E.8.S cita o aumento populacional no horizonte temporal presente, enfatizando os matrimônios.

A terceira categoria referente à diferenciação de sistemas são as “estruturas de tempo” que, segundo Luhmann (1977), tratam-se das modificações das noções de tempo e das concepções de horizontes temporais. Para analisar esta categoria, buscou-se observar nas falas dos entrevistados, suas percepções sobre as dificuldades enfrentadas durante o tempo de permanência na comunidade desde antes da criação da Resex, e sobre o enfrentamento da sua condição anterior, ilustrando o horizonte temporal passado.

Sobre as dificuldades enfrentadas, os entrevistados E.3.A, E.4.A e E.8.S apresentam, respectivamente, “quando enchia muito a gente tinha que busca [água] lá na cabeceira, quase 1h de viagem”, “quando a gente precisava de se deslocar daqui pra fora, a gente tinha que ir na remada, a gente gastava 5 horas, 6 horas de remo” e “O acesso à cidade também era bem complicado... pra chegar a cidade gastava até 3 dias daqui pra lá”, explicitando dificuldades quanto ao acesso à água e ao transporte até a cidade. Os entrevistados E.2.A e E.8.S, ao citar, respectivamente, falas como “já é acostumado na vida mais ruim” e “Achando bom ou ruim, a gente



aceitava aquilo ali, porque era daquela maneira”, apresentam que os comunitários se conformavam com sua situação de dificuldade na época antes da criação da Resex.

Por outro lado, após a criação da Resex, os entrevistados E.3.A e E.8.S apresentam trechos como “Eu sempre falo pros meus filhos, eu passei por momentos mais difíceis ainda” e “hoje tá muito é fácil, né”, em que explicitam exemplos de superação para os mais jovens. Ou seja, a população da Resex, cujo sentimento no passado era de conformação, no presente tornou-se de superação. Assim, após a análise destes trechos em relação à categoria “estruturas do tempo”, observou-se exatamente a “temporalização da complexidade”, conforme a perspectiva de Luhmann (1977), em que os entrevistados demonstram alteração ao longo do tempo (identificado pelos horizontes temporais “antes” e “após” a criação da Resex) das concepções que tinham sobre as suas dificuldades no passado, através da sucessão de eventos que ocorreram após a criação da Resex e que levaram à superação das dificuldades pelos comunitários.

A quarta categoria da diferenciação de sistemas são os “níveis de expectativa” evocados pelos comunitários através dos contextos em que foram submetidos. (Luhmann, 1977). Para maior profundidade na análise, esta categoria foi subdividida em presente, passado e futuro, com finalidade de descrever as expectativas que os entrevistados tinham antes, se estas foram superadas para melhor ou não, e para identificar sua expectativa em relação ao desenvolvimento da comunidade e à sua vida futura na Resex.

Os entrevistados E.2.A, E.3.A e E.4.A, nos trechos “a gente não podia trabalhá como era antes”, “no início a gente achava que num ia sê bom” e “a gente pensava num podia sê bom pra nós”, destacam que no início não achavam que a criação da Resex iria trazer benefícios aos moradores da comunidade, especialmente na questão do trabalho e das atividades que poderiam ou não ser realizadas internamente à Resex, demonstrando uma expectativa coletiva em relação às normas que seriam provenientes da implantação desta UC, corroborando com Luhmann (1977), o qual destaca que as expectativas são evocadas por meio de contextos e convivem em grupos.

Por outro lado, são apresentadas alterações na visão dos entrevistados após as condições de mudança a que foram submetidos. Os entrevistados E.3.A, E.4.A e E.8.S explicitam que sua expectativa foi superada em frases como “veio energia, veio poço, veio água encanada, veio uma série de coisa que hoje tem aqui no Cuniã”, “depois da criação da Reserva, tudo isso melhorou” e “depois que foi criada a Reserva a gente foi beneficiado”, pois a criação da Resex garantiu a permanência da comunidade no local e trouxe melhorias na qualidade de vida. A partir do conceito de Luhmann (1977), é possível observar que as expectativas, antes com significado normativo de imposição de leis, foram modificadas com o significado cognitivo, em que os entrevistados viveram melhorias nas suas vidas ao longo do tempo.

Embora grande parte dos entrevistados esteja satisfeito com a criação da Resex, a entrevistada E.5.N demonstrou insatisfação e decepção quanto à infraestrutura de sua moradia, como explicitado em “a melhora só era a luz mesmo, mas eu num tô achando quase melhora”. O trecho da entrevista mostra que, apesar das melhorias promovidas para os moradores da Resex, ainda existe carência de manutenção técnica dos poços artesanais e das linhas de transmissão que levam energia gerada na comunidade de São Carlos para a Resex Lago do Cuniã, causando a instabilidade citada, principalmente devido a quedas de galhos e às tempestades mais intensas. Na ocasião da visita de campo à comunidade, ocorreu a queda da energia elétrica por um período de, aproximadamente, quatro horas, confirmando as questões citadas.

Embora existam pontos a serem melhorados, destaca-se um nível de expectativa elevado em relação ao futuro das vidas dos entrevistados na Resex, demonstrando esperança e perspectivas de melhoria através da comparação com as mudanças que já ocorreram, e pelo desejo de desenvolvimento da região onde vivem. Os entrevistados E.1.N, E.3.A, E.4.A e E.8.S apresentam, respectivamente, trechos como, “eu quero que as coisas dê certo no Cuniã”, “minha esperança é sempre pra melhor”, “espero que mude [...] pra melhor” e “a gente espera que melhore mais ainda”, demonstrando expectativas recíprocas proporcionadas pelas mudanças



sugeridas a partir das melhorias que já foram realizadas na comunidade, o que corrobora com Luhmann (1977).

Juntamente com as expectativas em relação ao futuro, surgem as sugestões e demandas para melhorias na qualidade de vida, em que são explicitadas sugestões para melhoria não apenas nas atividades de geração de renda, mas também na infraestrutura da comunidade, como apresentado pelos entrevistados E.3.A, E.7.N e E.8.S, incluindo a escola, o posto de saúde e a estrada de acesso à comunidade de São Carlos. Nos trechos, “infelizmente eles num pode consegui porque é muito pequena a nossa comunidade”, “a deficiência, assim, de professores é grande” e “se viesse mesmo as coisa seria bem melhor mesmo”, observam-se expressões de decepção, identificando situações que devem ser melhoradas. (Luhmann, 1977). Além disso, nota-se que a expectativa dessas melhorias abrange não apenas o presente, mas também as futuras gerações, ou seja, os filhos e netos dos comunitários.

Por outro lado, os entrevistados E.2.A e E.5.N evocam expectativas de comportamentos humanos identificadas por objetivos (Luhmann, 1977), neste caso, para melhorias nas atividades de geração de renda, como explicitado nos trechos, “[...] a cooperativa ela não era só do manejo do jacaré, [...] outros produtos também, que nem do pirarucu, do açaí, castanha... tudo isso ela podia puxá” e “se essas rapaziada nova se juntasse pra aproveitá umas campina grande que tem aí [...] todo mundo ia trabalha”. Tais trechos indicam decepções em relação ao esforço de geração de renda na comunidade que os fizeram identificar uma situação que deve ser modificada, corroborando com Luhmann (1977).

Após a análise da categoria “estruturas de tempo”, pôde ser constatada convergência com a teoria de Luhmann (1977), pois a mudança da expectativa do passado em relação ao futuro foi modificada devido aos contextos vividos e presenciados pelos entrevistados, forçando-os a mudar suas expectativas negativas para positivas. Além disso, as expectativas em relação ao futuro direcionam-se sempre para a esperança de melhorias na comunidade, principalmente na sua infraestrutura, tanto educacional quanto na saúde, e na geração de renda, com foco na utilização de recursos naturais que podem ser extraídos da floresta.

Em se tratando de uso dos recursos naturais na Resex Lago do Cuniã existem diversos produtos extrativistas (castanha-da-Amazônia, açaí, cupuaçu, copaíba, andiroba etc.), os quais se enquadram no conceito



de produtos da sociobiodiversidade utilizados para geração de renda dos moradores da comunidade. Embora os projetos promovidos na Resex Lago do Cuniã tenham dificuldade de serem implementados e continuados com efetividade, existem iniciativas importantes com relação aos produtos extrativistas da Resex.

O Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA), uma Organização sem fins lucrativos, iniciou o trabalho de fortalecimento da cadeia de valor da castanha em 2005, envolvendo as comunidades de São Carlos do Jamari e a Resex Lago do Cuniã. Em 2008, ocorreu a movimentação para criar uma organização coletiva, a fim de produzir e comercializar o produto e, em 2010, foi formalizada como uma associação independente (Associação Arte e Castanha de São Carlos do Jamari e Cuniã, ou simplesmente Associação Arte-Castanha).

Em 2016, foi instalado pelo Napra, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), um módulo de Mini Usina para fabricação de castanha desidratada, de um paiol para cobertura dos equipamentos e de uma escadaria no porto do galpão na Resex Lago do Cuniã, promovendo trabalho em conjunto com o grupo de extrativistas da associação Arte-Castanha e demais interessados. (Napra, 2014). Embora existam atividades que são realizadas no mesmo período e ocorra conflito com a atividade de processamento da castanha, aos poucos ocorrem avanços nesta atividade com o auxílio dos comunitários e a assessoria do Napra.

Outro produto que já se extrai na Resex é o açaí. Algumas famílias produzem o vinho do açaí manualmente para consumo próprio, outras possuem a máquina de retirar a polpa do açaí e vendem o produto localmente, não realizando vendas em Porto Velho devido à grande distância e à perecibilidade do produto. No entanto, em 2019, deu-se início ao “Projeto do Açaí” no qual a Coopcuniã adquiriu a máquina para despolpar o açaí e realizar o processamento do fruto, visando à venda em maior escala, utilizando o nome da cooperativa. A principal atividade da Coopcuniã, até o momento, pauta-se no manejo de jacaré, mas a cooperativa está se expandindo para abranger outras atividades que permitam geração de renda para as famílias extrativistas da comunidade, como o processamento de açaí, citado anteriormente, e o início do manejo do pirarucu.

É importante notar que as iniciativas citadas promovem mudança na diferenciação de sistemas da comunidade estudada, visto que estimulam



o aumento do subsistema “Economia” dentro do sistema social pelo aumento da diversidade das atividades de geração de renda, complexificando-o. (Luhmann, 1977).

O Quadro 2 resume a análise dos níveis de expectativa e das estruturas de tempo realizadas anteriormente, destacando as principais características e as abordagens teóricas correspondentes.

Quadro 2 – Estruturas de tempo e níveis de expectativa da comunidade

	Passado	Presente	Futuro	Abordagem teórica
Estruturas de tempo	Ausência de energia elétrica: dificuldade de conservação de alimento	Sentimento de superação	-	Luhmann (1977), Arnoldi (2001), Tyulenev (2009), Albert (2016)
	Dificuldade de transporte	Exemplo de superação para os mais jovens		
	Utilização de água in natura do lago ou do igarapé	Empoderamento da população		
	Moradia de madeira rústica	Sentimento de gratidão por ter acreditado que tudo iria melhorar		
	Sentimento de conformação			
Níveis de expectativa	A criação da Resex não traria benefícios para os comunitários	Superação da expectativa: criação da Resex auxiliou a permanência da comunidade	Esperança de melhoria contínua	
	Normas rígidas de utilização dos recursos	União dos órgãos federais e estaduais para elevar a qualidade de vida dos comunitários (Energia elétrica e internet)	Aumento de variedade de atividades para geração de renda	
	Atividades restringidas para os comunitários	Melhoria do sistema de saúde, de saneamento e de transporte	Melhoria no sistema de saúde e de educação para as atuais e futuras gerações	

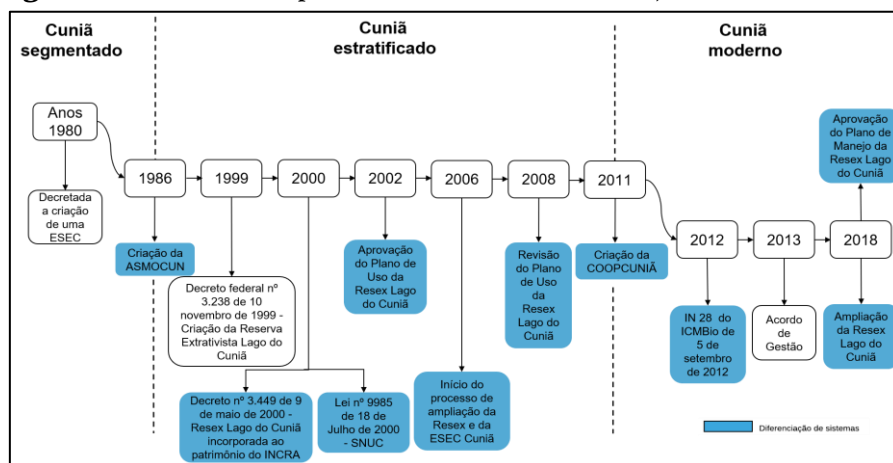
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados de pesquisa.

A observação do Quadro 2 indica que tanto as estruturas de tempo quanto os níveis de expectativa foram modificados ao longo do tempo. Corroborando com Luhmann (1977), os entrevistados demonstraram ter modificado as concepções de que a criação da Resex não traria benefícios aos seus moradores, visto que a sucessão dos eventos trouxe melhorias na qualidade de vida da comunidade. Os níveis de expectativa, que no passado eram baixos, foram modificados ao ponto de celebrar aprendizados e benefícios levados à Resex, embora sob a pressão de decepções tenham sido forçados a identificar pontos a serem alterados, principalmente, na infraestrutura da comunidade, consolidando novamente o que foi preconizado por Luhmann (1977).

EVOLUÇÃO DO SISTEMA SOCIAL DA RESEX LAGO DO CUNIÃ

Após as análises dos resultados referentes às categorias da diferenciação de sistemas, pode-se demonstrar a evolução do sistema social da comunidade do Cuniã ao longo do tempo. A Figura 1 apresenta a linha do tempo de evolução da comunidade residente na Resex Lago do Cuniã, destacando-se os eventos que provocaram a diferenciação do sistema social.

Figura 1 – Linha do tempo dos eventos de diferenciação do sistema social



Fonte: Dados da pesquisa.

Até o ano de 1986, considera-se que a comunidade era caracterizada por um sistema social segmentado (aqui denominado de Cuniã arcaico segmentado), conforme conceito apresentado por Luhmann (1977), ou seja, em que não existem sistemas diferenciados e instala-se a equidade entre todos os moradores. Nesse sistema, a comunidade não era dividida em núcleos e o jacaré era inserido no sistema social, apesar de gerar pouca renda para a comunidade na época da caça comercial legalizada.

No sistema social segmentado (Luhmann, 1977), as casas arcaicas eram construídas de madeira e cobertas de palha de bananeira. Existiam duas escolas simultâneas (uma no núcleo Silva-Lopes-Araújo, uma no núcleo Araçá, que posteriormente é desativada, e outra no núcleo Pupunhas), um posto de saúde, campos de futebol para lazer dos comunitários, igrejas católica e evangélica, e a geração de renda era feita quase exclusivamente pela pesca, sendo incluídas a mandioca e a castanha para algumas famílias.

Com a criação da Associação de Moradores do Lago do Cuniã (Asmocun), em 1986, conforme Figura 1, entende-se que houve estratificação do sistema social (denominado na presente pesquisa como “Cuniã arcaico estratificado”), conforme Luhmann (1977) e Seidl (2004), não no sentido de que um morador possuía mais riqueza material do que outros, mas no sentido de que um grupo de moradores seria o porta-voz para as demandas da comunidade, nesse caso, a diretoria da associação. Neste sistema social, a comunidade foi dividida em núcleos e, com a proibição da caça comercial, o jacaré passou a se inserir apenas no ambiente e não gerava renda para a comunidade.

A geração de renda no sistema social do Cuniã estratificado continuou pautada na pesca de maneira geral, mas no núcleo Araçá também existe uma potência na produção de mandioca e farinha, e nos demais núcleos, a produção de farinha é reduzida, enfatizando-se mais a coleta de Castanha-da-Amazônia. Neste sistema social, o jacaré não se insere mais no sistema, pois os moradores não geram mais renda através da caça desses animais, visto que foi decretada a proibição e há dificuldade de se obter um mercado consumidor estável.

A partir da criação da Asmocun, iniciou-se o processo de transição do sistema social segmentado para o que se denominou na presente pesquisa de “Cuniã moderno”, onde é possível observar a diferenciação funcional de sistemas. (Luhmann, 1977). O “Cuniã arcaico segmentado” passou a ser “Cuniã arcaico estratificado” e após um longo processo de evolução social, desenvolveu-se até se tornar “Cuniã moderno”.

Em 2002, conforme Figura 1, foi aprovado o Plano de Uso da Resex Lago do Cuniã, o que gerou diferenciação do sistema social na medida em que os moradores locais teriam normas externas a serem seguidas para o uso dos recursos naturais. Em 2008, ocorreu a revisão do Plano de Uso e apenas em 2018 foi aprovado o Plano de Manejo da Resex Lago do Cuniã. Durante este período, o sistema social da Resex foi se estabelecendo até os dias atuais, formando o “Cuniã moderno”.

O sistema social do “Cuniã moderno” foi estabelecido a partir da inserção do sistema de saneamento, da energia, da Coopcuniã e do manejo do jacaré, além do aumento do número de servidores públicos na comunidade. As entrevistas apontaram o aumento populacional em todos os núcleos, além da diferenciação de sistemas referentes à inserção do subsistema de saneamento proporcionado pela água encanada e o sistema de esgotamento sanitário, e do subsistema de energia elétrica em todos os núcleos, do subsistema de instituição, ilustrado pelas figuras da Coopcuniã e do ICMBio no núcleo Silva-Lopes-Araújo, e do subsistema de comunicação, apresentado pela implementação da internet.

Observa-se também a melhoria na infraestrutura das casas, a partir do ano 2000, em que, a partir da inserção da Resex Lago do Cuniã como patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, conforme Figura 1, ocorreu a atuação desta instituição para a melhoria da infraestrutura das moradias dos comunitários que, atualmente, em sua maioria possuem partes ou são completamente construídas de alvenaria. O jacaré, no sistema social do Cuniã moderno, é inserido como uma importante fonte de renda em toda a comunidade a partir da criação da Coopcuniã, em 2011, conforme Figura 1, tendo maior ênfase comparado ao Cuniã arcaico segmentado, visto que agora se trata de um manejo sustentável e que visa à construção do desenvolvimento econômico em

harmonia com a natureza. A inserção do jacaré no sistema econômico da comunidade foi formalizada em 2012, com a aprovação da Instrução Normativa n. 28 do ICMBio, de 5 de setembro de 2012.

O núcleo Silva-Lopes-Araújo, comparado aos demais núcleos, foi o que mais apresentou aumento na sua complexidade interna. Observa-se a diferenciação pelos subsistemas de saneamento (implementação da água encanada, de poços artesianos e de esgotamento sanitário), de energia elétrica, de comunicação (principalmente através da internet), de institucionalização (presença do ICMBio e da Coopcuniã) e de economia (presença do pequeno mercado e do abatedouro do jacaré).

Embora o núcleo Silva-Lopes-Araújo continue a ser o que possui maior infraestrutura, os demais núcleos também foram contemplados com a implantação do sistema de energia elétrica proveniente da comunidade de São Carlos, e o sistema de água encanada de poços artesianos. A localidade de Bela Palmeira, por ser muito distante da comunidade de São Carlos e dos demais núcleos, ainda não possui energia elétrica constante, sendo esta proveniente de um gerador local à base de combustão. A família que vive em Bela Palmeira dedica-se ao artesanato, além da pesca e da coleta de castanha-da-Amazônia, mas não participa do manejo de jacaré, pois o transporte até o local da atividade torna os custos inviáveis. No núcleo Araçá, alguns comunitários frequentaram o manejo no início das atividades, mas também deixaram de participar devido aos custos de deslocamento, o que não diminui a importância do manejo de jacarés para toda a comunidade, visto que até mesmo os comunitários que não participam do manejo explicitam a importância da atividade.

CONCLUSÃO

A análise da diferenciação de sistemas indicou que tanto as estruturas de tempo quanto os níveis de expectativa foram modificados ao longo do tempo, corroborando com Luhmann (1977) na medida em que a sucessão dos eventos direcionou a alteração dos pontos de vista anteriores. As concepções do passado de que a criação da Resex não traria benefícios aos seus moradores, foram modificadas para uma concepção positiva, ao permitir a permanência da comunidade local. Os níveis de expectativa também foram modificados ao ponto de celebrar aprendizados e benefícios levados à Resex, embora sob a pressão de decepções tenham identificado pontos a serem melhorados, como, por exemplo, na infraestrutura da



comunidade, consolidando novamente o que foi preconizado por Luhmann (1977).

Os conceitos da Teoria dos Sistemas Sociais proporcionaram uma análise aprofundada em relação aos aspectos históricos e sociais convergentes e divergentes que culminaram no desenvolvimento da comunidade estudada, o que pode abrir caminhos para estudos de populações tradicionais na Amazônia com foco no entendimento do sistema social.

É importante ressaltar que o desenvolvimento do sistema social já havia iniciado seu processo antes da década de 1980, mas a complexificação deste sistema começou a ocorrer após a criação da Asmocun, sendo esta a base das demandas comunitárias e do fortalecimento da comunidade a partir de 1986.

Dentre as principais limitações desta pesquisa, podem ser citadas as dificuldades de obter relatórios e documentos oficiais do abate, visto que não são arquivos públicos e demandam a liberação pelo órgão gestor responsável pela Resex. Outro contratempo que ocorreu foi o período pandêmico que impossibilitou retornos à Resex, impedindo outras coletas de dados que poderiam ter enriquecido alguns aspectos da pesquisa.

Para as próximas pesquisas, sugere-se identificar outras comunidades tradicionais amazônicas com características diferenciadas, seja em aspectos sociais, ambientais, culturais ou econômicos, e a análise da sua evolução com base na Teoria dos Sistemas Sociais, com vistas a ampliar o conhecimento sobre estas populações e entender o desenvolvimento de sua cultura, de empreendimentos coletivos, de formas de preservação ambiental, entre outros, buscando formas de disseminar os aprendizados locais para auxiliar outras populações com características semelhantes, sempre adaptando às particularidades de cada comunidade.

REFERÊNCIAS

ABDAL, A.; *et al.* **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo.** São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

ALBERT, M. Luhmann and systems theory. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, p. 1-16, 2016.

ARNOLDI, J. Niklas Luhmann: an introduction. **Theory Culture Society**, v. 18, n. 1, p. 1–13, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou 185 de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Plano de manejo da reserva extrativista lago do Cuniã**. 81 p. Porto Velho, 2018.

KUNZLER, C. de M. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**, v. 16, p. 123–136, 2004.

LUHMANN, N. Differentiation of Society. **Canadian Journal of Sociology**, v. 2, n. 1, p. 29–53, 1977.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

NASSEHI, A. Organizations as decision machines: Niklas Luhmann's theory or organized social systems. **The Sociological Review**, v. 53, n. 1, p. 178–191, 2005.

NEVES, C. E. B.; NEVES, F. M. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. **Sociologias**, n.15, p. 182–207, 2006.

NÚCLEO DE APOIO À POPULAÇÃO RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA - NAPRA. **Relatório de Atuação**. 109 p. São Carlos, 2019.

SAUNDERS, M; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 6. ed. Essex: Pearson, 2012.

SEIDL, D. Luhmann's theory of autopoietic social systems. **Ludwig-Maximilians-Universität München Munich School of Management**, p. 1–28, 2004.

TYULENEV, S. Why (not) Luhmann? On the applicability of social systems theory to translation studies. **Translation Studies**, v. 2, n. 2, p. 147–162, 2009.

VALENTINOV V., CHATALOVA L. Institutional Economics and Social Dilemmas: a Systems Theory Perspective. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 33, 138–149, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

REDE DE COOPERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DA COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO EXTRATIVISTA DO ACRE – COOPERACRE

Dércio Bernardes de Souza²³

Verlaine Alves da Cunha Ribeiro²⁴

Marcela Gomes da Silva²⁵

Mariluce Paes-de-Souza²⁶

INTRODUÇÃO

A globalização impulsiona a necessidade de ampliar a competitividade, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, para isso as empresas precisam inovar continuamente. (Peci, 1999). Um novo ambiente organizacional vem se desenvolvendo e tem apresentado como um dos atributos principais a necessidade das empresas trabalharem associadas e em conjunto, principalmente no que diz respeito ao compartilhamento das informações e recursos. (Aguiar; Candido; Araujo, 2004). “A evolução das formas organizacionais acompanhou as mudanças

²³ Pós-doutor em Administração, doutor em Agronegócios, mestre e bacharel em Administração. Atualmente é professor do Magistério Superior na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Câmpus José Ribeiro Filho, em Porto Velho Rondônia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6190623870669319>. E-mail: dercio@unir.br

²⁴ Mestre em Administração - Linha de Pesquisa - LP2 - Governança, Sustentabilidade e Amazônia - UNIR/RO (2018-2021). Membro do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - CEDSA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroambiental - GepAgro. Membro do PROCAD Amazônia. Graduada em Composição paisagística pela UFRJ (1997). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3543007678942893>. E-mail: verlaineribeiro@hotmail.com

²⁵ É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), possui especialização em Docência no Ensino Superior e graduação em Direito pela Faculdade de Rondônia - FARO. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3123782100471539>. E-mail: marcela.gomes@unir.br

²⁶ Pós-doutora em Administração (UFRGS), Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA-UFFA); Mestre em Engenharia de Produção (UFSC); Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFSC) e Graduada em Administração de Empresas (UNIR). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (CNPq - PQ-2). Professora titular em Programas de Pós-Graduação e Graduação da Universidade Federal de Rondônia. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>. E-mail: mariluce@unir.br

estruturais no ambiente operacional das empresas”. (Peci, 1999, p. 9). Assim, novos modelos organizacionais têm surgido para auxiliar no desenvolvimento organizacional, baseando-se no compartilhamento, na ajuda mútua.

Nas novas formas organizacionais, chamadas redes de cooperação, existe uma mútua dependência entre o indivíduo e a estrutura, proporcionando relacionamentos de interdependência e mutualidade. (Castells, 1999). Frequentemente, o fator que interliga estas organizações é o fator econômico, pois juntos os atores possuem mais “força” do que se estivessem atuando separados. Esse modelo é visto principalmente nas cooperativas.

As cooperativas possuem em sua estrutura fatores e relações diferentes de outros tipos de organização, despertando assim, a necessidade de estudos científicos. A International Co-operative Alliance – ICA, demonstra que uma cooperativa, como empresas cujo objetivo central está nas pessoas, a propriedade é compartilhada por todos a fim de que sejam supridas as necessidades e atendidas as metas socioeconômicas do coletivo. Cooperativismo é uma organização atrativa, devido à divisão dos ganhos aos participantes. O princípio basilar é o tratamento equânime e igualitário dos membros, favorecendo a adoção de práticas sustentáveis.

De acordo com a ICA (2019), aproximadamente 12% das pessoas no planeta são cooperados integrantes de alguns dos 3 milhões de cooperativas que existem no mundo. As 300 maiores cooperativas do mundo atuam em diversos setores, tais como: seguros (31%); agricultura (35%); atacado e varejo (19%); serviços bancários e financeiros (8%); indústria e serviços públicos (2%); saúde, educação e assistência social (2%) e outros serviços (2%). Arrecadaram com a prestação de serviços o montante de 2,1 trilhões de dólares. (World Co-operative Monitor, 2017).

Tarifa e Schallenberger (2016) destacam que o cooperativismo possui uma abordagem distinta das atividades com aplicações sociais e econômicas, devido ao fato de atuar no mercado nacional e internacional e de uma forma exitosa, que possui destaque econômico. Assim, os autores

frisam que é importante estudos científicos sobre as influências da relação social e cultural que ocorrem na gestão cooperativista.

É importante destacar que mesmo diante de diversos estudos realizados na região Amazônica, faz-se necessário tê-la como locus da pesquisa, considerando a vasta biodiversidade e relacionamentos característicos na região, por isso, a importância do estudo na Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre – Coopeacre. A cooperativa foi fundada em 2001 devido à necessidade de comercializar os produtos provenientes da Amazônia. Diante da relevância de estudar as relações e características que permeiam as cooperativas e devido ao fato da região amazônica ser rica em informações, bem como conter peculiaridades inerentes à região, objetiva-se analisar a Rede de Cooperação na Cooperacre.

O presente artigo está dividido em quatro seções, seguidas das considerações finais e das referências. Na primeira seção está a introdução, já a segunda apresenta conceitos de redes organizacionais e redes de cooperação. Na terceira parte, é abordada a metodologia e a última parte apresenta a discussão e resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

REDES ORGANIZACIONAIS

O conceito de redes é proveniente das ciências naturais e sociais. (Camillis; Antonello, 2016; Aguiar; Candido; Araujo, 2004). A palavra rede vem do latim *retis*, que significa “entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido”. (Fernandes, 2004, p.2). Ahuja; Soda & Zaheer (2011) também demonstram os primitivos da rede como nós, laços e estruturas. Partindo desse princípio da malha ou estrutura reticulada, a palavra rede foi perpassando por novos conceitos, sendo utilizada em outras situações, chegando até as organizações como uma forma alternativa às práticas utilizadas.

Castells (1999) define rede como um grupo de nós interligados. O autor define que as organizações em rede acontecem como consequência de uma reestruturação capitalista, que ocorreu a partir dos anos 1970,

abordando o contexto organizacional, a criação de alianças corporativas estratégicas entre grandes empresas e o aparecimento de novos modelos para a pequena empresa brasileira, partindo de novas parcerias baseado principalmente na flexibilidade. O autor também sinaliza que a tecnologia da informação possibilita melhores condições para as empresas atuarem em rede.

Motta (1987, p.6) remonta que “os anos 70 e o início dos anos 80 revelariam uma tendência diversa, chamada de sistema aberto”. Anos depois, Peci (1999, p. 9) vai complementar essa afirmação, dizendo que “a rede se refere ao conjunto de relações que qualquer organização estabelece com outros atores sociais: consequentemente, qualquer organização pode ser considerada uma rede”.

As organizações precisam estar atentas às mudanças, e uma maneira delas se adaptarem é por meio de redes de cooperação. Geralmente, as redes são constituídas por uma organização principal onde outras estão conectadas. Diversos autores citam novas formas organizacionais em forma de rede. Boeira (2006, p. 32) apresenta “duas noções de rede, a primeira vinculada a uma forma de empresa e a segunda a uma visão da mudança social a partir da cidadania”.

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, isto é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). E da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo. (Scherer-Warren, 1999b, *apud* Boeira, 2006, p. 32).

Alguns autores comentam que as organizações se enquadram em redes sociais. Para Peci, (1999, p. 14), “uma rede social tem a ver com um conjunto de pessoas, organizações, etc. ligados através de um conjunto de relações sociais de um tipo específico”.

O estudo das redes sociais tem vários níveis de complexidade social (Motta, 1987). “Uma rede social significa as conexões feitas entre grupos específicos, onde as características dessas conexões podem ser usadas para



explicar o comportamento social de tais grupos”. (Franco; Câmara & Parente, 2017, p. 4).

Estudando novos modelos organizacionais, Gerstein & Shaw (1994) demonstram que, conforme as organizações internamente começaram a ser tornar mais complexas, houve uma repercussão em relação ao exterior. A chegada de novas tecnologias e novos mercados tornam-se uma ameaça para as empresas e organizações que não se adaptam. Para os autores, as organizações para sobreviver em um mundo mais competitivo precisam buscar formas de redes, seja de fornecedores ou cooperação.

Do panorama técnico-científico, as redes organizacionais podem ser vistas como ajuntamento de indivíduos ou organizações que constituem um novo modelo de organizações. O ponto de vista de “rede” tem sido extensamente utilizado por diversos autores para examinar os arranjos organizacionais e intraorganizacionais, associando esse conceito ao conjunto de relações que qualquer organização estabelece com outros atores sociais (Verschoore; Balestrin; Perucia, 2014; Gobbi *et al.*, 2005; Peci, 1999), vislumbrando uma diminuição dos riscos e ao compartilhamento de recursos e conhecimento adquirido (Franco; Câmara & Parente, 2017), “evitando a duplicação onerosa de esforços individuais, obtendo maior acesso ao know-how e às informações, por meio de relações de colaboração com relações mais flexíveis”. (Gobbi *et al.*, 2005, p. 2).

A diversidade de formas dos novos arranjos organizacionais tem uma interferência tanto no processo quanto no controle de seus agentes. (Gobbi *et al.*, 2005).

A grande demanda de recursos mais especializados torna muitas vezes as tarefas mais complexas. Com isso, “natureza da tarefa também determina as novas formas organizacionais em rede”. (Peci, 1999, p. 12).

O estudo de redes organizacionais, para Laruccia deve ter os seguintes passos:

- (a) a unidade e a diversidade como preocupações centrais para os líderes de redes organizacionais e as dificuldades na gestão de redes;



um estudo emergente sobre o gerenciamento de rede “redes inteiras”, uma maneira diferente de estudar a estrutura de rede (por exemplo, as conexões e as relações entre os membros da rede); discute os desafios de gerenciar as tensões entre unidade e diversidade nas literaturas sobre redes organizacionais e estudos clássicos organizacionais. (Laruccia, 2014, p. 715).

Gobbi *et al* vão apresentar uma dimensão política das redes organizacionais:

O entendimento das redes como um campo social pode ampliar as perspectivas de análise ao considerar a realidade como uma construção social, nessa direção, a rede organizacional é um espaço plural onde coexistem diferentes agentes com diferentes capitais e interesses. (Gobbi *et al.*, 2005, p. 2).

Pecci (1999, p.14) apresenta que “O ambiente operacional de uma organização também pode ser visto como uma rede de organizações, que possam ser fornecedores, distribuidores, agências reguladoras e outras organizações.” As redes não são estáticas, estão em constante transformação, dependendo dos atores que a integram. (Peci, 1999).

Para que uma rede de organizações tenha um bom desempenho e funcionamento, a mesma deve possibilitar uma harmonia entre seus atores, principalmente em relação aos objetivos da rede, mas simultaneamente não deixar de lado a diversidade entre seus membros para que haja uma sinergia. (Laruccia, 2014). Essa demanda é enfrentada na gestão das redes, pois se deve manter a unidade e a diversidade ao mesmo tempo.

Uma das grandes dificuldades em relação às redes organizacionais é o da coordenação, pois algumas têm a coordenação horizontal, outras, vertical e ainda têm as de forma diagonal ou multidirecional. Esse tipo de gerenciamento é onde ocorre o controle e a distribuição de recursos. (Motta, 1987). O autor aponta que quando a coordenação é horizontal, existe uma relação mais democrática e seus componentes têm mais autonomia, ocorrendo assim uma baixa autoridade. Esse modelo tem como



princípio a negociação, porém uma dificuldade é que pode ocasionar altos custos nas transações por não ter um mediador.

“A organização de empresas em redes é uma forma de especialização flexível e vem sendo considerada uma alternativa eficaz para responder às variações do mercado e incorporar inovações tecnológicas”. (Bortolaso, 2009, p. 40).

As redes organizacionais normalmente são “incorporações voluntárias de organizações independentes que se desenvolvem quando trabalham para o mesmo objetivo, explorando suas diferenças sem que se perca o seu sentido original”. (Laruccia, 2014, p. 715). Onde existe um interesse de que a unidade e a diversidade estejam niveladas entre os atores da rede.

Dellagnelo e Silva (2000, p. 28), em seu trabalho, apresentam que, das organizações que eles estudaram, constataram “tendência de média a baixa flexibilidade estrutural ou capacidade de manobra adaptativa”. Outro aspecto apontado por eles é a tomada de decisão, que passa a ser mais compartilhada, permitindo uma maior distribuição de informações.

Essa nova forma de ligação entre atores em organizações passa cada vez mais a atingir uma demanda maior nos negócios globais. Baseado nas redes organizacionais, a seguir são discutidas as redes de cooperação.

REDES DE COOPERAÇÃO

Redes de cooperação podem ser descritas como um aspecto das organizações cooperarem entre si, conquistando melhores resultados de forma coletiva dependente, é um tema que tem recebido muita atenção nas pesquisas de Engenharia de Produção. Normalmente, esse tipo de rede é formado por pequenas empresas que estão em desvantagem para competir com as grandes empresas nesse mercado global. Pois as grandes empresas têm mais domínio do que as pequenas nas etapas da cadeia de valor, porém, muitas vezes, não têm flexibilidade e agilidade para lidar com pequenas adversidades. (Bortolaso, 2009).

Castells (1999, p. 471) apresenta que “as regiões, sob o impulso dos governos e elites empresariais, estruturaram-se para competir na economia



global e estabeleceram redes de cooperação entre as instituições regionais”. As redes de cooperação têm o diálogo de atores que se juntam para uma relação colaborativa onde se tem benefícios correlatos, onde a principal proposta é ver os outros atores como parceiros e não como concorrentes. As redes de cooperação “têm a capacidade de facilitar a realização de ações conjuntas e a transação de recursos para alcançar objetivos organizacionais” (Balestrin; Verschoore; Junior, 2010, p. 462); Mozato; Gollo (2011, p. 228) demonstram que “a estratégia de cooperação representa uma forma de relacionamento interorganizacional para que as empresas envolvidas possam atuar em ambientes institucionais turbulentos e competitivos”. Essa estratégia de cooperação visando a competitividade pode ser estudada por meio das cadeias de produção, cadeias de suprimento, *joint ventures*, alianças, *supply chain management*, *clusters*, redes de empresas, podendo envolver empresas, associações como também instituições públicas e privadas.

Um dos modelos estratégicos são os negócios voltados tanto para a cooperação quanto para a competição, ao mesmo tempo, denominado “Estratégia de Cooperação Competitiva” ou “Coopetição”. (Mozato; Gollo, 2011, p. 229).

Os estudos de Balestrin; Verschorre; Junior (2010) apontam que o tema sobre redes de cooperação organizacional no desenvolvimento das organizações tem crescido no cenário brasileiro. “Além das relações econômicas, os empreendimentos participantes da Cadeia Produtiva Solidária devem manter uma relação de solidariedade entre si, buscando o desenvolvimento de todos os elos”. (Paes-de-Souza *et al.*, 2011, p. 49).

Alguns pesquisadores abordaram que a “cooperação em rede ou o uso de uma ampla gama de atores e fontes externas tiveram um impacto positivo no desempenho de inovação das empresas” (Zeng; Xie; Tam, 2010, p. 182). Ring & Van De Ven (2008) apresentam que a confiança das organizações começa a melhorar à medida que as transações são efetuadas com sucesso, quanto mais transações são feitas, maior a probabilidade dos níveis de confiança aumentarem. Esse aumento de relacionamento também aumenta o estoque de informações entre os autores.

METODOLOGIA

A primeira etapa da metodologia, bibliométrica, por meio de uma pesquisa quantitativa-descritiva (Creswell, 2010), seguiu os seguintes passos: busca de artigos nas bases, análise de palavras-chave e análise do qualis dos artigos, realizada no período de 20 de novembro a 21 de dezembro de 2018.

A primeira busca foi realizada no google acadêmico utilizando os termos “redes”, “redes organizacionais”, “redes de cooperação”, “organizacionais” e “cooperação”. Inicialmente foram encontradas mais de 30.000 opções, mesmo colocando filtros, como, por exemplo, “últimos 5 anos”, ainda permanecia um número de 4.790 achados, a quantidade foi grande. Optou-se, então, em fazer a busca nas bases “SciELO” e “spell”, por terem artigos de livre acesso. Na base “SciELO” foram pesquisados artigos em português, utilizando as palavras “redes organizacionais”, encontrando 135 artigos. No procedimento, foram aplicados filtros “últimos cinco anos”, “ciências sociais aplicadas”, “citáveis”, ficando então 33 artigos. Por último, foi utilizado o filtro qualis A1 e A2, chegando ao número de 8 artigos. Na base “spell” foram pesquisados artigos em inglês, usando as palavras “*organizational networks*”, encontrando, inicialmente, 1485 artigos, após inserir os mesmos filtros, ficaram 88 artigos. Posteriormente, aplicou-se o filtro qualis, sendo então escolhidos os artigos com qualificação A1 e A2, ficando então 5 artigos em inglês. A busca pela palavra-chave “rede de cooperação” houve a necessidade de voltar ao google acadêmico e na Revista de Administração e Negócios da Amazônia –RARA, buscando os principais teóricos e os critérios para a seleção dos artigos, contendo na busca a palavra-chave no título do artigo, ao encontrar os artigos, a procura foi pelos resumos se os mesmos se enquadram na teoria. Nesse caso, não foi possível aplicar os filtros de qualis A1 e A2, sendo encontrados 5 artigos em português e 5 em inglês. No final, tivemos um total de 13 artigos em português e 10 em inglês.

Os 23 artigos analisados na pesquisa bibliométrica (bibliográfica) no campo de estudos em redes organizacionais e redes de cooperação possibilitaram a construção da base teórica deste estudo.



Já na segunda fase da metodologia, foi realizada pesquisa na base de dados do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – CEDSA, na Universidade Federal de Rondônia, Campus de Porto Velho. No Cedsa encontram-se dados provenientes de projetos desenvolvidos por seus pesquisadores na região Norte do Brasil. No período de coleta de dados, realizado de 10 de fevereiro a 28 de março de 2019, foi observado que a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre – Coopeacre, possui a maior incidência de estudos do Cedsa. Para analisar a problemática levantada neste estudo, optou-se por usar como base os dados coletados para a dissertação de mestrado “Relações Interorganizacionais da Cooperativa Central de comercialização Extrativista do Acre – Cooperacre”, de autoria de Oliveira; Souza Filho (2014), defendida no ano de 2016. A pesquisa realizada tem como escopo analisar o campo relacional que integra a rede da castanha-da-Amazônia no estado do Acre. Apresenta também as múltiplas inter-relações da estruturação do campo organizacional, estabelecendo alianças com o Estado, ONGs e organismos de pesquisa. “As relações dentro do campo organizacional da Castanha-da-Amazônia no estado do Acre encontram-se em fase avançada de estruturação, contando com diversas organizações que o compõem e influenciam seus rumos”. (Oliveira; Souza Filho, 2014, p. 87).

No tópico a seguir, será discutido a respeito dos dados secundários relacionados às teorias abordadas anteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados identificou um diversificado debate acadêmico sobre a relevância das redes organizacionais e também das redes de cooperação na expansão das organizações, principalmente em pequenas empresas que almejam se consolidar no atual mercado. Dos artigos selecionados, quase 46% (11 artigos) tiveram base empírica, os demais eram teóricos ou com dados secundários.

Identificou-se, na visão dos autores, uma nova forma de se relacionar economicamente, trazendo benefícios para as empresas que vislumbram redes de cooperação. Essa nova abordagem, na verdade, é uma

resposta às diversas mudanças que ocorrem no ambiente operacional e à demanda do mercado.

Dellagnelo e Silva (2000), ao analisarem às novas formas de organização, concluíram que: i) ainda existem predominâncias de traços conservadores, com alguns poucos caminhando para uma flexibilidade; ii) a existência de valores compartilhados; iii) a liderança ainda é intermediária entre o conservador e o inovador; iv) existem muitas regras não escritas, mas que são altamente praticadas;

Peci (1999) cita que um benefício é a administração das redes que têm uma estrutura flexível, buscando uma eficiência coletiva. Isso difere bastante das formas antigas que têm uma autoridade central. Para o autor, as organizações têm uma própria autoridade realizada em conjunto com outros autores da rede. Outra questão interessante é as alterações no processo gerencial por meio do estabelecimento de relações organizacionais por meio das parcerias.

Para que implementações sejam eficazes e haja benefícios, é vital o envolvimento dos principais atores. Novas estruturas organizacionais, quando criadas, precisam se consolidar. Nesse processo de inovação, existe a necessidade de uma consolidação de interações entre os atores envolvidos e principalmente políticas que venham auxiliar o processo. Para melhor avaliar os impactos e até mesmo novos indicadores, há a necessidade da elaboração de novos procedimentos de avaliação.

Ao passo que uma organização tem mais interação com outras, isso facilita a participação em novas redes, ampliando seu conhecimento e relacionamento.

Os principais benefícios verificados são que as redes são de extrema relevância para as organizações:

- Principalmente para as pequenas empresas que possuem inúmeras limitações e através das redes ampliam suas possibilidades de inovação, conhecimento, mas principalmente conseguem se tornar mais competitivas através da cooperação.
- Nesse novo modelo ganha o coletivo, pois através de ações



coletivas alcançam novas oportunidades, proporcionando retorno para todos.

- Para que o processo seja eficiente e as redes realmente funcionem, existe uma necessidade de romper com algumas atitudes e posturas antiquárias, principalmente com uma apatia, desinteresse de buscar novos caminhos.
- As redes organizacionais possibilitam essa vantagem competitiva de certa forma sustentável, pois auxiliam no desenvolvimento local, não se esquecendo da busca pela sustentabilidade.

Fernandes (2004), em seus estudos, demonstrou que as redes organizacionais têm crescido muito no meio das organizações sem fins lucrativos do terceiro setor, pois têm trazido mais flexibilidade e agilidade na distribuição das informações. E que o desenvolvimento de redes nesse segmento pode representar um grande impacto social.

Os resultados obtidos demonstram a necessidade de mudanças na forma da gestão, maior envolvimento dos atores com práticas mais participativas e coletivas, buscando uma melhor prática de governança para conciliar os diferentes interesses de todos os participantes e para que as redes sejam fortalecidas.

É importante salientar que esse novo modelo não busca somente conhecimento específico, mas procura também um processo de conhecimento mais global, visando a humanidade e a natureza como um todo.

REDES DE COOPERAÇÃO NA COOPERACRE

A pesquisa da castanha-da-Amazônia no estado do Acre tem relevância, pois essa extração é um dos produtos florestais centrais não madeireiros, compondo a renda de comunidades tradicionais e favorecendo a preservação da floresta em pé, evitando o desmatamento. Oliveira; Souza Filho (2014) pesquisaram 18 organizações. Sendo elas: Cooperacre; Comprador Autônomo; Cooperativa; World Wide Fund for



Nature (W.W.F.); Gesundheits-Informationen-Zentrum (G.I.Z.); Banco da Amazônia (BASA); Universidade Federal do Acre (UFAC); Instituto Federal do Acre (IFAC); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária(Embrapa); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMbio); Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre (Sema); Secretaria de Planejamento do Estado do Acre (Seplan); Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção (Seaprof); Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Acre (Sedens); Ministério Público de Estado do Acre (MPAC); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Na figura 1, demonstra-se o grau de relação, os atores estão elencados em ordem decrescente de acordo com a quantidade de relações estabelecidas. Na primeira coluna, é exposto a quantidade de relações que o ator mantém com os demais; a segunda coluna, demonstram as relações que outros atores possui com este; já a terceira aponta a quantidade que sai “em relação à quantidade possível de graus existentes na rede” (Oliveira; Souza Filho, 2014, p. 91) e a última coluna expõe a quantidade referente a entrada.

Figura 1 – Grau de relação das redes da castanha-do-Amazonas no Estado do Acre

	Organizações	Grau de Saida (Outdegree)	Grau de Entrada (Indegree)	Percentual Saida	Percentual Entrada
1	COOPERACRE	16.000	16.000	94.118	94.118
13	SEMA	15.000	14.000	88.235	82.353
12	ICMBIO	15.000	14.000	88.235	82.353
6	BASA	14.000	13.000	82.353	76.471
7	UFAC	14.000	13.000	82.353	76.471
16	SEDENS	13.000	12.000	76.471	82.353
15	SEAPROF	13.000	14.000	76.471	70.588
11	CONAB	11.000	13.000	64.706	82.353
9	EMBRAPA	11.000	12.000	64.706	76.471
3	COOP. EXTRATIVISTA	11.000	14.000	64.706	70.588
14	SEPLAN	10.000	8.000	58.824	82.353
17	MPAC	9.000	7.000	52.941	47.059
4	WWF	9.000	10.000	52.941	58.824
10	MAPA	7.000	8.000	41.176	47.059
8	IFAC	7.000	6.000	41.176	35.294
5	GIZ	7.000	7.000	41.176	41.176
18	SEBRAE	6.000	6.000	35.294	35.294
2	COMP. AUTÔNOMA	2.000	3.000	11.765	17.647

Fonte: Oliveira; Souza Filho (2014, p. 91)

Figura 3 – Matriz de relações centrais e periféricas

		COOPERACRE BASA COOPERATIVA EXTRATIVISTA SEMA SEPLAN ICMBIO UFAC SEDENS SEAPROF									COMPRADOR AUTÔNOMO EMBRAPA MAPA WWF GIZ CONAB IFAC MPAC SEBRAE								
1	COOPERACRE	4	5	4	3	4	3	3	4		3	5	3	2	4	2	2	2	
6	BASA	4		5	5	5	5	3	5	5		2	5	5	2	5	3	5	5
3	COOPERATIVA EXTRATIVISTA	5	4		4	2	5	2	2	3		2	3	2	3	2	3	1	2
13	SEMA	4	3	4		5	4	4	4	5		5	2	5	4	4	3	3	2
14	SEPLAN	4	3	3	4		3	3	4	4		2	3	2	3	2	3	2	2
12	ICMBIO	4	4	2	4	2		4	3	4		1	4		4	3	3	2	2
7	UFAC	4	3	4	4	3	4		3	3		3	3	3	2	2	2	3	2
16	SEDENS	4	3	4	5	5	3	4		5		4	2	3	3	3	2	2	1
15	SEAPROF	4	2	4	3	5	3	3	5			3	2	3		3	3	2	2
2	COMPRADOR AUTÔNOMO	2	5	4		2		2	2	2		2	4			4	2		2
9	EMBRAPA	5	3	5	3		3	3										2	1
10	MAPA	4	2		3		2	3	3	3		4		3		4	3	2	1
4	WWF	5	3	5	4	2	4	2	2	3		1	3	3		3	3	2	3
5	GIZ	4	3	4	4	2	3	2	3	3		2	2	2		2	1	3	2
11	CONAB	5	3	5				2	3	3		3	5	3	3				
8	IFAC	4	3	4	4	2	4	3	2	3		1	3	2	2	2		2	2
17	MPAC	4			5	3	5	4				3		3	3				
18	SEBRAE	4	4	4	3	4	3	3	4	4		3	2	3		4	2		

Fonte: Oliveira; Souza Filho (2014, p. 96)

O autor dividiu o campo em duas partes, demonstrando na coluna, os atores centrais na primeira parte e os atores periféricos na segunda parte, assim demonstra o grau de importância atribuído às relações entre os atores centrais e os atores periféricos. Apresenta a existência de alta densidade de relações no campo, “as relações entre os atores centrais apresentam uma densidade maior, sendo superiores à densidade destes com os atores periféricos”. (Oliveira; Souza Filho, 2014, p. 96). A quantidade de relações evidencia maturidade de campo, mostrando assim que, apesar de ter uma cooperativa que se destaque, ela não monopoliza o mercado. Apesar de muitos atores periféricos dependerem dos atores centrais, principalmente em áreas de tecnologias e informação. Esse papel transforma os atores centrais também em mediadores, facilitando a conexão entre todos.

Figura 4 – Modelo de matriz de relações entre organizações

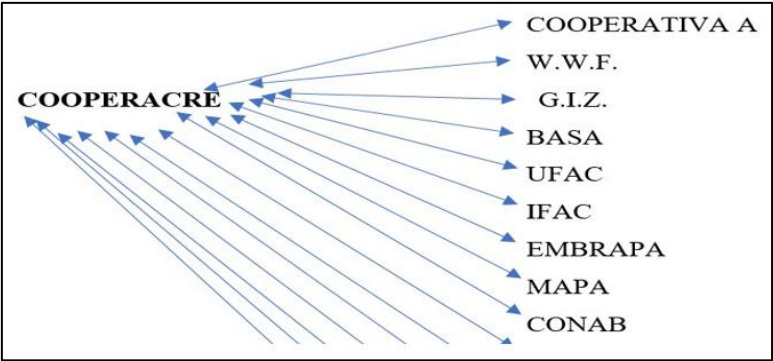
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14	A15	A16	A17	A18
A1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
A2	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A3	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1
A4	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0
A5	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0
A6	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
A7	1	0	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1
A8	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0
A9	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0
A10	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0
A11	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0
A12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0
A13	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0
A14	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0
A15	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1
A16	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1
A17	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0
A18	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0

Fonte: Oliveira; Souza Filho (2014, p. 72)

De acordo com os dados coletados pelo autor, a figura 04 demonstra as relações existentes ou não entre os atores, na qual o número 1 representa que há vínculo e o número 0 expressa a inexistência de relação entre os atores.

O esquema abaixo foi elaborado com base na Figura 4, o qual demonstra a existência de uma rede de cooperação entre a Cooperacre e os demais atores envolvidos. Conforme ressalta Peci (1999), essa rede é formada por relacionamentos entre uma determinada organização e outros atores.

Figura 6 – Esquema da Rede de Cooperação da Cooperacre Ilhéus – BA, 21 a 25 de julho de 2019, SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural



Fonte: Dados da Pesquisa.

Diante da teoria estudada e, considerando os dados secundários analisados, vislumbra-se a importância da rede de cooperação, pois ela proporciona interação com diferentes atores, o que acarreta adquirir saberes e conhecer novas tecnologias. Assim, segundo Moato; Gollo (2011), esta interação também representa uma forma de relação intraorganizacional, possibilitando à cooperativa enfrentar ambientes turbulentos.

Analisados os dados, percebe-se que a Cooperacre está entre os principais atores, desenvolvendo importante papel referente à produção, processamento, comercialização e atividade. E assim, os demais atores da rede, dependendo de suas necessidades, buscam a relação da mesma.

Também transforma a cooperativa em um grande mediador. Esse papel é de extrema importância na rede, possibilitando uma maior conexão dos atores centrais aos periféricos e uma maior integração entre eles, proporcionando um maior fluxo de acesso a recursos, canais de distribuição desses recursos, de informação e auxílio no processo da inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca incessante pela competição trouxe muitas perdas para o meio ambiente e para o ser humano. Muitos valores se perderam nessa caminhada. Porém, tem se apresentado essa nova forma de fazer, resgatando as pessoas, como participantes e atores efetivos. Mas para que isso aconteça é totalmente indispensável novas responsabilidades, tanto individuais como coletivas.

Este estudo buscou teoricamente nos documentos analisados como as redes podem representar uma forma organizacional. De acordo com os resultados dessa análise dos artigos, é possível verificar como consequência de ambientes de imprecisão e inquietação no mundo dos negócios as mudanças organizacionais ao longo dos anos, e com isso o aumento das relações interorganizacionais.

Com isso, uma nova demanda veio despontando – as redes de cooperação, como uma resposta à necessidade de atender às atuais necessidades do mercado, auxiliando a inovação e competição de empresas e organizações a se manterem atuantes de uma forma diferenciada.

Dessa forma, podemos inferir que as relações presentes em uma rede de cooperação almejam ajudar a organização, tratando-se de uma



relação mútua de colaboração, sendo que, os diferentes atores auxiliam a organização de acordo com sua expertise, como demonstrado na rede de cooperação da Cooperacre.

Para evitar fatores de fracasso nas redes organizacionais, precisa-se ainda manter uma busca incessante por novos parceiros que auxiliam o potencial das redes. Continuar a busca por programas de financiamentos com mais flexibilidade, levando em conta as políticas públicas de cada localidade.

Por fim, o artigo não tem a intenção de esgotar o assunto, já que o campo de pesquisa é muito amplo, bem como atrelado ao fato de ter diversas limitações em esgotar o assunto. O presente estudo deixa como sugestões novas pesquisas a respeito da forma de organização das cooperativas na região Amazônica, o perfil dos envolvidos na rede de cooperação, os motivos que levaram uma determinada cooperativa ao sucesso ou não, entre outros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Virginia do S. Motta; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde; ARAUJO, Geraldo Maciel de. **Fatores críticos de sucesso no processo de formação e desenvolvimento de consórcios de exportação no setor de confecções.** RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 138-156, June 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712008000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2018.

AHUJA, Gautam; SODA, Giuseppe; ZAHEER. The Genesis and Dynamics of Organizational Networks. **Organizations Science**, v. 23, n. 2, p. 434-448, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005230/mod_resource/content/1/GENESIS.pdf. Acesso em: 19 dez. 2018.

BALESTRIN, Alsones, VERSCHOORE, Jorge Renato, & REYES JUNIOR, Edgar. O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**. v. 14, n. 13, p. 459-477. 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rac/v14n3/v14n3a05.pdf. Acesso em: 19 dez. 2018.

BOEIRA, Sérgio Luís. **Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais**. Rev. adm., empres., São Paulo, v. 46, n. 3, p. 28-41, set. 2006. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902006000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2018.

BORTOLASO, Ingridi Vargas. Vantagens competitivas observadas em uma rede de cooperação para comercialização de artigos esportivos. GEPROS. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**. v. 4, n. 2, p. 37-48. 2009.

Disponível em:

<https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/745/225>. Acesso em: 19 dez. 2018.

Acesso em: 19 dez. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Disponível em: www.marcoareliosc.com.br/14castells.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE CAMILLIS, Patricia & ANTONELLO, Claudia. From translation to enactment: contributions of the Actor-Network Theory to the processual approach to organizations. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 14. p. 61-82. Mar. 2016. Disponível em:

www.researchgate.net/publication/299400845_From_translation_to_enactment_contributions_of_the_Actor-Network_Theory_to_the_processual_approach_to_organizations. Acesso em: 25 nov. 2018.

DELLAGNELO, Eloise Livramento; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.

Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações?

Organ. Soc., Salvador, v. 7, n. 19, p. 19-33, Dec. 2000. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302000000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2018.

FERNANDES, K. R. **Constituição de redes organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2004. Disponível em:

http://eduardobarbosa.com/institucional/sitedata/filesdt/textos_tecnicos/10/gestao3.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

FRANCO, Camila; CAMARA, Samuel Façanha; PARENTE, Ronaldo Couto. **Networks, R&D Projects and Subsidiary Behavior in a Host Country.**

Adm. Rev., Rio de Janeiro, v. 14, n. 1. 2017. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-76922017000100303&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2018.

GOBBI, Beatriz Christo *et al.* Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder. **Cad. EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 01-16, mar. 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 nov. 2018.

GÓMEZ, Isabel; FERNÁNDEZ, Maria Teresa; & SEBASTIÁN, Jesús. Analysis of the structure of international scientific cooperation networks through bibliometric indicators. **Scientometrics**. v. 44, n. 3, p. 441-457. 1999 Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02458489>. Acesso em: 19 dez. 2018.

GÓMEZ, Isabel; FERNÁNDEZ, Maria Teresa; & SEBASTIÁN, Jesús. **International co-operative alliance. what is a cooperative?** Disponível em: www.ica.coop/en. Acesso em: 28 mar. 2019.

LARUCCIA, Mauro Maia. **Gestão de redes organizacionais de advogados de imigração.** Rev. adm., empres. São Paulo, v. 54, n. 6, p. 715-716, dez. 2014. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902014000600715&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 nov. 2018.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Redes organizacionais e estado amplo.** Rev. adm. empres., São Paulo, v. 27, n. 2, p. 5-13, June 1987. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901987000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2018.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GOLLO, Silvana Saionara. Redes de cooperação como vantagem competitiva: estudo de caso de uma rede de supermercados no Rio Grande do Sul. **Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 16, n. 2, p. 227-252, mar. 2011. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1969>. Acesso em: 20 dez. 2018.

OLIVEIRA, Ronilson de; SOUZA FILHO, Theophilo Alves de. **Relações interorganizacionais da cooperativa central de comercialização extrativista do Acre** – cooperacre. Dissertação (Mestrado em Administração). Disponível em: www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1947. Acesso em: 20 dez. 2018.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce; *et al.* O produto florestal não madeirável (PFNM) amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**. v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/198/231. Acesso em: 19 dez. 2018.

PECI, Alketa. Emergência e proliferação de redes organizacionais: marcando mudanças no mundo de negócios. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6, p. 7–24, mar. 1999. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7596/6122>. Acesso em: 28 nov. 2018.

PIENIZ, Diulia Mariana Dalemolle; LIMA, Ana Maria de; SGUAREZI, Sandro Benedito; SILVA, Jose Jaconias da. Cooperativismo: Limites e Possibilidades para a Competitividade de Pequenos e Médios Produtores. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia - RARA**, Porto Velho, v. 7, n. 3 p. 27–53, 2015. Disponível em: www.periodicos.unir.br/index.php/rara/index. Acesso em: 28 mar. 2019.

RING, Peter Smith & VAN DE VEM, Andrew H. Developmental processes of cooperative interorganizational relationships. **The Academy of Management Review**. v. 19, n. 11, p. 90–118. 1994. Disponível em: www.researchgate.net/publication/245914178_Developmental_Processes_of_Cooperative_Inter-Organizational_Relationships. Acesso em: 19 dez. 2018.

RING, Peter Smith & VAN DE VEM, Andrew H. Structuring cooperative relationships between organizations. **Strategic Management Journal**. v. 13, n. 7, p. 483–498. 1992. Disponível em:

www.researchgate.net/publication/230548022_Structuring_Cooperative_Relationship_Between_Organizations. Acesso em: 19 dez. 2018.

RUSSO, Margherita and ROSSI, Federica. Cooperation networks and innovation: a complex system perspective to the analysis and evaluation of a EU regional innovation policy programme. Forthcoming *In: Evaluation. The International Journal of Theory, Research and Practice*. v. 15, n. 1. 2008. Disponível em: https://mpr.ub.uni-muenchen.de/10156/1/MPPA_paper_10156.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

TARIFA, Marcelo Resqueti; SCHALLENBERGER, Erneldo. Gestão Cooperativa, Ambiente Institucional e Sociocultural: o caso Brasil-Paraguai. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 54, n. 4, p. 615-634, dez. 2016. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000400615&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2019.

VERSCHOORE, Jorge Renato; BALESTRIN, Alsones; PERUCIA, Alexandre. **Small-Firm Networks**: hybrid arrangement or organizational form? *Organ. Soc.*, Salvador, v. 21, n. 69, p. 275-291, jun. 2014. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302014000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20

WAGNER, Caroline S.; PARK, Han Woo; LEYDESDORFF, Loet. The continuing growth of global cooperation networks in research: a conundrum for national governments. **PLoS ONE**. v. 10, n. 7. 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0118166&type=printable>. Acesso em: 20 dez. 2018

WAGNER, Caroline S.; PARK, Han Woo; LEYDESDORFF, Loet. World Cooperative Monitor. **O 7º World Cooperative Monitor anual**. Disponível em: <https://monitor.coop/en>. Acesso em: 28 mar. 2019.

ZENG, S.X.; XIE, X. M.; TAM, C. M. Relationship between cooperation networks and innovation performance of SMEs. **Technovation**. v. 30, n. 3, p. 181-194. mar. 2010. Disponível em: www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016649720900131X. Acesso em 19 dez. 2018.



A RELAÇÃO DO NEXO ÁGUA-ENERGIA-ALIMENTO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO CONTEXTO DE RESERVA EXTRATIVISTA NA AMAZÔNIA

Marcelo Guimarães²⁷

Mariluce Paes-de-Souza²⁸

Elaine Rodrigues²⁹

Diego Cristovão A. Souza Paes³⁰

Dércio Bernardes de Souza³¹

Fabiana Riva³²

²⁷ Mestre em Administração (2023) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), especialista em Planejamento Estratégico no Setor Público (2020) pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e Especialista em Auditoria e Perícia Contábil (2016) pela Faculdade Educacional da Lapa (Fael), possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia (2006) e experiência em gestão de pessoas, gestão de contratos administrativos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3252026876749944>. E-mail: mmgpvh@gmail.com

²⁸ Pós-doutora em Administração (UFRGS), Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA-UFPA); Mestre em Engenharia de Produção (UFSC); Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFSC) e Graduada em Administração de Empresas (UNIR). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (CNPq - PQ-2). Professora titular em Programas de Pós-Graduação e Graduação da Universidade Federal de Rondônia. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>. E-mail: mariluce@unir.br

²⁹ Graduada em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, participou de três ciclos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC CNPq/UNIR), nos períodos de 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020 esse como voluntária do programa. É membro da equipe do projeto de pesquisa intitulado “Diversidade amazônica: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável” que tem vigência de 01/10/2018 a 30/09/2025, vinculado ao PROCAD AMAZÔNIA/CAPES e faz parte do quadro de pesquisadores do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - CEDSA, desde 2017. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9156606124292645>. E-mail: elainevidaer.18@gmail.com

³⁰ Doutor em Administração pelo PPGA/UFRGS, atua como Professor Pesquisador da FELCS/UFRN, nas áreas de estudos organizacionais, inovação e sustentabilidade. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0206268345020691>. E-mail: Diego.paes@ufrn.br

³¹ Pós-doutor em Administração, doutor em Agronegócios, mestre e bacharel em Administração. Atualmente é professor do Magistério Superior na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Câmpus José Ribeiro Filho, em Porto Velho Rondônia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6190623870669319>. E-mail: dercio@unir.br

³² Doutora em Agronegócios e Mestre em Administração. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8034887818279995>. E-mail: fabianariva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um dos problemas que o nexso procura superar é a tomada de decisão tradicional isolada sem considerar suas sinergias e compensações com outros setores. Essa abordagem fragmentada traz a necessidade de transformação por meio de abordagens mais integrativas que equilibrem políticas públicas, conquistas sociais e gestão sustentável de recursos naturais e ecossistemas. (Deveza, 2019; Lazaro *et al.*, 2020).

As interações e interdependências entre água, energia e alimentos são diversas e complexas. A produção de alimentos requer energia para a utilização de maquinário, fertilizantes e água. E, por sua vez, a água é fundamental para a geração de energia renovável que sustenta amplamente as economias da região. A extração, tratamento e distribuição de água dependem de insumos energéticos. No entanto, esses setores também podem competir por recursos hídricos e, em alguns casos, a mudança do uso da terra para produção de alimentos ou biocombustíveis pode afetar os recursos hídricos necessários para a geração hidrelétrica por meio de maiores cargas de sedimentos resultantes do desmatamento, ou até mesmo afetar a disponibilidade hídrica, na medida em que impactam nos serviços ecossistêmicos florestais. (Sabogal *et al.*, 2019).

A abordagem nexso água, energia e alimentos apresenta um conceito para entender e analisar sistematicamente a interação entre as atividades humanas e o meio ambiente para uma gestão e uso mais coordenado dos recursos naturais entre os setores. Ajuda a identificar, gerenciar compensações, construir sinergias e, ao mesmo tempo, permite o planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e tomada de decisão baseada em evidências. O nexso corresponde a três dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles: ODS2 (fome zero), ODS6 (água potável e saneamento) e ODS7 (energia limpa e acessível). Entretanto, pesquisas recentes defendem que a abordagem do nexso é um método conceitual que alcança todos os objetivos de desenvolvimento sustentável (Hoosain *et al.*, 2023; Zhang *et al.*, 2022), ajudando no desenvolvimento de conhecimento acionável para a solução



de problemas, ao mesmo tempo, em que alcança múltiplos objetivos de desenvolvimento sustentável. (Liu *et al.*, 2018).

Dentre as reservas extrativistas da Amazônia, encontra-se a Resex Lago do Cuniã, que após períodos de lutas por seus moradores, ganhou o direito de permanecer na reserva que antes era classificada como Estação Ecológica. (Yamanaka, 2020). A Reserva Extrativista Lago do Cuniã é uma unidade de conservação federal de uso sustentável, criada pelo Decreto n. 3.238 de 10 de novembro de 1999. O seu estabelecimento visou preservar um ecossistema natural de grande relevância ecológica, garantir o uso dos recursos naturais de forma equilibrada e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista da região. (ICMBio, 2018). A reserva está localizada na zona rural do município de Porto Velho, no estado de Rondônia, a uma distância de 130 km do centro urbano e possui uma área de 75.876,67 hectares (ICMBio, 2018; Napra, 2021; Ibama, 2019). As principais atividades socioeconômicas desenvolvidas na Resex Lago do Cuniã são: extrativismo vegetal, a agricultura e a pesca.

O objetivo deste estudo é analisar como se dá a relação da abordagem nexos água-energia-alimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Reserva Extrativista Lago do Cuniã, localizada no município de Porto Velho.

Água, energia e alimentos são recursos basilares e intrínsecos ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade, deste modo, o uso insustentável, ou mesmo, a gestão deficiente de um poderá comprometer a oferta e a acessibilidade dos outros dois. (Caputo *et al.*, 2021; Chiodi *et al.*, 2021; Pahl-Wostl, 2019). O pensamento nexos requer a criação de estratégias que possibilitem a utilização destes recursos sem comprometer as demandas atuais e futuras. Com vistas a oferecer soluções integrativas para gerir os recursos ambientais, com o cuidado necessário que garanta a prevenção da pobreza e ampare o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas, 2016; Oliveira, 2018).

REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico é composto das definições e discussões sobre a abordagem dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e do nexos água-energia-alimento.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A ideia de sustentabilidade é muito antiga, possuindo tradição secular. Segundo Boff (2017), foi na Alemanha, em 1560, que pela primeira vez empregou o termo significando “sustentabilidade”, e teve sua origem ligado às preocupações com a escassez de madeira em razão da alta exploração das florestas em alguns países europeus e, em razão disso, o conceito foi mais conhecido nos domínios da silvicultura. O conceito disseminou-se para outras áreas do conhecimento científico, influenciando debates no sistema econômico dominante e os seus reflexos sobre a realidade social e ambiental, fazendo emergir uma nova ótica de abordagem que passou a ser chamada de “desenvolvimento sustentável”.

No século XX, o conceito de sustentabilidade passou a inspirar diversas outras áreas da ciência, como orientar os debates políticos, econômicos e sociais em todas as regiões do planeta. O alarme ecológico provocado pelo relatório “Limites do Crescimento” levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a ocupar-se das preocupações ambientais e após a primeira Conferência Mundial, resultaram inúmeras questões que continuam a influenciar e a motivar as relações entre os atores internacionais, colaborando para a notável evolução que eclodiu após a Conferência. (Bastos, 2019; Freitas, 2018; Freitas, 2016).

No estudo de Feil e Schreiber (2017), a sustentabilidade prega equilíbrio mútuo entre objeto (humano) e seu ambiente de apoio (meio natural); considera que o sistema humano e ambiental é indissociável; é avaliada de forma dinâmica, ao longo do tempo, por indicadores e índices que medem a qualidade do ambiente natural (monitoram a preservação). Já o conceito de desenvolvimento sustentável é voltado para as necessidades humanas, buscando resolver o paradoxo existente entre crescimento econômico e crise ecológica. Ademais, o conceito aborda estratégias técnicas, financeiras e gerenciais que buscam a equidade de acesso aos recursos naturais. (Robert; Parris; Leiserowitz, 2005).

A discussão em torno da sustentabilidade segue evoluindo cada vez mais com o surgimento de novas abordagens e conceitos. Dessa forma, segundo Monteiro; Silva; Neto (2019), a Agenda 2030 traça um plano de



ação para as pessoas, planeta e a posteridade, visando fortalecer a paz universal por meio de uma parceria mundial. Essa agenda apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com base nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), lançados no ano de 2000, para combater a pobreza.

O quadro 1 a seguir apresenta todos os ODS e suas metas.

Quadro 1 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS	Nomenclatura	Meta
1	Erradicação da pobreza	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares
2	Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
3	Saúde e Bem-Estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4	Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6	Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
7	Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
13	Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
14	Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015)

Segundo Wang *et al.* (2021), a agenda 2030 está ciente desse problema e inclui uma linguagem forte destinada a abordar problemas de nexos. Os 17 ODS têm uma visão mais ampla que leva não apenas questões ambientais, mas também as dimensões econômicas e sociais, sendo operacionalizados por meio de 232 indicadores. Mais da metade dos ODS

tem foco ambiental e incluem pelo menos uma metade relacionada à sustentabilidade ambiental.

A mudança dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deu mais incentivo ao debate sobre a melhor forma de abordar os problemas existentes nas políticas de água, energia e alimento (Boas; Biermann; Kanie, 2016). Na conferência da Rio+20, já existia a necessidade de conscientizar a população e a política sobre a interdependência de água, energia e alimentação, visando garantir uma economia verde. (Martin-Nagle *et al.*, 2011).

Conforme Salem; Pudza; Yihdego (2022), a ideia de nexo não precisa ser limitada aos setores de água, energia e alimento. Os autores Boas; Biermann; Kanie (2016) defendem que a abordagem de nexo deve ser estendida a todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, permitindo uma perspectiva totalmente sustentável. A maioria dos estudos de nexo se concentra em dois setores, como energia e água – ODS 7 e 6 (Ishimatsu *et al.*, 2017), água e alimentos – ODS 6 e 2 (Tuninetti *et al.*, 2017).

Novos esforços estão em andamento para avaliar nexos com três setores, como água, energia e alimento. Dessa forma, alguns estudos incluíram quatro ou mais setores, por exemplo, energia, água, alimento e educação – ODS 6, 7, 2 e 4 (Kilkis, 2017), alimentação, energia, água e saúde.

Liu *et al.*, (2018), defendem que a abordagem nexo pode influenciar na realização de todos os ODS direta ou indiretamente, fortalecendo as sinergias, reduzindo as compensações e criando efeitos em cascata além dos setores de água, energia e alimentos. Esse potencial holístico da abordagem do nexo – especialmente com foco nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – pode explicar por que atraiu tanta atenção e apoio no mais recente debate sobre o desenvolvimento sustentável.

NEXO ÁGUA-ENERGIA-ALIMENTO

Embora os estudos da interconexão dos elementos água, energia e alimento, tenham se destacado a partir de 2011, segundo Allouche *et al.* (2015), a ideia de que os setores de recursos naturais são interdependentes

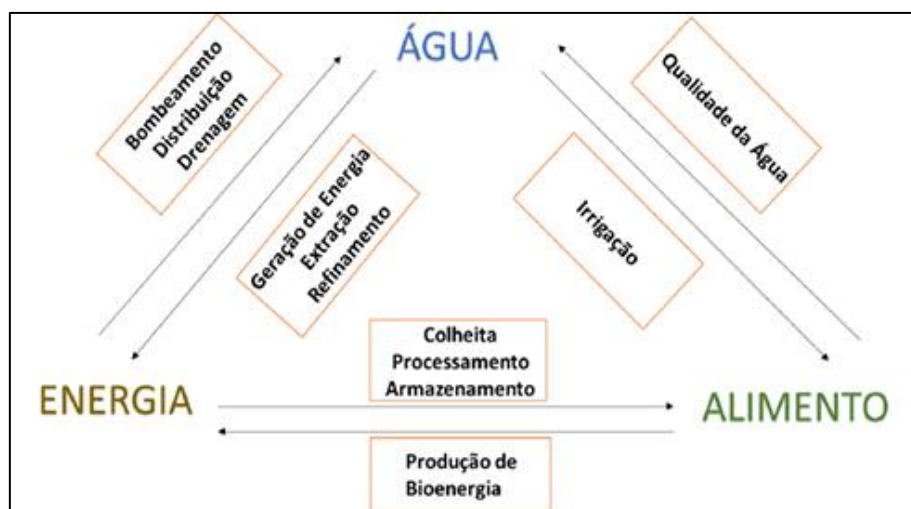


não é nova. Na década de 1960, o termo “desenvolvimento rural integrado” era usado para descrever intervenções multissetoriais que exigiam uma única estrutura administrativa. Endo *et al.* (2017) destacaram a semelhança de conceito de nexo que foram usados anteriormente em conferências, políticas e planejamentos de desenvolvimentos.

Para Rasul e Sharma (2016), o núcleo da ideia de uma abordagem nexo, é aquele que: (a) entende os vínculos e interdependências entre os setores, (b) reconhece explicitamente essas interdependências na tomada de decisões econômicas, (c) identifica soluções de políticas integradas que minimizar as sinergias e compensações e (d) garante a coordenação entre setores e partes interessadas.

Na figura 1 é demonstrado a relação existente entre os elementos do nexo água-energia-alimento.

Figura 1 – Representação do nexo água-energia-alimento



Fonte: Elaborado a partir de Irena (2015)

Na relação água para alimento, o setor agrícola é responsável pela maior parte do consumo de água doce disponível no mundo. (Irena, 2015). Dentre as técnicas para a produção de alimentos, a irrigação se destaca por necessitar de energia para o seu funcionamento, ou seja, é uma atividade que interage com os três elementos do nexo.

Já na relação entre alimento e água está presente a atividade qualidade da água, uma vez que a produção alimentar, principalmente a que usa fertilizantes e pesticidas, é uma das principais responsáveis por poluir tanto as águas superficiais quanto subterrâneas. (Soares, 2021).

Na relação alimento para energia, destaca-se a produção de bioenergia através da utilização de biomassa, conforme posto anteriormente por Larsen *et al.* (2017). Já a relação energia para alimento destaca-se que a energia é utilizada principalmente no maquinário agrícola para colheita, processamento e no processo de refrigeração e armazenamento. (Irena, 2015).

Na relação água para energia, a água é essencial para a extração e o refinamento de combustíveis fósseis e na geração de energia por meio das hidrelétricas. Por outro lado, a energia para água poderá servir no processo de bombeamento e distribuição de água tratada à população. (Irena, 2015, Mariani *et al.*, 2016).

Instituições internacionais destacam o conceito de nexos como uma nova perspectiva que define o desenvolvimento sustentável. Alguns organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Mundial de Recursos Hídricos das Nações Unidas, a OCDE, a ONU, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Global Water Partnership, passaram a incluir a abordagem do nexos em suas políticas internas. (Alves *et al.*, 2022; Lazaro *et al.*, 2022).

Para assegurar a preservação do nexos, é necessário criar a segurança para cada fonte, ou seja, segurança hídrica, segurança energética, segurança alimentar. Garantindo também que haja a salvaguarda dos ecossistemas, amparando-os contra a poluição e os desastres ambientais, reduzindo as alterações climáticas. (Bizikova; Roy; Swanson, 2013; Leck *et al.*, 2015). Entende-se por segurança hídrica a capacidade de uma população de salvaguardar o acesso sustentável a quantidades adequadas de água de qualidade para sustentar a subsistência, o bem-estar humano, o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente. (Bitterman *et al.*, 2016). Segundo Lucena *et al.* (2013), a segurança energética é a quantidade

adequada que não cause interrupções no fornecimento de energia e, consequentemente, nas atividades socioeconômicas locais.

A segurança alimentar é definida por Carletto *et al.* (2013), como condição em que todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades alimentares e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

A água é um denominador comum que liga quase todas as metas de desenvolvimento sustentável (ODS) das Nações Unidas. A importância da água para o homem, a indústria, a agricultura e a produção pecuária são bem conhecidas. A crescente demanda mundial por esse recurso está relacionada ao desmatamento e ao crescimento populacional, o que pode levar a um aumento significativo dos conflitos de uso. (Sales Filho *et al.*, 2021). Nesse sentido, (Cadore; Tochetto, 2021) a escassez de recursos hídricos pode refletir restrições ecológicas ou socioeconômicas e pode piorar em escala global, com uma série de consequências para os meios de subsistência e a saúde do ecossistema.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, em relação ao propósito da pesquisa, é exploratória-descritiva. Primeiro, tem como preocupação central a realização de uma análise preparatória de um assunto conhecido, mas pouco explorado no sentido de analisar os vínculos e a dinâmica entre o nexo água-energia-alimento em unidade de conservação na Amazônia, a partir da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, no Município de Porto Velho-RO, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Quanto à estratégia de pesquisa, foi utilizado o estudo de caso com a abordagem apresentada por Yin (2015), onde afirma que o pesquisador explora em profundidade um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um, ou mais indivíduos. A técnica de análise dos dados utilizada na pesquisa foi de análise de conteúdo.

A região de pesquisa escolhida para o estudo de caso, foi a Reserva Extrativista Lago do Cuniã, que se classifica como unidade de conservação de uso sustentável. Segundo Yamanaka (2020), tendo em vista que o



“locus” da pesquisa se trata de uma Unidade de Conservação, a pesquisa foi submetida ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, órgão responsável pela gestão da reserva extrativista Lago do Cuniã. Conforme a instrução normativa do ICMBio, n. 03 de 01/09/2014, as atividades com finalidades científicas, realizadas no interior da UC, deverão ser cadastradas e autorizadas pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio), A aprovação no Sisbio n. 84469 ocorreu no dia 8 de setembro de 2022.

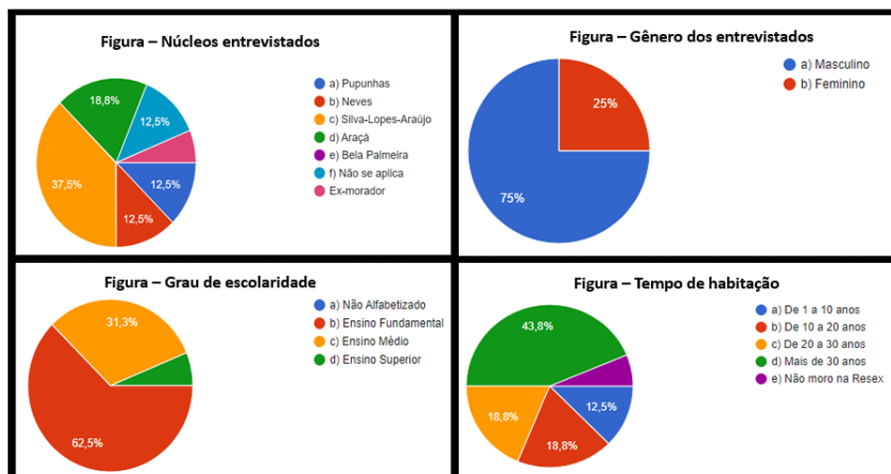
A reserva está localizada, aproximadamente, a 130 quilômetros de Porto Velho, na margem esquerda do rio Madeira. Em sua criação, possuía 55.850 hectares, mas em dezembro de 2018, a reserva passou para 74.659 hectares, e possui duas áreas distintas: A primeira é formada por um espaço que abriga um ambiente diversificado e de alta biodiversidade e; a segunda, uma área de várzea com vazão sazonal de água ao longo do ano. Segundo Gomes *et al.* (2017), a estação chuvosa ocorre de novembro a abril e a estiagem de maio a outubro.

O acesso à RESEX pode ser realizado por via fluvial, através do rio Madeira e pelo Igarapé Cuniã, ou via terrestre, saindo de Porto Velho, indo pela estrada da penal até o ramal que conecta a comunidade de São Carlos. O acesso à reserva pode sofrer modificações a depender da estação do ano.

Na RESEX Lago do Cuniã habitam aproximadamente 400 pessoas e 83 famílias que são divididas em 4 núcleos, nomeados de Pupunhas, Silva-Lopes-Araújo, Neves e Araçá. Os núcleos são acessados por via fluvial, com embarcações pequenas (voadeiras ou rabetas), com exceção dos núcleos Neves e Silva-Lopes-Araújo, em que é possível utilizar uma trilha que 60 conecta ambos os núcleos apenas na época de estiagem. (Silva Júnior, 2019).

A figura 2, a seguir, ilustra o percentual de entrevista por núcleo, gênero dos entrevistados, grau de escolaridade e tempo de habitação.

Figura 2 – Núcleos, gênero, grau de escolaridade e habitação



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Para analisar os vínculos e a dinâmica entre o nexos água-energia-alimento em unidade de conservação na Amazônia, a partir da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, no Município de Porto Velho-RO, foram entrevistadas 16 pessoas ligadas à reserva.

Além dos extrativistas cooperados e associados (ERLCC), foram entrevistados: moradores da Resex não cooperado e não associado (NRN); morador da Resex não extrativista, mas que participa como associado da Coopcuniã e Asmocun (MR); o gestor da Cooperativa Coopcuniã (GC); o gestor de Associação Asmocun (GA) e gestores da Resex lago do Cuniã (GR). Ressalta-se que uma pessoa classificada como morador da Resex (MRN) pertence aos quadros de servidores do ICMBio.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, procede-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos com as entrevistas realizadas aos moradores, extrativistas, gestores de cooperativas e gestores da reserva extrativista.

Conforme o quadro 2 abaixo, o que diz respeito sobre as interações entre as condições ambientais, econômicas e sociais elencadas da Resex e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, constatou-se a existência de todos os ODS, mesmo que parcial ou indiretamente.

Quadro 2 – Síntese dos resultados encontrados

Relação do nexa água-energia-alimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS	
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Nexa água-energia-alimento
ODS 1 – Erradicar pobreza	Desenvolvimento de cadeias produtivas (carne de jacaré, Castanha, Açaí)
ODS 2 – Fome zero	Plano de manejo permiti efetuar caça e pesca para subsistência familiar, evitando a fome na reserva
ODS 3 – Saúde e Bem-estar	Moradores com sentimento de paz junto à natureza da reserva
ODS 4 – Educação	Acesso à educação na reserva
ODS 5 – Igualdade Gênero	Participação de mulheres em cadeias produtivas sem distinção
ODS 6 – Água e Saneamento	Disponibilidade de água potável na reserva, mas com saneamento precário
ODS 7 – Energia limpa	Disponibilidade de energia aos moradores
ODS 8 – Trabalho e crescimento econômico	Trabalho e desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	Instalação de frigorífico na reserva e potenciais agroindústria
ODS 10 – Redução das desigualdades	Tratamento igualitário para todos os moradores e extrativistas
ODS 11 – Cidades sustentáveis	Fortalecimento das cadeias produtivas para funcionamento sustentável
ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	Respeito ao ciclo produtivo das espécies na reserva
ODS 13 – Ação contra mudança climática	A própria criação da RESEX já é uma ação para proteção as mudanças
ODS 14 – Vida na água	Conservação das espécies, proteção hídrica existente na reserva
ODS 15 – Vida terrestre	Proteção da floresta e uso e consumo das espécies de forma sustentável
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Participação da comunidade em reuniões promovidas por instituições que visam o desenvolvimento sustentável na reserva
ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Entidades existentes (Coopcuniã, Asmocum, ICMBio) relatam parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento sustentável

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O ODS 1 descreve acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Assim, é possível verificar que na RESEX há uma preocupação, principalmente por partes das organizações coletivas (Coopcuniã e Asmocun) no desenvolvimento de cadeias produtivas, como, por exemplo, a cadeia do jacaré, cadeia da castanha, cadeia do açaí e da farinha que visam a geração de renda e, conseqüentemente, a redução da pobreza.

O ODS 2 apresenta acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. É possível verificar que os moradores da região possuem segurança alimentar. Um dos entrevistados relatou que fome os moradores não passam e que, até em período defeso do pescado ou jacaré, é possível capturar alimentos para sua subsistência, sendo que esse dispositivo se encontra no plano de manejo da reserva.

No ODS 3, visa assegurar acesso à saúde e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Nas entrevistas, os respondentes citaram o bem-estar junto à natureza, longe de trânsito, de filas, da violência urbana, sendo relatado que o modo de vida da comunidade é saudável e sustentável. Entretanto, em relação ao acesso à saúde, a reserva apresenta carência, uma vez que o posto de saúde funciona a cada 15 dias e, caso haja a necessidade de um atendimento mais específico ou adequando, os moradores se deslocam por 130 km até a cidade de Porto Velho.

O ODS 4 menciona que a educação é inclusiva e equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Neste objetivo, verificou-se que a RESEX atende parcialmente o acesso à educação na região, pois possui uma escola no núcleo Silva-Lopes-Araújo, faltando a disponibilização do ensino médio e superior na reserva. Cabe salientar que todos os entrevistados são alfabetizados, conforme figura 12.

Já no ODS 5, que alcança a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas, verificou-se que tal objetivo é aplicado na RESEX. O presidente da Coopcuniã relatou que não há distinção entre homens e mulheres nas cadeias produtivas e todos são tratados de modo



igual e sem distinção. Tal afirmação foi observada pelo pesquisador na reunião realizada para a retomada do abate do jacaré, onde foi possível constatar grande participação das mulheres nas atividades e tomadas de decisão.

No ODS 6, delinea assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Tal objetivo é atendido parcialmente, já que foi observada a disponibilização de água potável para os moradores da reserva, entretanto, não ocorre o mesmo com o saneamento, o que pode ocasionar implicações no ODS 3 Saúde e Bem-Estar.

O ODS 7 assegura o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Esse objetivo, também, é parcialmente atendido, já que na RESEX possui acesso à energia, mas não de forma moderna e sustentável, pois a energia existente é proveniente de geração a diesel, que acaba emitindo gases poluentes.

O ODS 8 visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos é identificado na região, uma vez que existem cadeias produtivas que miram tal desenvolvimento econômico e sustentável, gerando emprego e renda para os moradores, um exemplo é a cadeia do manejo do Jacaré, que fomenta emprego na região, respeitando o ciclo de vida e reprodução das espécies.

O ODS 9 pretende construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Esse objetivo é parcialmente verificado na reserva, já que ocorreu uma instalação de um frigorífico, que possui as mesmas exigências legais em cidades urbanas, e que sua produção ocorre de forma sustentável e inclusiva para os moradores, reduzindo a pobreza na região.

O ODS 10, reduz a desigualdade dentro dos países e entre eles. Esse objetivo é verificado nas diversas ações que mitigam a redução da desigualdade na reserva. Cita-se a própria distribuição igual do lucro referente à venda da carne de jacaré por parte da Coopcuniã.



No ODS 11, pretende tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Esse objetivo é visível quando houve o fortalecimento das cadeias produtivas existentes na RESEX, tornando-as mais resilientes e sustentáveis, e em conformidade com os alvos da biodiversidade listados no plano de manejo da reserva.

O ODS 12 anseia assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Tal objetivo é aplicado na produção de cadeias produtivas que respeitam o ciclo de reprodução natural da biodiversidade. Como exemplo, a cadeia produtiva do açaí e da castanha, nas quais os extrativistas esperam os períodos correlatos para extração, visando o consumo e comercialização.

O ODS 13 refere-se às medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Os próprios respondentes entendem que preservar a floresta, os rios, as espécies existentes na RESEX é uma medida para combater as mudanças climáticas. Tal ação é perceptível na região, o zelo que alguns entrevistados relatam para manter a conservação ambiental.

O ODS 14 apresenta a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Esse objetivo é verificado no plano de manejo da reserva, que visa a proteção dos ecossistemas aquáticos com o objetivo de manter a qualidade da água e seus níveis adequados de eutrofização, em seus lagos e igarapés, e a diminuição de entradas de mercúrio nos recursos hídricos da região.

O ODS 15 visa proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Tal objetivo é verificado na própria criação da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, por ser reconhecida como parte integrante das estratégias de desenvolvimento sustentável, associadas à conservação da natureza, os serviços ecossistêmicos e os valores socioculturais.

No ODS 16, pretende promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável. Esse objetivo é compreensível na região quando os entrevistados afirmam que participam pacificamente de reuniões com órgãos e entidades para tratar de assuntos ligados ao desenvolvimento da região, além de fortalecer as entidades existentes, buscam alternativas para a prática sustentável das cadeias produtivas.

E por fim, o ODS 17, almeja fortalecer, por meios de implementação e revitalização de parceria, o desenvolvimento sustentável. Esse objetivo é perceptível na reserva, visto que as entidades existentes (Coopcuniã, Asmocum, ICMBio) relatam parcerias com entidades públicas e privadas, visando implementação do desenvolvimento sustentável na RESEX e demais unidades regionais da gestão integrada Cuniã-Jacundá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar como se dá a relação da abordagem Nexo água-energia-alimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Reserva Extrativista Lago do Cuniã, localizada no município de Porto Velho.

Relacionar as dimensões da sustentabilidade ao nexo água-energia-alimento na Reserva Extrativista Lago do Cuniã. E, ao Compreender a relação do nexo água-energia-alimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no contexto da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, constatou-se que a RESEX é uma unidade de conservação que contribui de forma direta com a aplicação de todos os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável em nível local e mundial.

O estudo identificou políticas capazes de melhorar as relações ambientais, sociais e econômicas, visando o alcance do bem-estar da comunidade, existem na região, mas todas essas, elencadas no plano de manejo, aprovado pela portaria n. 1.065, de 5 de dezembro de 2018. Contudo, tais ações previstas no plano podem acarretar problemas de insustentabilidade pela sua não implementação. Assim, é necessário que se elabore agendas públicas que considerem as condições ambientais, econômicas e sociais na reserva alinhada à sustentabilidade do nexo água-energia-alimento.

Dessa forma, é possível verificar que o nexo é uma abordagem transversal que altera a natureza das interconexões entre água, energia e alimento e permite formar a base conceitual dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitindo abarcar outras questões, como saúde, mudanças climáticas e perda de biodiversidade. (Biggs *et al.*, 2015; Allouche *et al.*, 2019).

Dentre as principais limitações desta pesquisa, podem ser citadas as dificuldades de analisar os elementos água-energia-alimento na vida dos



extrativistas a partir da perspectiva do nexo, sobretudo, no que diz respeito à realidade amazônica, onde há grande carência de dados sobre a atual situação desses recursos na região.

Para as próximas pesquisas, sugerem-se estudos de nexo e ODS em outras Reservas Extrativistas na Região Amazônica, com vistas a ampliar o conhecimento e colocar em prática a teoria de nexo em ambiente de proteção ambiental. E, assim, auxiliar no planejamento de ações que objetivam melhorar a gestão de recursos ambientais, sociais e econômicos para o alcance da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALLOUCHE, Jeremy; MIDDLETON, Carl; GYAWALI, Dipak. Technical veil, hidden politics: Interrogating the power linkages behind the nexus. **Water Alternatives**, v. 8, n. 1, 2015.

ALLOUCHE, Jeremy; MIDDLETON, Carl; GYAWALI, Dipak. **The water-food-energy nexus: power, politics, and justice**. Routledge, 2019.

ALVES, Lincoln M. *et al.* Water-energy-food nexus under climate change: analyzing different regional socio-ecological contexts in Brazil. In: **Water-energy-food nexus and climate change in cities**. Springer, Cham, 2022. p. 59-75.

BOAS, Ingrid; BIERMANN, Frank; KANIE, Norichika. Cross-sectoral strategies in global sustainability governance: towards a nexus approach. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 16, n. 3, p. 4494-64, 2016.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. Editora Vozes Limitada, 2017.

CAPUTO, Silvio *et al.* Applying the food-energy-water nexus approach to urban agriculture: From FEW to FEWP (Food-Energy-Water-People). **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 58, p. 126934, 2021.

CARLETTO, Calogero; ZEZZA, Alberto; BANERJEE, Raka. Towards better measurement of household food security: Harmonizing indicators and the role of household surveys. **Global food security**, v. 2, n. 1, p. 30-40, 2013.

CHIODI, Rafael Eduardo; PINTO, Samuel Mello; UEZU, Alexandre. A governança nexo água, energia e alimentos e os espaços públicos de



participação social: um estudo aplicado ao contexto do Sistema Produtor de Água Cantareira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, 2021.

DEVEZA, Ana Carolina Peixoto. **O nexo água-energia-alimento na operação de sistemas hidrotérmicos**: estudo de caso da bacia do rio São Francisco / Ana Carolina Peixoto Deveza: UFRJ/COPPE, 2019.

FERROUKHI, R. *et al.* **Renewable energy in the water, energy & food nexus**. 2015.

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. 3. ed. – Belo Horizonte: **Fórum**, 2016.

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: novo prisma hermenêutico. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 23, n. 3, p. 940–963, 2018.

ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Plano de manejo da reserva extrativista Lago do Cunã. Disponível em: www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-lago-cunia/arquivos/plano_de_manejo_da_resex_lago_do_cunia_2018.pdf. 2018.

ISHIMATSU, Takuto *et al.* Sistema de suporte à decisão orientado por modelo de rede de dessalinização: um estudo de caso da Arábia Saudita. **Dessalinização**, v. 423, p. 65–78, 2017.

KILKIS, Siir; KILKIS, Birol. Integrated circular economy and education model to address aspects of an energy-water-food nexus in a dairy facility and local contexts. **Journal of Cleaner Production**, v. 167, p. 1084–1098, 2017.

LARSEN, Søren *et al.* Possibilities for near-term bioenergy production and GHG-mitigation through sustainable intensification of agriculture and forestry in Denmark. **Environmental Research Letters**, v. 12, n. 11, p. 114032, 2017.

LAZARO, Lira Luz Benites *et al.* Ten years of research on the water-energy-food nexus: an analysis of topics evolution. **Frontiers in Water**, v. 4, p. 859891, 2022.



LIU, J. *et al.* Nexus approaches to global sustainable development. **Nature Sustainability**, v. 1, p. 466–76, 2018.

MARIANI, L. *et al.* Análise de oportunidades e desafios para o Nexo Água-Energia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** 37: 9–30, 2016.

MARTIN-NAGLE, R. *et al.* Conference synopsis. In: **Bonn2011 conference: the water, energy and food security nexus—solutions for the green economy**. Bonn: German Federal Government. 2011.

MONTEIRO, Nathalie Barbosa Reis; DA SILVA, Elaine Aparecida; NETO, José Machado Moita. Sustainable development goals in mining. **Journal of Cleaner Production**, v. 228, p. 509–520, 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Desenvolvimento da agricultura, segurança alimentar e nutrição, Relatório do Secretário Geral, Item 25. **71ª Sessão da Assembleia Geral da UN**, Nova York. 2016.

OLIVEIRA, Cristian Remor. **A importância das unidades de conservação para a preservação de um meio ambiente equilibrado**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso.

PAHL-WOSTL, Claudia; BHADURI, Anik; BRUNS, Antje. Editorial special issue: the nexus of water, energy and food—an environmental governance perspective. **Environmental Science & Policy**, v. 90, p. 161–163, 2018.

RASUL, Golam; SHARMA, Bikash. The nexus approach to water–energy–food security: an option for adaptation to climate change. **Climate Policy**, v. 16, n. 6, p. 682–702, 2016.

ROBERT, K.W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. **Environment: science and policy for sustainable development**, v. 47, n. 3, p. 8–21, 2005.

SABOGAL, D. G. Carlos, M. del Castillo, B. Willems, S. Bleeker, F. Meza, H. Bellfield, C. Rengifo, T. Peñaherrera. 2018. Manual Metodológico para el análisis del Nexo agua-energía alimentos en cuencas amazónicas. **Global Canopy**, CEDISA, CCA.

SALEM, Hilmi S.; PUDZA, Musa Yahaya; YIHDEGO, Yohannes. Water strategies and water food Nexus: challenges and opportunities towards sustainable development in various regions of the World. **Sustainable Water Resources Management**, v. 8, n. 4, p. 1–54, 2022.

SALES FILHO, Pedro Cardoso *et al.* Relação entre a disponibilidade hídrica na bacia hidrográfica do Rio Irani, localizada no oeste de Santa Catarina, região Sul do Brasil e a cobertura vegetal dos biomas Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica. **Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 112–118, 2021.

SILVA JÚNIOR, Gildázio Pereira. **Plantas Medicinais na Resex do Lago do Cuniã**: potencialidades à atividade extrativista das comunidades locais. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração – Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2019.

SILVA, L. E. da S.; ALBUQUERQUE, U. P. de; AMARAL, W. do. Uso sustentável da biodiversidade e conservação de recursos naturais. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Guaju, Matinhos, v.3, n.1, p. 2–10, jan./jun. 2017.

SOARES, Henrique Martins de. **Desenvolvimento sustentável e few nexus (alimento energia-água) na agricultura familiar**: o caso da REDECOOP/RS. 2021.

TUNINETTI, Marta *et al.* A Fast Track approach to deal with the temporal dimension of crop water footprint. **Environmental Research Letters**, v. 12, n. 7, p. 074010, 2017.

WANG, Xue-Chao *et al.* Extended water-energy nexus contribution to environmentally-related sustainable development goals. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 150, p. 111485, 2021.

YAMANAKA, Cassia Toshie. **Formação da Comunidade de Prática do Manejo do Jacaré (Caiman crocodylus e Melanosuchus niger) da Reserva Extrativista Lago do Cuniã**: relações do capital social e da diferenciação de sistemas. (Dissertação) Mestrado em Administração – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 222 p., 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**:- Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.

ZHANG, P. *et al.* Assessment of the water-energy-food nexus under spatial and social complexities: A case study of Guangdong-Hong Kong-Macao. **J. Environ Manage**. 2021.

O POTENCIAL DA COMPRA INSTITUCIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PORTO VELHO

Vanessa Fernanda Rios de Almeida³³

Gleimiria Batista da Costa Matos³⁴

Sérgio Castro Gomes³⁵

Cirleia Carla Sarmento Santos Soares³⁶

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a interseção entre alimentação, agricultura familiar e desenvolvimento regional tem se tornado uma questão central nas políticas públicas brasileiras. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado pelo governo federal em 2003, visa fortalecer a agricultura familiar através da compra direta de produtos de pequenos agricultores para abastecimento de instituições públicas. Essa modalidade

³³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional, mestre em Administração e Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é Militar do Exército e professora de contabilidade. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7188800625868940>. E-mail: Vanessarios.almeida@yahoo.com

³⁴ Pós-doutora em Administração na Universidade da Amazônia (2022), outora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2012), mestre e graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é professora associada III da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), onde exerce a função de Vice-Chefe do Departamento de Ciências Contábeis. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA/UNIR) e integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração (PPGA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4574204845166541>. E-mail: gleimiria@unir.br

³⁵ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Atualmente é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da UNAMA. Desenvolve pesquisas na área da gestão estratégica sustentável; é líder do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos de Práticas Gerenciais, Desempenho e Competitividade das Organizações da Amazônia (NEGOA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6378345461837988>. E-mail: sergio.gomes@unama.br

³⁶ Mestre em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia; Auditora Fiscal do Estado de Rondônia. Coordena projetos em âmbito nacional dos Tribunais de Contas voltados a temáticas como meio ambiente, previdência pública, reforma tributária e equilíbrio fiscal. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5846944151788235>. E-mail: cirleia.soares@tce.ro.gov.br

de compra institucional não apenas garante a segurança alimentar para a população, mas também promove a inclusão social e a valorização da produção local. (Brasil, 2015). Diante dessa realidade, Porto Velho, a capital do estado de Rondônia, emerge como um contexto significativo para a análise do impacto das compras institucionais na agricultura familiar e no desenvolvimento econômico local.

A agricultura familiar desempenha um papel vital na economia rural do Brasil, onde mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos por essa categoria de agricultores. (Sabourin, 2014). Além disso, a agricultura familiar é responsável por uma parte considerável do emprego no campo, contribuindo para a redução das desigualdades sociais nas regiões onde está inserida. No entanto, ainda existem barreiras que limitam o acesso desses produtores aos mercados institucionais, como a complexidade da distribuição de produtos e a regularidade de oferta. (Martinelli *et al.*, 2015).

A cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, possui características socioeconômicas que a tornam um campo fértil para a promoção da agricultura familiar. Com uma população que ultrapassa 500 mil habitantes, conforme dados do último censo. A agricultura familiar em Porto Velho tem crescente importância, uma vez que ela não apenas sustenta as famílias que dependem dessa atividade para sua subsistência, mas também contribui para o desenvolvimento econômico local. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), exemplo de política voltada para a valorização da produção local, promove a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares. Segundo Martinelli *et al.* (2015), essas iniciativas são essenciais para fortalecer a conexão entre produção e consumo.

No contexto de Porto Velho, a potencialidade das compras institucionais pode ser um motor para o desenvolvimento local, especialmente considerando a demanda regular de alimentos em instituições como escolas e hospitais. Os Restaurantes Universitários (RUs), por exemplo, atendem diariamente a uma grande quantidade de alunos e podem servir como um importante canal para a distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar. A inserção desses produtos

nos cardápios desses equipamentos possui o potencial de não apenas sustentar os agricultores locais, mas também de educar os consumidores sobre a importância de consumir produtos frescos e locais. (Martinelli *et al.*, 2015).

Apesar do potencial da agricultura familiar em Porto Velho, existem barreiras que dificultam o seu pleno desenvolvimento. A falta de infraestrutura adequada para a comercialização e o acesso limitado a mercados muitas vezes impedem que os agricultores locais expandam suas atividades e alcancem um número maior de consumidores. Conforme apontado por Gomes *et al.* (2014), a articulação entre as políticas públicas e a real situação dos agricultores familiares deve se intensificar para que haja um impacto significativo na melhoria das condições de vida desses trabalhadores e no fortalecimento das suas atividades produtivas. Portanto, a implementação de programas de incentivo à agricultura familiar em Porto Velho se configura como uma estratégia de desenvolvimento econômico, mas à promoção da sustentabilidade ambiental.

A articulação entre os agricultores familiares e as instituições públicas exige um repensar nas práticas de planejamento e fornecimento, assim como na organização da produção agrícola. Neste sentido, a pesquisa busca investigar como a compra institucional pode ser uma ferramenta eficaz para o fortalecimento da agricultura familiar em Porto Velho.

A problemática central que orienta esta pesquisa é: “Quais são as oportunidades e desafios da compra institucional de alimentos provenientes da agricultura familiar para o fomento da economia local e o Desenvolvimento Regional em Porto Velho?” Esta questão é importante, uma vez que a resposta poderá contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes e que realmente atendam às necessidades dos produtores e da sociedade.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as oportunidades e desafios apresentados pela compra institucional de alimentos da agricultura familiar na cidade de Porto Velho, Rondônia. A ideia é não apenas mapear os desafios enfrentados, mas também identificar as boas

práticas que podem ser utilizadas como modelo para o fortalecimento da agricultura familiar.

A análise proposta, portanto, não só se justifica pela relevância prática do tema, mas também pelo caráter inovador que pode agregar ao debate sobre desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Ao articular agricultura familiar e compra institucional, Porto Velho pode se tornar um exemplo de boas práticas a serem seguidas por outras cidades, promovendo assim um ambiente econômico mais robusto e inclusivo para todos.

A pesquisa sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar em Porto Velho se justifica pela importância dessa modalidade para o fortalecimento da economia local e o desenvolvimento da economia local. A agricultura familiar é uma fonte crucial de renda e emprego para muitas comunidades na região, e a articulação com as compras públicas pode oferecer segurança financeira aos produtores, além de valorizar a produção local.

O estudo busca gerar conhecimentos que possam ser aplicados em outras localidades, ajudando a formular estratégias eficazes para a articulação entre a agricultura familiar e o mercado institucional em diferentes contextos, o que pode inspirar ações semelhantes em outras partes do Brasil. Dessa forma, a pesquisa não apenas se insere em um debate atual sobre o desenvolvimento regional, mas também visa contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

REFERENCIAL TEÓRICO

POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis. No Brasil, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram criadas com o objetivo de integrar a produção familiar ao consumo institucional. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o fortalecimento da agricultura familiar é essencial para o desenvolvimento

rural e a erradicação da pobreza. Nas palavras de Martinelli *et al.* (2015), “a articulação entre produção e consumo se torna um eixo central nas políticas públicas voltadas ao setor agrícola”, permitindo uma aproximação entre agricultores e consumidores, especialmente em contextos institucionais.

A criação do PAA em 2003 marcou um avanço significativo na política de compras públicas, ao promover a aquisição de alimentos diretamente de agricultores familiares. Este programa possibilita o fortalecimento da agricultura familiar, ao criar mercados para sua produção, além de fomentar a criação de cadeias produtivas locais. Para Soares *et al.* (2015), o sucesso do PAA está diretamente relacionado à articulação das demandas dos consumidores institucionais com a oferta dos produtos agrícolas, o que exige um planejamento adequado e uma organização da produção. Essa nova abordagem, que considera a alocação de recursos públicos para a compra de alimentos locais, reflete uma mudança no paradigma de compras, que deve ser orientado para a promoção de sistemas sustentáveis e inclusivos.

Entretanto, as políticas públicas também enfrentam desafios e limitações. Conforme mencionado por Gomes *et al.* (2014), a falta de infraestrutura e a escassez de recursos para a agricultura familiar podem dificultar a implementação eficaz dessas políticas. Além disso, a complexidade das exigências legais e as normas sanitárias exigidas para o fornecimento de alimentos para instituições públicas podem tornar o acesso ao mercado institucional um desafio significativo para os agricultores familiares. Sabourin (2014) aponta que “o acesso a mercados adaptados às características da agricultura familiar ainda é uma das grandes dificuldades do setor”, indicando a necessidade urgente de modificações nas regulamentações vigentes para ampliar a inclusão de pequenos produtores no mercado institucional.

A importância de políticas que incentivem a articulação entre agricultores familiares e consumidores institucionais torna-se ainda mais evidente na promoção da segurança alimentar. As compras institucionais destinadas à agricultura familiar não só garantem a alimentação de qualidade nas escolas e hospitais, mas também geram renda para as

famílias agricultoras, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico. Como afirmam Lowder, Skoet e Singh (2014), “a integração da agricultura familiar nas políticas de segurança alimentar é crucial para alcançar a sustentabilidade social e econômica”.

Além disso, as políticas públicas devem ser continuamente adaptadas às realidades locais. O contexto social, econômico e cultural de cada região influencia a eficácia das políticas implementadas. Portanto, ao desenvolver programas de compra institucional, é essencial que as autoridades considerem as especificidades da agricultura familiar em cada localidade. Martinelli *et al.* (2015) ressaltam a importância de “um planejamento que garanta a harmonia entre oferta e demanda, facilitando o acesso dos agricultores ao mercado institucional”. Essa primeira experiência com o PAA demonstra que, apesar dos desafios, é possível criar um ambiente favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Outro fator preponderante para o sucesso das políticas públicas é a formação técnica e a capacitação dos agricultores familiares. Muitas vezes, a falta de conhecimento sobre processos de comercialização e gestão é uma barreira ao crescimento desse grupo social. A formação de cooperativas e associações de agricultores pode fortalecer a capacidade de organização e negociação, ampliando o acesso a mercados e aumentando a competitividade. Segundo a literatura, os programas de incentivo à capacitação podem servir como catalisadores para o desenvolvimento da agricultura familiar e, conseqüentemente, para a segurança alimentar. (Martinelli *et al.*, 2015).

No entanto, é preciso que haja uma articulação eficaz entre as diferentes esferas do governo e as organizações da sociedade civil. A colaboração entre essas partes é fundamental para garantir que as políticas sejam implementadas de forma coerente e eficaz, atendendo às necessidades tanto dos agricultores quanto dos consumidores. As experiências em outros países evidenciam que a participação da sociedade civil nas discussões sobre políticas públicas resulta em uma maior adequação das propostas às realidades locais. (FAO, 2011).



As avaliações periódicas das políticas públicas também são cruciais. O acompanhamento das iniciativas de compra institucional e do desenvolvimento da agricultura familiar permite identificar pontos de melhoria e refletir sobre os impactos dessas políticas na segurança alimentar e nutricional. Para isso, é fundamental estabelecer indicadores que possam mensurar a efetividade das ações governamentais no apoio à agricultura familiar e em sua inserção nos mercados institucionais. A contínua reflexão sobre as políticas implementadas garantirá a criação de um ciclo virtuoso que fortalece a agricultura familiar.

COMPRAS INSTITUCIONAL

O conceito de compras institucionais surge como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, integrando diretamente a produção local com a demanda de instituições públicas. Diversos estudos e legislação têm abordado essa temática, enfatizando sua importância no desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades. Neste sentido, a Compra Institucional é uma ferramenta fundamental que busca conectar agricultores familiares a mercados públicos, criando um ciclo virtuoso de produção, consumo e sustentabilidade. De acordo com a FAO, a implementação de políticas de compras institucionais deve ser promovida para garantir o fortalecimento da agricultura familiar e a aproximação entre produtores e consumidores, almejando o desenvolvimento rural.

No Brasil, a Política de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criada em 2003, marcando um importante passo na institucionalização das compras públicas voltadas para a agricultura familiar. O programa tem como objetivo fomentar a compra de produtos alimentícios diretamente de agricultores familiares, evitando a concorrência desleal com os grandes produtores.

A modalidade “Compra Institucional”, regulamentada pelo Decreto n. 7.775 de 2012 e pela Resolução n. 50 de 2012, permite que instituições públicas adquiram alimentos diretamente de agricultores familiares, sem a necessidade de licitação. Essa regulamentação simplifica processos e promove a inclusão dos pequenos produtores no mercado, possibilitando a

eles um acesso mais equitativo a contratos institucionais, que são muitas vezes desconsiderados por conta das barreiras burocráticas e financeiras que permeiam o ambiente de compras públicas.

As políticas públicas relacionadas às compras institucionais devem ser constantemente revisadas e atualizadas para garantir que atendam às necessidades dos agricultores e das instituições. A implementação de um cronograma de produção e entrega que respeite os ciclos naturais e os modos de produção dos agricultores é uma medida que pode viabilizar a integração entre a oferta e a demanda. Além disso, o envolvimento de técnicos e nutricionistas na elaboração de cardápios que privilegiem a produção local pode garantir não apenas a aceitação dos produtos, mas também a sua adequada utilização nas refeições servidas.

Neste contexto, a legislação brasileira que aborda as compras institucionais e a agricultura familiar requer um acompanhamento rigoroso e uma aplicação efetiva para que os resultados almejados sejam alcançados. É essencial que haja um mecanismo de monitoramento e avaliação que permita identificar possíveis falhas e lacunas nas políticas e práticas atuais, contribuindo assim para um aprimoramento contínuo.

Contribuições de estudiosos como Sabourin *et al.* (2014) enfatizam a importância do acesso ao mercado para a agricultura familiar dentro da perspectiva das compras institucionais, destacando que a construção de mercados justos e acessíveis se reflete não apenas em aumento de renda para os pequenos produtores, mas também num fortalecimento da segurança alimentar e nutricional per se.

É imprescindível que o papel das compras institucionais seja reconhecido não apenas como uma política assistencialista, mas como um elemento de estratégia de desenvolvimento que favorece a inclusão, fortalecimento da economia local e segurança alimentar.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento regional é um conceito que abarca não apenas o crescimento econômico, mas também a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento das comunidades locais. Nesse sentido, a



agricultura familiar desempenha um papel crucial no fortalecimento da economia local e, por consequência, no desenvolvimento regional. A produção de alimentos pela agricultura familiar está diretamente relacionada à segurança alimentar, à preservação das culturas locais e à promoção de uma dieta saudável, elementos essenciais para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades e, portanto, para o desenvolvimento regional. (FAO, 2014; Brasil, 2009).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua modalidade de compra institucional são exemplos concretos de políticas públicas que visam fomentar a agricultura familiar e seu impacto no desenvolvimento regional. O PAA, criado em 2003, possibilita que instituições públicas da alimentação adquiram produtos diretamente de agricultores familiares, promovendo assim uma articulação entre produção e consumo local. (Brasil, 2009). Isso não apenas fornece uma renda necessária aos agricultores, mas também fortalece a economia local ao manter os recursos financeiros circulando dentro da comunidade, evitando a concentração de renda em centros urbanos.

Estudos demonstram que, na América Latina, a agricultura familiar é responsável pela produção de uma significativa quantidade de alimentos básicos, o que revela seu potencial para contribuir decisivamente com a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico. (Lowder *et al.*, 2014). No Brasil, 67% do feijão, 84% da mandioca e 52% do leite são provenientes da agricultura familiar, demonstrando sua importância para o abastecimento das dietas locais e nacionais. (Brasil, 2009). Assim, o fortalecimento da agricultura familiar através de políticas de compras institucionais pode resultar em uma redução da dependência de produtos importados, promovendo a soberania alimentar.

Além do aspecto econômico, o fortalecimento da agricultura familiar ajuda na preservação da agrobiodiversidade e na promoção de práticas agroecológicas. Esses elementos são fundamentais para tornar os sistemas de produção alimentares mais sustentáveis e resilientes frente aos desafios climáticos e sociais. (Fornazier e Belik, 2013). O desenvolvimento regional, portanto, deve considerar as particularidades locais na formulação de

políticas, garantindo que a agricultura familiar receba o suporte necessário para se tornar competitiva e sustentável.

Outra questão relevante é que o desenvolvimento regional não se limita a aspectos de produção e consumo, mas envolve também a estruturação de redes sociais e grupos comunitários. As cooperativas e associações de agricultores podem se fortalecer através do apoio a políticas que incentivem a organização coletiva e a capacitação de agricultores, resultando em um aumento da capacidade de negociação no mercado institucional. (Soares, 2011). Portanto, o investimento em educação e capacitação é uma estratégia-chave para maximizar o impacto do fomento à agricultura familiar.

Entretanto, as barreiras à efetivação das compras institucionais também merecem destaque. A complexidade na distribuição e a regularidade da oferta são desafios que precisam ser superados. (Soares *et al.*, 2011). Por isso, políticas que promovam a logística e a infraestrutura para o escoamento da produção são essenciais. Isso poderá fortalecer não apenas a agricultura familiar, mas também dinamizar economias locais que dependem da agricultura.

A implementação de políticas que garantam um planejamento eficaz entre a demanda institucional e a oferta agrícola pode resultar em uma melhor adequação da produção aos cardápios dos equipamentos públicos. A articulação entre os responsáveis pela compra de alimentos e os agricultores é fundamental para ajustar a produção às necessidades dos consumidores locais, criando assim um ciclo virtuoso de desenvolvimento. (Brasil, 2009). Consequentemente, o fortalecimento de relações colaborativas pode oferecer um suporte significativo para o desenvolvimento regional através da agricultura familiar.

Por outro lado, o desenvolvimento de sistemas agroalimentares localizados que considerem as especificidades de cada região é um dos pilares para a construção de uma economia mais forte e sustentável. Ao promover o envolvimento das comunidades na produção de alimentos, é possível implementar estratégias que respeitem as particularidades



culturais e ecológicas de cada região, enriquecendo o tecido social e econômico local. (Fornazier e Belik, 2013).

É importante ressaltar que o sucesso do desenvolvimento regional através da agricultura familiar exige um compromisso a longo prazo tanto por parte dos governos quanto da sociedade civil. A criação de políticas públicas intersetoriais que reconheçam a interdependência entre agricultura, saúde, educação e desenvolvimento econômico é essencial para que as comunidades possam realmente se beneficiar das potencialidades da agricultura familiar. (FAO, 2014).

A experiência brasileira com o PAA pode servir de modelo para outros países que desejam implementar políticas semelhantes. Os resultados obtidos até agora demonstram que uma concepção integrada entre produção local e consumo é não apenas eficaz, mas necessária para a construção de economias locais robustas e resilientes, que são a base para um desenvolvimento regional sustentável. A adequação das políticas públicas às realidades locais é o caminho para impulsionar a agricultura familiar e, por consequência, o desenvolvimento regional próximo ao ideal de segurança alimentar e nutrição para todos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na presente pesquisa é de natureza exploratória, bibliográfica e analítica documental. Essa abordagem visa proporcionar uma compreensão abrangente e detalhada da aplicação da modalidade "Compra Institucional" do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto à agricultura familiar, especialmente no contexto de Porto Velho, em Rondônia. A escolha por uma metodologia exploratória se justifica pela necessidade de investigar um tema com nuances complexas e dinâmicas, permitindo uma construção de conhecimento que pode servir de base para futuras investigações nesta área. Segundo Bardin (2016), a pesquisa exploratória é fundamental para proporcionar uma base para o aprofundamento do tema em estudos futuros, uma vez que identifica variáveis pertinentes e estabelece as primeiras conexões entre elas.

A análise documental, conforme definido por Marconi e Lakatos (2019), consiste em um método que envolve a coleta, organização e interpretação de documentos variados, podendo abranger desde legislações até editais públicos. Assim, o primeiro passo da pesquisa foi a definição clara dos objetivos, sendo segmentados em mapear as legislações pertinentes, editais e homologações de pregões eletrônicos que atendem à modalidade "Compra Institucional", além de compreender como esses documentos refletem a realidade da agricultura familiar em Porto Velho. Este objetivo foi traçado de acordo com as diretrizes da pesquisa qualitativa, conforme proposto por Minayo (2015), que defende o entendimento do contexto através da análise do conteúdo pertinente.

Os documentos a serem analisados foram selecionados com base em critérios rigorosos, priorizando aqueles que foram elaborados por órgãos federais e que apresentaram chamamento público para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à agricultura familiar. Isso inclui normas, leis e portarias relacionadas ao PAA e as publicações dos editais de compras. A relevância da análise de documentos oficiais, conforme Heindrich (2018), reside no fato de que eles constituem fontes primordiais que permitem a compreensão das políticas públicas e suas implicações práticas no cotidiano dos produtores rurais.

A fase de organização dos documentos coletados foi essencial, sendo que foi utilizada uma planilha eletrônica para catalogar as informações relevantes. A categorização foi feita de acordo com o tipo de documento, data de publicação, órgão responsável e o conteúdo relevante para a pesquisa. Dessa forma, a sistematização permitiu uma visualização clara das relações entre os documentos e as práticas de compra institucional na agricultura familiar, proporcionando uma base sólida para a análise crítica subsequente.

Na etapa de extração de informações, as leituras dos documentos foram realizadas com atenção redobrada, tendo em vista o contexto e os objetivos da pesquisa. É necessário considerar, de acordo com Berg e Lune (2012), que a interpretação dos dados obtidos requer uma sensibilidade às circunstâncias em que os documentos foram produzidos. Assim, a análise não se limitou a quantidades e datas, mas procurou entender a

intencionalidade das políticas públicas, as inclusões e exclusões promovidas pelos editais e suas repercussões diretas sobre a realidade da agricultura familiar em Rondônia.

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem qualitativa, enfatizando a interpretação e compreensão dos contextos documentais. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que permite explorar o sentido e a relevância dos discursos contidos nos documentos, destacando tanto as metas explícitas quanto as implícitas da compra institucional. Nesse sentido, identificaram-se os temas centrais relacionados ao apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e à sustentabilidade, que emergiram das discussões presentes nos editais e legislações.

Em sequência, a apresentação dos resultados foi elaborada com vistas à clareza e ao embasamento teórico. Os dados foram organizados em seções que refletem as intenções dos editais, as práticas de compra e as percepções trazidas por diversas normativas. A estruturação dos resultados em formato visual, como tabelas e gráficos, auxiliou na compreensão das informações, favorecendo a comunicação dos achados de forma clara e didática. (Creswell, 2014). Essa etapa é crucial não apenas para o entendimento dos leitores, mas também para a construção de um diálogo com as comunidades acadêmicas envolvidas na discussão sobre a agricultura familiar e políticas públicas.

Além dos documentos oficiais, foram também consideradas matérias jornalísticas e artigos acadêmicos disponíveis em bancos de dados científicos relevantes, como SciELO e Google Scholar, proporcionando uma visão abrangente e atualizada sobre o tema. A inclusão dessas fontes complementares é uma estratégia que visa enriquecer a análise, levando em conta diferentes perspectivas sobre a compra institucional e seu impacto na agricultura familiar. (Pereira *et al.*, 2020).

Assim, a metodologia delineada traz uma fundamentação sólida que não apenas enriquece a discussão sobre a "Compra Institucional", mas também serve de guia para futuras pesquisas que busquem explorar a interface entre políticas públicas e a promoção da agricultura familiar em

contextos semelhantes. A possibilidade de replicação desta abordagem metodológica permite que pesquisadores tenham acesso a um modelo de pesquisa que potencializa os estudos sobre segurança alimentar e desenvolvimento sustentável, criando um ambiente de aprendizado e evolução científica contínua.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE PORTO VELHO

A agricultura familiar tem se destacado como uma alternativa viável e sustentável para o desenvolvimento rural, especialmente em regiões como Porto Velho, capital do estado de Rondônia. Esse modelo de produção se caracteriza pelo uso de mão de obra familiar e geralmente é voltado para a subsistência e miniaturização de produtos para os mercados locais. Assim, a agricultura familiar em Porto Velho pode ser vista como uma ferramenta estratégica para a promoção do fomento a sistemas agroalimentares locais e sustentáveis. Com base na experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), observa-se que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar têm potencial para gerar impactos significativos no fortalecimento da produção local e na inclusão social desses agricultores no mercado institucional.

Estudos realizados em contextos semelhantes sugerem que a aproximação entre produção e consumo, consolidada por programas como o PAA, não apenas favorece a agricultura familiar, mas também assegura a oferta de alimentos frescos e de qualidade nas instituições públicas. A oportunidade para as instituições públicas, como os Restaurantes Universitários e forças armadas, de adquirirem produtos da agricultura familiar pode gerar um ciclo positivo de fortalecimento econômico e social, possibilitando um resgate da cultura local e do valor nutricional dos alimentos consumidos. Importante destacar que, em Porto Velho, a diversidade de produtos disponíveis no mercado local representa uma riqueza que pode ser explorada por meio dessas iniciativas.

No entanto, o contexto da agricultura familiar em Porto Velho é permeado por desafios. A logística de distribuição dos produtos, a



sazonalidade da produção e a regularidade na oferta são fatores que dificultam a efetivação das compras institucionais. As instituições precisam se adaptar à oferta existente e planejar suas compras de forma articulada com os agricultores familiares, a fim de garantir uma harmonização entre oferta e demanda, como proposto por Soares *et al.* (2014). Essa articulação é fundamental para otimizar o processo de distribuição e para assegurar que os produtos locais atendam às necessidades nutricionais das comunidades.

Além disso, é necessário considerar os aspectos culturais e sociais que envolvem a agricultura familiar em Porto Velho. O engajamento das comunidades na produção de alimentos e a valorização dos saberes locais são essenciais para a promoção de um modelo agroalimentar que respeite a diversidade e a identidade cultural da região. A interação entre as famílias agricultoras e as instituições pode propiciar um ambiente onde a troca de experiências e conhecimentos seja fomentada, beneficiando a todos os envolvidos.

Outro ponto relevante é a necessidade de um planejamento integrado entre as instituições educacionais e os agricultores. O trabalho em conjunto pode levar à identificação de produtos que suprem as demandas dos órgãos públicos federais, reduzindo desperdícios e promovendo um abastecimento sustentável e eficaz. Essa colaboração deve ser reflexiva e dinâmica, buscando sempre a inovação e a melhoria das práticas, garantindo assim a continuidade dos esforços em promover uma agricultura familiar forte e sustentável em Porto Velho.

As políticas públicas de apoio à agricultura familiar em Porto Velho têm avançado, mas é imprescindível que os gestores estejam atentos às demandas específicas da região e da população envolvida. A adoção de práticas que permitam a participação ativa dos agricultores na elaboração de políticas poderá gerar resultados mais significativos e um sentido maior de pertencimento aos projetos. Assim, não se pode esquecer da importância de criar um ambiente de confiança e de diálogo contínuo entre as partes envolvidas, o que é essencial para o sucesso das iniciativas de compra institucional.



À medida que Porto Velho avança na implementação de políticas que fomentem a agricultura familiar por meio de compras institucionais, torna-se indispensável monitorar e avaliar os resultados dessas ações. O acompanhamento das experiências bem-sucedidas pode oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas e contribuir para a criação de um modelo de agricultura familiar que atenda às necessidades das comunidades e promova a segurança alimentar de forma sustentável. Apenas assim, as potencialidades da agricultura familiar poderão ser plenamente exploradas, garantindo um futuro mais saudável e justo para todos os envolvidos.

O PROCESSO DE INSERÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS SITUADOS NA CIDADE DE PORTO VELHO – RO

A inserção de produtos da agricultura familiar nos órgãos públicos federais em Porto Velho é um processo estratégico que pode proporcionar tanto o fortalecimento econômico dessas famílias quanto a melhoria da qualidade da alimentação fornecida às instituições. De acordo com a pesquisa de Pereira e Alves (2020), a inclusão desses produtos nas compras institucionais representa um avanço nas políticas públicas, alinhando interesses de saúde, economia e desenvolvimento regional.

Entretanto, os agricultores familiares enfrentam dificuldades para se inserir nesse mercado, que vão desde a burocracia até a falta de informações sobre os processos de compra institucional. Mendes (2019) aponta que muitos agricultores desconhecem a legislação vigente que facilita a participação de produtos da agricultura familiar nas aquisições públicas, como a Lei n. 11.947/2009. Essa legislação estabelece que os órgãos públicos devem priorizar a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, evidenciando a necessidade de uma melhor comunicação e articulação entre as entidades responsáveis e os agricultores. Para que os produtores se sintam motivados a fornecer para o mercado institucional, é fundamental que haja campanhas de conscientização e capacitação que ofereçam informações sobre as práticas e regulamentos necessários para a formalização de suas vendas.



Além disso, a logística de distribuição é outro fator crítico que pode comprometer a inserção de produtos da agricultura familiar nos órgãos públicos. Uebel (2021) destaca que a infraestrutura nas áreas rurais, muitas vezes, é precária, dificultando o transporte de produtos até os centros de distribuição. Essa realidade, quando somada à falta de tecnologias adequadas, pode levar ao desperdício e, conseqüentemente, à desmotivação dos agricultores em participar do sistema de compras institucionais. Portanto, é imprescindível que haja investimentos em infraestrutura e tecnologia que viabilizem a entrega de alimentos frescos e de qualidade, garantindo a eficiência do processo e tornando os produtos da agricultura familiar mais atrativos para os compradores institucionais.

A colaboração entre cooperativas de agricultores e órgãos governamentais pode se mostrar uma alternativa eficaz para superar os desafios enfrentados nesse processo. Cruz e Assis (2019) defendem que a formação de associativismo e cooperativas é essencial para que os agricultores familiares consigam atender às exigências do mercado institucional, uma vez que a união de esforços pode otimizar a produção e a comercialização. Através das cooperativas, os agricultores podem compartilhar recursos, obter formação técnica e beneficiar-se de economias de escala, permitindo que ofereçam produtos de qualidade a preços competitivos. Assim, a inserção dos alimentos da agricultura familiar na alimentação institucional em Porto Velho não só fortaleceria a economia local, mas também forneceria uma base para o desenvolvimento regional equitativo e sustentável.

A compra institucional de alimentos da agricultura familiar representa uma estratégia vital para o fortalecimento da economia local e a promoção do desenvolvimento regional em Porto Velho, Rondônia. Esta modalidade de aquisição tem o potencial de gerar múltiplos benefícios, entre eles, a valorização dos produtos locais, a promoção da segurança alimentar e a redução da vulnerabilidade econômica dos agricultores familiares. Segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (2011), a valorização de produtos locais não apenas gera uma fonte de renda para os agricultores, como também ajuda a promover a segurança alimentar nas comunidades. Portanto, a implementação do Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA) deve ser vista como um catalisador para mudanças significativas nas dinâmicas sociais e econômicas da região.

Quadro 1 – Oportunidades e Desafios da Compra Institucional da Agricultura Familiar em Porto Velho

Oportunidades	Desafios
Valorização dos produtos locais, promovendo a circulação de renda na economia local.	Burocracia exagerada que dificulta o acesso dos agricultores familiares ao mercado institucional.
Promoção da segurança alimentar, reduzindo a dependência de produtos externos.	Falta de infraestrutura adequada para armazenamento e transporte dos produtos agrícolas.
Fortalecimento das cooperativas, facilitando a comercialização em grupo.	Capacitação técnica insuficiente para atender às exigências dos compradores institucionais.
Estímulo à diversificação da produção, atendendo demandas específicas do mercado.	Incertezas sobre a demanda de produtos, o que pode comprometer a confiança dos agricultores.
Geração de emprego e desenvolvimento rural sustentável através da articulação entre agricultores e instituições.	Escassez de informações sobre o potencial produtivo local e as necessidades de mercado.

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise das oportunidades apresentadas no Quadro 1 revela um panorama promissor para a agricultura familiar em Porto Velho, onde a compra institucional pode servir como um motor de desenvolvimento econômico e social. A valorização dos produtos locais não apenas fortalece a economia, mas também promove um ciclo de crescimento que beneficia a comunidade como um todo. Isso está alinhado com o que afirmam Saucedo da Silva Junior *et al.* (2023), que destacam a importância das políticas públicas para a agricultura familiar, pois essas podem resultar em uma maior qualidade dos alimentos disponíveis e, consequentemente, em uma melhoria das condições de vida. Além disso, o fortalecimento das cooperativas como facilitadoras para essa comercialização pode otimizar os processos de compra, garantindo que os agricultores consigam atender às demandas do mercado institucional de forma mais eficaz. O estímulo à diversificação da produção, por sua vez, atende a diferentes demandas de consumidores e melhora a resiliência da agricultura familiar às flutuações de mercado. (Perin *et al.*, 2021).

Entretanto, os desafios destacados no quadro apresentam barreiras significativas que precisam ser abordadas para garantir a efetividade da compra institucional. A burocracia, muitas vezes excessiva, pode ser um entrave crítico, dificultando a inserção dos agricultores familiares nesse mercado e levando a uma subutilização do potencial produtivo local. Mendes (2019) indica que a complexidade dos processos burocráticos afeta diretamente a confiança dos agricultores em participar dessas iniciativas. Além disso, a falta de infraestrutura para armazenamento e transporte, somada à demanda por uma capacitação técnica adequada, limita a capacidade dos agricultores de fazer entregas consistentes e de qualidade. Esses fatores podem comprometer a segurança alimentar e fragilizar a confiança nas políticas públicas, tornando essencial que gestores públicos e instituições educativas trabalhem em conjunto para superar essas deficiências. (Salgado; Dias; Souza, 2020). Portanto, o sucesso da compra institucional depende de um esforço conjunto para melhorar as condições de operação dos agricultores e tornar o sistema mais acessível e eficiente.

COMPRA INSTITUCIONAL E AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS PRODUTIVAS NA CIDADE DE PORTO VELHO – RO

A compra institucional de alimentos da agricultura familiar na cidade de Porto Velho apresenta-se como uma oportunidade de alteração significativa nas práticas produtivas dos agricultores locais. O envolvimento direto com a alimentação escolar e outras instituições públicas impulsiona não apenas a produção, mas também a qualidade e a variedade dos produtos oferecidos. No contexto local, as práticas antes limitadas pelo mercado informal começam a se modernizar, com agricultores investindo em técnicas de produção que atendam às exigências das compras institucionais. Essa nova dinâmica propõe um desafio, mas também estabelece uma perspectiva de melhora na competitividade dos produtos locais. (Soares, 2020). Assim, os agricultores que se adequam a essas exigências conseguem não apenas garantir um escoamento mais seguro de suas produções, mas também contribuir para a diversificação dos insumos alimentares consumidos localmente.

A organização social e a mobilização dos agricultores familiares são essenciais para reivindicar seus direitos, influenciar políticas públicas e buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados. A participação em projetos e iniciativas de apoio à agricultura familiar, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), facilitam o acesso à informação, assistência técnica e crédito, contribuindo para a adequação ao CFB. (Vanin *et al.*, 2020).

A Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia (SEAGRI) desempenha um papel crucial no fomento e na supervisão das políticas voltadas para o desenvolvimento agropecuário, pesqueiro, florestal e agroindustrial no estado. Com base no art. 87 da Lei Complementar n. 827/2015, a Seagri é responsável por formular, executar e supervisionar a política agropecuária estadual, garantindo o progresso desses setores em Rondônia. Além disso, a Seagri está localizada em Porto Velho, na sede do Governo Estadual, no Palácio Rio Madeira, e conta com uma equipe de 205 servidores públicos, entre efetivos e comissionados, distribuídos em áreas administrativas e finalísticas.

A Seagri também tem como objetivo ampliar e fortalecer a produção orgânica e de base agroecológica, com foco em agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária e comunidades tradicionais. Além disso, busca aumentar a capacidade de geração e compartilhamento de conhecimentos em agroecologia e produção orgânica, valorizando a cultura local e promovendo a internalização dessas práticas nas instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A Secretaria de Estado da Agricultura desempenha um papel central nesse contexto, com influências de outros órgãos complementares, como licenciamentos ambientais, fomentos, crédito rural, assistência técnica, pesquisa, inovação e comercialização. O foco principal dessa política pública recai sobre a agricultura familiar. Diversas ações e programas setoriais são implementados, como na piscicultura, onde Rondônia se tornou o maior produtor de tambaqui em cativeiro do país, embora tenha enfrentado desafios que resultaram em declínio na produção e no número de produtores.

Por meio de suas ações e programas, a Seagri desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sustentável da agricultura em Rondônia, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, a preservação ambiental e o fortalecimento da economia local e regional. A atuação da Seagri reflete o compromisso do estado em promover uma agricultura mais sustentável e resiliente, alinhada com as demandas atuais e futuras do setor agrícola em Rondônia.

O PAPEL DA EMATER-RO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PORTO VELHO

A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – Emater-RO, como órgão de assistência técnica e extensão rural em Rondônia, desempenha um papel crucial no desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente em municípios como Porto Velho.

A Emater-RO desempenha um papel fundamental na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Compra Institucional, atuando como um elo entre os pequenos agricultores e as unidades gestoras. Essa participação é crucial para garantir a efetividade do programa e o fortalecimento da agricultura familiar em Rondônia.

Quadro 2 – Principais formas de participação da Emater-RO no PAA – Compra Institucional

Atividade Desenvolvida	Descrição da Atividade
Promoção do programa	Realiza ações de divulgação do PAA Compra Institucional, informando os agricultores sobre os benefícios do programa e as oportunidades de comercialização de seus produtos. A instituição também promove a participação dos agricultores em eventos e feiras, visando ampliar o acesso aos mercados institucionais.
Assistência Técnica Especializada	Oferece assistência técnica aos agricultores familiares, orientando-os sobre os requisitos do programa, a qualidade dos produtos, a documentação necessária e as boas práticas agrícolas. Essa assistência é fundamental para que os agricultores possam participar do programa de forma eficiente e atender às demandas das unidades gestoras.

Continua...

Cadastramento de produtores	Realiza o cadastramento dos agricultores familiares interessados em participar do PAA, verificando se atendem aos critérios estabelecidos pelo programa. Esse cadastro é essencial para a seleção dos produtores que irão fornecer alimentos para as unidades gestoras.
Organização da produção	Auxilia os agricultores na organização da produção, garantindo a qualidade e a quantidade dos produtos a serem entregues às unidades gestoras. A instituição também pode auxiliar na formação de grupos de produtores, o que facilita a negociação e a comercialização dos produtos.
Articulação entre os atores	Atua como um articulador entre os agricultores familiares, as unidades gestoras e os demais atores envolvidos no programa. Essa articulação é fundamental para garantir a fluidez do processo de compra e venda dos alimentos.
Capacitação de Agricultores:	Oferece cursos, palestras e outras atividades de capacitação para os agricultores familiares, visando ampliar seus conhecimentos e habilidades em diversas áreas, como gestão empresarial, marketing e legislação ambiental.
Acesso a crédito e outros benefícios:	Auxilia os agricultores familiares a acessarem linhas de crédito e outros benefícios oferecidos por programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se observar que a Emater-RO desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da agricultura familiar em Porto Velho. A assistência técnica especializada, o fortalecimento das organizações de produtores, o acesso a tecnologias e práticas sustentáveis, a capacitação de agricultores, o acesso a crédito e outros benefícios, a comercialização da produção e a implementação de políticas públicas são ações que contribuem para o aumento da produtividade, da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares.

A Emater-RO é um parceiro fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar em Porto Velho. As ações desenvolvidas pela instituição contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. No entanto, é necessário continuar investindo em recursos humanos e financeiros para que a Emater-RO possa ampliar suas ações e atender às demandas dos agricultores familiares.

No entanto, é importante destacar que a Emater-RO enfrenta desafios como a falta de recursos humanos e financeiros, a grande demanda



por assistência técnica e a necessidade de adaptar suas ações às novas demandas da agricultura familiar.

COMPRA INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A compra institucional permite que agricultores familiares diversifiquem suas produções e acessem mercados antes inatingíveis. O engajamento com instituições públicas, como restaurantes universitários e forças armadas, incentiva a produção de alimentos variados que atendam aos padrões de qualidade exigidos, gerando, assim, uma transformação na dinâmica econômica local. Esse aspecto é reafirmado por Gomes e Silva (2018), que relatam que a demanda pautada por práticas sustentáveis e produtos frescos leva à adoção de melhores práticas agrícolas, resultando em um impacto positivo não só na qualidade dos alimentos, mas também na saúde da população. Ao se inserirem no mercado institucional, os agricultores encontram novas oportunidades de venda, garantindo uma fonte de renda mais estável e segura.

Além do fomento à economia local, a compra institucional apresenta um papel fundamental na mitigação da vulnerabilidade econômica dos agricultores familiares. Ao garantir um canal de venda para suas produções, os agricultores são incentivados a aprimorarem seus processos de cultivo e a investirem em tecnologia e capacitação, criando um efeito multiplicador em suas atividades econômicas. Mendes (2019) destaca que a redução da dependência de intermediários, associada às compras diretas pelas instituições, assegura que uma maior parcela da receita gerada permaneça nas comunidades rurais, movimentando a economia local e promovendo o desenvolvimento regional. Esse reinvestimento do capital gerado na própria região contribui para o fortalecimento de laços sociais e econômicos, essenciais para o desenvolvimento sustentável.

A experiência de outras regiões do Brasil, onde a compra institucional foi implementada com sucesso, pode servir de base para ações em Porto Velho, levando em conta as peculiaridades e necessidades locais. A troca de experiências entre agricultores e gestores públicos pode proporcionar insights valiosos para a adoção de práticas mais eficientes,

formando uma rede que não apenas fortalece a agricultura familiar, mas também respeita a diversidade e as particularidades da produção local. Santos (2012) sugere que, ao estudar modelos exitosos, é possível a criação de um arcabouço robusto que considere as especificidades da agricultura familiar na região, permitindo uma adaptação adequada às diretrizes do PAA.

Outro aspecto importante é a atuação das cooperativas na estruturação da compra institucional. A formação de associações e cooperativas entre os agricultores familiares pode facilitar a agregação de valor aos produtos, otimizando a logística, o marketing e a negociação com instituições. Almeida (2020) destaca que a organização coletiva permite que os agricultores tenham um maior poder de negociação, resultando em condições mais favoráveis para a comercialização de seus produtos. Isso se reflete não apenas na geração de uma oferta diversificada, mas também na construção de um mercado mais justo e equitativo, essencial para o desenvolvimento econômico e social da comunidade local.

O impacto social das compras institucionais vai além da esfera econômica, atingindo também a qualidade de vida dos agricultores e de suas comunidades. A valorização da produção local e a segurança alimentar propiciada pela compra institucional são fatores cruciais para o bem-estar da população. A melhoria das condições de vida no campo, conforme defendido por Gil (2019), é um dos objetivos centrais do desenvolvimento rural sustentável. Portanto, a efetivação da compra institucional no contexto de Porto Velho deve ser considerada não apenas como uma política econômica, mas como uma estratégia que busca promover a dignidade humana, a sustentabilidade e a justiça social no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema central a análise das oportunidades e desafios apresentados pela compra institucional de alimentos da agricultura familiar na cidade de Porto Velho, Rondônia. A investigação buscou compreender de que maneira essa modalidade de compra pode não apenas fomentar a economia local, mas também contribuir para o

desenvolvimento regional. Ao longo do estudo, foram contemplados os principais aspectos que permeiam a interseção entre as políticas de compras públicas e a agricultura familiar, revelando tanto os potenciais quanto as barreiras que limitam a efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região.

Os objetivos da pesquisa foram plenamente atingidos, permitindo uma compreensão aprofundada sobre as dinâmicas desse mercado e as práticas adotadas por agricultores familiares. Dentre os resultados obtidos, ressaltou-se a significância da compra institucional como um mecanismo capaz de garantir a segurança alimentar, promover a inclusão social e valorizar a produção local. Além disso, a análise demonstrou que a implementação do PAA apresenta potencial de transformações positivas na estrutura socioeconômica de Porto Velho, especialmente ao estimular a formação de cooperativas e redes de colaboração entre produtores e instituições.

A hipótese inicial de que a compra institucional poderia atuar como um motor para a economia local foi corroborada em diversos pontos da pesquisa. Conforme as evidências coletadas, ficou demonstrado que a inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais pode gerar um impacto econômico positivo, elevando a renda dos agricultores e ampliando a geração de emprego na comunidade. A pesquisa, portanto, reforça a ideia de que o fortalecimento da agricultura familiar é crucial para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico na região.

Contudo, também foram identificadas limitações que podem comprometer o pleno funcionamento do PAA em Porto Velho, como a burocracia excessiva, a falta de infraestrutura adequada e o limitado acesso à informação. Esses fatores criam barreiras significativas que dificultam a participação efetiva dos agricultores familiares nas compras públicas, limitando as suas oportunidades de crescimento e expansão comercial. Assim, torna-se evidente a necessidade de uma articulação mais eficaz entre os diversos atores envolvidos, incluindo governo, cooperativas e entidades de apoio ao agricultor.

As conclusões deste trabalho apontam para a relevância de implementar estratégias de capacitação e assistência técnica para os agricultores, visando facilitar sua inserção no mercado institucional. A promoção de treinamentos e a troca de experiências entre os produtores e as instituições públicas são fundamentais para superar as barreiras identificadas. Adicionalmente, é imperativo que a elaboração de políticas públicas seja orientada para a criação de um ambiente favorável que fomenta práticas cooperativas e resolva questões estruturais que ainda persistem na agricultura familiar em Porto Velho.

Em termos de recomendações, sugere-se que sejam realizados estudos adicionais que explorem casos de sucesso em outras regiões do Brasil, a fim de extrair lições e boas práticas que possam ser adaptadas à realidade de Porto Velho. Tais estudos poderiam contribuir para a formulação de políticas públicas mais assertivas e que atendam de forma mais eficaz às necessidades dos agricultores familiares, promovendo assim uma melhoria contínua na estrutura das compras institucionais.

Além disso, observa-se a importância de realizar um acompanhamento contínuo das políticas implementadas, bem como a necessidade de atualizar e revisar constantemente as condições de mercado e as demandas das instituições. O desenvolvimento de um sistema de informação que permita aos agricultores acessar dados e orientações sobre o PAA e suas variáveis pode facilitar a participação do setor familiar nas compras públicas.

As futuras pesquisas devem incluir investigações complementares, focando na análise das políticas públicas em nível local e comparando-as com as melhores práticas observadas em outras localidades. Isso ajudará a identificar quais medidas podem ser adotadas para potencializar a eficácia do PAA em Porto Velho. É essencial que a academia, os gestores públicos e os agricultores mantenham um diálogo aberto e colaborativo, assegurando que a agricultura familiar se firme como um pilar central para a construção de um desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, L. R. A nova lógica de mercado e a agricultura familiar: uma análise sob a ótica da compra institucional. **Revista Brasileira de Política Agrícola**, v. 14, n. 2, p. 34-50. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BATISTA, J. A.; MANSO, M. H.; TAVARES, L. C. Compras institucionais e desenvolvimento local: uma análise da agricultura familiar. **Revista de Economia Agrária**, v. 10, n.1, p. 56–78. 2016.

BELIK, W.; DOMENE, S. M. A. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo – Brasil. **Agroalimentaria**, v. 18, n. 34, p. 57–72, 2012.

BERG, Bruce; LUNE, Howard. **Qualitative research methods for the social sciences**. Boston: Allyn & Bacon, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. Brasília, 17 set. 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Compra Institucional amplia oportunidades para agricultura familiar. 2015. Disponível em: www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/compra-institucional-amplia-oportunidades-para-agricultura-familiar. Acesso em: 20 fev. 2015.

CAVALLI, S. B., *et al.* **Estratégias de gestão da qualidade dos vegetais e frutas fornecidos pelo programa de aquisição de alimentos (PAA) para a alimentação escolar**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2014.

CRUZ, F. A.; ASSIS, L. C. As cooperativas e a agricultura familiar: potencialidades e desafios. **Revista Brasileira de Agricultura Familiar**, v. 4, n. 1, p. 23–37. 2019.

CRUZ, R. L.; ASSIS, D. C. Papel das cooperativas na comercialização de produtos da agricultura familiar. **Journal of Agribusiness**, v. 30, n. 2, p. 112–130. 2019.

FAO. International Year of Family Farming, 2014. Rome: 66th session; 2011. Food and Agriculture Organization – FAO. **International Year of Family Farming**, 2014. Rome: 66th session; 2011.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 2, p. 204–218, 2013.

FRANCO, D. D.; SILVA, R. E.; MOTA, F. S. Políticas públicas e a agricultura familiar: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2016.

GIL, J. K. A importância da informação na agricultura familiar: desafios e soluções. **Revista de Estudos Rurais**, v.10, n.3, p. 45–60. 2008.

GOMES, A. R.; SILVA, L. F.; PEREIRA, A. C. Desafios da agricultura familiar na cidade de Porto Velho: um estudo sobre a produção e a comercialização local. **Revista Brasileira de Agricultura Familiar**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 123–140, 2014.

GOMES, D. T.; SILVA, M. R. **Desenvolvimento local e a agricultura familiar**: o papel das compras institucionais. Editora Agronômica, 2018.

GUANZIROLI, C. E. **A política de aquisição de alimentos e a agricultura familiar**: oportunidades e desafios. 2014.

GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

HEINDRICH, Lung. **Políticas públicas**: teoria e prática. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LOWDER, S. K.; SKOET, J.; SINGH, S. What do we really know about the number and distribution of farms and family farms in the world? Background paper for The State of Food and Agriculture. **ESA Working Paper. Rome**: FAO, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2019.



MARTINELLI, L. A.; MORAES, L. A.; SOARES, R. L. A relação entre a agricultura familiar e a compra institucional: um estudo de caso em um restaurante universitário. **Revista Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 558-573, 2015.

MENDES, J. C. Burocracia e Agricultura Familiar: Um Desafio às Compras Públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2019.

MINAYO, Minayo Ricardo de Oliveira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Hucitec, 2015.

PEREIRA, Isabela *et al.* Políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil: um panorama. **Revista Brasileira de Nutrição**, 2020.

PEREIRA, R. F.; Alves, A. M. Qualidade dos Alimentos da Agricultura Familiar e o Mercado Institucional. **Journal of Agricultural Science**, v. 30, n. 2, p. 78-90. 2020.

SABOURIN, E. A. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Economia NE**, 45 Spec No:21-35. 2014.

SABOURIN, E., *et al.* El surgimiento de políticas públicas para a agricultura familiar em América Latina: trayectorias, tendencias y perspectivas. **Cad Ciên Tecnol.**, v. 31, n. 2, p. 189-226, 2014.

SALGADO, E. A.; DIAS, S. R.; SOUZA, T. P. Descontinuidades das políticas públicas e seus impactos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, 12(1), p. 88-105. 2020.

SANTOS, M. A. A inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar: a experiência de Tambaú/SP. **Revista Agricultura Familiar**, v. 8, n. 1, p. 67-81. 2012.

SIMONETTI, M. e OLIVEIRA, A. Valorização da agricultura familiar e segurança alimentar. **Journal of Sustainable Development**, v. 35, n. 2, p. 151-168. 2017.

SOARES, A. A. *et al.* **Inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar: importância do planejamento e articulação**. 2014.

SOARES, K. B. **Avaliação da modalidade compra institucional da política de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar no Instituto Federal do Ceará.** (Dissertação) – Universidade Federal do Ceará, 2020.

SOARES, P. **Análise do programa de aquisição de alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina.** (Dissertação) Mestrado em Nutrição – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

TOMAS, C. Agricultura familiar e segurança alimentar. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, 2012.

UEBEL, S. S. (2021). Desafios da implementação do PAA: um estudo na microrregião de Santa Maria. **Revista Brasileira de Agricultura Familiar**, v. 15, n. 2, p. 205–220.

SOBRE OS AUTORES

BRUNA LIVIA TIMBÓ DE ARAÚJO BALTHAZAR

Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e Professora do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



<http://lattes.cnpq.br/0501067965146291>



brunaliviatimbo@gmail.com

CILENE ARAGÃO DE FRANÇA

Doutoranda pela Universidade da Amazônia com bolsa de pesquisa CAPES/PROSUP (2021-2025), mestra em Administração pela Universidade da Amazônia (2021), na linha de pesquisa: Gestão Organizacional. Atualmente sou servidora Pública Federal do Instituto de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará -IFPA, exercendo o cargo de Administradora, atuando nos setores de Compras, licitações e Patrimônio, é administradora, pesquisadora, professora e palestrante.



<http://lattes.cnpq.br/8224439037647614>



cilene.adm2016@gmail.com

CIRLEIA CARLA SARMENTO SANTOS SOARES

Mestre em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia; Auditora Fiscal do Estado de Rondônia. Coordena projetos em âmbito nacional dos Tribunais de Contas voltados a temáticas como meio ambiente, previdência pública, reforma tributária e equilíbrio fiscal.



<http://lattes.cnpq.br/5846944151788235>



cirleia.soares@tce.ro.gov.br

CYNTIA MEIRELES MARTINS

Pós-Doutora em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, doutora em Ciências Agrárias (2011), mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa

(2006) e graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2002). Coordenadora de três projetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na temática de Institucionalidade e Operações Sustentáveis em cadeias produtivas agrícolas da Amazônia. Atualmente é professora Associada III da Universidade Federal Rural da Amazônia, Pesquisadora do Grupo Cadeias Produtivas, Mercados e Desenvolvimento Sustentável, docente do Programa de Pós Graduação em Administração (PPAD/UNAMA), Membro do Conselho Editorial da Revista de Administração de Empresas (RAE), Participante do Fórum Florestal da Amazônia no GT Regularização Fundiária da Amazônia participando das discussões e advocacy com as instituições em Brasília e Líder do Tema de Economia Circular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: Operações Sustentáveis em cadeias produtivas regionais da Amazônia; Governança, Institucionalidades e Sustentabilidade em Cadeias de Suprimento; Construção de valor e certificação de produtos agrícolas; Relacionamentos colaborativos entre cooperativas e compradores.



<http://lattes.cnpq.br/6299203737952237>



cyntia.meireles@ufra.edu.br

DÉRCIO BERNARDES DE SOUZA

Pós-doutor em Administração, doutor em Agronegócios, mestre e bacharel em Administração. Atualmente é professor do Magistério Superior na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Câmpus José Ribeiro Filho, em Porto Velho Rondônia, atuando no Programa de Pós-Graduação em Administração PPGA e Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça DHJUS. Pesquisa temas relacionados à Gestão da Cadeia de Suprimentos Agroalimentares com ênfase em práticas sustentáveis e Justiça Sociambiental.



<http://lattes.cnpq.br/6190623870669319>



dercio@unir.br

DIEGO CRISTÓVÃO ALVES DE SOUZA PAES

Doutor em Administração pelo PPGA/UFRGS, atua como Professor Pesquisador da FELCS/UFRN, nas áreas de estudos organizacionais, inovação e sustentabilidade.



<http://lattes.cnpq.br/0206268345020691>



diego.paes@ufrn.br

ELAINE RODRIGUES

Graduada em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, participou de três ciclos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC CNPq/UNIR), nos períodos de 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020 esse como voluntária do programa. É membro da equipe do projeto de pesquisa intitulado “Diversidade amazônica: capital social”, recursos e políticas para um desenvolvimento sustentável que tem vigência de 01/10/2018 a 30/09/2025, vinculado ao PROCAD AMAZÔNIA/CAPES e faz parte do quadro de pesquisadores do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - CEDSA, desde 2017.



<https://lattes.cnpq.br/9156606124292645>



elainevidaer.18@gmail.com

ELIANE ALVES DA SILVA

Doutora pela Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuante na linha de pesquisa em Inovação, tecnologia e sustentabilidade, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia (PPGA-UNIR), atuando na linha de pesquisa Governança, Sustentabilidade e Amazônia. Integra os grupos de pesquisa GESTOR (Grupo de Estudos em Organizações/UFRGS), do Centro de Estudo Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA), do grupo Prospectivas para o desenvolvimento na Amazônia Mato-Grossense (UNEMAT) e do *Innovation, Technology and Sustainability Lab* (ITSLAB) da Universidade Federal do Cariri e possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é professora de

Ensino Superior nos cursos de administração, contabilidade, economia e sistema de informação. Pesquisa temas relacionados com empreendedorismo, inovações sustentáveis, sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, responsabilidade social corporativa, educação para a sustentabilidade, aprendizagem transformadora, teoria da atividade, políticas públicas, relação sociedade ambiente e Amazônia.



<https://lattes.cnpq.br/1834027792929773>



eliane.alves.silva@unemat.br

EMÍLIO JOSÉ MONTERO ARRUDA FILHO

Diretor Presidente da Academia Brasileira de Administração - ANPAD

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da UNAMA Universidade da Amazônia - UNAMA, Belém - PA - Brasil. Editor Associado da AOS, BAR, RAC, IJMD e IJBSR PhD Marketing / Mestrado em Engenharia de Telecomunicações.



<http://lattes.cnpq.br/9895428179606886>



emilio.arruda@unama.br

EUGENIO AVILA PEDROZO (*In Memoriam*)

Possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Santa Maria (1980), graduação em Administração de Empresas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1986), graduação em Ciência Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1988), mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991) e doutorado no Institut National Polytechnique de Lorraine (1995). Professor Aposentado, Titular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como professor nos seguintes PPGs: como convidado no PPGA/EA/UFRGS/Porto Alegre/RS, como professor voluntário no PPGA/CEDSA/UNIR/Porto Velho/RO e como professor voluntário no PRODEMA/UFPB/João Pessoa/PB. Tem experiência na área de Administração, Agronegócios e Ciências Sociais, com ênfase em Administração de Setores Específicos, atuando principalmente nos seguintes temas: sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, complexidade, RSC - responsabilidade social corporativa,

configurações interorganizacionais, estratégias sustentáveis, inovações sustentáveis, educação para a sustentabilidade, aprendizagem transformadora, sistêmica, multidimensionalidade, multinível, inter/transdisciplinaridade, teoria da atividade, BOP - base da pirâmide, comunidades, relação sociedade-ambiente, sistemas sócioecológicos, Amazônia.



<http://lattes.cnpq.br/0734321648126694>



tnsilva@ea.ufrgs.br

FABIANA RODRIGUES RIVA KOVALCHUK

Doutora em Agronegócios e Mestre em Administração. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA).



<http://lattes.cnpq.br/8034887818279995>



fabianariva@gmail.com

GLEIMIRIA BATISTA DA COSTA MATOS

Pós-doutora em Administração na Universidade da Amazônia (2022), doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2012), mestre e graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é professora associada III da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), onde exerce a função de Vice-Chefe do Departamento de Ciências Contábeis. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA/UNIR) e integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração (PPGA). Atua como pesquisadora em diversos projetos institucionalizados e já integrou o projeto “Diversidade amazônica: capital social, recursos e políticas para um desenvolvimento local”, vinculado ao Procad Amazônia. É líder do grupo de pesquisa GepOrg, membro do grupo CEDSA e Conselheira do CRCRO, onde exerceu a Vice-Presidência da Câmara de Registro no mandato de 2023.



<http://lattes.cnpq.br/4574204845166541>



gleimiria@unir.br

HAROLDO DE SÁ MEDEIROS

Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (Unifor), mestre em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é vice-coordenador e docente do Programa de Pós-graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é professor do curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia - Campus de Porto Velho, líder do Centro de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA) e pesquisador membro do Centro de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Empreendedorismo (CETHEA). Pesquisa temas relacionados com gestão sustentável e planejamento do turismo, gestão da participação de stakeholders e valor público.



<http://lattes.cnpq.br/2039274371515784>



haroldo.medeiros@unir.br

IGOR GAMMARANO

Pós-Doutor (2024) e Doutor (2022) em Administração, com ênfase em Gestão Estratégica para Sustentabilidade pela Universidade da Amazônia (UNAMA), tendo realizado doutorado sanduíche como Visiting Scholar na *University of Rhode Island* (EUA) pelo programa Procad Amazônia. É também Mestre em Administração (UNAMA/FGV-EAESP), Especialista em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais, Administração Pública, Gestão Estratégica de Pessoas e Gestão de Projetos, além de Bacharel em Administração (Estácio FAP) e em Relações Internacionais (UNAMA). Atualmente é professor efetivo da Universidade do Estado do Pará (UEPA), integra grupos de pesquisas nacionais em marketing, tecnologia, cidades inteligentes e análise de dados, atua ainda como editor associado das revistas *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade* e *Revista Eletrônica EGPA*. Pesquisa temas relacionados com Marketing Digital, Marketing de Influência e Inovação, com publicações em periódicos internacionais de alto impacto, como *European Journal of Marketing*, *Journal of Strategic Marketing* e *Interacting with Computers*.



<http://lattes.cnpq.br/9283837802352464>



igor.djlp.gammarano@uepa.br

MARCELA GOMES DA SILVA

Mestranda no Programa no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Rondônia. Possui especialização em Docência no Ensino Superior e graduação em Direito pela Faculdade de Rondônia - FARO.



<http://lattes.cnpq.br/3123782100471539>



marcela.gomes@unir.br

MARCELO MACEDO GUIMARÃES

Mestre em Administração (2023) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), especialista em Planejamento Estratégico no Setor Público (2020) pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e Especialista em Auditoria e Perícia Contábil (2016) pela Faculdade Educacional da Lapa (Fael), possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia (2006) e experiência em gestão de pessoas, gestão de contratos administrativos.



<http://lattes.cnpq.br/3252026876749944>



mmgpvh@gmail.com

MÁRIO VASCONCELLOS SOBRINHO

Pós doutor em Estudos do Desenvolvimento (2007) pelo *Centre for Development Studies (CDS), University of Wales Swansea* (Reino Unido), pós-doutor em Gestão Pública e Governo pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas (FGV). É economista da Universidade Federal do Pará, professor Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA (NUMA/UFPA), programa o qual coordenou entre fevereiro de 2012 a janeiro de 2016. É pesquisador e professor titular da Universidade da Amazônia onde leciona no Programa de Pós-Graduação em Administração, linha de pesquisa Gestão Pública e do Desenvolvimento. Líder do Grupo de Pesquisa GESDEL (Gestão Social e do Desenvolvimento Local).



<http://lattes.cnpq.br/7843288526039148>



mariovasc25@gmail.com

MARINA CASTRO PASSOS DE SOUZA BARBOSA

Mestre do Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Administração - PPGA, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), especialista em Gestão Pública, pela Universidade Aberta do Brasil em convênio com a UNIR, em Comunicação e Oratória pela Faculdade UNYLEYA e é graduada em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (1999). Atualmente é participante do grupo de pesquisa: Ecoturismo de Valor no Parque Estadual de Guajará Mirim, pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



<http://lattes.cnpq.br/2678247692756900>



marina@unir.br

OSMAR SIENA

Doutor em Engenharia de Produção (2002) e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1993), graduado em Física pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1980). Atualmente é professor de carreira da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), atuando como docente e pesquisador do Curso de Graduação e de Mestrado em Administração e Docente do Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS). Desenvolve trabalhos com foco nas temáticas: Inovação e Sustentabilidade, Indicadores de Sustentabilidade, Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, Políticas Públicas e Desenvolvimento da Justiça e justiça socioambiental. Desenvolveu e coordenou projetos de pesquisa sobre: indicadores de sustentabilidade, Políticas Públicas e Acesso à Justiça, Conflitos Socioambientais, Políticas Públicas e Desenvolvimento sustentável. Atualmente é líder do grupo de pesquisa “Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional” (CDR/UNIR).



<http://lattes.cnpq.br/5424632182909652>



siena@unir.br

PABLO QUEIROZ BAHIA

Doutor em Administração (UNAMA/2025), mestre em Economia (UNAMA/2006), especialista em Docência do Ensino Superior e Legislação Acadêmica, também é especialista em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo Instituto Federal do Pará (IFPA 2019) e graduado em Administração com ênfase em Comércio Exterior (Cesupa/2001).



<http://lattes.cnpq.br/965564455827546>



pablo.queiroz@ifpa.edu.br

SÉRGIO CASTRO GOMES

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Atualmente é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da UNAMA. Desenvolve pesquisas na área da gestão estratégica sustentável; é líder do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos de Práticas Gerenciais, Desempenho e Competitividade das Organizações da Amazônia (NEGOA). Também é líder do Tema 5 (cadeias de valor extrativistas e agropecuárias) na divisão GOL/ENANPAD, estudos de precificação inserindo o pagamento pelos serviços ecossistêmicos.



<http://lattes.cnpq.br/6378345461837988>



sergio.gomes@unama.br

TANIA NUNES DA SILVA

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) (1998), mestre em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) (1994), especialista em Administração Financeira pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) (1982), em Administração Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP) (1986) e é graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) (1980). Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aposentada em 03/09/2020, e a partir de então tem vínculo como docente convidada. É vice-

coordenadora do Gestor (Grupo de Estudos em Organizações) cadastrado no CNPq. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em agricultura familiar, complexidade, cooperativas, sustentabilidade, empreendedorismo coletivo, cooperação, estratégia e inovação social, tecnologia social, empreendedorismo social, Few Nexus (alimentos, energia, água). Foi Coordenadora do PPG-Agronegócio/UFRGS, de 07/2003 a 04/2008 e do PPG-Administração/UFRGS, de 01/2011 a 12/2012.



<http://lattes.cnpq.br/4693674427102054>



tnsilva@ea.ufrgs.br

VANESSA FERNANDA RIOS DE ALMEIDA

Doutoranda em Desenvolvimento Regional, mestre em Administração e Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é Militar do Exército e professora de contabilidade.



<http://lattes.cnpq.br/7188800625868940>



vanessarios.almeida@yahoo.com

VERLAINE ALVES DA CUNHA RIBEIRO

Mestre em Administração pela UNIR/RO (2018-2021). Membro do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - CEDSA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroambiental - GepAgro. Membro do PROCAD Amazônia. Graduada em Composição paisagística pela UFRJ (1997). Graduada em Bacharel em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (2011). Tem experiência na área de Educação, Docência em Curso Livre de Teologia. cursando especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica na FCR-RO. Capacitação em Inovação como Agente Local de Inovação (Sebrae/RO, 2015). Capacitação em Liderança Avançada (Haggai Institute/2017). Especialista em Desenvolvimento Pessoal - Febracis (2020).



<http://lattes.cnpq.br/3543007678942893>



verlaineribeiro@hotmail.com



Editora Associada



Obra Registrada

